UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

THAIS HELENA DOS SANTOS BUVALOVAS

**Hipólito da Costa em Londres. Libertadores, Whigs e radicais
no discurso político do *Correio Braziliense* (1808-1812)**

Versão Corrigida

São Paulo

2012

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

THAIS HELENA DOS SANTOS BUVALOVAS

**Hipólito da Costa em Londres. Libertadores, Whigs e radicais
no discurso político do *Correio Braziliense* (1808-1812)**

Versão Corrigida

Tese apresentada ao Departamento de História da
Universidade de São Paulo para obtenção do título de
Doutor em História

Área de concentração: História Social
Orientadora: Profª Dra. Maria Helena P. T. Machado

De acordo,

Profa Dra Maria Helena Pereira Toledo Machado

São Paulo

2012

FOLHA DE APROVAÇÃO

Thais Helena dos Santos Buvalovas

Tese apresentada ao Departamento de História da
Universidade de São Paulo para obtenção do título de
Doutor em História
Área de Concentração: História Social

Aprovada em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Para Barbara e Valdir

Agradecimentos

Esta tese foi desenvolvida com o apoio integral da FAPESP – Fundação de Auxílio à Pesquisa do Estado de São Paulo –, instituição à qual agradeço especialmente.

Sou muito grata à Profa. Dra. Maria Helena Pereira Toledo Machado, que vem orientando o meu trabalho desde o mestrado com particular atenção, disponibilidade e confiança. Agradeço especialmente ainda à Profa. Dra. Sara Albieri por suas valiosas contribuições em curso ministrado durante o doutorado e que muito me ajudaram a equacionar as questões teóricas e metodológicas que envolveram esta pesquisa. Devo muito ao Prof. Dr. João Paulo Garrido Pimenta, que acompanhou parte do meu percurso até aqui e cuja leitura atenta do meu trabalho solucionou equívocos e forneceu esclarecimentos imprescindíveis.

Agradeço à equipe do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, na pessoa de Cybelle Moreira de Ipanema, aos funcionários do Arquivo Público Nacional, da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e da Biblioteca do Memorial da América Latina, onde realizei parte da minha pesquisa. Em Londres, contei com o apoio das equipes da British Library Newspapers, da Library of Freemasons' Hall e, especialmente, da LSE - London School of Economics and Political Science. Finalmente, em Buenos Aires, recebi especial atenção das equipes do Arquivo General de la Nación e da Biblioteca Nacional de Buenos Aires. Sou grata ainda aos funcionários da Academia Nacional de la Historia e Instituto de História Argentina “Dr. Emilio Ravignani”.

Agradeço particularmente a Tony Ciambra e Nivaldo Honório Silva pela ajuda que deles recebi num momento fundamental da minha pesquisa. Devo reconhecer ainda

que este trabalho não seria realizado sem a inestimável contribuição de Valdir Baptista, a quem devo muitos anos de parceria e colaboração. Agradeço muito à minha filha Barbara por todos esses anos de compreensão e amor.

Resumo

Hipólito José da Costa se tornou célebre como editor do *Correio Braziliense*, periódico que publicou durante seu exílio em Londres, de 1808 a 1822. A historiografia mais recente em língua portuguesa tem identificado Hipólito como herdeiro do reformismo ilustrado português, mas o discurso de seu jornal mostra que ele transitava em âmbito bem mais vasto. Esta tese demonstra que o *Correio Braziliense* estava inserido numa rede textual bastante ampla, de filiação anglo-americana e âmbito transoceânico, cujo principal centro de gravidade e articulação era a capital britânica. Os textos publicados pelo exilado luso-brasileiro entre os anos de 1808 e 1812, período ao qual está circunscrito este trabalho, permitem distinguir com clareza sua filiação a um corpo de ideias que não encontra referências no universo mental da sociedade portuguesa e cujo nexó pode ser localizado no chamado whiggismo, bem como em vertentes mais radicais do pensamento político britânico.

Palavras-chave: Constituição antiga – imprensa – libertadores hispano-americanos – whiggismo – radicalismo em Londres – história da Inglaterra: séculos XVI-XIX

Abstract

Hipólito José da Costa became renowned as editor of *Correio Braziliense*, a periodical which he published during his exile in London, from 1808 to 1822. The most recent historiography in Portuguese has identified Hipólito as heir to the Portuguese enlightened reformism, but his publication's discourse shows that he was moving in much wider circles. This thesis demonstrates that *Correio Braziliense* was inserted in a very broad textual network, with Anglo-American affiliation and transoceanic extent, whose main center of gravity and articulation was the British capital. The texts published by the Portuguese-Brazilian exile from the years 1808 to 1812, the period which is covered by this work, allows one to clearly distinguish his affiliation with a set of ideas which has no reference to the mental world of the Portuguese society and whose nexus can be found in the so-called whiggism, as well as in more radical aspects of British political thought.

Key words: Ancient constitution – press – Hispanic-American liberators – whiggism – radicalism in London – history of England: XVI-XIX centuries

Resumen

Hipólito José da Costa se tornó una celebridad como editor del *Correio Braziliense*, periódico que publicó durante su exilio en Londres, de 1808 a 1822. La historiografía más reciente en lengua portuguesa ha identificado Hipólito como heredero del reformismo ilustrado portugués, pero el discurso de su periódico muestra que él transitaba en un ámbito mucho mayor. Esta tesis demuestra que el *Correio Braziliense* estaba insertado en una red actual bastante amplia, de filiación anglo- americana y ámbito transoceánico, cuyo principal centro de gravedad y articulación era la capital británica. Los textos publicados por el exiliado luso-brasileño entre los años de 1808 y 1812, período en el que está circunscripto este trabajo, permiten distinguir con claridad su filiación a un cuerpo de ideas que no encuentra referencias en el universo mental de la sociedad portuguesa y cuyo nexo se puede localizar en el llamado whiggismo, así como también en vertientes más radicales del pensamiento británico.

Palabras clave: Constitución antigua – imprenta – libertadores hispanoamericanos – whiggismo – radicalismo en Londres – historia de Inglaterra: siglos XVI-XIX

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 - GENEALOGIA DAS IDÉIAS	38
2 - A DOUTRINA DA CONSTITUIÇÃO ANTIGA	88
3 - A CONEXÃO DE LONDRES	120
4 - O VERDADEIRO CAMINHO	156
CONCLUSÃO	188
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	194

Introdução

“O despotismo favorece sempre a ignorância; esta é o único apoio do despotismo, porque a força está da parte da multidão, e só as noções erradas, e prejuízos fomentados pelo mesmo despotismo, é que podem conter em sujeição abjeta essa multidão que possui o poder físico.”

Hipólito José da Costa¹

¹ *Correio Braziliense ou Armazém Literário*. Vol. III, agosto 1809, p. 179. A grafia de todas as passagens extraídas do periódico foi atualizada levando em conta critérios de legibilidade.

Hipólito José da Costa se tornou célebre por ter publicado em Londres o *Correio Braziliense* ou *Armazém Literário*, um empreendimento de fato pioneiro já que foi o primeiro periódico a circular no Brasil e também o primeiro jornal livre de censura em língua portuguesa. A notoriedade e a polêmica acompanharam a trajetória do *Correio Braziliense* praticamente desde o início, em junho de 1808, até seu último número, publicado em dezembro de 1822. De lá para cá, Hipólito e seu mensário foram objeto de vários autores que investigaram sua história pessoal e realizaram interpretações distintas e mesmo contrárias acerca de seu pensamento político. Entre os primeiros historiadores que deixaram considerações importantes sobre o *Correio Braziliense*, Oliveira Lima percebeu uma intencionalidade clara nas representações de Hipólito sobre o Brasil, como se pode ver a seguir:

Hipólito da Costa preparara no *Correio Braziliense* durante anos seguidos esse movimento de organização nacional, delineando sua teoria e mostrando sua prática, para isto apontando para os exemplos estrangeiros na América e indicando como deveriam ser tratados os vários problemas políticos e sociais.²

Barbosa Lima Sobrinho, que publicou uma antologia do *Correio Braziliense*, também defendeu uma ideia semelhante, considerando que o publicista luso-brasileiro teria trabalhado a favor da independência desde os primeiros números de seu jornal: “O que era óbvio era que Hipólito da Costa, lutando pela emancipação das colônias

² Oliveira Lima, Manuel de. *O Movimento da Independência. O Império Brasileiro (1821-1889)*. 2ª ed. São Paulo: Melhoramentos, s/d, p. 72.

espanholas, e exaltando os êxitos obtidos pelos Estados Unidos, não estava senão se batendo pela causa da independência do Brasil.”³

Já Nelson Werneck Sodré, historiador da imprensa no Brasil, acreditava que, ao defender a independência das colônias da Espanha, Hipólito simplesmente refletia “nos seus comentários a posição da burguesia inglesa”, ideia que também aparece de modo mais enfático na seguinte passagem do clássico *História da Imprensa no Brasil*: “De qualquer forma, o *Correio Braziliense* foi tarefa gigantesca e reflete, constituindo para isso insubstituível fonte, o quadro da época da independência, visto do ângulo da burguesia inglesa.”⁴ No entendimento de Werneck Sodré, a “burguesia inglesa” era favorável à total emancipação das colônias hispano-americanas, mas preferia manter os territórios do Brasil subordinados à coroa portuguesa, levando em conta os privilégios que a vinda da família real para o Rio de Janeiro garantiu aos negociantes britânicos.⁵ Consistente com esse pensamento, Sodré argumentou que se devia observar um fato importante: o *Correio Braziliense* não surgiu e se manteve “por força de condições internas, mas de condições externas.”⁶

Entretanto, no que diz respeito ao apoio da “burguesia inglesa” aos colonos hispano-americanos, o fato é que a independência da América espanhola nunca foi consenso na política de Londres durante o período em que Hipólito publicou o *Correio Braziliense* e que, a partir de 1810, não apenas o ministério britânico, mas também boa

³ Barbosa, Lima Sobrinho. *Hipólito da Costa: Pioneiro da Independência do Brasil*. Brasília: Fundação Assis Chateaubriand/Verano, 1996, p. 51. Ver também prefácio de Barbosa, Lima Sobrinho (org.). *Antologia do Correio Braziliense*, Rio de Janeiro: Cátedra, 1977.

⁴ Sodré, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983, pp. 24n; 23.

⁵ Como é bastante conhecido, entre outras vantagens, os tratados de 1810 firmados com a Inglaterra fixaram uma taxa de apenas 15% sobre a importação de produtos ingleses, quando a taxa estabelecida sobre mercadorias portuguesas era de 16% e a de produtos de outras nações, 24%. Uma boa síntese desse contexto pode ser encontrada em Slemian, Andrea. *A Corte e o Mundo: Uma história do ano em que a família real portuguesa chegou ao Brasil*. Andrea Slemian, João Paulo G. Pimenta (orgs.). São Paulo: Alameda, 2008, pp. 57-80.

⁶ Sodré, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. op. cit., p. 20.

parte dos políticos da oposição no parlamento passaram a defender um regime de conciliação com a Espanha. Esse também é um dos motivos por que a luta pela independência na América espanhola foi tão acidentada e tortuosa.⁷

De todo modo, nossa historiografia mais recente passou a caminhar em outra direção, observando em particular as formulações de Hipólito que pregavam a unidade entre Brasil e Portugal, com base numa nova configuração política, o seu “vasto Império do Brasil”, cuja legitimidade residiria numa relação de equidade entre as diferentes partes da monarquia portuguesa. Tratava-se de uma proposta de “união sem sujeição”, tal como sintetizou Maria Beatriz Nizza da Silva⁸. O quarto capítulo da tese mostra que essa ideia também foi defendida pelo mensário *El Español*, publicado em Londres pelo peninsular exilado José María Blanco White, entre 1810 e 1814.

Contudo, como bem observou István Jancsó, havia uma “complexa equação política” traduzida na proposta de unir sem sujeitar. Ao mesmo tempo em que o *Correio Braziliense* defendia “o fortalecimento da unidade da Monarquia”, também reivindicava “a radical subversão das estruturas das quais sua arquitetura política multissecular desde sempre se alimentou”, o que significa dizer, “da *assimetria que subordinava, tanto quanto os vassallos ao Rei, as colônias à Metrópole, ou nos termos do jornal, o Brasil a Portugal.*” Como isso “colidia com tudo que a esmagadora maioria de seus leitores tivera até então por visão de mundo, ou por fundamento de sua identidade”, o historiador entendia que, apesar da origem americana de seu autor, tal concepção reverberava uma experiência política “de viés corporativo-estamental,

⁷ María Teresa Berruezo de León expõe a extrema dificuldade encontrada por vários agentes hispano-americanos que durante anos se dirigiram a Londres e ali conjugaram esforços para obter financiamento para as guerras de independência. O quadro mostra que os negociantes e manufatureiros britânicos não estavam especialmente interessados pela causa dos colonos americanos, embora alguns exercessem pressão a seu favor. Berruezo de León, María Teresa. *La lucha de Hispanoamérica por su independencia en Inglaterra. 1800-1830*. Madrid: Ediciones de Cultura Hispánica, 1989, pp. 45-347.

⁸ Silva, Maria Beatriz Nizza da. “União sem sujeição”. Alberto Dines e Isabel Lustosa (eds.). *Hipólito José da Costa e o Correio Braziliense*. vol. XXX, t. 1, Estudos. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002, pp. 515-51.

própria à alta administração metropolitana.”⁹ É certo, como considerava Jancsó, que as proposições de Hipólito tinham lastros metropolitanos, herança que nosso personagem parecia fazer questão de reivindicar, inclusive. Entretanto, há nexos em seu discurso que ainda não foram percebidos até aqui, de tal forma que aspectos centrais para a compreensão de seu empreendimento permanecem ignorados.

Um dos elementos que dificultam o consenso e tornam bastante complexa a análise dos textos publicados no *Correio Braziliense* é o deslocamento de suas representações face ao imaginário luso-brasileiro. O ponto de partida para chegar a esse entendimento sobre o personagem e a sua obra foi minha pesquisa de mestrado sobre a viagem naturalista que, aos 24 anos de idade, ele realizou à América do Norte, entre 1798 e 1800. Entre os registros do *Diário da minha Viagem para Filadélfia*,¹⁰ conjunto de anotações pessoais em que o jovem ilustrado deixou suas impressões sobre os Estados Unidos, localizei representações que voltariam a figurar nos textos que ele publicou em sua maturidade, em Londres, vários anos mais tarde. Seu diário evidencia um processo muito rápido de identificação com os norte-americanos da Pensilvânia, uma atração aparentemente irresistível por cultos de denominações do protestantismo (embora ele fosse católico de fato ao chegar ali) e um claro descompasso em relação aos valores da sociedade portuguesa.¹¹

A percepção de que esse deslocamento era uma chave importante para desvendar a escrita de Hipólito e o sentido de seu discurso político levou à elaboração desta tese, cujo objetivo é demonstrar a inserção do *Correio Braziliense* numa rede textual bastante

⁹ Jancsó, István. “Independência, independências”. István Jancsó (org.). *Independência: História e Historiografia*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2005, pp. 38-9. (os grifos são do autor)

¹⁰ “Diário da minha viagem para Philadelphia e Copiador das Cartas de Officio enviadas dos Estados Unidos para autoridades portuguesas em Lisboa.” Manuscritos. Biblioteca e Arquivo Público de Evora. Cx VI, 1-12. O diário de viagem de Hipólito foi publicado pela Academia Brasileira de Letras, em 1955. Há uma nova edição do Senado Federal fiel à edição original. Costa, Hipólito José da. *Diário da minha viagem para Filadélfia (1798-1799)*. Brasília: Senado Federal, 2004.

¹¹ Buvalovas, Thais. *Hipólito da Costa na Filadélfia: Imprensa, maçonaria e cultura política na viagem de um ilustrado luso-brasileiro aos Estados Unidos (1778-1800)*. São Paulo: Hucitec, 2011, pp. 60-110.

ampla, de filiação anglo-americana e âmbito transoceânico, e uma orientação editorial em larga medida inspirada por referenciais alheios ao processo político e à dinâmica das relações sociais tanto em Portugal como no Brasil.

Lidar com esse tema era evidentemente prestar atenção às ideias com as quais Hipólito estaria dialogando em Londres. Quem observa atentamente esse cenário encontra uma identidade surpreendente entre o discurso do *Correio Braziliense* e variados escritos de língua inglesa. Estes não são apenas coevos: muitos dos textos que inspiraram o *Correio Braziliense* foram publicados nos séculos XVII e XVIII. Alguns são ainda mais antigos. Perceber isso conduziu a algumas questões fundamentais. A principal delas implicava saber se as representações construídas por Hipólito em seu jornal teriam sido amplamente partilhadas no oeste da Europa, o que também incluiria a península Ibérica. A tentativa de responder a essa questão levou à realização de uma espécie de inventário ou genealogia das ideias que sustentam representações de fundo no *Correio Braziliense*. Esse inventário é o principal tema do primeiro capítulo e fundamenta a análise realizada no capítulo seguinte. Esta mostra que ideias, vocábulos, formulações e argumentos construídos no interior do calvinismo não apenas tiveram notável persistência e ampla difusão no mundo anglo-americano e na Holanda (o que parece bastante conhecido), como foram disseminados na América portuguesa por meio do *Correio Braziliense*.

Ao mesmo tempo, a pesquisa sobre os impressos publicados em Londres nesse período confirmou a hipótese central formulada de início, mas redimensionou o seu significado. O jornal de Hipólito estava de fato inserido numa ampla rede textual, cujo centro de gravidade e articulação era a capital britânica. Porém, neste cenário figuravam variados textos impressos em espanhol, o que parece indicar a difusão de ideias

semelhantes nas colônias hispano-americanas. Estudos que contemplem o jornal *L'Ambigu*, publicado em Londres, entre 1803 e 1818, pelo francês emigrado Jean Gabriel Peltier, poderão mostrar em que medida o francês também teria sido um veículo importante para a transmissão das ideias que transitavam nesse contexto.

Ao explicitar sua metodologia, que consiste em contextualizar um discurso em seu “contexto adequado” ou “contexto ideológico adequado”, Quentin Skinner afirma que “compreender as questões que um pensador formula, e o que ele faz com os conceitos a seu dispor, equivale a compreender algumas de suas intenções básicas ao escrever.”¹² Desse modo, situar um discurso em seu contexto adequado significa não apenas recuperar as circunstâncias históricas em que ele foi enunciado, mas observar particularmente os temas privilegiados por seu autor, o vocabulário que utilizou e o modo como se expressou para alcançar seus objetivos. Nos termos de Skinner, tais enunciados, tópicos e expressões linguísticas se mostram articulados em torno de um ideário ou ideologia, esta tomada como um conjunto de ideias ou cenário de discussão textual, ao qual o discurso se refere. Ao longo desta tese, se verá que, em seus artigos, Hipólito chegou a empregar formulações criadas ou apropriadas por outros autores num espaço textual bastante vasto. Identificar estes elementos no texto possibilita ao pesquisador se aproximar de suas reais “intenções ao escrever”, para usar as palavras de Skinner, pois empréstimos e traduções revelam muito sobre os próprios objetivos de quem realizou a apropriação.

Entretanto, a tentativa de interpretar o discurso do *Correio Braziliense* inserindo o periódico em seu contexto adequado, ou seja, no cenário das ideias com as quais dialogava em Londres não significa negligenciar os vários e importantes estudos

¹² Skinner, Quentin. *As Fundações do Pensamento Político Moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp. 11; 13.

realizados por historiadores e comentaristas que elegeram o jornal de Hipólito como objeto de suas investigações. O que esse trabalho se propõe a realizar é evidenciar aspectos que não foram percebidos até aqui. Essa tarefa é de certo modo simplificada e, simultaneamente, dificultada, pelo fato de que peninsulares e hispano-americanos, residentes ou não em Londres, chegaram a realizar as mesmas (ou similares) operações discursivas manejadas pelo publicista luso-brasileiro. É o caso, entre outros, do círculo do general Francisco de Miranda¹³, que publicou grande número de artigos na imprensa de Londres e vários impressos defendendo a independência da América espanhola, do peninsular exilado José María Blanco White, responsável pelo mensário *El Español*, como já foi mencionado, e Frei Servando Teresa de Mier, que, além de colaborar com o jornal de Blanco White, escreveu a *Historia de la Revolución de Nueva España*, publicada em 1813.¹⁴ Mier se referiu a Hipólito como seu “amigo”, em obra que escreveu nos Estados Unidos e publicou em Filadélfia, em 1821, como se verá no quarto capítulo.

Um dado de interesse é que a circulação de escritos no interior dessa rede estava longe de ser unidirecional. Vindos da península Ibérica e de várias partes da América, não somente informes, relatos e documentos, mas ainda artigos de opinião, publicados em jornais do México, Caracas e Buenos Aires, eram reproduzidos em Londres e de lá

¹³ Francisco de Miranda foi uma das principais lideranças das lutas pela independência na América espanhola. Entre 1805 e 1806, organizou nos Estados Unidos uma expedição às costas da Venezuela, mas fracassou em seu intento de instituir um governo revolucionário, exilando-se novamente na Inglaterra. Voltou a Caracas em 1810 e, no ano seguinte, tornou-se vice-presidente do Congresso Nacional que proclamou a independência da Venezuela. Sobre as relações entre Hipólito da Costa e Francisco de Miranda, ver Rizzini, Carlos. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1957, pp. 8-9; Dourado, Mecnas. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1957, t. II, pp. 513-4. Outros autores mencionaram a existência de um relacionamento entre ambos e serão citados ao longo deste trabalho.

¹⁴ Sobre os temas presentes na *Historia de la Revolución de Nueva España*, ver Berruezo de León, María Teresa. *La lucha de Hispanoamérica por su Independencia en Inglaterra, 1800-1830*, op. cit., pp. 128-45. Os textos de Mier publicados por Blanco White no jornal *El Español* são comentados por Murphy, Martin. *Blanco White. Self-banished Spaniard*. New Haven: Yale University Press, 1989, pp. 80-2. Também Brading, David A. *Orbe Indiano*. Fondo de Cultura Económica. Cidade do México, 1991, pp. 635-39.

disseminados pelo continente americano, chegando a alcançar os Estados Unidos, em alguns casos. A configuração deste espaço textual foi detectada especialmente por autores espanhóis e de língua inglesa, mas as inter-relações e a intencionalidade de seus múltiplos agentes talvez ainda não tenham sido mapeadas por completo.

Sabe-se que o *Correio Braziliense* era distribuído nas colônias da Espanha, especialmente nos centros que então lideravam os processos de emancipação política no continente americano. João Paulo G. Pimenta afirma que essa circulação era de fato ampla: o jornal penetrava “com força [...] na América hispânica. Esta, aliás, era amplamente contemplada nas páginas do *Correio*, que considerava seus assuntos, depois dos de Brasil e Portugal, merecedores de prioridade máxima”.¹⁵ Um detalhe curioso é que os exemplares que chegavam à capitania do Rio Grande de São Pedro vinham por vezes do rio da Prata.¹⁶ Também são bastante conhecidas as relações de seu editor com revolucionários hispano-americanos, como o próprio Miranda, e chama a atenção o tipo de repercussão alcançada por suas palavras entre as novas lideranças de Buenos Aires e da Banda Oriental.

Não deixa de ser surpreendente o elogio do general José Artigas,¹⁷ que, no ano de 1811, em pronunciamento oficial à Junta Governativa do Paraguai, justificou sua reconciliação com Buenos Aires com base na “claridad de estos principios y de las sabias reflexiones que sobre ellos há escrito el editor del *Correo Braziliense*”, que o tinham alertado para as pretensões expansionistas da Coroa portuguesa no rio da Prata.¹⁸

¹⁵ Pimenta, João Paulo Garrido. *Estado e Nação no Fim dos Impérios Ibéricos no Prata (1808-1828)*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 2006, p. 73

¹⁶ Cf. Piccolo, Helga Iracema Landgraf. “O processo de independência numa região fronteiriça: o Rio Grande do Sul entre duas formações históricas”. István Jancsó (org.). *Independência: História e Historiografia*. op. cit., p. 585.

¹⁷ José Gervasio Artigas foi o principal líder político e militar da antiga Banda Oriental do rio Uruguay. De início aliado do movimento que instituiu a Junta de 25 de Maio em Buenos Aires, Artigas seguiria um caminho independente, lutando mais tarde contra os portugueses que invadiram territórios espanhóis no rio da Prata e que formariam a chamada província Cisplatina. Derrotado, exilou-se no Paraguai em 1820. Cf. Street, John. *Artigas and the Emancipation of Uruguay*. UK: Cambridge University Press, 1959.

¹⁸ Artigas, José Gervasio. *Obra Selecta*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 2000, p.14.

Cabe notar que, desde os primeiros números de seu periódico, Hipólito sinalizava contrariedade ao expansionismo português ao sul da capitania do Rio Grande. Em 1810, seu combate a uma intervenção portuguesa na Banda Oriental era explícito (*CB*, vol. V, pp. 652-4) e, em 1811, veemente: “[...] isso seria a última ruína da monarquia” (*CB*, vol. VII, p. 390). Porém, cinco anos mais tarde, ele passaria a defender justamente o que havia combatido antes (*CB*, vol. XVII, pp. 234-8) para logo inverter suas posições novamente: “[...] nos tínhamos redondamente enganado” (*CB*, vol. XVIII, p. 677). Acompanhar as reviravoltas no posicionamento do *Correio Braziliense* a respeito desta questão também leva a perguntar sobre qual seria o xadrez político em que nosso personagem fazia os seus lances e quais seriam as suas intenções de fato.

Mas o discurso aparentemente orquestrado com os revolucionários hispano-americanos não é a única peculiaridade nos textos de Hipólito da Costa. Com muita frequência, ele buscava legitimar inovações ou introduzir tópicos ausentes do universo luso-brasileiro, com base numa suposta filiação de suas idéias a um passado remoto, mas inexistente em Portugal, do mesmo modo como os ingleses de seu tempo podiam reivindicar um passado inexistente na Inglaterra. A percepção de que o *Correio Braziliense* estaria transitando em contexto alheio ao universo mental da colônia e de sua metrópole europeia partiu da pesquisa sobre o diário que Hipólito escreveu nos Estados Unidos, como foi mencionado aqui. Um de seus registros pareceu de particular interesse, levando em conta que a escrita era de um ilustrado luso-brasileiro que viajara à América do Norte com o intuito de obter exemplares da cochonilha, bem como informações sobre espécies agrícolas cultivadas nos Estados Unidos. A passagem do diário de Hipólito é a seguinte:

Uma observação que me foi feita hoje é digna e é que a revolução da

América data de Carlos II de Inglaterra: porque os Puritanos que fugiram para a Nova Inglaterra, os *Quakers* que se refugiaram em Pensilvânia e os Católicos que se estabeleceram em Maryland [...], todos estes, digo, impelidos pelas opressões que receberam no tempo de Carlos II, tiveram sempre uma tendência para a liberdade e para estabelecer a tolerância religiosa, pela falta da qual eles tinham sofrido muitos vexames; assim, teve sempre o povo da América que contender com os governadores, e a semente de Revolução, plantada no primeiro da fundação, brotou logo que teve ocasião.¹⁹

Como se pode ver, o interlocutor do jovem naturalista situou a revolução norte-americana no próprio ato de fundação das 13 colônias ou, em outras palavras, no tempo já antigo de suas origens, uma operação discursiva característica do chamado whiggismo, um conjunto de ideias partilhadas por uma fração da aristocracia inglesa, cuja influência foi muito expressiva na sociedade britânica ao longo do século XVIII. Seus adeptos fundaram uma “interpretação Whig da história” (*Whig interpretation of history*), teleológica, como mostra a transcrição acima. Curiosamente, o fato que coincidiu com a restauração de Carlos II não foi a “revolução da América”, mas sim a formação do partido Whig, fundado em 1676 por Anthony Ashley Cooper, conde de Shaftesbury, que teve como médico e secretário pessoal o filósofo John Locke. Identificados com o sistema parlamentar e a dissidência religiosa, os Whigs eram adversários do partido Tory, constituído nessa mesma época com o intuito de sustentar a prerrogativa da coroa e a hegemonia da Igreja anglicana. Sara Albieri sintetiza a principal característica da visão fundada pelo whiggismo: “Tal interpretação visava destacar os avanços do *privilégio* dos súditos contra a *prerrogativa* monárquica. Na história, o privilégio era marcado pela crescente participação dos comuns no parlamento.”²⁰ Desse modo, o antagonismo entre Tories e Whigs também pode ser entendido como uma oposição entre prerrogativa e privilégio.

¹⁹ Pereira, Hipólito José da Costa. *Diário da minha Viagem para Filadélfia. (1798-1799)*. Op. cit., pp. 70-1. (O grifo é do original)

²⁰ Albieri, Sara. “David Hume. Filósofo e historiador.” *Mediações. Revista de Ciências Sociais*. Vol. 9, -nº 2/2004, p. 29. (Os grifos são da autora).

Nas antigas colônias britânicas da América do Norte, uma recepção peculiar do whiggismo conferiu legitimidade para a guerra de independência e forneceu em boa medida os fundamentos do aparato jurídico e institucional da nova nação,²¹ como pode ser entrevisto no registro do diário de viagem de Hipólito. Já na Inglaterra, os Whigs foram proeminentes durante a primeira metade do século XVIII, mas seriam aliçados do poder com a ascensão de George III, em 1760. Exceto breves períodos de coalizão com outras forças políticas, permaneceriam na oposição até 1830.

No início do século XIX, o whiggismo era um campo político marcado por dissensões e parcialmente radicalizado não só pelo longo afastamento do poder e de suas benesses, mas também pela guerra empreendida por George III contra a França revolucionária. O esforço de guerra fragmentou o partido, desintegrando suas bases de sustentação no parlamento e isolando na oposição sua principal liderança, Charles James Fox. Os seguidores de Fox forjaram uma espécie de culto em torno de sua personalidade política, após seu falecimento em setembro de 1806, quando integrava a breve coalização denominada Ministério de Todos os Talentos (*All the Talents*). O principal herdeiro político de Fox foi seu sobrinho Henry Richard Vassal Fox, Third Lord Holland, que passou a reivindicar as tradições e os chamados “princípios” do whiggismo. O grupo que gravitava em seu entorno era conhecido simplesmente como “Holland House” e possuía uma identidade definida no interior do foxismo, tendendo a radicalizar a corrente principal do partido.²² Nas duas primeiras décadas do

²¹ Ver Bailyn, Bernard. *As Origens Ideológicas da Revolução Americana*. Bauru, SP: Edusc, 2003; Colbourn, H. Trevor. *The Lamp of Experience. Whig History and the Intellectual Origins of the American Revolution*. NC: University of North Carolina Press, 1965. Também Jacob, Margaret C. and James R. (eds.). *The Origins of Anglo-American Radicalism*. London: Humanities Press International, 1991. John Phillip Reid é autor de um estudo mais recente sobre o pensamento dos revolucionários norte-americanos. Reid, John Phillip. “The jurisprudence of liberty: the Ancient Constitution in the legal historiography of the Seventeenth and Eighteenth Centuries.” Ellis Sandoz (ed.). *The Roots of Liberty: Magna Carta, Ancient Constitution, and the Anglo-american Tradition of Rule of Law*. Indianapolis: Liberty Fund, 2008.

²² Cf. Mitchell, L. G. *Charles James Fox and the Disintegration of the Whig Party. 1782-1794*. UK: Oxford University Press, 1971; Smith, E. A. *Whig Principles and Party Politics. 1748-1833*. UK: Manchester University Press, 1975. Também Sanders, Lloyd. *The Holland House Circle*. New York:

novo século, o nome Whig poderia inclusive designar apenas os foxistas,²³ mas estes cada vez mais cederiam sua inclinação radical a outra facção, configurada entre os Whigs em 1807 e autodenominada a “Montanha” (*the Mountain*).²⁴ Uns e outros – seguidores de Fox articulados em Holland House ou *Mountaineers* – mostrariam um discurso de feição por vezes espantosa em sua oposição à coroa, tendo em vista suas origens de classe e as grandes fortunas acumuladas por seus ancestrais.²⁵

No entanto, deve-se assinalar já aqui um aspecto importante: ao longo dessa pesquisa, foi possível entrever no discurso do *Correio Braziliense* sinais que parecem provir de outras vertentes políticas, também britânicas, o que torna o quadro ainda mais complexo, pois é evidente que Hipólito operava traduzindo e recriando ideias em seu próprio suporte linguístico e à luz de valores, crenças e tradições da sociedade portuguesa ou luso-brasileira. Tais procedimentos de tradução e recriação eram centrais para que o discurso ganhasse legibilidade e poder de persuasão, de tal forma que nosso autor não apenas manejava um repertório de tradições específicas de sua cultura, como fazia questão de reivindicar as suas origens. Um bom exemplo disso é a apropriação do tema messiânico do Quinto Império do Mundo, como notou Maria de Lourdes Viana Lyra, na seguinte passagem:

Ao resgatar as imagens do Paraíso Terrestre e do Eldorado para fundamentar o projeto de edificação de um “*poderoso império*” no Brasil, Hipólito da

London: Benjamin Blom, 1969; Earl of Ilchester. *The Home of the Hollands. 1605-1820*. London: John Murray, 1937.

²³ Cf. Watson, J. Steven. *The Oxford History of England. The Reign of George III. 1760-1815*. UK: Oxford University Press, 1992, p. 441.

²⁴ Sobre essa facção do partido Whig, ver Roberts, Michael. *The Whig Party. 1807-1812*. New York: Barnes & Nobel, 1965. Também Dean Rapp. “The Left-Wing Whigs: Whitbread, the Mountain and Reform, 1809-1815.” *The Journal of British Studies*, Vol. 21, nº 2, (Spring, 1982), pp. 35-66; Aspinall, Arthur. *Lord Brougham and the Whig Party*. UK: Nonsuch, 2005, pp. 67-110; Treasure, G.R.R. *Who's Who in History. Vol. V: England, 1789-1837*. Oxford: Blackwell, 1974, pp. 37-41.

²⁵ Sobre este tema, ainda Mitchell, Leslie. *The Whig World. 1760-1837*. UK: Cambridge University Press, 2005; ___. *Holland House*. London: Duckworth, 1980; Mitchell, Austin. *The Whigs in Opposition. 1815-1830*. UK: Oxford University Press, 1967.

Costa fazia confluir as visões míticas, recorrentes desde o século XVI, desvestindo-as de configurações religiosas e interpretando-as racionalmente, em consonância com o seu tempo.²⁶

Assim, os diversos elementos presentes no discurso do *Correio Braziliense* configuram um cenário de alta complexidade, razão por que, antes de assimilar Hipólito ao ideário do partido Whig, é preciso considerar as circunstâncias históricas específicas do período contemplado por este trabalho, que vai de 1808 a 1812. Estas balizas foram estabelecidas por dois motivos principais: o primeiro e mais importante diz respeito ao fato bastante conhecido de que, a partir de janeiro de 1813, Hipólito começou a receber um subsídio anual da coroa portuguesa, como relatou Mecenas Dourado;²⁷ o segundo se refere à mudança de conjuntura ocorrida na Inglaterra justamente em 1812, devido a vários fatores, entre eles, a ascensão do príncipe de Gales à regência do Reino Unido, no ano anterior; a declaração de guerra dos Estados Unidos; o agravamento da crise econômica e da carestia, devido aos vários anos de conflito com a França; e a eclosão de graves distúrbios nos distritos manufatureiros. À crescente insatisfação popular, a coroa respondeu com uma nova política repressiva, coincidente com o primeiro ministério de Lorde Liverpool, que ocuparia o cargo de primeiro ministro de 1812 a 1827.²⁸ Pode-se considerar que um momento específico na política de Londres começa com a queda do Ministério de todos os Talentos, em 1807, e termina em 1811-2, quando o príncipe de Gales assume a regência e forma um novo gabinete liderado por Liverpool.

²⁶ Lyra, Maria de Lourdes Viana. *A Utopia do Poderoso Império. Portugal e Brasil: bastidores da política. 1798-1822*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994, p. 127. (O grifo é da autora)

²⁷ Dourado, Mecenas. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. op. cit., t. II, pp. 338-400. Foram preservadas algumas cartas de Hipólito a Paulo Fernandes Viana, intendente de Polícia no Rio de Janeiro, que evidenciam a subvenção da coroa portuguesa ao *Correio Braziliense*. Uma delas, em que o periodista discorria sobre vários temas, consta da relação organizada por Mendonça, Marcos Carneiro (ed.). *D. João VI e o Império do Brasil: a Independência e a Missão Rio Maior*. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, 1984, p. 398.

²⁸ Cf. Plowright, John. *Regency England. The age of Lord Liverpool*. London: New York: Routledge, 1996, em especial pp. 7-11; Hilton, Boyd. *A Mad, Bad, & Dangerous People? England, 1783-1846*. UK: Oxford University Press, 2008, pp. 195-235.

De todo modo, analisar os textos publicados no *Correio Braziliense* sem levar em conta a primeira razão pode levar a equívocos importantes, pois os subsídios diretos ou indiretos, como os anúncios do governo, influenciavam a linha editorial da grande maioria dos jornais publicados na Inglaterra nesse período. A situação do mensário de Hipólito não poderia ser muito diferente das condições em que funcionava a imprensa de Londres, com o agravante de que o *Correio Braziliense* não publicava anúncios, já então a principal fonte de recursos de grandes diários como o *Times* e o *Morning Chronicle*, capazes de sustentar de modo autônomo os altos custos de impressão e circulação e ainda gerar a receita indispensável para a manutenção do negócio. Além do grande volume de impostos recolhidos pela coroa (havia tributos sobre o papel, sobre o número de páginas impressas e sobre cada anúncio publicado), outros motivos contribuíam para elevar os custos da imprensa periódica, sendo que este fator não era o único obstáculo que restringia a circulação de jornais no Reino Unido. Havia também forte atuação do ministério e mesmo de diferentes departamentos do governo no sentido de “fazer passar” alguns jornais para o interior, enquanto outros recebiam tratamento inverso e tinham dificuldade bem maior para chegar a outras localidades, devido a pressões e mesmo ameaças do gabinete aos funcionários do Post Office. Aliado ao fato de que havia dupla tributação – impostos sobre a circulação em Londres e sobre a distribuição no interior –, isso explica por que os periódicos ingleses se restringiam à capital em muitos casos.²⁹

²⁹ O clássico sobre este tema é Aspinall, Arthur. *Politics and the Press, c. 1780-1850*. London: Home & Van Thal, 1949 (ver especialmente pp. 126-33). Informações detalhadas sobre os publicistas deste período podem ser encontradas em Bourne, Henry Richard Fox. *English Newspapers. Chapters in the History of Journalism*. Vol. I. London: Chatto & Windus, 1887, pp. 332-34; 354-55. Entre os estudos mais recentes, ver Barker, Hannah. *Newspapers, Politics and English Society. 1685-1855*. UK: Pearson Education, 2000, pp. 87-93; Asquith, Ivon. “Advertising and the Press in Late Eighteenth and Early Nineteenth Centuries: James Perry and *The Morning Chronicle*, 1790-1821.” *The Historical Journal*. Vol. 18, nº 4 (Dec 1975), pp. 703-24; Wasson, Ellis Archer. “The Whigs and the Press, 1800-1850.” *Parliamentary History*. Edinburgh University Press. Vol. 25, Part 1, 2006, pp. 68-87.

Parece claro portanto que esta imprensa ainda era menos um negócio, orientado para auferir lucro na relação com um determinado segmento do público consumidor, e bem mais um instrumento de agitação e propaganda à disposição de partidos, facções e agrupamentos políticos. Mesmo os jornais que possuíam autonomia eram dirigidos por homens comprometidos com a política de Londres. Nos Estados Unidos, a situação não era muito diferente. Ali, na virada do século XIX, quando Hipólito se encontrava em Filadélfia, eram publicados mais de 100 periódicos.³⁰ No entanto, os grandes diários de circulação nacional ainda não se pagavam, sendo em larga medida subsidiados pelos governos (da União ou dos Estados) e pelos partidos políticos.³¹ Em síntese, tudo isso significa que o primeiro elemento a ser levado em conta no caso do *Correio Braziliense* permanece obscuro: as circunstâncias em que Hipólito formulou o projeto de seu jornal e os mecanismos de financiamento que sustentaram seu empreendimento, entre 1808 e 1812.

O pano de fundo para a movimentação que ocorria em Londres no ano em que Hipólito lançou ali o seu periódico é a invasão da península Ibérica por Napoleão Bonaparte, a vinda da família real portuguesa para o Rio de Janeiro e o vácuo de legitimidade política instaurado na Espanha, com a prisão do rei Carlos IV e de seu filho, Fernando VII. Essa conjuntura é bastante conhecida, mas o que parece ter merecido pouca atenção é o fato de que, durante o ano de 1807 e mesmo nos primeiros meses de 1808, diferentes alternativas para o futuro de Portugal e da América

³⁰ Cf. Smith, Jeffery A. *Printers and Press Freedom. The ideology of Early American journalism*. Oxford: New York: Oxford University Press, 1988, p. 12.

³¹ Sobre a atuação político-partidária da imprensa norte-americana e seus mecanismos de financiamento nesse período, ver também Pasley, Jeffrey L. “*The Tyranny of Printers.*” *Newspaper politics in the Early American Republic*. Charlottesville: London: University of Virginia Press, 2001, pp. 56-64; 88-100; 183; Durey, Michael. “Thomas Paine’s apostles: radical émigrés and the triumph of Jeffersonian republicanism.” *The William and Mary Quarterly*. 3rd ser., vol. 44, n° 4, Oct., 1987, pp. 681-85; Tagg, James. *Benjamin Franklin Bache and the Philadelphia Aurora*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1991, pp. 107; 289; 395-96; 399; Smith, Jeffery. *Franklin & Bache. Envisioning the Enlightened Republic*. New York: Oxford: Oxford University Press, 1990, pp. 108-09; 151-52; 159.

portuguesa (ou dos “Brasis”) eram discutidas na política de Londres.³² De início, a situação era muito instável e havia grande incerteza quanto ao sucesso das manobras que o governo britânico pretendia realizar. Contudo, a instalação da corte portuguesa no Rio de Janeiro acabaria ocorrendo com tranquilidade e logo não haveria oposição à execução das políticas do ministério para o Brasil.

Enquanto isso, a revolta contra o domínio de Napoleão na Espanha deslocou o foco para a península Ibérica. Discutia-se a necessidade de uma reorganização política e institucional da monarquia espanhola que pudesse contemplar as reivindicações de seus colonos americanos e garantir estabilidade na Europa – posição que se fortaleceu, em detrimento dos grupos que pressionavam pela separação total entre os dois continentes. Esse é o momento em que a ideia de uma constituição antiga (*ancient constitution*) passa a ser utilizada por diferentes agentes no mundo ibérico. Tópico central ao *corpus* do whiggismo, a ideologia, doutrina, mito ou o que também se pode chamar de idioma³³ da constituição antiga já havia sido apropriado por radicais britânicos que, desde os anos 1790, se organizavam em torno de grandes bandeiras como a reforma parlamentar. O recurso ao passado pode parecer curioso nesse caso, mas o antigo constitucionalismo foi de fato o idioma político predominante entre os radicais ingleses durante a primeira metade do século XIX.³⁴

Em língua espanhola, a ideia de uma lei antiga seria manejada de diferentes formas com o objetivo de legitimar os movimentos de independência das colônias

³² O prestigiado *Edinburgh Review*, periódico trimestral identificado com o partido Whig e com a Montanha, em particular, analisou esse contexto em alentado artigo sobre a “emigração portuguesa” para o Brasil, publicado em abril de 1808. *The Edinburgh Review or Critical Journal*, vol XII, pp. 246-61. Também *Morning Chronicle*, 26 Sept., 23 Dec. 1807, 5 Jan. 1808. Ver ainda Roberts, Michael, *The Whig Party*, op. cit., pp 111-15.

³³ Utilizo o conceito de idioma político de J. G. A. Pocock. “O Estado da Arte.” ___. *Linguagens do Ideário Político*. Sergio Miceli (org.). São Paulo: Edusp, 2003, em especial pp. 30-42.

³⁴ Cf. Epstein, James A. *Radical Expression. Political language, ritual, and symbol in England, 1790-1850*. UK: Oxford University Press, 1994, pp. 3-28. Também Nattrass, Leonora. *William Cobbett: the politics of style*. UK: Cambridge University Press, 1995, pp. 11-25; 88; 112.

americanas, enquanto na metrópole orientava a intervenção do célebre pensador asturiano Gaspar Melchor de Jovellanos, então membro da Junta Suprema de Sevilha, e de seu discípulo Francisco Martínez Marina, um estudioso da legislação medieval dos reinos de Castela e Leão. Embora de feitio conservador, os estudos de Jovellanos e Martínez Marina contribuíram para difundir a crença de que havia uma constituição antiga na Espanha e que esta limitava o poder real por meio da instituição de cortes.³⁵ A partir de maio de 1810, essa constituição antiga também iria aparecer nos textos publicados por Blanco White no jornal *El Español*. Entretanto, a essa altura, o *Correio Braziliense* já havia publicado uma série de sete artigos versando sobre uma suposta constituição antiga de Portugal.³⁶

A relevância deste tema parece clara, mas seus variados aspectos ainda não receberam a devida atenção da historiografia hispano-americana, de acordo com José Carlos Chiaramonte. Ele sustenta que a persistência de “um complexo regulatório frequentemente mencionado sob o nome de ‘constituição antiga’ tem sido negligenciada pelos historiadores da América Latina, já que estes tendem a ver as práticas políticas da era da independência sob o império da ilegalidade.”³⁷

³⁵ A correspondência assídua entre Jovellanos e Lorde Holland, durante a guerra contra Napoleão na península Ibérica, contém várias referências a esse tema, como se pode ver em *Cartas de Jovellanos y Lord Vassal Holland sobre la guerra de la Independencia (1808-1811)*. Julio Somoza García-Sala (org.). 2 vols. Madrid: 1911. Ver ainda Alonso, Manuel Moreno. “Lord Holland y los Orígenes del Liberalismo Español”. *Revista de Estudios Políticos (Nueva Epoca)*. Número 36, Noviembre-Diciembre 1983, pp. 181-216.

³⁶ A série de artigos sobre a constituição antiga de Portugal foi publicada entre agosto de 1809 e maio de 1810, com o título “Paralelo da Constituição Portuguesa com a Inglesa.” *Correio Braziliense ou Armazém Literário*. Alberto Dines e Isabel Lustosa (eds.) ed. fac-similar. São Paulo: Brasília: Imprensa Oficial/Correio Brasiliense, 2001, Vol. III, pp. 175-182; 303-11; 371-83; 528-36; 621-33; Vol. IV, pp. 77-83; 471-79.

³⁷ Citação extraída da seguinte passagem: “This essay sets out to show that that universe consisted of a regulatory complex commonly cited under the name ‘ancient constitution’, the persistence of which has, as a rule, been neglected by Latin American historians, given as they are to viewing the political practices of the independence era as a realm of illegality.” Chiaramonte, José Carlos. “The ‘Ancient Constitution’ after Independence (1808-1852).” *Hispanic American Review* 90:3, August 2010, pp. 455-88. A passagem citada está na página 456.

O estudo de Chiaramonte conduz a um aspecto de grande importância. Segundo o historiador, a idéia de uma constituição antiga foi percebida no rio da Prata como “um complexo que incluía elementos escritos e não escritos igualmente”.³⁸ Contudo, o significado original da lei antiga entre os ingleses não era esse, porque a constituição antiga foi antes de tudo um mito. Esse mito alimentou uma doutrina e foi alimentado por ela, num duplo movimento que pode ser identificado na Inglaterra já em meados do século XVI. Havia, conseqüentemente, um corpo de ideias bastante enraizado na sociedade britânica, que deslocava a existência das principais instituições jurídicas e governamentais da nação para um tempo remoto, anterior à dominação romana, ou estabelecia como marco de sua existência a invasão dos povos saxões, nos séculos V e VI da Era Comum. De um modo ou de outro, a constituição antiga era tida como imemorial.³⁹ Clara Álvarez Alonso sugere que a importância e a longevidade desse “mito jurídico” teriam sido em boa parte resultado do cuidadoso cultivo de que foi objeto em tratados da especialidade desde o começo da era Stuart até o século XIX, o que envolveu inúmeros autores e contribuiu para que a constituição antiga se tornasse “um *communis locus* da historiografia anglo-americana.”⁴⁰

O que é relevante neste caso é o fato de que autores espanhóis – peninsulares e hispano-americanos – formularam um discurso sobre o mito contrário ao mito em si, já que em suas formulações a constituição antiga também contemplava leis escritas. Hipólito, ao contrário, traduziu e recriou esse “mito jurídico”, mantendo fidelidade à sua

³⁸ Citação livre para: “[...] a complex including both written and unwritten elements”. Chiaramonte, José Carlos. “The Ancient Constitution after Independence”. op. cit., p. 468.

³⁹ Cf. Pocock, J. G. A. *The Ancient Constitution and Feudal Law. A Study of English historical Thought in the Seventeenth Century. A Reissue with a Retrospect*. UK: Cambridge University Press, 1987, pp. 20; 30-55.

⁴⁰ Citação extraída da seguinte passagem: “El mito jurídico es el de la ‘constitución antigua’ que, desde los comienzos de la así llamada era Estuardo, fue cuidadosamente cultivado en tratados de especialidad hasta entrado el siglo XIX, llegando a implicar a autores tan significados y dispares como Hume o el propio Burke, por citar sólo dos entre los más representativos. Un mito que el propio Maitland defendió y que todavía continúa siendo un *communis locus* de la historiografía anglosajona.” Álvarez, Clara Alonso. “Instrumentalización y utilidad de un mito constitucional: la ‘English Ancient Constitution’ de Coke a Bolinbroke.” *Fundamentos* nº 6, 2010, pp. 205.

expressão original, de tal forma que é possível compreender a ideologia da constituição antiga, e o idioma político por meio do qual ela foi expressa, utilizando como guia os próprios artigos do *Correio Braziliense*. Nosso autor explicou de modo muito claro o caráter da constituição antiga: “[...] esta constituição provém do direito consuetudinário, que tem tanta força de obrigar como o direito expresso.”⁴¹ Portanto, para haver uma ideologia, doutrina ou mito da constituição antiga – que de fato existiram na Inglaterra, mas não existiram na península Ibérica –,⁴² é preciso contar com dois elementos fundamentais: a crença na supremacia do costume e a crença, correlata, na supremacia do precedente histórico.

Entre os ingleses, a ideia de que toda lei era costume se tornou generalizada a partir do século XVI. É por isso que os estatutos do parlamento e as poucas leis escritas, incluindo a Magna Carta, eram frequentemente entendidos como já existentes antes de existirem de fato. Não se trata propriamente de um paradoxo: acreditava-se que a lei, ao ser escrita, apenas declarava ou “reconhecia” o costume ou direito consuetudinário. Ao reivindicar os privilégios conferidos pelas “liberdades antigas”, na célebre Petição de Direito (*Petition of Right*) dirigida a Carlos I, em 1628, os líderes do parlamento alegaram se basear na Magna Carta, com o apoio de mais seis estatutos. Na ocasião, o porta-voz dos Comuns, John Glanville, afirmou que a Magna Carta era um estatuto que “declarava e confirmava as antigas leis e liberdades consuetudinárias da Inglaterra.”⁴³ Assim, uma lei muito antiga, cuja origem se perdia nas brumas do tempo (tal como se imaginava), podia ser expressa ou “reconhecida” em determinado momento da história,

⁴¹ *Correio Braziliense*, vol. III, nº 19, dezembro de 1809, p. 631.

⁴² É claro que, a partir do momento em que uma “constituição antiga da Espanha” passou a fazer parte do imaginário político no rio da Prata, essa “constituição antiga” de fato existiu, ao menos para os homens de Buenos Aires.

⁴³ Citação extraída da seguinte passagem: “They were relying, he stated, ‘upon the good old statute called Magna Carta, which declares and confirms the ancient common laws of the liberties of England.’” Weston, Corinne C. “England: ancient constitution and common law.” J. H. Burns and Mark Goldie (eds.). *The Cambridge History of Political Thought. 1450-1700*. op. cit., p. 379.

mas esse reconhecimento não alterava o seu caráter original. Ao contrário, a força da lei derivava da crença de que suas disposições eram provenientes do costume imemorial.

Privilegiar a ideologia da constituição antiga neste trabalho tem o sentido de evidenciar a inserção do *Correio Braziliense* no contexto delineado acima, o que significa dizer que é nesse contexto – o espaço textual que ao longo do tempo sustentou o *privilégio* – que as formulações de Hipólito encontram o seu lugar específico. Ter claro que é nesse cenário que nosso autor se movimenta também permite buscar uma explicação para a presença de vertentes radicais e não identificadas com o whiggismo nos artigos publicados por ele, especialmente entre 1808 e 1812. Nos anos seguintes, linguagens não provenientes do whiggismo estariam bem menos presentes ou mesmo ausentes de suas formulações.

I

O esforço de análise e interpretação proposto de início neste projeto tinha como objeto o discurso político do *Correio Braziliense*. Mesmo temas muito próximos como imprensa e maçonaria seriam desenvolvidos apenas à medida que possibilitassem iluminar a trajetória de Hipólito ou contribuir para uma melhor compreensão dos textos publicados em seu jornal. Outro aspecto não contemplado aqui, embora de grande interesse e ainda pouco explorado, é a recepção do *Correio Braziliense* em Portugal e no Brasil. O motivo é que esse tema exige uma investigação substancialmente distinta, o que seguramente desviaria o foco da tese, atenta sobretudo ao contexto de produção do

jornal e às operações discursivas realizadas por seu editor. Porém, a atenção direcionada para o discurso de Hipólito não deveria limitar a pesquisa somente aos escritos deixados por ele,⁴⁴ já que evidências de sua vida material poderiam auxiliar o trabalho de investigação e atuar de modo conjugado na demonstração das hipóteses formuladas no espaço desta tese. Esse é o procedimento que Pocock defende na seguinte passagem:

Quanto mais provas o historiador puder mobilizar na construção de suas hipóteses acerca das intenções do autor, que poderão então ser aplicadas ao texto ou testadas em confronto com o mesmo, maiores serão as suas chances de escapar do círculo hermenêutico [...]⁴⁵

Daí a importância de investigar a correspondência pessoal de Hipólito e levantar documentos a ele referentes ou a pessoas que fizeram parte de suas relações. Desse modo, a pesquisa foi realizada em dois planos diferentes: um deles pretendia evidenciar elementos e relações no corpo do *Correio Braziliense* que pudessem favorecer o trabalho de sua interpretação; o outro buscava rastrear conexões de Hipólito em Londres que contribuíssem para esclarecer aspectos difíceis de discernir em seu discurso e mesmo movimentos pouco perceptíveis na linha editorial de seu jornal. Mas ao se mover entre esses dois universos simultaneamente, a pesquisa manteve consistência metodológica, já que todo o trabalho de investigação teve origem no discurso e foi orientado por ele, enquanto os dados coletados pela pesquisa também eram por sua vez subordinados ao trabalho de interpretação do texto. Entretanto, diferentes estratégias de abordagem foram utilizadas ao longo da tese. Os documentos que atestam os contatos

⁴⁴ Hipólito deixou outros escritos úteis para a compreensão de seu pensamento político. Além do “Diário da minha Viagem para Filadélfia”, o principal deles é a *Narrativa da Perseguição*, obra publicada em Londres, em 1811, em que ele relata os acontecimentos de sua prisão por crime de maçonaria, no ano de 1802. Costa, Hipólito José da. *Narrativa da Perseguição*. 4ª ed. Porto Alegre: UFRGS/Associação Rio-grandense de Imprensa, 1981. Um escrito curioso, mas justamente por isso bastante esclarecedor é o “Esboço para a história dos artifícios dionisiacos, um fragmento”, texto também publicado em Londres, em 1820, e que mostra a extensão dos conhecimentos esotéricos de nosso personagem. O “Esboço” e outros escritos de Hipólito foram publicados recentemente pelo Grande Oriente do Brasil. Guimarães, João Nery. *Obras Maçônicas de Hipólito José da Costa*. Brasília: DF, 2000.

⁴⁵ Pocock, J. G. A. *Linguagens do Ideário Político*. op. cit., p. 27.

de Hipólito com lideranças de Buenos Aires e a estreita relação que ele manteve com o general Miranda exigiram uma contextualização dos acontecimentos no rio da Prata e na corte do Rio de Janeiro, com o objetivo de favorecer a compreensão do sentido dessa documentação.

Na capital britânica, a luta pela independência das colônias hispano-americanas se realizava principalmente por intermédio da imprensa periódica, embora outros impressos de propaganda política fossem instrumentalizados para apoiar o material publicado em jornais, como mostrou o estudo de María Teresa Berruezo de León, já citado aqui.⁴⁶ Esse combate por meio da imprensa também estava inserido no contexto mais amplo em que radicais britânicos reivindicavam reformas, contando ou não com o apoio de parlamentares da Montanha, facção à esquerda do partido Whig, como foi visto. Foi nesse contexto ampliado, em que dialogavam variados discursos sobre reforma institucional e extensão das bases de representação parlamentar, que a ideologia da constituição antiga se tornou um recurso ao qual peninsulares e hispano-americanos iriam recorrer para legitimar suas posições, embora as formulações que eles conceberam sobre o mito revelem uma inadequação ou incompreensão que, curiosamente, Hipólito não apresenta.

Entretanto, trabalhar com a ideologia da constituição antiga implica investigar como esse conjunto de ideias surgiu e se desenvolveu ao longo do tempo, buscando uma síntese de seu percurso até as primeiras décadas do século XIX. Realizar essa tarefa significa considerar um espaço textual que se estendeu por vários séculos, caracterizado por empréstimos, traduções e reapropriações em muitas direções.

⁴⁶ Berruezo de León, María Teresa. *La lucha de Hispanoamérica por su independencia en Inglaterra. 1800-1830.*

Assim, o primeiro capítulo procede a uma genealogia dessas ideias, o que permite ver com clareza que muitas representações construídas por nosso autor em seu periódico não encontram referências no universo intelectual de Portugal ou da América portuguesa. Nesse capítulo, cujo título é justamente “A Genealogia das Ideias”, vê-se que duas grandes linhagens de pensamento se desenvolveram ao longo do século XVI: a ideologia do poder absoluto dos reis e a teoria de que toda a autoridade política reside no povo. Ao acompanhar a trajetória das ideias que reivindicaram a soberania popular, esse capítulo fornece elementos fundamentais para a compreensão do discurso de Hipólito, já que permite observar quais tradições estão de fato presentes no *Correio Braziliense* e – muito importante – como chegaram lá. Simultaneamente, pode-se examinar também as possíveis relações entre as representações construídas em seu jornal e o pensamento hegemônico em Portugal a partir do século XVI, conhecido como a segunda escolástica portuguesa. Aqui era preciso saber se haveria alguma proximidade entre os textos do *Correio* e a filosofia tomista. Por isso, foi conferido largo espaço aos principais teóricos da Contra-reforma em Portugal, os jesuítas espanhóis Francisco Suarez e Luis de Molina, que desenvolveram o seu pensamento em fins do século XVI, quando lecionavam nas universidades de Coimbra e de Évora, respectivamente. Ambos exerceram forte influência no pensamento português durante o século seguinte⁴⁷, sendo que Suarez seria particularmente importante para teóricos do absolutismo como Hobbes, Grotius e Pufendorf. Porém, o que a pesquisa mostra é justamente a incompatibilidade do *Correio Braziliense* com o tomismo e os desdobramentos do pensamento contra-

⁴⁷ Ver Xavier, Ângela Barreto e Hespanha, António Manuel. “A representação da sociedade e do poder.” Antonio Manuel Hespanha (coord.), *História de Portugal. Quarto Volume. O Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Estampa, 1998, pp. 113-40. Também Raposo, Eva Rodrigues Ferreira Guilherme. “Francisco Suarez, Último medieval, primeiro moderno: a ideia exemplar”. *Cauriência*, Vol. V (2010) 261-281; Romano, Orlando. “A difusão do pensamento de Luis de Molina na primeira metade do século XVII.” *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias*, vol. I -1982. Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica/ Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, pp. 261-287.

reformista em Portugal. Sua proximidade com a teoria política do pombalismo é ainda menor, o que parece evidente, já que esta foi uma teoria absolutista.⁴⁸

Em síntese, o primeiro capítulo introduz temas que são de grande importância para a compreensão do pensamento de Hipólito, bem como para o entendimento do contexto em que se reivindicava a constituição antiga. Esses temas encontram resolução no segundo capítulo, “O Mito da Constituição Antiga”, cujo fio condutor é a série de artigos intitulados “Paralelo da Constituição Portuguesa com a Inglesa”, publicados por Hipólito entre agosto de 1809 e maio de 1810. Como já foi mencionado aqui, esses artigos favorecem muito a compreensão da doutrina da constituição antiga, tal como ela foi concebida entre os ingleses, o que possibilita apresentar seus aspectos centrais por meio do próprio *Correio Braziliense*. Esse capítulo demonstra que vários temas, ideias e formulações presentes no discurso de nosso autor tinham sido construídos por autores puritanos da *Commonwealth*,⁴⁹ que escreveram durante o Interregno republicano e a restauração de Carlos II. Esses teóricos filtraram tradições do humanismo cívico que também podem ser localizadas no *Correio Braziliense*. Contudo, mais inusitada é a afiliação dos textos de Hipólito com a teoria política elaborada pelos calvinistas franceses nos anos 1570 e 1580. Como essa identidade é muito clara, não oferecendo margem a dúvidas, é o caso de pensar sobre os motivos que teriam levado o ilustrado luso-brasileiro a se apropriar de fontes huguenotes, que não estão presentes deste modo entre os autores de língua espanhola, mesmo hispano-americanos. É importante reparar – e isso parece muito claro ao longo do segundo capítulo – que ideias existentes em

⁴⁸ Sobre a teoria política do pombalismo, ver Pereira, José Esteves. *O Pensamento Político em Portugal no Século XVIII. Antonio Ribeiro dos Santos*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005; Dias, J. S. Silva. “Pombalismo e teoria política.” *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias*, vol. I -1982. Instituto Nacional de Investigação Científica/ Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, pp. 45-114.

⁴⁹ Também traduzido por “comunidade”, já que sua tradução mais aproximada é a de bem comum (ou em latim *res publica*), o termo *Commonwealth* é utilizado para designar, na história inglesa, o período de 1649 a 1660, correspondente à república, quando a monarquia e a câmara dos Lordes foram abolidas. Cf. Trevelyan, G. M. *A Shortened History of England*. UK: Penguin Books, 1959, p. 574. Hill, Christopher. *O Mundo de Ponta Cabeça*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987, p. 37 (nota do tradutor).

Portugal, ao serem manejadas por Hipólito, e quando manejadas por ele, mostram-se subordinadas a uma ideologia cuja origem, pressupostos e desenvolvimentos não possuíam compatibilidade com o universo mental da sociedade portuguesa.

Com o título “A Conexão de Londres”, o terceiro capítulo apresenta um enfoque diferente, sustentado por uma estrutura narrativa também diversa. Aqui são analisados documentos que comprovam algumas das associações que podem ser identificadas ou ao menos entrevistas no corpo do *Correio Braziliense*. Esse capítulo é orientado por duas questões que direcionam a investigação desde o início. A primeira é esta: Por que um exilado luso-brasileiro escreveria sobre uma “constituição antiga” justamente no tempo e lugar em que muitos estavam fazendo o mesmo, mas ninguém em língua portuguesa? A segunda pergunta, estreitamente relacionada à primeira, é a seguinte: Quais seriam as reais intenções deste periodista de nacionalidade portuguesa ao propagandear insistentemente a independência da América espanhola? Não são problemas de fácil resolução, já que os movimentos de Hipólito em Londres (e igualmente antes) foram, de um lado, pouco ou mal documentados pelas autoridades portuguesas e, de outro, talvez registrados em papéis da maçonaria inglesa ainda hoje não disponíveis ao pesquisador.

O que permite elucidar uma parte desta trama é a impressionante documentação que Francisco de Miranda conseguiu reunir sobre ele mesmo. O *Archivo del General Miranda*,⁵⁰ uma coleção de 23 volumes, contendo inúmeras cartas, relatos, escritos de diversos autores e anotações pessoais do libertador venezuelano, desvenda uma relação muito estreita com Hipólito, entre 1808 e 1810. A correspondência e outros documentos arquivados por Miranda, alguns deles publicados no *Correio Braziliense*, possibilitam

⁵⁰ *Archivo del General Miranda*. La Habana: Editorial Lex, 1950. Biblioteca do Memorial da América Latina, São Paulo.

ver que Hipólito foi de fato um de seus colaboradores mais próximos, atuando como redator e intermediário nos contatos que ele manteve com agentes de Buenos Aires residentes no Rio de Janeiro. Manuscritos localizados no Archivo General de La Nación, em Buenos Aires, também revelam a relação de Hipólito com um agente rio-platense que negociava em várias praças do Brasil e esteve próximo de contatos do libertador venezuelano na capital da colônia portuguesa.

A inserção de nosso autor no círculo mirandista era previsível, pois há muito se conhece a identidade maçônica existente entre ambos.⁵¹ O *Correio Braziliense* também sinaliza essa proximidade: além de vários textos assinados por Miranda, o jornal publicou artigos muito favoráveis ao general, "exagerando seus méritos", como nota Berruezo de León.⁵² O mais importante, porém, é o nexó revelado por essa documentação: está bastante claro que Hipólito chegou a trabalhar sob a orientação de Miranda e é isso o que explica não só a grande quantidade de páginas dedicadas à América espanhola em seu jornal, mas igualmente a identidade existente nos textos de ambos, cujo discurso parece se fundir no ano de 1810. Resumindo, esse capítulo pretende demonstrar que o *Correio Braziliense* não foi um periódico desvinculado das estratégias de propaganda política gestadas em Londres nesse período, seja por agentes hispano-americanos, seja pelo Foreign Office, que, desde 1803, sustentava o *L'Ambigu*, de Peltier, e, entre 1810 e 1814, pagaria o *El Español*, de Blanco White. Contudo, havia uma tensão constante entre os pensionistas do Foreign Office – em particular Miranda, Blanco White e Servando Mier – e o próprio ministério britânico, já que seus objetivos políticos não coincidiam propriamente com os interesses do gabinete, podendo ser conflitantes em muitos casos.

⁵¹ Cf. Rizzini, Carlos. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. op. cit., pp. 8-9.

⁵² Berruezo de León, Maria Teresa. *La Lucha de Hispanoamerica por su Independência em Inglaterra. 1800-1830*. op. cit., p. 75.

O título do quarto capítulo é “O Verdadeiro Caminho” e remete a duas frases: uma é de Saturnino Rodríguez Peña, agente de Buenos Aires a serviço de Miranda no Rio de Janeiro; a outra foi publicada por Hipólito no *Correio Braziliense* e, mais tarde, reproduzida pela *Gazeta de Buenos Aires*. É evidente que, nesses dois contextos, “o verdadeiro caminho” era a “independência absoluta” da “América meridional” ou “América do Sul”, como Miranda cada vez mais passaria a denominar o seu objeto a partir de 1809. A reprodução sistemática de textos na íntegra e o uso dos mesmos argumentos e formulações é uma característica do periodismo nesse período, justamente porque essa reiteração se mostrou bastante eficaz como estratégia política, tendo em vista fixar e estender o alcance da mensagem que se pretendia divulgar e promover. O artigo em questão não era da autoria de Hipólito e havia sido publicado originalmente pelo *Edinburgh Review*, então o mais prestigiado periódico britânico, cujos redatores eram identificados com a Montanha, facção à esquerda do partido Whig, como foi visto. O autor desse artigo era o filósofo escocês James Mill, um dos colaboradores mais próximos de Miranda, que, juntamente com o filósofo utilitarista Jeremy Bentham, pertencia ao grupo dos chamados “radicais de Westminster.” O fato de que o mesmo texto foi publicado em três idiomas, em Londres e no rio da Prata, evidencia que há uma lógica de rede conduzindo estes empréstimos ou traduções.

Vê-se ainda que a identidade existente entre os escritos que transitavam nessa rede encontrava referências na intervenção de alguns personagens principais. Como já deve estar claro, um deles era o general Miranda, cuja atuação esteve muito direcionada para o rio da Prata entre 1808 e 1810. Outro personagem central na propaganda política de Londres nesse período foi Lorde Holland, de algum modo associado à Montanha e cuja influência sobre os redatores do *Edinburgh Review* era claramente perceptível.⁵³ O

⁵³ Embora essa facção do partido Whig tenha se formado em 1807, o termo “the Mountain” foi registrado pela primeira vez numa carta de Lorde Lauderdale, de janeiro de 1810, em que este perguntava a Lorde

grandee de Holland House também era responsável pela linha editorial do *El Español*, apesar de Blanco White ser subsidiado pelo Foreign Office, tópico que será focalizado no quarto capítulo. A agitação dos grupos radicais era o terceiro elemento que seguramente reverberava nas páginas do *Correio Braziliense* e estes de algum modo tinham relações com o general Miranda.

Desse modo, o terceiro e quarto capítulos da tese mostram que o libertador venezuelano é uma das vias que conduzem às apropriações realizadas por Hipólito em seu jornal. Outro caminho seguramente parte das linguagens utilizadas no interior da maçonaria inglesa, cujo ideário foi em boa medida decalcado do whiggismo, mas bastante radicalizado nas últimas décadas do século XVIII, como explica Jessica Harland-Jacobs.⁵⁴ De todo modo, a filiação do *Correio* aos “princípios” do whiggismo teria mais de uma fonte, já que o duque de Sussex, filho do rei George III e protetor de Hipólito em Londres, foi um Whig próximo de Holland House e também da Montanha, convivendo com personagens ilustres no cenário intelectual da Inglaterra desse período, como o socialista utópico Robert Owen.⁵⁵

Grey se Holland estaria “totalmente inclinado em direção à Montanha” (Lauderdale “wondered whether Lord Holland had a complete leaning to the Mountain”). Rapp, Dean. “The Left-Wing Whigs: Whitbread, the Mountain and Reform, 1809-1815.” *The Journal of British Studies*, Vol. 21, nº 2 (Spring, 1982), p. 35.

⁵⁴ Harland-Jacobs, Jessica. *Builders of Empire: Freemasons and British imperialism, 1717-1927*. NC: University of North Carolina Press, 2007, pp. 103-04.

⁵⁵ Ver Gillen, Mollie. *Royal Duke. Augustus Frederick, Duke of Sussex (1773-1843)*. UK: Sidgwick & Jackson, pp. 169-74.

1 – A Genealogia das Ideias

*“Um governo popular é, em minha opinião, o mais bem calculado para sacar a público os talentos que há na nação e para desenvolver o entusiasmo que resulta de se considerarem todos os cidadãos em via de ter parte ou voto na administração dos negócios públicos. Mas quando assim falo, entendo o chamamento de Cortes e outras instituições que formavam a parte democrática da excelente Constituição antiga de Portugal. Não quero, pois, entender de forma alguma, por governo popular, a entrega da autoridade suprema nas mãos da população ignorante, porque isso é o que constitui a anarquia; e nisto se deve cair necessariamente todas as vezes em que o vigor e o entusiasmo do povo excedam a energia e o talento dos que governam.”*⁵⁶

Hipólito José da Costa

O contexto das ideias que permeavam os escritos publicados em Londres durante o período em que Hipólito dirigiu o *Correio Braziliense* permite discernir alguns temas de fundo, presentes em variados tipos de impressos e veiculados em diferentes idiomas ou suportes linguísticos, o que, por si só, demonstra a amplitude da rede textual em que essas ideias encontravam inserção. Levando em conta a grande diversidade de suas

⁵⁶ *Correio Braziliense ou Armazém Literário*. vol. II, nº 9, fevereiro 1809, p. 175.

expressões, os objetivos políticos até mesmo opostos aos quais costumava servir, bem como a longevidade da polêmica constituída em seu entorno, o mais importante destes temas seguramente é a ideologia, doutrina, mito ou o que também se pode chamar de idioma da constituição antiga, tópico central ao *corpus* do whiggismo, com o qual Roderick Barman chegou a identificar Hipólito da Costa. Em *Brazil. The Forging of a Nation*, Barman afirmava que, em seus objetivos políticos, Hipólito da Costa foi “nada mais nada menos do que um Whig inglês”, defendendo o equilíbrio da constituição,⁵⁷ um legislativo forte, liberdade religiosa e de imprensa e respeito aos direitos individuais.⁵⁸ O historiador considerava que este credo não demandava mudanças radicais na estrutura da sociedade portuguesa, mas simultaneamente percebia um aspecto de extrema importância no que se refere à circulação do *Correio Braziliense* nos domínios de Portugal, como pode ser visto a seguir:

O periódico de Hipólito exerceu um papel central na transformação de significado do termo ‘Brasil’, de uma vaga noção espacial a um conceito político distinto e viável, promovendo um sentimento de lealdade em direção a este novo conceito entre a minoria letrada da América portuguesa.⁵⁹

Esta passagem da obra de Barman não apenas alude ao processo de construção de uma identidade nacional distinta, como também sugere uma clara intencionalidade por parte do diretor do *Correio Braziliense* em suas representações sobre o Brasil. Aqui se deve assinalar que a intencionalidade de Hipólito ao difundir concepções sobre o Brasil como “síntese de suas partes” e “corpo político dotado de feição própria” também

⁵⁷ Tratava-se do equilíbrio entre os três poderes então constituídos na Inglaterra: o “executivo” (como os Whigs preferiam chamar a coroa), a Câmara dos Lordes e a Câmara dos Comuns.

⁵⁸ Citação extraída da seguinte passagem: “In his political goals, Hipólito José was no more no less than an English Whig, believing in a balanced constitution, a strong legislature, freedom of religion and the press, and liberty – respect for the rights of the individual.” Barman, Roderick J. *Brazil. The Forging of a Nation. 1798 – 1852*. CA: Stanford University Press, 1988, p. 51.

⁵⁹ Tradução livre para: “Hipólito José’s played a major role in transforming the meaning concept of ‘o Brasil’ from a vague spatial term into a distinct and viable political concept and in promoting a feeling of loyalty to that new concept among the literate minority in Portuguese America.” Barman, Roderick J. *Brazil. The Forging of a Nation*. op. cit., p. 50.

foi observada por István Jancsó e Andréa Slemian.⁶⁰ Contudo, Hipólito não foi o único jornalista estrangeiro desse período a ser identificado com o ideário do partido Whig. David Brading também associou ao chamado whiggismo o peninsular exilado José Maria Blanco White,⁶¹ cujo mensário *El Español*,⁶² publicado em Londres, entre 1810 e 1814, era muito semelhante ao *Correio Braziliense*, em seu formato e linha editorial.

Embora o fio condutor do capítulo seguinte seja justamente a ideologia da constituição antiga, é interessante transcrever aqui algumas passagens dos artigos de Hipólito sobre “a constituição dos antigos portugueses”, pois elas funcionam como uma espécie de introdução geral ao tema, facilitando o contato com as ideias que serão comentadas ao longo da tese. Em seu artigo de nº 6, cujo título é “Meios e precauções adotadas em Portugal e em Inglaterra para preservar a constituição do Estado contra os efeitos do poder”, nosso autor escreveu:

Que estas câmaras, conselhos, magistrados territoriais e cortes façam parte essencial das leis fundamentais consuetudinárias do Estado se conhece bem refletindo-se que eles já existiam antes do primeiro rei D. Afonso I, que continuaram a existir depois dele, e em tempo de seus sucessores, e que nunca os povos deram o seu consentimento para se abolirem.

Que outras provas produzem os ingleses do que chamam constituição britânica, ou forma de governo inglês? À exceção da Magna Carta, do Bill dos direitos, e alguns outros estatutos, o total e mais essencial das leis fundamentais do governo inglês é provado por seus juriconsultos, por não outro testemunho mais do que os costumes de seus maiores: o mesmo Bill dos direitos não se propõe a estabelecer direito novo, mas a declarar que tal era o direito consuetudinário.⁶³

Hipólito discorria aqui sobre uma questão fundamental no contexto da constituição antiga: a supremacia da figura jurídica do precedente. Seguindo essa ideia,

⁶⁰ Jancsó, István e Slemian, Andréa. “Um caso de patriotismo imperial.” Alberto Dines e Isabel Lustosa (eds.). *Hipólito José da Costa e o Correio Braziliense*. Vol. XXX, t. 1, Estudos. op. cit., pp. 605-67.

⁶¹ Brading, David A. *Orbe Indiano. De la monarquía católica a la república criolla. 1492-1867*. México: Fondo de Cultura Económica, 1991, p. 586.

⁶² *El Español*. Por D. J. Blanco White. Londres, en la Imprenta de R. Juigné. Biblioteca Nacional de Buenos Aires. Também sobre a biografia e as ideias políticas difundidas pelo jornal de Blanco White, ver Murphy, Martin. *Blanco White. Self-banished Spaniard*; Suanzes, Joaquín Varela. “Un precursor de la monarquía parlamentaria: Blanco White y ‘El Español’.” *Revista de Estudios Políticos (Nueva Epoca)*. Núm. 79, Enero-Marzo 1993, pp. 101-120.

⁶³ “Meios e precauções adotadas em Portugal e em Inglaterra para preservar a constituição do Estado contra os efeitos do poder.” *Correio Braziliense*. Vol. IV, nº 20, janeiro 1810, p. 85.

está claro que, se já existiam câmaras, conselhos e cortes em Portugal “antes do primeiro rei D. Afonso I,” não poderia haver dúvida de que o poder destas assembleias era independente ou mesmo superior à prerrogativa do monarca. O próprio texto confirma esta inferência logo em seguida, ao explicitar que “nunca os povos deram o seu consentimento” para que tais instituições fossem abolidas. Note-se que somente “os povos” tinham o poder de abolir as câmaras, conselhos e cortes da nação portuguesa. Era portanto nesta instância – “os povos” – que residia a autoridade legítima ou estava situado o que se convencionou chamar de supremo *locus* da soberania.

Mais adiante, nesse mesmo texto, Hipólito explicava ainda que a constituição antiga provinha do direito consuetudinário. Na Inglaterra, mesmo as poucas leis escritas e estatutos do parlamento eram frequentemente entendidos como já existentes antes de existirem de fato. Não é propriamente um paradoxo: em muitos casos, considerava-se que estas leis ou estatutos apenas expressavam ou “reconheciam” os usos já instituídos pelo costume. Era por esse motivo que o texto de uma lei como o “Bill dos direitos”, que estabelecia a soberania legislativa do parlamento no contexto da revolução Gloriosa, declarava que suas disposições estavam em conformidade com o direito comum ou consuetudinário (*common law*), não constituindo portanto “direito novo”, como explicou Hipólito. É claro que isso não era rigorosamente verdadeiro, mas nosso autor discursava no contexto ideológico do mito, o que já deve estar claro.

A esta altura, no sexto artigo da série publicada pelo *Correio Braziliense*, chegasse ao cerne da ideologia da constituição antiga, tal como essa lei era representada já no início do reinado de James I (1603-1625): um código consuetudinário, constituído pelo costume “imemorial” dos povos saxões, que tinham se estabelecido na Inglaterra nos séculos V e VI da Era Comum. Outra versão do mito, esta puramente insular, situava a lei antiga entre os povos bretões, em período anterior à dominação romana. De um

modo ou de outro, não possuindo origem conhecida ou registro que pudesse ser rastreado, “as leis fundamentais consuetudinárias do Estado”, para usar as palavras de Hipólito, eram de algum modo entendidas como independentes da monarquia. Os defensores do parlamento afirmavam que o rei não tinha poder legal para alterar ou revogar estas leis, assim como não possuía legitimidade para abolir as instituições representativas “dos povos”, que faziam “essencial parte” desse código consuetudinário, como tão bem sintetizou Hipólito.

Segundo Pocock, demonstrar que as leis eram tão ou mais antigas do que os reis era central para os constitucionalistas da era Stuart, pois desse modo eles podiam defender uma base contratual ou eletiva para a monarquia, o que, em consequência, tornava intrinsicamente limitado o poder real. Mas “se as leis tivessem se originado num período em que já havia um rei, nada a não ser a autoridade real poderia ter ditado ou sancionado estas leis e o monarca poderia reivindicar o direito soberano de revogar aquilo que seus antecessores haviam concedido.”⁶⁴ Era por isso que, em sua disputa com o parlamento, James I alegava enfaticamente que os reis eram os autores das leis e não o contrário, resultando disso que os privilégios detidos pelo parlamento teriam sido concessões dele mesmo e de seus antecessores. Corinne Weston esclarece que essa “questão era importante, já que uma autoridade derivada de outra era considerada inferior à original”,⁶⁵ assim como era soberana a autoridade que não tivesse precedente. No caso da fundação da monarquia portuguesa, tal como imaginava (ou, ao menos, insistia) Hipólito, as leis fundamentais do Estado, bem como as instituições a elas

⁶⁴ Tradução livre para: “[...] but if the laws had come into being at a time when there was already a king, then nothing but the king’s authority could have sanctioned or made them law, and the king might assert a sovereign right to revoke what his predecessors had granted. Pocock, J. G. A. *The Ancient Constitution and the Feudal Law. A study of English historical thought in the Seventeenth Century*. 2nd ed. UK: Cambridge University Press, 1987, p. 17.

⁶⁵ Tradução livre para: “The matter was important since a derived authority was considered inferior to an original one.” Weston, Corinne C. “England: ancient constitution and the common law.” J. H. Burns and Mark Goldie (eds.). *The Cambridge History of Political Thought. 1450-1700*. UK: Cambridge University Press, 1991, p. 377.

concernentes eram anteriores ao primeiro rei, D. Afonso I, o que também significava que esse rei havia sido eleito, como se verá no segundo capítulo.

Durante as guerras civis do século XVII, a lei fundamental ou antiga assumiu um caráter marcadamente igualitário, que nunca chegaria a abandonar por completo, como os textos publicados pelo *Correio Braziliense* também podem comprovar. Em seu primeiro artigo sobre a “constituição antiga de Portugal”, Hipólito mostrava que havia aderido à versão de que “todos os povos do Norte” que tinham invadido o Império Romano do Ocidente, nos séculos V e VI, haviam implantado costumes idênticos ou muito semelhantes nos territórios em que se estabeleceram. No contexto da constituição antiga, isto significa dizer que estes povos instituíram a mesma lei fundamental em todos os países da Europa Ocidental. Como a soberania era o principal aspecto que definia o caráter de uma sociedade política, a versão adotada por nosso autor pode ser sintetizada na seguinte passagem:

Os seus príncipes [dos povos do Norte] não tinham outro título ao poder que exercitavam senão o seu valor e a livre eleição dos povos; e como estes nos seus desertos tinham mui limitadas ideias do poder soberano seguiam aos seus chefes, menos em qualidade de vassallos ou súditos, do que na de companheiros na conquista.⁶⁶

O “valor” era uma virtude da antiga nobreza medieval, tradicionalmente associada ao ofício das armas, como afirma António Manuel Hespanha.⁶⁷ Este sentido do termo valor é de fato consistente com a ideia de “companheiros na conquista.” Ocorre, porém, que a “livre eleição dos povos” pressupõe um ato de escolha, realizado pela comunidade com base em qualidades individuais específicas, pois não era de esperar que “os povos” votassem livremente em chefes despreparados para “exercitar” o

⁶⁶ *Correio Braziliense*. Vol. III, agosto 1809, “Paralelo da Constituição Portuguesa com a Inglesa, nº 1, Introdução”, p. 180.

⁶⁷ Cf. Hespanha, António Manuel. *As Vésperas do Leviathan. Instituições e poder político: Portugal – século. XVII*. Coimbra: Almedina, 1994, p. 312.

poder. O resultado é que o significado tradicional do conceito de valor foi parcialmente deslocado nesta formulação, sugerindo o manejo de uma expressão recorrente na literatura maçônica desse período: "O real valor e mérito pessoal" (*"the real worth and personal merit"*). Essa expressão significava que o valor conferido por uma linhagem nobre não era o verdadeiro, pois o "real valor" nada tinha a ver com a origem ou o pertencimento do indivíduo a uma determinada ordem ou lugar social. Como a ideia de "real valor" não costumava aparecer dissociada do "mérito pessoal", conclui-se que o primeiro termo somente adquiria seu significado próprio ao ser relacionado com o segundo. Assim, pode-se afirmar que "o real valor" era praticamente sinônimo de "mérito pessoal."

Este era reconhecido (ou ao menos propagandeado) como o principal atributo para a ascensão nos quadros da maçonaria inglesa já em suas origens, nas primeiras décadas do século XVIII: "Toda a Preferência [para promoções] entre *Maçons*, orgulhavam-se os primeiros irmãos, 'era baseada apenas no real Valor e Mérito pessoal', não em posições sociais e políticas", relata Steven Bullock, com base nas *Constituições* de 1723.⁶⁸ Décadas mais tarde, o conceito de mérito teria lugar de destaque no corpo de ideias que legitimaram a independência dos Estados Unidos.⁶⁹

As relações de Hipólito com a maçonaria anglo-americana requerem um estudo específico, não contemplado nos limites deste trabalho, mas tendo em vista seu comprometimento com a ordem maçônica, ao menos desde a viagem que realizou aos Estados Unidos, parece natural que Hipólito divulgasse o ideário das lojas inglesas em

⁶⁸ Tradução livre para: "All Preferment among *Masons*", boasted early brothers, 'is grounded upon real Worth and personal Merit only', not social or political position." Bullock, Steven C. *Revolutionary Brotherhood. Freemasonry and the transformation of the American social order, 1730-1840*. UC: University of Carolina Press, 1996, p. 39. (O grifo é do original)

⁶⁹ Sobre este tema, ainda Nash, Gary B. "Artisans and Politics in Eighteenth-Century Philadelphia." Margaret C. Jacob and James R. Jacob. (Eds.). *The Origins of Anglo-American Radicalism*. op. cit., pp. 258-63; Schultz, Ronald. "The small-producer tradition and the moral origins of artisan radicalism in Philadelphia. 1720-1810." *Past and Present*, nº 127, May 1990, em especial, pp. 87-89. Foner, Eric. *Tom Paine and Revolutionary America*. Oxford: New York: Oxford University Press, 1977, pp. 107-44.

seu jornal. Esta relação entre o pensamento veiculado pelo periódico e as ideias difundidas pela maçonaria foi percebida por outros autores que buscaram uma chave de interpretação para o *Correio Braziliense*. Em meu livro, procurei chamar a atenção para a linha de continuidade existente entre sua filiação à ordem em Filadélfia e seu ingresso na maçonaria de Londres, vários anos mais tarde.⁷⁰ No entanto, a atuação das lojas maçônicas e o caráter de seu ideário no mundo anglo-americano ainda são pouco compreendidos.

Apesar do discurso oficial de não envolvimento em atividades políticas, nas ilhas britânicas a ordem serviu a diferentes partidos e correntes de opinião ao longo do século XVIII e primeiras décadas do XIX. Seu grande desenvolvimento na Inglaterra, na primeira metade do XVIII, esteve estreitamente relacionado à hegemonia do partido Whig, no período conhecido como Oligarquia Whig, e seu ideário foi em larga medida decalcado do whiggismo, embora a estrutura das lojas tivesse sido instrumentalizada por grupos situados em todas as posições do espectro político. Isto é o que estudos recentes comprovam, entre eles a investigação minuciosa realizada por Jessica Harland-Jacobs. Segundo ela, um homem que então se iniciasse na maçonaria estava aderindo a uma instituição cuja relação com o universo da política era não apenas íntima, mas única.⁷¹

Entretanto, as ideias formuladas por Hipólito percorreram um longo caminho até chegar às páginas de seu jornal. Em fins do período medieval, estudiosos do direito romano e da filosofia escolástica desenvolveram alguns conceitos que seriam mais tarde articulados pelos calvinistas na doutrina da constituição antiga. Mas levando em conta que estes conceitos poderiam estar presentes de algum modo em outras linhagens do

⁷⁰ Buvalovas, Thais. *Hipólito da Costa na Filadélfia (1798-1800)*. op. cit., pp. 21-23; 104-05.

⁷¹ Citação extraída da seguinte passagem: “A man who underwent Masonic initiation was also joining an institution that, despite its claims to being above politics, had a unique and intimate relationship to the political realm.” Harland-Jacobs, Jessica L. *Builders of Empire: freemasonry and British imperialism, 1717-1927*. NC: University of North Carolina Press, 2007, p. 102. Sobre esse aspecto, ver ainda pp. 103-04. Também Bullock, Steven C. *Revolutionary Brotherhood. Freemasonry and the transformation of the American social order*. op. cit., pp. 28; 33.

pensamento moderno, uma questão que deve ser solucionada diz respeito à filiação das ideias de Hipólito, pois seria possível imaginar que estas fossem tributárias de concepções difundidas em Portugal nos séculos anteriores. Contudo, cogitar influências de teóricos portugueses no discurso do *Correio Braziliense* seria ainda assim reconhecer uma mescla de diferentes tradições. Carlos Stoetzer chegou a admitir uma conjugação deste tipo no pensamento de Jovellanos e de “outros ilustrados do mundo hispânico”, que teriam associado sua herança escolástica a influências “anglo-saxônicas.”⁷²

Ocorre que, no caso de Hipólito, especificamente, os conteúdos referentes ao passado histórico de Portugal se mostram em larga medida subordinados a ideias de filiação eminentemente britânica, inspiração que foi focalizada recentemente por Isabel Lustosa. Entre outras considerações sobre este tema, ela sustenta em seu estudo que a vontade de Hipólito de ver adotado no Brasil o modelo liberal inglês fez com que ele “fosse um grande divulgador da Constituição inglesa e de obras sobre o assunto.”⁷³

De todo modo, como a documentação existente sobre Hipólito é muito esparsa e diminuta, não há como alcançar os seus reais objetivos – e este é um ponto que parece consensual – contando apenas com os documentos disponíveis sobre a sua trajetória pessoal. Esta documentação é importante, mas complementar. A tentativa de responder ao desafio proposto pelo *Correio Braziliense*, tal como entendido aqui, requer uma investigação sobre as linhagens de seu discurso e esta necessariamente contempla tarefas de razoável complexidade. A primeira delas é apresentar, mesmo que em síntese, o percurso das tradições que teriam inspirado as ideias de seu editor.

I

⁷² Stoetzer, O. Carlos. *Las raíces escolásticas de la emancipación de la América Española*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1982, pp. 121-22.

⁷³ Lustosa, Isabel. “Correio Braziliense (1808-1822): a imprensa brasileira nasceu inglesa e liberal.” Eliana de Freitas Dutra e Jean-Yves Mollier (orgs.). *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política no Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 438.

No prefácio de *As Fundações do Pensamento Político Moderno*, Quentin Skinner esclarece que, particularmente nesta obra, buscou “acentuar o paradoxo que fazia tanto os luteranos quanto os calvinistas radicais dependerem de um esquema conceitual derivado do estudo do direito romano e da filosofia moral escolástica.” Explicando melhor:

Se não há dúvida de que em geral os revolucionários da Europa de inícios da modernidade eram calvinistas professos, penso que ainda não se prestou a devida atenção ao fato de que as teorias por eles desenvolvidas estavam formuladas, quase inteiramente, na linguagem legal e moral de seus adversários católicos.⁷⁴

Skinner lembra que o século XVI não presenciou apenas os primeiros passos da ideologia absolutista, mas também “a emergência de sua grande rival teórica, a teoria de que toda a autoridade política é inerente ao povo.” As ideias articuladas em defesa da soberania popular obtiveram um desenvolvimento tão expressivo durante esse período que se tornaram capazes de “desafiar os ambiciosos governos absolutistas dos primeiros tempos da modernidade europeia – inicialmente na Escócia, depois na França e, por fim, na Inglaterra.” Isso foi factível porque “um notável elenco de ideias políticas radicais já se constituía pelo final da Idade Média, atingindo novo pico de desenvolvimento ao se iniciar o século XVI.” Nas cidades do Norte da Itália, já em fins do período medieval, duas tradições distintas de análise política iriam inspirar os defensores da “liberdade republicana.” Uma delas partia do estudo das artes retóricas e teria linhas de continuidade com o humanismo cívico. A outra se constituiu a partir da filosofia escolástica, surgida na França e logo difundida entre pensadores e juristas do *Regnum Italicum*, que também souberam usar o direito romano a seu favor.⁷⁵

⁷⁴ Skinner, Quentin. *As Fundações do Pensamento Político Moderno*. op. cit., p. 14.

⁷⁵ Skinner, Quentin. *As Fundações do Pensamento Político Moderno*. op. cit., pp. 49; 394.

Adotando a obra de Skinner como um dos principais fios condutores da trama a ser desvendada neste capítulo, nossa história começa portanto em meados do século XIII, na Universidade de Paris, onde as novas ordens predicantes da Igreja, em especial os dominicanos, desenvolveram um sistema filosófico que acolhia os tratados morais e políticos de Aristóteles, redescobertos na Europa no século anterior. Muitos desses escritos tinham sido preservados em traduções árabes e foram difundidos por intermédio do califado de Córdoba. Como é bastante conhecido, o maior expoente da escolástica foi são Tomás de Aquino, cuja *Suma Teológica*, praticamente finalizada em 1274, ano de seu falecimento, apresentava uma consistente filosofia cristã fundada nas concepções de Aristóteles sobre a vida cívica.

Na *Suma Teológica*, Tomás de Aquino acentuava que, embora fosse essencial o consentimento do povo para que se constituísse uma sociedade política legítima, o ato de instituir um governante sempre conduzia os cidadãos a alienar – e não apenas a delegar – a autoridade soberana que originalmente detinham. Em outras palavras, em seu entendimento, o povo sempre abria mão de sua soberania no ato mesmo de instituir um governo, porque, com este ato de fundação, as pessoas criavam sobre si próprias um poder maior do que o poder que originalmente possuíam. Ernst Kantorowicz esclarece que, por esse motivo, são Tomás afirmava que “o Príncipe era *legibus solutus* [livre da ação das leis], não estando portanto sujeito ao poder coercitivo (*vis coactiva*) da Lei Positiva, uma vez que a Lei positiva, afinal, recebia sua força do Príncipe.”⁷⁶

Contudo, a recepção da escolástica na Itália dos séculos XIII e XIV discordaria severamente de seu mestre. Os pensadores que passaram a empregar o procedimento escolástico para interpretar a *Política* de Aristóteles pretendiam, com essa metodologia, diagnosticar e solucionar as debilidades das cidades-Estado da Lombardia e da Toscana,

⁷⁶ Kantorowicz, Ernst H. *Os Dois Corpos do Rei: um estudo sobre teologia política medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 95.

que nesse período enfrentavam a ameaça de serem subjugadas pelo Sacro Império e, mais tarde, pela Igreja. Logo haveria também o receio de que o espírito de disputa entre grupos e facções rivais conduzisse à fragmentação do poder, favorecendo a conquista ou a entronização de tiranos – os *signori* ou déspotas – que então avançavam por toda a península. Desse modo, se Tomás de Aquino sustentava que a monarquia hereditária era sempre a melhor forma de governo em todas as situações, os expoentes da escolástica na Itália defendiam que o sistema mais adequado para as cidades-Estado era eletivo, “feito segundo a lei” e “em benefício do corpo principal do povo.” O aspecto mais marcante no pensamento destes autores era seu apego aos “ideais de independência política e autogoverno republicano”, que antes deles já tinham sido acalentados pelos estudiosos da retórica na própria Itália e, em alguma medida, também na França.⁷⁷

A predileção republicana entre os italianos estava ancorada numa nova imagem da Roma antiga e de sua história: por essa época, os pensadores escolásticos da península começaram a supor que o apogeu de Roma teria ocorrido durante o período republicano, e não mais durante o Império, como tradicionalmente se pensava. O modelo da Roma republicana seria privilegiado também na Inglaterra pelos pensadores que escreveram durante o Interregno republicano e a restauração de Carlos II, sendo preservado por juristas e publicistas identificados com o whiggismo ao longo do século XVIII, e ainda na primeira metade do XIX, como se verá mais adiante.

Um aspecto relevante no que diz respeito aos escolásticos italianos desse período está relacionado às condições em que estes desenvolveram o seu pensamento. Os esforços para resistir ao triunfo dos *signori*, em cidades já exauridas pelas guerras contra o Sacro Império e pelos incessantes embates entre facções, foram acompanhados pelo desenvolvimento de uma ideologia política que tinha em mira defender e realçar as virtudes distintivas da vida cívica republicana. Neste quadro, já no início do século XIV,

⁷⁷ Skinner, Quentin. *As Fundações do Pensamento Político Moderno*. op.cit., pp. 23-44; 74-75; 57.

escolásticos como o filósofo Marsílio de Pádua e o jurista Bartolo de Saxoferrato radicalizaram suas posições, chegando à concepção de que o governante deveria ser o corpo inteiro do povo, pois desse modo, já por princípio, nenhuma luta interna poderia prosperar. Em sua obra *Defensor da Paz*, de 1324, Marsílio insistia que as leis deveriam ser discutidas primeiro por especialistas, designados pelos governantes ou eleitos por todos os cidadãos, mas suas recomendações só podiam se converter em lei quando aprovadas pela “comunidade reunida de cidadãos.”⁷⁸ Pouco mais tarde, em seus comentários sobre o *Digesto*,⁷⁹ Bartolo desenvolveu o conceito de “*civitas sibi princeps*”, o que significava dizer que a cidade era “príncipe de si mesma”. Assim, o príncipe não apenas deveria respeitar os costumes do povo. “A concepção de Bartolo ia além: se o povo, por consenso tácito criava usos e costumes, ele podia, também por consenso explícito, criar leis escritas”, de tal forma que, ao fazer leis, o conjunto de cidadãos de fato governava a cidade e era assim que esta se tornava “príncipe de si mesma”.⁸⁰

Como se vê, estes autores já sustentavam que o povo mantinha a autoridade suprema, apenas delegando a soberania, sem nunca a alienar. Mas outros pensadores escolásticos exerceriam maior influência no processo de elaboração de uma teoria moderna da soberania popular. Um dos mais importantes foi o franciscano inglês Guilherme de Occam. Já no início dos anos 1340, portanto não muito tempo depois que Marsílio e Bartolo desenvolveram suas ideias, Occam desenvolveu uma teoria da resistência política originada no direito privado. Em suas *Oito questões sobre o poder*

⁷⁸ Cf. Black, Antony. *El Pensamiento Político en Europa, 1250-1450*. UK: Cambridge University Press, 1996, p. 248.

⁷⁹ O *Digesto* é uma compilação dos *iura*, direitos expressos por meio das decisões dos jurisconsultos romanos, que foram reunidos por ordem do imperador Justiniano, constituindo uma das quatro partes do “*Corpus Iuris Civilis*” – Corpo de Direito Civil. O *Digesto* foi promulgado no ano 529 da Era Comum.

⁸⁰ Citação extraída da seguinte passagem: “Bartolus took this further: if the people can by tacit consent create usages and customs, they can also by explicit consent create written law as well.” Cf. Luscombe, D. E. “The state of nature and the origin of the state”. Kretzmann, Norman *et alli* (eds.) *The Cambridge History of Later Medieval Philosophy from the Rediscovery of Aristotle to the Desintegration of Scholasticism, 1100-1600*. UK: Cambridge University Press, 1982, p. 764.

papal, ele se inspirou no código civil romano, em particular no *Digesto*, que justificava o uso da violência física em algumas situações referentes às relações entre particulares. Um bom exemplo é o direito de legítima defesa, aplicável quando o indivíduo tivesse a sua vida em risco ou mesmo apenas os bens de que era proprietário. A formulação do escolástico inglês era a seguinte: do mesmo modo que uma pessoa tinha o direito de exercer a violência física para se defender do ataque de um agressor, o povo também possuía o direito de empregar a força para resistir às agressões de um governante tirânico. Nestes casos, “de calamitosa necessidade”, julgava ele, o povo tinha o direito de depor o rei e o manter em custódia, segundo a máxima do direito civil que admitia ser legítimo “repelir pela força a força injusta.”⁸¹

A teoria da resistência de Occam seria retomada por Jean Gerson, um escolástico francês do início do século XV, cuja contribuição original a este debate foi a elaboração de uma teoria conciliarista sobre o poder da Igreja. Gerson e os conciliaristas defendiam que o concílio geral constituía a assembleia representativa dos fiéis, possuindo suprema autoridade sobre a Igreja e o papa. Isso porque todo poder legítimo no interior da Igreja deveria ser eletivo: a razão, a lei natural e a lei divina requeriam consenso mútuo. Contudo, os princípios relacionados ao consenso e à eleição não estavam confinados somente à igreja. Os conciliaristas estenderam seu argumento às sociedades seculares, declarando que todos os governantes deveriam ser escolhidos por eleição e governar por meio do consenso. A conclusão mais importante desse pensamento é que nenhum governante poderia ser maior, em poder, do que a comunidade que ele governava.⁸²

O pensamento dos conciliaristas ingressaria no século XVI por meio dos chamados sorbonistas, que adotaram suas teses na Sorbonne, e reafirmaram suas ideias sobre a legitimidade política nas repúblicas seculares. Entretanto, ao usar os argumentos

⁸¹ Skinner, Quentin. *As Fundações do Pensamento Político Moderno*. op. cit., pp. 405-06.

⁸²Cf. Black, Antony. “The Conciliar Movement”. J. H. Burns (ed.). *The Cambridge History of Medieval political Thought, c. 350-c.1450*. UK: Cambridge University Press, 1988, pp. 573-75; 579-85.

de Occam e de Gerson, os sorbonistas foram além, declarando que a autoridade política não era “meramente derivada do povo, mas inerente a ele”. Desse modo, o poder que a comunidade detinha sobre o seu príncipe constituía um poder ao qual era impossível renunciar. Um dos expoentes desta escola, o francês Jacques Almain, fundamentou esta ideia aplicando o direito privado às sociedades políticas, a exemplo do que antes fizera Occam. Em seu *Reexame da questão do poder natural*, Almain afirmou que “nenhuma sociedade poderia alienar completamente a sua autoridade em favor de um governante, do mesmo modo como nenhum indivíduo poderia renunciar ao seu direito de autopreservação.”⁸³

Um aspecto desta teoria é particularmente importante por remeter a uma questão que se tornaria central na ideologia da constituição antiga: a precedência da soberania popular, argumento que também aparece no primeiro texto de Hipólito comentado neste capítulo. Ao criticar a tese tomista de que o governante estava “acima” da comunidade por ele governada, Almain insistia que “ninguém pode dar o que não possui.” Seguindo este princípio, ele defendia que o “direito de gládio” (“*ius gladii*”) que a comunidade concedia a seu governante no ato de fundar uma sociedade política era um direito que forçosamente havia pertencido antes à própria comunidade. Desta forma, o “direito de gládio” ou “direito da espada” não era instituído no momento em que o povo designava um governante, como levavam a crer os tomistas: a comunidade tivera a posse deste direito antes, o que significava que a autoridade política era “inerente” a ela.

Almain foi discípulo do escocês John Mair, com quem pode ter discutido estas ideias em Paris, embora Mair tenha apresentado suas conclusões mais radicais em fase relativamente avançada. Na versão de 1516 das *Questões utilíssimas sobre o Livro IV*

⁸³ Tradução livre para: “[...] no community can wholly alienate its authority to a ruler anymore than an individual can renounce his right to self-preservation”. Cf. Luscombe, D. E. “The state of nature and the origin of the state”. Kretzmann, Norman *et alli* (eds.) *The Cambridge History of Later Medieval Philosophy from the Rediscovery of Aristotle to the Desintegration of Scholasticism, 1100-1600*. op. cit. p. 764.

das Sentenças de Lombardo, o sorbonista escocês advogava que o “direito da espada” permanecia “todo o tempo como propriedade do povo livre.” Na *História da Grã-Bretanha*, obra que concluiu depois de retornar à Escócia, em 1518, ele insistia que o rei de um povo livre não tinha autoridade para agir de modo contrário à vontade desse povo: um rei cuja atitude fosse contrária ao bem comum “devia ser deposto pela comunidade que governava.”⁸⁴

A recepção destas ideias na Inglaterra é atestada pela controvérsia que antecedeu e teve continuidade imediatamente após a eclosão da primeira guerra civil, em agosto de 1642. De acordo com Janelle Greenberg, os adversários de Carlos I costumavam citar fontes medievais inglesas para justificar sua alegação de que um rei tirânico não deveria ser obedecido, mas sim deposto. Entretanto, os defensores do rei afirmavam que os “rebeldes” tinham emprestado essa tese de autores conciliaristas e sorbonistas, cujas ideias teriam sido apropriadas igualmente por calvinistas escoceses, huguenotes e mesmo jesuítas. Greenberg considera que, ao associar a causa parlamentar a estas fontes, excluindo os escritos de origem inglesa, os realistas provavelmente buscavam despir a argumentação de seus opositores de seu apelo ideológico, insinuando que haveria algo suspeito e perigosamente estrangeiro (“*un-English*”) em seu argumento. De todo modo (e sendo isso o que mais interessa), é provável que os “parlamentaristas” tivessem empregado um amplo leque de fontes para validar suas posições, o que teria fornecido munição para o ataque de seus adversários.⁸⁵

Contudo, afirmando sua identidade em paralelo ou, mais apropriadamente, em oposição aos desenvolvimentos do pensamento escolástico, o humanismo cívico seria bem mais influente no processo de elaboração de uma teoria moderna da soberania

⁸⁴ Cameron, James K. “The Conciliarism of John Mair”. Diana Wood (ed.). *The Church and Sovereignty, c. 590-1918*. UK: The Ecclesiastical History Society/Basil Blackweel, 1991, pp. 434-35.

⁸⁵ Greenberg, Janelle. *The Radical Face of the Ancient Constitution. St. Edward’s “laws” on Early Modern political thought*. UK: Cambridge University Press, 2001, pp. 204-05.

popular. Surgindo nas cidades do Norte da Itália, no início do Quatrocentos, os humanistas concentraram suas atenções no ideal de liberdade republicana, associando o conceito de liberdade a uma dupla condição: a independência de poderes ou agressores externos e o autogoverno dos cidadãos, traço também marcante entre os estudiosos da retórica e pensadores escolásticos que os precederam, como foi visto. Pode-se afirmar assim que, ao proclamar os méritos da forma republicana de governo, os humanistas cívicos expressavam uma linhagem já antiga de sentimento antimonárquico. Mas há um aspecto praticamente desconsiderado por seus antecessores e simultaneamente central em seu pensamento: a defesa de uma cidadania armada. Os florentinos, em especial, insistiam que, para garantir a liberdade e a integridade da república, a cidade de Florença deveria ser defendida por milícias formadas por seus próprios cidadãos e não por exércitos mercenários e permanentes.

Seguindo esta tradição, perto de um século mais tarde, Maquiavel dedicaria três capítulos de sua obra mais conhecida, *O Príncipe*, a considerações sobre o seu “método do exército de cidadãos”,⁸⁶ voltando a abordar este tema na *Arte da Guerra*, de 1521, e nos *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, provavelmente publicados antes de 1519. O pensador florentino chegou a recrutar uma tropa de milicianos, sendo eleito secretário de um novo comitê do governo de Florença – os Nove da Milícia – em fins de 1506.

Concebido por Aristóteles, enfatizado por Tito Lívio e Políbio e recuperado pelos humanistas cívicos, o ideal da cidadania armada teria grande longevidade no mundo anglo-americano. Curiosamente, pode ser encontrado em mais de uma passagem do *Correio Braziliense*. É interessante abrir um parêntese para focalizar este ponto, pois ele confere concretude aos tópicos teóricos abordados neste capítulo. Em outras palavras, permite demonstrar a pertinência de recuperar ideias originadas séculos antes

⁸⁶ Maquiavel. *O Príncipe*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985, pp. 71-88.

do período que nos interessa de fato. Assim, é útil transcrever aqui uma passagem da “Oração inaugural” ou discurso de posse do novo presidente dos Estados Unidos James Madison, publicado pelo jornal de Hipólito em abril de 1809. Em sua fala, Madison afirmava o compromisso de:

“[...] conservar dentro dos limites requeridos a força militar permanente; com a constante lembrança de que uma milícia armada e exercitada é o mais firme baluarte dos governos republicanos, que sem exércitos permanentes nunca a sua liberdade pode estar em perigo, assim como nunca pode estar segura com grandes exércitos.”⁸⁷

Não deixa de ser curioso que o *Correio Braziliense* publicasse o discurso de posse de um presidente norte-americano, tendo em vista o caráter das representações sobre os Estados Unidos que circulavam nas colônias ibéricas. Mesmo na Inglaterra a nova república era paradigmática. Em dezembro de 1816, quando o movimento contra a carestia e pela demissão “dos ministros de Sua Majestade” tomou conta dos principais distritos manufatureiros do país, artesãos e operários que lideravam as assembleias dos tecelões de Manchester enunciavam que a “república Americana era um exemplo para os britânicos.”⁸⁸

Acresce que James Madison era sucessor e correligionário de Thomas Jefferson, o que de antemão já indicava que seu discurso dificilmente deixaria de ser instrutivo para aqueles que acalentavam ideais republicanos ou admiravam o sistema norte-americano de governo. A fala do novo presidente tinha como eixo central o protesto contra as restrições impostas pela Inglaterra e pela França napoleônica aos direitos de comércio dos países neutros na guerra então em curso na Europa. Este provavelmente

⁸⁷ “Oração inaugural de Mr. Madison, o novo presidente dos Estados Unidos.” *Correio Braziliense*. vol. II, nº 11, abril de 1809, pp. 385-389. A citação está na página 388.

⁸⁸ Citação extraída da seguinte passagem: “This question was debated among Manchester radicals, with speakers holding up the American republic as an example for Britons.” Além da demissão do ministério, os tecelões também reivindicavam a ampliação do sufrágio, com eleições “livres e democráticas” para a Câmara dos Comuns, a dissolução do exército permanente e a revogação de “impostos injustos.” Cf. Epstein, James A. *Radical Expression. Political language, ritual, and symbol in England, 1790-1850*. op. cit., pp. 14-15.

era um tema de pouca importância para o público “braziliense”. Entretanto, vê-se no texto tópicos talvez mais interessantes, como o compromisso de Madison de respeitar “os direitos e autoridades reservadas aos Estados e ao povo”, bem como sua adesão incondicional a mais irrestrita liberdade de consciência, de culto e de imprensa. O leitor ficava sabendo ainda que uma “milícia armada e exercitada” era “o mais firme baluarte dos governos republicanos” e que estes se manteriam sempre seguros sem exércitos permanentes.⁸⁹ É mesmo de perguntar por que motivo este discurso foi reproduzido na íntegra pelo jornal de Hipólito, já que, no início do século XIX, o principal critério que organizava as páginas de um periódico era a conveniência de seu editor.

Considerações sobre a cautela que era preciso ter com a chamada *standing army* voltariam ao *Correio Braziliense* nos artigos sobre a “constituição antiga” de Portugal. Aqui se vê que na Inglaterra o exército não podia ser convocado nem mantido sem a autorização do parlamento. Nosso autor declarava que as restrições impostas ao poder real seriam nulas, caso “o povo não conservasse em sua mão um poder eficaz”, e que eram três os principais meios que a nação inglesa adotava para que o rei se conformasse aos limites impostos ao seu poder. Um deles consistia no “cuidado de não deixar ao rei exército algum por mais de um ano, de maneira que acabado o ano, se o parlamento não renova a lei, mesmo em tempo de guerra, fica o exército *ipso facto* dissolvido.”⁹⁰ É curioso que, por meio do *Correio Braziliense*, o leitor ainda hoje possa obter com facilidade uma das chaves do combate incessante aos exércitos permanentes no mundo anglo-americano. Voltaremos a este tema, dada a sua importância no corpo textual do whiggismo e sua presença igualmente marcante nos impressos de outros grupos de oposição à coroa britânica.

⁸⁹ “Oração inaugural de Mr. Madison, o novo presidente dos Estados Unidos.” *Correio Braziliense*. vol. II, nº 11, abril de 1809, p. 388.

⁹⁰ “Paralelo da Constituição Portuguesa com a Inglesa.” *Correio Braziliense*. vol. IV, nº 20, janeiro 1810, p. 80.

Mas não apenas o ideal da cidadania armada exerceria grande influência entre os pensadores do Norte da Europa. Outro elemento presente nas teorias humanistas que reverberou fortemente foi a crença de que a forma republicana de governo oferecia oportunidades iguais para todos. Na República, “a esperança de ascender às honras públicas, de fazer uma carreira por seus esforços próprios, é igual para todos”, declarava Leonardo Bruni, em sua *Oração nos funerais de Nani Strozzi*, de 1428. Isso garantia não apenas “a verdadeira liberdade e igualdade perante a lei para todos os cidadãos”, mas também o florescimento de grandes talentos e virtudes: “Nas cortes dos príncipes os bons são sempre excedidos pelos hipócritas, bajuladores e invejosos”, pois “só raramente a virtude é recompensada.” Já na “forma popular de governo”, o “povo livre” podia antever a chance de “ascender às honras e disputar o poder” e isso tinha “o efeito de despertar os seus talentos.” Segundo Anthony Grafton, “a liberdade e o franco acesso aos cargos públicos” era para Bruni explicação suficiente para “as instituições e feitos únicos de Florença.”⁹¹

Este é um discurso que de fato atravessa o *Correio Braziliense*, mas basta ler a epígrafe deste capítulo para encontrar uma exposição modelar das concepções de Hipólito sobre o tema. Nesse artigo, ele criticava severamente uma proclamação dos governadores do reino que alardeava um suposto estado de “anarquia” então existente em Portugal. É por isso que o texto evolui em torno deste termo – anarquia. Mas o que de fato interessa nesta passagem é a ideia de que “um governo popular” era “o mais bem calculado” para revelar “os talentos” existentes na nação e também “para desenvolver o entusiasmo” que resultava do fato de que todos os cidadãos se consideravam “em via de ter parte ou voto na administração dos negócios públicos.”⁹²

⁹¹ Citação extraída da seguinte passagem: “And Bruni did not hesitate to argue [...] that the liberty and free access to office that Florentines enjoyed were sufficient explanation of their unique institutions and achievements.” Grafton, Anthony. “Humanism and political theory.” J. H. Burns and Mark Goldie (eds.). *The Cambridge History of Political Thought. 1450-1700*. UK: Cambridge University Press, 1991, p. 13.

⁹² “Portugal. Proclamação.” *Correio Braziliense*. vol. II, n.º 9, fevereiro 1809, pp. 172-74.

A identidade entre estas formulações e os argumentos de Leonardo Bruni é clara, mas nesta passagem nosso autor se referiu ainda “ao chamamento de cortes e outras instituições que formavam” uma suposta “parte democrática da excelente constituição antiga de Portugal”.⁹³ Chega-se agora a um ponto mais importante: a “fala” de Hipólito mostra a articulação de formulações características da tradição humanista no *interior* do antigo constitucionalismo britânico. Desse modo, seu jornal também permite entrever a confluência entre o humanismo cívico e a jurisprudência do direito comum (*common law*) ocorrida na Inglaterra, ao longo dos séculos XVI e XVII. A conjugação destas duas tradições no contexto do protestantismo inglês daria origem a uma ideologia dotada de grande especificidade, como se verá mais adiante.

Mas a perspectiva otimista face ao desenvolvimento de talentos e virtudes sob um “governo popular” ou “forma popular de governo” ainda não era o aspecto mais significativo das ideias humanistas sobre a capacidade criativa do homem. O corolário deste credo seria a ênfase que seus adeptos passaram a atribuir à ideia de que a vontade era livre. Ao rejeitar as concepções de santo Agostinho sobre a condição decaída do ser humano, até então dominante, os humanistas introduziram não somente a confiança nos “dotes extraordinários” da natureza humana, mas também a crença de que o homem era a única criatura capaz de forjar o seu destino, possuindo o “seu próprio livre arbítrio.” Isso significava acreditar que todo homem poderia vencer as contingências da sorte, se soubesse usar as virtudes que possuía a seu favor, o que implicava uma inata liberdade de escolha, esta conferida por Deus.⁹⁴

II

⁹³ *Correio Braziliense*. vol. II, nº 9, fevereiro 1809, p. 175.

⁹⁴ Cf. Skinner, Quentin. *As Fundações do Pensamento Político Moderno*. op. cit., pp. 112; 114; 118.

Como é bastante conhecido, daqui estas ideias passariam à era da Reforma e de seus opositores. Estes promoveram um grande ressurgimento das concepções de São Tomás de Aquino, movimento intelectual em que os jesuítas aparecem com especial destaque. Coincidentemente, os tomistas mais influentes entre os jesuítas espanhóis foram Francisco Suárez e Luis de Molina, ambos radicados em Portugal em fins do século XVI, quando produziram suas obras mais importantes.

Foi ao longo das aulas que ministrou na Universidade de Évora que Molina compilou os *Seis livros sobre a justiça e a lei*, editados pela primeira vez entre 1593 e 1600, ano de seu falecimento. Suárez também publicou seu *Tratado das leis e de Deus legislador* com base no curso de leis que ministrou em Coimbra, a partir de 1596. Em 1612, veio a lume a *Defesa da fé católica e apostólica contra os erros da seita anglicana*, obra em que Suárez refutava a *Apologia* de Jaime I da Inglaterra. Esta, por sua vez, era uma defesa do juramento de fidelidade inglês, que havia sido duramente criticado pelo cardeal Roberto Bellarmino e pelo próprio papa.⁹⁵

Em *As Vésperas do Leviathan*, Hespanha mostra que o pensamento de Francisco Suárez teve grande influência em Portugal,⁹⁶ o que torna relevante conhecer suas formulações não apenas por sua representatividade entre os tomistas dos séculos XVI e XVII, mas também por sua repercussão na sociedade portuguesa. Cabe observar ainda as contribuições de Luis de Molina, pois seu pensamento também foi modelar entre os teóricos da Contra-reforma e desenvolvido no período em que ele esteve radicado em Portugal. Embora de certo modo rivais, ambos mantiveram alta coesão no que se refere às ideias que interessam a esta tese.

Os jesuítas recorreram ao tomismo para desenvolver um pensamento que pudesse combater todas as seitas do protestantismo, mas uma de suas preocupações

⁹⁵ Cf. Xavier, Angela Barreto e Hespanha, António Manuel. “A representação da sociedade e do poder”. António Manuel Hespanha. *História de Portugal. O Antigo Regime*. op. cit., p. 117.

⁹⁶ Hespanha, António Manuel. *As Vésperas do Leviathan*. op. cit., pp. 356-59.

centrais era refutar as teses políticas e teológicas associadas à fé luterana. Com isso, a exemplo dos dominicanos, eles se afastaram da escolástica, tal como fora concebida por Occam e seus discípulos, pois consideravam esta corrente muito próxima das crenças partilhadas pelos luteranos, em particular no ceticismo que suas análises demonstravam sobre a capacidade de entendimento do ser humano.

Uma das principais asserções endossadas por todos os tomistas desse período estava justamente relacionada à concepção de uma racionalidade inerente a toda humanidade: tratava-se da ideia de que a lei da natureza havia sido “implantada” por Deus na mente dos homens para que fossem “capazes de compreender Seus desígnios e intenções para o mundo”. Esta lei da natureza ou lei natural (*lex naturalis* ou *ius naturale*) fornecia uma “estrutura moral” dentro da qual deveriam operar todas as leis humanas. O objetivo da lei humana positiva, também denominada *lex civilis*, era apenas tornar vigente no mundo uma lei superior que todo homem já conhecia em sua consciência. Luis de Molina sugeria que se devia imaginar a lei da natureza como “nada além de uma faculdade intelectual natural” que havia sido “implantada em nós.” Do mesmo modo, Francisco Suárez recomendava que era preciso entender a lei natural como tendo sido “escrita em nossa mente pela mão mesma de Deus.” Ao sublinhar a capacidade inerente de todos os homens de compreender a lei natural, os tomistas pretendiam refutar a convicção tida por eles como herética de que o estabelecimento das sociedades políticas tinha sido ordenado diretamente por Deus. Insistir que o ser humano possuía um poder inato de discernimento e que as repúblicas seculares constituíam “uma invenção do próprio homem” era um aspecto de fato central na polêmica com a fé luterana, porque esta contemplava elementos potencialmente subversivos da ordem vigente. A crença dos teólogos luteranos de que as sociedades seculares eram uma concessão da graça divina ou uma “dádiva” de Deus conduzia

diretamente à ideia de que o poder civil não poderia ser exercido por um governante “ímpio”. Mas se o governante era justificado pela fé (luterana, evidentemente), sendo esta a condição essencial para o seu governo, a conclusão deste esquema parece óbvia e ao mesmo tempo surpreendente: as leis de um príncipe tido como ímpio não deviam ser obedecidas. Molina notou que “uma das coisas que os luteranos hoje em dia mais tendem a afirmar é que aos governantes seculares se pode desobedecer, sem pesar de consciência.” Do mesmo modo, Suárez se referiu a estes “erros dos hereges” como “espantosos”, já que eles acreditavam que um magistrado civil não tinha o poder de “obrigar seus súditos a obedecer às suas leis por dever de consciência.”⁹⁷

Contudo, para sustentar que as repúblicas seculares tinham sido instituídas para a realização de fins unicamente mundanos, não bastava afirmar a capacidade do homem para usar a lei “inscrita” em sua mente como base para a constituição de um sistema de leis positivas. Isso porque não era a possibilidade, mas sim a necessidade de instituir uma sociedade política que era preciso demonstrar. Os tomistas partiam da concepção de que a condição do homem “na natureza das coisas” não seria uma condição política, disso inferindo que nenhuma república possuía uma existência natural. Assim, todas as sociedades políticas teriam sido deliberadamente criadas, em algum estágio posterior, por uma ação combinada de seus cidadãos. Mas a pergunta era: Por que os homens teriam se associado para criar uma sociedade política? Suárez reconhecia que a principal dificuldade para explicar as origens da autoridade política legítima derivava “do fato de que, na natureza das coisas, todos os homens nascem livres.” Em consequência dessa liberdade natural, o jesuíta entendia que, no estado de natureza, “nenhuma pessoa tem jurisdição política sobre qualquer outra, assim como não se pode dizer que uma pessoa tenha o domínio de outra.” Molina concordava com essa ideia, afirmando que “o *status naturae* não inclui o direito de domínio.” Porém, esse estado de natureza de que falavam

⁹⁷ Cf. Skinner, Quentin. *As Fundações do Pensamento Político Moderno*. op. cit., pp. 418-19; 432.

os teóricos tomistas não era equivalente a uma ausência ou inexistência de lei, já que, para eles, a lei natural era conhecida por toda a humanidade. Nas palavras de Suárez, a lei natural era própria à “essência da natureza humana”, de tal forma que, mesmo antes do estabelecimento de uma sociedade política, esta lei já estava presente “no coração dos homens.” Portanto, o que caracterizava a condição natural da humanidade para os filósofos tomistas era a vida numa comunidade governada pela lei da natureza e tendo como base o “reconhecimento da liberdade, igualdade e independência natural de todos os membros.”⁹⁸

No entanto, permanecia em aberto o motivo que teria levado os homens a instituir repúblicas seculares, pois, se todos eram livres, iguais e independentes, sob os ditames de uma “verdadeira lei”, deveria haver uma razão importante para que concordassem em limitar sua liberdade natural para viver sob a imposição do direito positivo. É o que pergunta John Locke em seu *Segundo tratado sobre o governo*:

Se o homem no estado de natureza é tão livre, como se afirmou, se é senhor absoluto de sua própria pessoa e posses, igual ao maior e a ninguém sujeito, por que abrirá ele mão dessa liberdade, por que abandonará o seu império e sujeitar-se-á ao domínio e controle de qualquer outro poder?⁹⁹

Mas bem antes de Locke formular e responder a esta questão, a solução sugerida por Molina e, especialmente, por Suárez curiosamente recuperava a concepção decaída da natureza humana que os tomistas criticavam na escolástica de Occam, para quem as sociedades políticas teriam surgido em consequência do pecado. Esta noção agostiniana era uma nota paradoxal em sua análise da racionalidade e da moralidade inerentes ao ser humano com a qual estavam comprometidos, devido às suas inclinações tomistas. Desse modo, embora reafirmassem que todos os homens podiam compreender e seguir a lei

⁹⁸ Cf. Skinner, Quentin. *As Fundações do Pensamento Político Moderno*. op. cit., pp. 432-35.

⁹⁹ Locke, John. *Segundo Tratado sobre o Governo*. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978 (Os Pensadores), p. 82.

natural, Molina e Suárez passaram a discorrer sobre as implicações que resultavam do fato de que todos os homens eram, inevitavelmente, criaturas decaídas. Esta condição teria levado à necessidade de instituir um direito positivo e “um poder para governar”, pois, caso contrário, as comunidades humanas existiriam em “total confusão.” Molina considerava “fácil, especialmente ante a perda de nossa inocência, não fazer caso de muitos aspectos da moralidade e sentir incerteza quanto a muitos outros.” Suárez assegurava que a condição natural do homem era tal que “cada indivíduo em particular se preocupará apenas com as suas próprias vantagens, que com frequência serão contrárias ao bem comum.” Ambos argumentavam assim que os homens abriram mão de sua liberdade em favor das imposições de uma lei positiva, com o intuito de garantir que a lei natural fosse devidamente cumprida e que todos tivessem a garantia de viver em segurança.¹⁰⁰

Outra questão, estreitamente relacionada a esta, era de que modo teria ocorrido uma transição legítima de um estado de liberdade natural para as restrições impostas pelas sociedades políticas. Todos os tomistas concordavam que esta passagem teria se realizado por meio do consentimento, de tal forma que o consenso (*consensus*) era indispensável em todos os casos em que o povo transferia ou delegava seus poderes a alguém, visando ao bem geral da república. O caso, como se pode ver claramente, é que a ideia de consentimento não era empregada pelos tomistas como requisito para a legitimidade política de um governo já constituído. Reiterando as teses de São Tomás de Aquino, eles recorriam ao consenso apenas para explicar como repúblicas seculares legítimas teriam sido instituídas a partir de comunidades que viviam no estado de natureza. É importante notar que, neste pensamento, um sistema de governo já estabelecido só era legítimo quando suas leis estivessem em concordância com a lei natural. As leis criadas pelos homens só tinham o caráter e a autoridade de leis genuínas

¹⁰⁰ Cf. Skinner, Quentin. *As Fundações do Pensamento Político Moderno*. op. cit., pp. 436-37.

caso fossem compatíveis com a lei da natureza, o que de modo algum dependia ou estava associado ao consentimento da comunidade. Relacionar o surgimento de todo organismo político legítimo a um ato de consentimento da comunidade era um procedimento comum aos escolásticos, que os seguidores de Occam, assim como Tomás de Aquino, sempre haviam enfatizado. Porém, essa concepção ganhou nova importância com os tomistas do século XVI, em particular com os trabalhos de Suárez, cujo *Tratado das leis e de Deus legislador* forneceu diretrizes para alguns dos principais autores constitucionalistas do século XVII. Locke é talvez o exemplo mais célebre. Nos *Dois Tratados sobre o Governo*, ele concordou com a concepção que os tomistas desenvolveram sobre a lei natural, entendida por ele como equivalente à razão.

Na teoria da sociedade política que o tomismo começou a desenvolver na segunda metade do século XVI há mais um aspecto que merece atenção. Trata-se do direito de resistência, recuperado de Occam por conciliaristas e sorbonistas. Estes, por sua vez, forneceriam argumentos para os calvinistas e também para os teólogos jesuítas, curiosidade que não escapou aos defensores de Carlos I e da monarquia inglesa, como foi visto. Howell Lloyd explica que Suárez realizou a mesma analogia de Occam entre o direito privado e os direitos políticos das comunidades, com o objetivo de sustentar que, se os indivíduos tinham o direito de preservar a própria vida, uma república também teria um direito análogo à autodefesa, que tornaria legal para a comunidade resistir ao seu príncipe “e até mesmo matá-lo”, se não houvesse outro meio de se preservar. Mas a concordância com o chamado tiranicídio não assimilava a perspectiva de Suárez ao ponto de vista dos calvinistas, já que, em seu entendimento, a resistência somente era legítima nos casos em que a sociedade como um todo estivesse ameaçada de destruição por seu governante. Em qualquer outra situação, a resistência carecia de legitimidade política.

Contudo, Lloyd também dirige o foco para um aspecto mais sutil no pensamento do teólogo jesuíta. Suárez afirmava que, “mesmo transferindo ao rei o poder de legislar, os súditos continuavam possuindo coletivamente uma capacidade residual de anular os seus atos,” o que significava conferir alguma autoridade ao costume. Segundo Suárez, se um costume justo e também prescritivo “for contrário a uma lei, ele ab-roga esta lei”. E, para revogar uma lei, “a convivência tácita do governante face ‘à resistência do povo’ era suficiente.” Assim, Lloyd mostra que “a posição de Suárez acomodava elementos significativos da tradição constitucionalista”, embora a totalidade de seus argumentos inclinasse decisivamente a balança para “o outro lado.” Mesmo que o povo tivesse uma capacidade residual para legislar, “estava fora de questão uma limitação do poder legislativo do rei com base na força do costume.”¹⁰¹

Já se pode entrever que a afinidade do tomismo com o discurso do *Correio Braziliense* é muito pequena ou mesmo inexistente, até porque, bem mais do que aos constitucionalistas, o pensamento contra-reformista foi útil aos teóricos do absolutismo. Segundo Skinner, os tomistas – e especialmente Suarez – contribuíram sensivelmente para a formação “de um vocabulário de conceitos e de um correspondente estilo de argumentação política que Grotius, Hobbes, Pufendorf e seus sucessores adotaram e desenvolveram ao edificar a versão clássica da teoria do Estado fundamentada no direito natural.”¹⁰²

Já o discurso de Hipólito é essencialmente tributário de outras linhagens, como o humanismo cívico, já introduzido aqui, e a tradição do direito comum ou *common law*,

¹⁰¹ Citações extraídas das seguintes passagens: “As for his lay subjects, despite their transference to him of the power to make law, they continued collectively to possess a residual capacity to nullify his acts. [...] And a reasonable custom which was also prescriptive, ‘if it should be contrary to a law, abrogates that law’. Indeed, in order to abrogate a law, the ruler’s tacit connivance at ‘the resistance of the people’ was enough. [...] So, Suárez’s position accommodated significant elements of the constitutionalist tradition. But the balance of his arguments leaned decisively the other way. [...] Whatever the people’s residual law-making capability, there was no question of limiting the king’s own legislative power on the strength of custom.” Lloyd, Howell A. “Constitutionalism”. J. H. Burns and Mark Goldie (eds.). *The Cambridge History of Political Thought. 1450-1700*. op. cit., p. 296.

¹⁰² Skinner, Quentin. *As Fundações do Pensamento Político Moderno*. op. cit., pp. 459-60.

que será focalizada mais adiante. Entretanto, foram as vertentes de filiação calvinista que mais convergiram para a tessitura de ideias em que se desenvolveu a doutrina da constituição antiga e sua presença pode ser claramente identificada nas formulações do *Correio Braziliense*. Observar as afinidades de Hipólito nessa direção implica conhecer mais de perto os métodos de argumentação política desenvolvidos pelos teóricos huguenotes, já que estes foram em larga medida apropriados pelo periodista luso-brasileiro. Mas para isso é preciso antes recuperar alguns aspectos da cultura renascentista e expor, ainda que brevemente, a mudança introduzida no estudo do direito e das instituições jurídicas que resultou da nova perspectiva humanista.

O forte impacto da cultura da Renascença entre os pensadores do Norte da Europa esteve de início relacionado às metodologias desenvolvidas pelos humanistas. Sobretudo, nas primeiras décadas do século XVI, despertaram grande interesse os recursos técnicos que eles manejavam, em especial seus métodos de crítica filológica e histórica. Essa nova abordagem era na realidade resultado do poderoso ataque que os humanistas haviam desferido contra a filosofia escolástica. Ao repudiar fortemente a escolástica, os humanistas cívicos tinham se concentrado em invalidar a interpretação do direito romano consagrada por seus adversários e realizaram isso, paradoxalmente, ampliando o sentido de distância histórica entre o seu próprio tempo e a Antiguidade Clássica. Assim, o Código de Justiniano, que até ali fora utilizado como fonte jurídica válida para aplicação imediata, passou a ser entendido pelos humanistas italianos apenas como um conjunto mal reunido de leis pensadas para um Império que havia muito deixara de existir e que pouco ou nada tinha a dizer sobre a Europa de começos da modernidade. Foi esta nova percepção que destituiu o direito romano de sua autoridade tradicional, como explica Skinner:

Com o ataque ao direito romano enquanto *ratio scripta* [razão escrita], o nível de consenso sobre as bases da reflexão política começou a dissolver-se. Uma sugestão dessa época, nascida sobretudo entre os próprios juristas, foi que – dado que as únicas formas nativas de direito conhecidas no Norte da Europa eram as leis costumeiras de cada país individualmente considerado – essas deveriam ser sistematizadas e aplicadas, como a base alternativa para se estabelecer uma distribuição adequada de direitos e obrigações legais. Isso posto, o passo seguinte obviamente consistiria em proceder a uma série de investigações históricas bastante pormenorizada quanto ao caráter exato das leis consuetudinárias, a fim de assegurar a perfeita compreensão de sua proveniência e estipulações. Isto, por sua vez, significava que a discussão de princípios jurídicos e políticos tendia cada vez mais a resolver-se numa discussão de precedentes históricos.”¹⁰³

Desse modo, o recurso às leis naturais, uma das características mais marcantes do pensamento escolástico, seria complementado e mesmo suplantado pelo recurso ao passado. Esta mudança na própria base da argumentação política teria papel central no desenvolvimento das teorias revolucionárias de fins do século XVI. Na França, durante as guerras de religião, os huguenotes chegariam a uma nova teoria da soberania popular, fundada na interpretação de dados históricos. Esse modo de argumentação política, explorado pelos calvinistas franceses na década de 1570, logo seria utilizado por seus correligionários dos Países Baixos e da Inglaterra, onde ajudaria a legitimar a crítica fundamentada na *common law* que os juristas ingleses fariam a James I, no início do século seguinte. Na primeira década do século XVII, os *common lawyers* passaram a defender o costume contra a lei escrita numa linguagem que lembrava ideias surgidas na França uma geração antes.¹⁰⁴

O método de interpretação histórica desenvolvido pelos huguenotes era herdeiro do humanismo jurídico e este desenvolveu ideias de teor constitucionalista na França em reação à crescente centralização do poder político e consequente agressividade dos ideólogos que defendiam a supremacia régia. Ao longo do século XVI, esses autores, conhecidos como “legistas”, empregavam os métodos tradicionais da jurisprudência

¹⁰³ Skinner, Quentin. *As Fundações do Pensamento Político Moderno*. op. cit., pp. 226-27.

¹⁰⁴ Cf. Pocock, J. G. A. *The Ancient Constitution and the Feudal Law*. op. cit., pp. 32-33.

escolástica, que considerava o direito romano como autoridade passível de aplicação imediata. Como foi visto, ao estudar o direito romano, os humanistas tinham se voltado principalmente para a reconstrução da história do código civil, projeto que os levou a combater o método escolástico de aplicar diretamente ao mundo moderno os princípios dos antigos livros jurídicos.

Esse pensamento foi introduzido na França, nos anos 1520, pelo jurista italiano Andrea Alciato, que estendeu sua influência a partir das aulas que ministrou nas universidades de Avignon e, especialmente, Bourges. Ali Alciato fundou uma nova escola da jurisprudência humanista francesa e seu método logo se tornou conhecido como o *mos docendi Gallicus*, o modo francês de ensinar. Estudando os antigos textos do código romano e buscando o significado preciso que suas leis possuíam para os homens que as escreveram, os humanistas franceses se deram conta de que não era possível compreender a linguagem da lei em seu próprio contexto, sem proceder a uma reconstrução da sociedade e das instituições da Roma imperial. Segundo Pocock, as “características essenciais de um método histórico já estavam ali e havia a consciência de que estavam ali”.¹⁰⁵

Influenciados por esse método de investigação, vários pensadores publicaram obras de teor constitucionalista durante os anos 1560, a primeira década das guerras de religião. Assim, ao confrontar diretamente a monarquia Valois, especialmente após o massacre de São Bartolomeu, em 1572, os teóricos huguenotes recorreram a essa tradição, associando a jurisprudência humanista ao legado da teologia calvinista. Este foi o caso de François Hotman, que se tornou um dos principais expoentes do *mos docendi Gallicus* nos anos 1560, quando já havia se convertido à fé genebrina. Em 1573, ele publicou a sua história, com o título de *Francogália*.

¹⁰⁵ Citação extraída da seguinte passagem: “Inadequate, piecemeal and *ad hoc* their work may have been, but the essentials of the historical method were there and were known to be there.” Pocock, J. G. A. *The Ancient Constitution and the Feudal Law*. op. cit., p. 10.

Mas já em seu *Antitriboniano*, de 1567, Hotman proclamava que a lei romana era a lei de uma sociedade do passado, radicalmente distinta em sua estrutura da sociedade francesa de seu tempo, o que não era propriamente novidade nos círculos do humanismo jurídico. Entretanto, ao enfatizar a completa inadequação do direito romano à prática jurídica da França quinhentista, sua abordagem contrastava o código romano com o direito feudal e consuetudinário predominante em algumas regiões da França. É aqui, na opinião de Pocock, que os argumentos do *Antitriboniano* conduzem a um campo novo, de grande significado. A concepção original que Hotman enunciava então consistia na ideia de supremacia do costume. Este era apropriado “à situação da França de um modo que a lei escrita de Constantinopla [Código de Justiniano] jamais poderia ser.”¹⁰⁶

Desenvolvendo a argumentação do *Antitriboniano*, a tese básica de *Francogália* era que a antiga constituição da França continha normas que permaneciam válidas, de tal forma que uma investigação sobre o passado da nação serviria para mostrar como ela deveria ser organizada. Destacando que o monarca sempre havia sido controlado por “leis estabelecidas para restringir os reis”, bem como pelo “freio” do costume e das estruturas feudais vigentes na França, Hotman conferiu grande ênfase ao poder dos “Estados Gerais”, descritos por ele como “um conselho formal e público”, que se reunia no mínimo uma vez por ano, em obediência à antiga constituição, e dotado de poderes amplos para deliberar sobre o bem-estar geral. Contudo, a principal inovação de *Francogália* foi expandir a argumentação referente ao poder de coerção dos juramentos que os reis prestavam ao ser coroados. O caráter coercitivo conferido ao juramento de coroação servia à tese de que, em sua origem, a monarquia francesa teve um caráter integralmente eletivo. Desse modo, ele interpretava o hábito franco de assentar o rei

¹⁰⁶ Tradução livre para: “[...] they are custom and therefore appropriate to the state of France in a way that the written law of Constantinople can never be.” Pocock, J. G. A. *The Ancient Constitution and the Feudal Law*. op. cit., p. 14.

sobre um escudo e erguê-lo nos ombros dos presentes como uma indicação de que a coroa da França era originalmente concedida pelos representantes do povo, sendo cada rei constituído pela decisão plena de autoridade dos Estados e não por um direito hereditário. Hotman assinalava que, ao se referir à decisão e desejo impositivos do povo, o que ele tinha em mente era a decisão “da grande Assembléia do Povo (ou como agora dizemos) da Convenção dos Estados”, uma “instituição de nossos ancestrais tida como sagrada e inviolável durante muitas eras.” A soberania era assim prerrogativa da Convenção dos Estados, já que, sob a antiga constituição, o poder supremo de decidir sobre os assuntos mais importantes do reino cabia a essa grande Assembleia do Povo ou conselho público da nação.¹⁰⁷ Os argumentos de Hotman e de outros teóricos calvinistas que logo adotaram as suas formulações serão retomados e cotejados com os textos do *Correio Braziliense* no capítulo seguinte.

No entanto, o apelo dos huguenotes ao direito consuetudinário era parte de uma reação razoavelmente disseminada contra a lei escrita que estava ocorrendo no pensamento jurídico do século XVI. Pocock identificou essa tendência também na Holanda, Itália e Suécia, países onde, por volta de 1600, existiram movimentos constitucionalistas com características similares, reivindicando do mesmo modo o que era “nativo, feudal e bárbaro.”¹⁰⁸ Mas a idealização do costume alcançaria seu tom mais elevado na Inglaterra da era Stuart. Esse foi o momento em que ideólogos de reformas do Estado ou mesmo de mudanças estruturais na sociedade inglesa passaram a empregar

¹⁰⁷ Citação extraída da seguinte passagem: “From what we have already produced, I think it’s apparent to every man, that till Charles the Simple’s Reign, that is, for more than 550 Years, the Judgment and Determination of all the weighty Affairs of the Commonwealth, belonged to the great Assembly of the People, or (as we now call it) to the Convention of the Estates: And that this Institution of our Ancestors was esteemed sacred and inviolable during so many Ages. [...] it was the constant Practice of the whole Merovingian Line, to hold every Year the Publick Convention of the People on the Kalends of May; and that the Kings were carried to that Assembly in a Chariot or Waggon drawn by Oxen.” Hotman, François. *Franco-Gallia or An Account of the Ancient Free State of France, and Most Other Parts of Europe, Before the Loss of Their Liberties*. E-book disponível no sítio *The Project Gutenberg*, http://www.gutenberg.org/files/17894/17894-h/17894-h.htm#CHAP_XXI

¹⁰⁸ Pocock, J. G. A. *The Ancient Constitution and the Feudal Law*. op. cit., pp. 14-17.

linguagens de interpretação da história, reivindicando as origens da nação ou a autoridade de um passado tido como imemorial.

III

Compreender o universo singular que conferiu sentido à ideia, doutrina ou mito de uma constituição antiga na Inglaterra requer antes algum contato com uma instituição inglesa igualmente peculiar: a *common law*, um sistema de direito consuetudinário, ainda vigente, que se desenvolveu no período medieval a partir das decisões tomadas pelos tribunais reais de justiça. Com base no costume e na figura jurídica do precedente, os juízes da *common law* criavam ou aperfeiçoavam o direito, pautando-se pelas decisões já adotadas para casos semelhantes. Nas situações em que não existia jurisprudência, ou seja, em que não havia decisões anteriores compatíveis com a controvérsia em questão, os juízes possuíam autoridade para produzir o direito estabelecendo um precedente, que vincularia todas as decisões futuras. A regra do precedente (*stare decisis*), que obrigava os tribunais a decidir segundo interpretações anteriores, favorecia a permanência ou continuidade dos princípios jurídicos adotados no interior do sistema.

A emergência de um ideário que sustentava a antiguidade da constituição inglesa ocorreu justamente no contexto da prática do direito comum e da reflexão sobre esta forma específica de legislação. Pocock explica que, em fins do século XVI, juristas como Sir Edward Coke e Sir John Davies sistematizaram um modelo de interpretação histórica cujo principal fundamento consistia na suposição de que o direito comum era imemorial. Nos termos de Coke e Davies, a lei comum, e com ela a constituição, não era simplesmente muito antiga ou mesmo originária de legisladores remotos e míticos.

Assimilada ao costume, “a *common law* era imemorial no sentido legal preciso de datar de um tempo além da memória – além, neste caso, do mais antigo registro histórico que se pudesse encontrar.”¹⁰⁹

Tais formulações estavam no cerne de uma grande consolidação do pensamento sobre o direito comum, realizada entre 1550 e 1600, em decorrência do processo de centralização do poder político levado a cabo pela dinastia Tudor. Contrariando ou beneficiando os tribunais da *common law*, esse processo acabou favorecendo a ideia de que a lei comum era o único e o supremo sistema de leis existente na Inglaterra. Difundindo-se fortemente a partir das escolas do direito comum, a suposição de que toda a lei era costume, e de que este era imemorial, tornou-se crença generalizada entre a *gentry* (pequena nobreza) que então se dirigia às universidades e à representação parlamentar. Em *Machiavellian Moment*, Pocock afirma que a ideologia da constituição antiga também pode ser caracterizada como “um tipo de consciência cívica” própria à *gentry* que então se projetava reivindicando seus direitos na Câmara dos Comuns e na administração local da *common law*. Em fins do século XVI, os Comuns “cada vez mais entendiam que a função do parlamento era preservar a liberdade e que esta tinha raízes numa fábrica de costume imemorial, na qual era possível localizar as principais instituições jurídicas e governamentais da nação, incluindo o próprio parlamento.”¹¹⁰

¹⁰⁹ Citação extraída da seguinte passagem: “Yet the fact is that the common lawyers, holding that law was custom, came to believe that the common law, and with it the constitution, had always been exactly what they were now, that they were immemorial: not merely that they were very old, or that they were the work of remote and mythical legislators, but that they were immemorial in the precise legal sense of dating from time beyond memory – beyond, in this case, the earliest record that could be found.” Pocock, J. G. A. *The Ancient Constitution and the Feudal Law*. op. cit., p. 36.

¹¹⁰ Tradução livre para: “But by the end of the century [XVI], the gentlemen of the House of Commons more and more saw parliament’s function as the preservation of liberty, and liberty as rooted in a fabric of immemorial custom with which it was possible to identify every major juridical and governmental institution, up to and including parliament itself. The ideology of the Ancient Constitution [...] we can characterize it as a mode of civic consciousness particularly appropriate to a *gentry* asserting itself in parliament, in litigation, and in the local administration of the common law.” Pocock, J. G. A. *The Machiavellian Moment. Florentine political thought and the Atlantic republican tradition*. New Jersey: Princeton University Press, 2003, pp. 340-1.

Esta convicção tinha implicações importantes, pois a lei compreendida como imemorial era igualmente soberana: construída ao longo de um processo que não teve início ou ato original de fundação, assimilando e refinando a sabedoria de inúmeras gerações, a *common law* não estaria à mercê de nenhum julgamento individual. Desta forma, embora tivesse surgido a partir de conjecturas e hábitos mentais profundamente enraizados por séculos de prática de uma forma peculiar de legislação, este modo de pensar o direito, e conjuntamente a história da nação, adquiriu uma forte motivação política, ao se envolver no embate entre o rei e o parlamento. A crença na antiguidade do direito comum encorajava a crença na existência de uma constituição antiga, cujos precedentes, princípios e máximas eram constantemente reivindicados e tidos como de algum modo imunes à prerrogativa real. A ampla difusão destas ideias é perceptível já no reinado de Elisabeth I, quando os parlamentos passaram a reivindicar direitos que na realidade eram novos, produzindo assim precedentes de fato, mas alegando já possuir o que estavam reivindicando, segundo a lei existente na Inglaterra.¹¹¹

A busca e a produção de precedentes com o objetivo de reivindicar direitos e limitar o poder real também parece ter sido impulsionada pela difusão de outra doutrina sobre a lei fundamental ou antiga, presente nos círculos da *common law* já nos anos 1560. Esta é a versão que mais tarde seria adotada pelo *Correio Braziliense*, como foi visto aqui. Seus defensores sustentavam que as liberdades existentes na Inglaterra eram derivadas de antigos costumes dos bárbaros germanos, integrando assim um corpo de instituições que teriam sido comuns a todo o oeste da Europa. Isso significava atribuir à lei inglesa uma origem continental, ao invés de puramente insular, e definir uma datação para o seu surgimento não anterior ao século V da Era Comum. Segundo Pocock, a descoberta de que aspectos da lei inglesa eram semelhantes ao direito consuetudinário dos bárbaros do continente “permitiu mesclar o mito da lei imemorial com o das

¹¹¹ Cf. Pocock, J. G. A. *The Ancient Constitution and the Feudal Law*. op. cit., pp. 32; 34-5; 46-9.

liberdades góticas, transferindo o ‘tempo além da memória’ para a primitiva floresta germânica.”¹¹²

Uma nova versão do mito saxônio logo seria concebida pelos *levellers*,¹¹³ um dos vários grupos radicais de conformação política e religiosa que surgiram durante as guerras civis do século XVII. Os *levellers* também reivindicavam as supostas liberdades dos antigos saxões, mas ao mesmo tempo recusavam toda a estrutura da *common law*, que consideravam ilegítima, pois teria sido imposta pelos conquistadores normandos. Esta versão era consistente com estudos mais recentes que mostravam a compatibilidade da *common law* com leis de tipo feudal existentes no continente europeu. Tais estudos indicavam que a lei inglesa teria sido em larga medida derivada das relações feudais de fato introduzidas na Inglaterra pelos normandos. Entretanto, o que radicalizava o apelo dos *levellers* não era a recusa do direito comum, mas a crença de que as liberdades usufruídas pelos anglo-saxões pertenciam a um estado de igualdade que havia sido rompido pela conquista e precisava ser restaurado.¹¹⁴

A antiguidade da constituição inglesa também seria objeto de vários pensadores notáveis por sua contribuição à teoria política do século XVII, entre eles James Harrington, John Milton,¹¹⁵ Henry Neville e Algernon Sidney. O mito da lei antiga foi

¹¹² Tradução livre para: “[...] and by a blending of the myth of immemorial law with that of Gothic liberty, it was possible as it were to transfer ‘time beyond memory’ to the primitive German forest.” Pocock, J. G. A. *The Ancient Constitution and the Feudal Law*. op. cit., p. 64.

¹¹³ Os *levellers* (niveladores) foram assim chamados por pretenderem “nivelar” todas as classes sociais. Sobre este tema, ver Davis, J. C. *Utopia and the Ideal Society. A Study of English Utopian Writing, 1516-1700*. UK: Cambridge University Press, 1981. Também Hill, Christopher. *O Mundo de Ponta-Cabeça Idéias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987; — *Puritanism and Revolution. Studies in Interpretation of the English Revolution of the 17th Century*. Harmondsworth: Penguin Books, 1958. Winstanley, Gerrard. *The Law of Freedom and other writings*. Christopher Hill (ed.). Harmondsworth: Pelican Books, 1973.

¹¹⁴ Natrass, Leonora. *William Cobbett. The Politics of Style*. UK: Cambridge University Press, 1995, p. 21.

¹¹⁵ Não deixa de ser sugestivo o fato de que Hipólito traduziu a *Aeropagítica* de Milton, discurso em defesa da liberdade de imprensa, publicado originalmente em 1644, durante a primeira guerra civil. Milton foi uma das referências mais importantes da tradição puritana que ecoaram na maçonaria britânica ao longo do século XVIII. Ver Jacob, Margaret C. *Living the Enlightenment: freemasonry and politics in Eighteenth-Century Europe*. New York: Oxford University Press, 1991, pp. 59-61. Ainda mais interessante: segundo Isabel Lustosa, o texto publicado pelo *Correio Braziliense* foi a primeira tradução para o português do panfleto de Milton. Ver Lustosa, Isabel. “*Correio Braziliense* (1808-19822): a imprensa brasileira nasceu inglesa e liberal.” Eliana de Freitas Dutra e Jean Yves Mollier (orgs.).

demolido por Harrington durante o protetorado de Oliver Cromwell, mas reabilitado, em sua versão gótica, por Neville e Sidney, durante o reinado de Carlos II (1660-1685). Como estes autores mantiveram alta coesão na formulação de suas ideias, a divergência em relação a este aspecto pode ser explicada pelo acentuado refluxo dos ideais revolucionários ocorrido na restauração da dinastia Stuart. A nova ordem, que levou à formação dos partidos Tory e Whig, nos anos 1670, já em sua origem seria também marcada por grande instabilidade e indefinição política. Howard Nenner afirma que, apesar da “ilusão de restauração”, havia pouca identidade entre a antiga ordem monárquica e o regime restaurado em 1660. Um dos elementos inéditos então em jogo era uma composição nova e de formidável força parlamentar, que reunia anglicanos e cavaleiros no partido Tory.¹¹⁶

Assim, a conjuntura de 1656, quando foi publicada a grande obra de Harrington, *The Commonwealth of Oceana*, encontrava poucas referências no complexo cenário do *Plato Redivivus*, de Neville, e dos *Discourses Concerning Government*, de Sidney, ambos escritos no início da década de 1680. Manejar ali o mito da constituição antiga, como, de resto, em outras circunstâncias futuras, respondia à necessidade de defender a antiguidade e, com ela, a autoridade dos Comuns, invalidar a doutrina do direito divino dos reis e afastar a ameaça de um poder absoluto.

Mas independentemente do uso que fizeram ou não do mito, os autores citados e outros neo-Harringtonianos, como Marchamont Nedham e Edmund Ludlow, possuem razoável importância no contexto deste trabalho, porque logo se tornariam canônicos, em alguns casos atravessando mais de 150 anos para municiar grupos de oposição nas

Política, nação e edição. op. cit., p. 438.

¹¹⁶ Nenner, Howard. “The Later Stuart Age.” J. G. A. Pocock; Gordon J. Schochet; Lois G. Schwoerer. (eds.). *The Varieties of British Political Thought 1500-1800*. UK: Cambridge University Press, 1996, p. 186.

primeiras décadas do século XIX¹¹⁷ e alcançar publicações e periódicos não britânicos, entre eles o *Correio Braziliense*.

Ao abordar o pensamento dos chamados teóricos da *Commonwealth*, deve-se observar, porém, que nem todos eram claros adeptos de um regime republicano, como Harrington e Milton. Alguns preferiam um sistema de governo misto, no qual fossem impostas restrições ao elemento monárquico, capazes de salvaguardar a comunidade de uma possível dependência da vontade pessoal ou dos poderes privilegiados da coroa. Em *Liberdade antes do Liberalismo*, Skinner acentua que “mais do que seu às vezes ambíguo republicanismo”, o que singulariza estes autores é “sua análise da liberdade civil”, atributo que possibilita distingui-los como “protagonistas de uma ideologia específica, e mesmo como membros de uma escola única de pensamento.” Segundo o historiador, a distinção de seus escritos em relação aos textos dos “teóricos liberais clássicos”, que mais tarde criticariam o seu legado, reside não apenas em seu diferente entendimento sobre as “condições que devem ser cumpridas para que a liberdade seja assegurada”, mas também na percepção diversa do próprio significado da ideia ou do conceito de liberdade.¹¹⁸

Escrevendo durante o Interregno republicano e a restauração de Carlos II, entre 1649 e 1685, os pensadores que Skinner prefere definir como “neo-romanos” não focalizaram a liberdade individual, mas sim a “liberdade comum”, “liberdade de uma comunidade” ou “governo livre”. Seus escritos recuperavam a antiga analogia entre corpo físico e corpo político para afirmar que, no Estado ou comunidade livre, cada cidadão deveria exercer um direito igual de participação na elaboração das leis. Como “o corpo inteiro do povo” era um “corpo de manejo demasiado difícil para ser reunido”,

¹¹⁷ Sobre os autores e escritos canônicos do whiggismo, ver Robbins, Caroline. *The Eighteenth-Century Commonwealthman. Studies in the transmission, development, and circumstance of English liberal thought from the Restoration of Charles II until the war with the Thirteen Colonies*. Indiana/Mass: Liberty Fund/Harvard University Press, 1987, pp. 19-129.

¹¹⁸ Skinner, Quentin. *Liberdade antes do Liberalismo*. São Paulo: Unesp, 1998, pp. 30-1; 62n.

estes autores defendiam a instituição de assembleias, que seriam eleitas pelos membros da comunidade para legislar em seu benefício. É nestes escritos que surge a fórmula, mais tarde adotada pelos revolucionários norte-americanos, de constituir duas câmaras, ambas eleitas, com o objetivo de “moderar o absolutismo de monarcas e os excessos da multidão.”¹¹⁹ A distinção é que os Estados Unidos converteram o elemento monárquico em presidencial.

O segundo argumento específico elaborado por estes autores se refere à condição de Estados que não eram governados pela comunidade como um todo, mas por alguém que não representava a vontade do conjunto de cidadãos. Inspirados em textos clássicos, bem como na leitura que Maquiavel havia realizado destas fontes,¹²⁰ eles se apropriaram da ideia de escravidão ou servidão para definir a situação de nações que não possuíam ou haviam perdido a sua liberdade. A analogia entre corpo físico e corpo político se mantém, pois aqui o conceito chave é o de estar “*in potestate*”, ou seja, dentro da esfera de poder de alguém mais. Assim, a escravidão ou servidão pública podia ocorrer sob duas formas distintas: uma delas, quando um corpo político estivesse sujeito à vontade de outro Estado, em decorrência de colonização ou conquista; a outra, quando a constituição interna de um Estado possibilitasse o exercício de poderes discricionários por parte daqueles que detinham o poder. Nos dois casos, não era necessário que os governantes exercessem de fato o poder arbitrário de que estavam investidos para que houvesse servidão: a simples possibilidade de que isso viesse a ocorrer já era “destrutiva da liberdade pública”, significando que os indivíduos pertencentes aquele corpo político já existiam na condição de escravos.¹²¹

¹¹⁹ Estas construções são de James Harrington, em *The Commonwealth of Oceana*, e de Algernon Sidney, em *Discourses Concerning Government*, respectivamente. A obra de Sidney foi escrita entre 1681 e 1683, mas só publicada em 1698.

¹²⁰ Ver Skinner, Quentin. *Maquiavel*. São Paulo: Brasiliense, 1988, pp. 81-85.

¹²¹ Cf. Skinner, Quentin. *Liberdade antes do Liberalismo*. op. cit., pp. 31-67. A citação está na página 51.

Em síntese, Harrington, Sidney, Milton, Neville, Nedham e Ludlow, entre outros autores menores, defendiam que o cidadão era privado de sua liberdade ao ser colocado (ou ao se colocar) em situação de *dependência* de algum outro. Do mesmo modo, o Estado livre era definido por seu autogoverno, ou seja, por sua capacidade de escapar à *dependência* de outro Estado. A grande influência exercida por esse pensamento ao longo do século XVIII tornaria emblemático o termo antagônico – *independência*. Este, já na virada do século, estaria presente em grande número de escritos, fornecendo títulos para livros, panfletos e periódicos, como *The Independent* e *The Independent Whig*, e evocando um grupo político bastante específico: os autodenominados “*Old*”, “*Real*”, “*True*”, “*Independent*” ou “*Honest*” Whigs.

IV

Tais denominações começaram a aparecer nos anos 1690, em panfletos cuja intenção era reivindicar a herança do whiggismo e denunciar as lideranças oficiais do partido por terem traído inteiramente os seus próprios princípios políticos. As críticas dos Old ou Real Whigs contra a ordem estabelecida após a revolução de 1688 pouco influenciaram as decisões dos governos que eles insistentemente alvejavam. Mas, segundo Caroline Robbins, sua incansável, embora limitada, militância como editores e publicistas contribuiu para manter “a continuidade de uma tradição revolucionária e estabelecer um elo entre as lutas dos ingleses contra a tirania no século XVII e os esforços dos norte-americanos para conquistar sua independência no XVIII.”¹²² Foram os Old Whigs que preservaram muitos dos panfletos que circularam durante as guerras

¹²² Citação extraída da seguinte passagem: “Their continued existence and activity, albeit of a limited kind, served to maintain a revolutionary tradition and to link the histories of English struggles against tyranny in one century with those of American efforts for independence in another.” Robbins, Caroline. *The Eighteenth-Century Commonwealthman*. op. cit., pp. 1-2.

civis, sendo responsáveis ainda pela grande difusão dos autores e obras de que estamos tratando aqui. Enquanto intelectuais, agitadores e publicistas, eles mesmos produziram argumentos, artigos, relatos, ensaios que, já na aurora do Iluminismo, seriam lidos por reformistas e revolucionários em todo o mundo Atlântico.

A fissura que provocaram no interior do whiggismo em fins do século XVII se aprofundaria nas décadas seguintes. Durante a chamada Oligarquia Whig, período que se abre com a crise de sucessão de 1714 e termina com a ascensão de George III, em 1760, haveria um whiggismo no poder e outro na oposição. Este teria porta-vozes de notável longevidade e grande repercussão no mundo anglo-americano. Entre os mais populares, estavam John Trenchard e Thomas Gordon, responsáveis pelo semanário *The Independent Whig* e por uma série de sarcásticos e polêmicos ensaios intitulados *Cato's Letters*, publicados originalmente no *The London Journal*, entre 1721 e 1723. Os números do *Independent Whig* e também exemplares das *Cato's Letters* logo seriam reunidos e publicados em formato de livro, com reimpressões sucessivas nos 25 anos seguintes.¹²³

O tema preferencial de Trenchard e Gordon era a virtude pública, em oposição à corrupção existente no governo e seu sistema de clientela, instituído para aliciar o parlamento. Seus maiores receios de fato pareciam provir da manutenção de um exército permanente, constituído no reinado de William III (1694-1702). Um exército profissional era então considerado uma das principais fontes de corrupção e talvez a mais terrível ameaça à liberdade dos cidadãos.¹²⁴ Era assim por vários motivos. Um deles dizia respeito à expansão do aparelho administrativo do Estado, em especial de seu aparato repressivo e, simultaneamente, um manejo também expandido de verbas,

¹²³ Parte da coleção de Trenchard e Gordon pode ser encontrada na compilação de Jacobson, David L. (ed.). *The English Libertarian Heritage. From the writings of John Trenchard and Thomas Gordon in The Independent Whig and Cato's Letters*. Indianapolis: New York: Bobbs-Merrill, 1965.

¹²⁴ Ver Bailyn, Bernard. *As Origens Ideológicas da Revolução Americana*. op. cit., pp. 52-67; Robbins, Caroline. *The Eighteenth-Century Commonwealthman*. op. cit., pp. 111-21.

cargos, títulos, pensões e demais benefícios em troca de favores políticos. Outro aspecto, estreitamente relacionado a este, era que um exército permanente possibilitava um estado de guerra permanente, o que sancionava não apenas impostos e medidas de exceção, mas igualmente o aumento da dívida pública e do financiamento do Estado por grupos de investidores cujo poder político era de fato crescente. É preciso ver esta questão também de um ponto de vista inverso. Nos Estados Unidos e também entre os grupos radicais na Inglaterra, teria grande longevidade a ideia de que o cidadão era um homem armado. Entre os norte-americanos confiscar o poder militar das milícias era equivalente a uma expropriação da cidadania. Por isso, o presidente James Madison acentuara em seu discurso de posse o compromisso de “conservar dentro dos limites requeridos a força militar permanente.”¹²⁵

A fundamentação teórica desse combate também ecoava uma interpretação da história do Império romano já presente entre estudiosos da retórica e escolásticos italianos dos séculos XIII e XIV, como foi visto. Acreditava-se que a decadência de Roma começara justamente com a fundação do Império, estabelecido pelo poder militar dos generais e sustentado por suas legiões. Nesse esquema interpretativo, tudo se passava como se, em qualquer tempo, a “ditadura militar” pudesse destruir não apenas uma sociedade, mas uma civilização.

Entretanto, há um dado interessante na constituição da oposição Whig em fins do século XVII: a exemplo de John Trenchard, os principais publicistas que deram forma a esse grupo – Robert Molesworth, John Toland e William Molyneux – tinham origens ou conexões anglo-irlandesas. Utilizando uma linguagem “quase-republicana” ou mesmo republicana nos termos da *Commonwealth*, os Old ou Real Whigs surgiram

¹²⁵ “Oração inaugural de Mr. Madison, o novo presidente dos Estados Unidos.” *Correio Braziliense*, vol. II, nº 11, abril de 1809, p. 388.

entre o círculo de panfletistas de Lorde Shaftesbury,¹²⁶ que, após a Revolução de 1688, mantiveram acesa a polêmica contra a corrupção no governo e a manutenção de um exército permanente, propondo como solução eleições anuais para o parlamento ou ao menos trienais. Seu argumento era que mandar com maior frequência os membros do parlamento de volta aos seus constituintes para reeleição assegurava que eles não se tornassem dependentes da coroa.¹²⁷

Contudo, o cenário político na era da Oligarquia Whig se tornaria ainda mais complexo, devido à organização de uma nova força de oposição, que se declarava representante de proprietários de terras e da *gentry* dos condados, reunindo ainda eclesiásticos descontentes com a nova ordem pós-1688. Tendo em vista o perfil e a extração social dos grupos que afirmava representar, seria natural que esta facção tivesse filiação Tory, tal como era de fato reconhecida. Porém, sua antipatia pelo crescimento do poder executivo, pela instituição de um exército permanente e pelo surgimento de uma nova elite, formada por investidores e credores da dívida pública, era a mesma dos Old Whigs. As reformas que esta facção defendia para ampliar a representatividade do parlamento também eram similares e a retórica que utilizavam, praticamente idêntica. O líder deste grupo era Henry St John Bolingbroke, criador do *Craftsman*, semanário que circulou por dez anos em Londres, de 1726 a 1736. Duncan Forbes relata que um de seus argumentos era que a monarquia absoluta constituía uma forma de governo ou “desgoverno” mais apropriada a selvagens do que a pessoas civilizadas. Em seu entendimento, o absolutismo só existia porque era sustentado pela força das armas, de tal forma que “governo absoluto” era apenas outro nome para

¹²⁶ Anthony Ashley Cooper, primeiro conde de Shaftesbury, foi o principal líder da oposição a Carlos II e fundador do partido Whig, em 1676. Acusado de chefiar uma conspiração contra o rei em 1681, foi preso e obrigado a se exilar na Holanda, juntamente com seu secretário pessoal, John Locke. Porém, outros membros do partido Whig que participaram dessa conspiração foram condenados à forca, entre eles Lorde John Russel e Algernon Sidney, um dos principais autores da *Commonwealth*, como foi visto.

¹²⁷ Cf. Pocock, J. G. A. *Maquiavellian Moment*. op. cit., pp. 406-07; ___. “Radical criticisms of the Whig Order in the Age between revolutions.” Margaret C. Jacob and James R. Jacob (Eds.). *The Origins of Anglo-American Radicalism*. op. cit., pp. 36-38.

“governo militar”.¹²⁸ Não é de surpreender que os Old Whigs se aliassem aos adeptos do *Craftsman*, mas é curioso que, ainda nos anos 1790, ativistas radicais da London Corresponding Society e da Society for Constitutional Information distribuíssem os escritos de Bolingbroke, juntamente com os textos clássicos da *Commonwealth*.¹²⁹ Já no século XIX, Hipólito da Costa também estaria entre os autores que se apropriaram de Bolingbroke, como se verá no capítulo seguinte.

Mas a esta altura, é o caso de perguntar o que estaria ocorrendo neste contexto e por que discursos cuja origem no tempo se distanciava mais e mais eram apropriados por diferentes agentes, com objetivos nem sempre convergentes, em conjunturas muito diversas – e tudo isso em meio às grandes transformações econômicas e sociais pelas quais passava o mundo britânico. Responder a estas questões implica em primeiro lugar levar em conta que, durante a Oligarquia Whig, a sociedade inglesa se tornou mais rica, refinada, diversificada e poderosa, ao passo que sofria uma crescente aristocratização de suas estruturas políticas. Isto também levaria a posicionamentos paradoxais, ao menos aparentemente, como esclarece Pocock:

Em todas as cidades orientadas para o comércio, e em Londres, sobretudo, as novas instituições financeiras levaram à supremacia de grupos de investidores com fortes laços na Corte; e em todas as localidades, funcionários públicos, comerciantes e financistas excluídos das vantagens proporcionadas pela nova ordem tendiam a se dizer Tories e a usar a linguagem dos republicanos.¹³⁰

Já os chamados *Court Whigs*, então hegemônicos, buscavam afirmar o seu caráter moderno, comercial e urbano. Contudo, defender a expansão do comércio contra

¹²⁸ Forbes, Duncan. *Hume's Philosophical Politics*. UK: Cambridge University Press, 1985, pp. 147-48.

¹²⁹ Cf. Browning, Reed. *Political and Constitutional Ideas of the Court Whigs*. Louisiana: Louisiana State University Press, 1982, pp. 21-2.

¹³⁰ Tradução livre para: “In every trade city, and London most of all, the new financial institutions meant the ascendancy of groups of investors with close ties to the Court; and in every city the aldermen, merchants and financiers excluded from these ascendancies tended to call themselves Tories and speak the language of republicans.” Pocock, J. G. A. “Radical Criticisms of the Whig order in the Age between revolutions.” op. cit., p. 38.

o feudalismo, como pregavam polemistas a serviço da corte, era na realidade alavancar uma poderosa aristocracia rural, estreitamente associada à nova estrutura de crédito e ao crescimento da dívida pública. Annabel Patterson sugere que “os Whigs passaram a se comportar como Tories e alguns Tories, como Whigs doutrinários.”¹³¹

Neste contexto, logo haveria um radicalismo pronto a reivindicar um antigo modo de produção para criticar a crescente dissociação entre trabalho, vida civil e serviço militar. Tais críticas estavam inseridas na polêmica sobre a instituição de um exército permanente e suas implicações no que se referia à agência política e moral dos indivíduos, mas remetiam ainda aos novos papéis sociais criados pela dinâmica da especulação financeira. A contrapartida viria sob a forma de um conservadorismo progressista, cuja pretensão era sustentar segmentos de ponta da antiga aristocracia rural, em nome da modernidade. Assim, os *Court Whigs* articulavam menos elementos tradicionais, enquanto o radicalismo, incluindo o “antigo” whiggismo, se definia por “raízes plantadas na antiguidade.” Ao combater a oligarquia financeira, os radicais urbanos usavam uma retórica que parecia proclamar a superioridade da terra sobre todas as outras formas de propriedade, um fenômeno de notável persistência ao longo do século XVIII e início do XIX. Alguns destes grupos falaram uma linguagem agrária até ao menos a década de 1820.¹³²

Isso também contribui para explicar a permanência da doutrina da constituição antiga, sistematizada na Inglaterra havia mais de dois séculos. Porém, como afirmou Duncan Forbes, o “antigo constitucionalismo foi a ortodoxia Whig do século XVIII”,¹³³ de tal forma que o principal agente da difusão e permanência dessa ideologia parece ter sido de fato a aristocracia Whig. Embora dominassem o novo mundo do comércio, os

¹³¹ Tradução livre para: “[...] the Whigs began to behave like Tories and some Tories like principled Whigs.” Patterson, Annabel. *Nobody's Perfect. A New Whig Interpretation of History*. New Haven: Yale University Press, 2002, p. 5.

¹³² Cf. Pocock, J. G. A. “Radical criticisms of the Whig order in the Age between revolutions.” op. cit., pp. 39; 41; 44.

¹³³ Forbes, Duncan. *Hume's Philosophical Politics*. op. cit., p. 249.

Whigs estavam fortemente comprometidos com a doutrina da lei antiga, provavelmente devido à apropriação do mito que realizaram durante a restauração de Carlos II, bem como à legitimidade que este forneceu à nova ordem instituída entre 1688 e 1702, da qual foram os principais beneficiários. Aliados do poder em 1760, eles renovariam o sentido de sua adesão a esse ideário, mesmo porque ele era particularmente apropriado a grupos de oposição.

Mas o fato de que essa doutrina estava profundamente enraizada na sociedade como um todo transparece nos julgamentos de ativistas processados pelo governo nos anos 1790. Já então a retórica revolucionária francesa e a oposição à guerra contra a França tinham se tornado os veículos por meio dos quais os radicais ingleses passaram a definir suas posições e afirmar sua identidade. Mas era com frequência que convenciam os jurados de que sua participação em entidades ou associações populares era uma ação em estrita consonância com as liberdades saxônicas da constituição antiga, e de modo algum uma militância em assembleias revolucionárias para provocar sua dissolução.¹³⁴

Alguns deles foram defendidos por advogados do partido Whig, sob a liderança de Charles James Fox. Este chegou a comparecer como testemunha da defesa no julgamento do “patriota” irlandês Arthur O’Connor. De acordo com Leslie Mitchell, a única coisa que os Whigs conseguiam com estas “aparições públicas” era a acusação de serem coniventes com traidores da nação. Sua resposta era a de que os direitos civis daqueles homens tinham sido afrontados pelo governo e, nestas circunstâncias, aqueles que reivindicavam o título de aristocratas tinham o dever de agir. A imobilidade poderia sugerir uma degeneração de sua classe.¹³⁵ Não é de estranhar que, sob a orientação de membros do partido Whig, os radicais utilizassem a constituição antiga em sua defesa (e

¹³⁴ Cf. Pocock, J. G. A. “Radical criticisms of the Whig Order in the Age between revolutions.” op. cit., p. 52.

¹³⁵ Cf. Mitchell, Leslie. *The Whig World*. op. cit., p. 141.

muitos a usariam de todo modo). O curioso é que fossem absolvidos com base neste discurso.

Mais curioso ainda é o ingresso deste ideário no século XIX não apenas através do whiggismo e de outros grupos reformistas, mas também por intermédio de ativistas que seguiam os *levellers* em seu entendimento sobre a conquista normanda. Leonora Natrass revela que a concepção de uma “Queda política” estava de fato presente no discurso destes grupos: assim como os “niveladores” de meados do século XVII, eles entendiam que a conquista teria dissolvido uma constituição igualitária e desvirtuado as relações de poder pela primeira vez.¹³⁶ O apelo à constituição dos antigos saxões chegou a alcançar o movimento chartista, marcando seu período de maior mobilização, entre 1838 e 1842. Conseguiu até mesmo fornecer a um jornal ultrarrepblicano, fundado em 1819, o título de *London Alfred*.¹³⁷ Alfred de Wessex, também chamado “Alfred, o Grande”, foi o primeiro rei a unificar os saxões, conseguindo expulsar os invasores vikings do sul da Inglaterra e fundar um reino independente, com sede em Londres, governando entre 871 e 900 da Era Comum.¹³⁸

Como todos esses exemplos mostram, a doutrina da constituição antiga abrigou diferentes versões e serviu a variados propósitos ao longo do tempo, mas a integridade de seus pressupostos e sua eficácia como linguagem capaz de expressar sentimentos de oposição à coroa ou às estruturas do poder estabelecido foi de fato impressionante. Entretanto, foi mencionado de início que, embora os textos de Hipólito encontrem inserção no espaço textual do whiggismo, seu discurso nem sempre é redutível a esse contexto e que outras vertentes do pensamento político britânico podem ser entrevistas no *Correio Braziliense*. É o que se verá a seguir.

¹³⁶ Natrass, Leonora. *William Cobbett. The Politics of Style*. op. cit., pp. 21-4.

¹³⁷ Cf. Epstein, James A. *Radical Expression. Political language, ritual, and symbol in England, 1790 – 1850*. op. cit., 20-1.

¹³⁸ Sobre a simbologia criada em torno do rei Alfred, ver Hill, Christopher. *Puritanism and Revolution. Studies in interpretation of the English Revolution of the 17th Century*. Harmondsworth: Penguin Books, 1986, pp. 65; 98-103.

2 – A Doutrina da Constituição Antiga

*“Entretanto que, em Portugal, fosse demasiada a habilidade dos que governavam comparada com a ignorância dos povos desde a introdução da Inquisição; fosse fraqueza e falta de patriotismo nos indivíduos, que antes queriam um repouso de escravos do que os incômodos e perigos necessários para obter uma liberdade bem entendida, como a que seus antepassados possuíram, e agora possuem os ingleses, o certo é que deixaram aniquilar as instituições a que estava inerente a liberdade dos indivíduos e a prosperidade da nação.”*¹³⁹

¹³⁹ “Paralelo da constituição portuguesa com a inglesa.” *Correio Braziliense*. vol. III, nº 15, agosto 1809, p. 178.

O que mais surpreende a quem observa a política de Londres nas primeiras décadas do século XIX é justamente o modo como o debate público permaneceu circunscrito a discursos sobre o real significado da constituição inglesa e de sua história. James Epstein afirma que o idioma constitucionalista se distinguiu nesse período não tanto por se mostrar propriedade ideológica de um determinado partido ou facção, “mas por definir um território de contestação entre diferentes grupos políticos e sociais.”¹⁴⁰ Os artigos de Hipólito da Costa sobre a constituição antiga de Portugal ilustram não apenas o alcance desse idioma em outros suportes linguísticos, mas também o modo como

¹⁴⁰ Citação extraída da seguinte passagem: “During the first half of the nineteenth century, the constitutionalist idiom was distinguished not so much for being the ideological property of any one class or political tendency, but as defining the contested terrain between different social and political groups.” Epstein, James A. *Radical Expression. Political language, ritual, and symbol in England, 1790-1850*. op. cit., pp. 9-28. A citação está na página 27.

diferentes versões do mito podiam ser associadas livremente nesse contexto, embora espelhassem posições políticas muito diversas.

A série de sete artigos publicados no *Correio Braziliense* sobre este tema começa com um texto introdutório e segue com mais seis “ensaios” (termo usado por Hipólito), cujos títulos resumem ou sinalizam os principais tópicos abordados em cada texto: “Legalidade do estabelecimento do governo de D. Afonso Henriques e de Guilherme o Conquistador”; “Forma de governo em Portugal e em Inglaterra”; “Das prerrogativas d’el Rei e poder da Coroa”; “Comparação das cortes em Portugal com o parlamento em Inglaterra”; “Meios e precauções adotados em Portugal e em Inglaterra para preservar a Constituição do Estado contra os efeitos do poder”; e “Das rendas públicas e imposição dos tributos.”¹⁴¹ Ao longo dos sete artigos, são introduzidos e retomados temas peculiares à tradição humanista e formulações clássicas do whiggismo, o que a essa altura já não seria de surpreender. O mais interessante, porém, é a presença de argumentos elaborados por teóricos huguenotes e a apropriação de conceitos desenvolvidos ou filtrados por autores republicanos da *Commonwealth*.

O título genérico dos artigos – “Paralelo da constituição portuguesa com a inglesa” – já evidencia que a intenção de seu autor era estabelecer um contraste. De fato, é isso o que acontece na narrativa, porém em mais de um sentido, porque ela é resultado de duas abordagens claramente distintas. Ao dirigir o foco para a história da Inglaterra, Hipólito foi de modo geral consistente com o discurso da ortodoxia Whig: seu texto relata os continuados esforços realizados pelos ingleses ao longo de vários séculos para recuperar a constituição saxônia, dissolvida pela conquista normanda, mas enfim restaurada em sua plenitude com a revolução de 1688-9.¹⁴² Já em sua abordagem

¹⁴¹ *Correio Braziliense e Armazém Literário*. Vol. III, agosto 1809, pp. 175- 82; setembro 1809, pp. 303-11; outubro 1809, pp. 371-83; novembro 1809, pp. 528-36; dezembro 1809, pp. 621-34. Vol. IV, janeiro 1810, pp. 77-85; maio 1810, pp. 471-79.

¹⁴² Alguns autores retrocederam as leis e instituições inglesas a um período anterior à dominação romana, sustentando que os antigos bretões já possuíam um parlamento. Evidentemente, esta não é uma versão

do passado histórico de Portugal, ele utilizou métodos de argumentação empregados pelos radicais, que costumavam conjugar três motivos básicos: contrato; resistência; restauração.¹⁴³ Recriando a lenda sobre as cortes de Lamego para sustentar sua análise histórica, nosso autor sugestivamente apresentou uma articulação das seguintes ideias: 1) o contrato firmado entre os “fundadores da constituição” e o primeiro rei; 2) o direito de resistência dos súditos ou cidadãos, devido ao rompimento do contrato por parte de seus governantes; 3) a restauração necessária da constituição antiga, que se daria por uma renovada adesão ao contrato de Lamego ou por meio de um novo pacto, realizado nas mesmas condições, ou seja, devidamente “legal” como o primeiro.

Como foi mencionado no primeiro capítulo, o antigo constitucionalismo era o idioma político predominante entre os radicais e sua fala típica nesse contexto consistia em asserções sobre a brutal extinção das leis saxônicas, levada a cabo pela conquista de Guilherme, no ano de 1066. “A versão radical da constituição antiga era tipicamente saxônica, abruptamente dissolvida pela conquista e ascendência de uma aristocracia normanda”, como sintetiza Leonora Nattrass.¹⁴⁴ O *Correio Braziliense* também situa o leitor nesse cenário, como se pode ver abaixo.

Reinava em Inglaterra, com o consentimento geral da nação, el rei Haroldo, quando Guilherme, duque de Normandia, atravessando o canal com um poderoso exército, derrotou inteiramente os ingleses na batalha de Hastings, e se proclamou seu rei. É verdade que o Conquistador tentou a princípio conciliar a nação, alegando o pretendido direito de sucessão hereditária, por

saxônica do mito. Uma das variantes dessa versão chegou a ser comentada por Hipólito, justamente porque não reconhecia a existência de uma conquista normanda. Ao defender a continuidade da constituição inglesa ao longo do tempo – desde os antigos bretões –, essa variante adotava a ideia de que teria havido não uma conquista, mas sim uma aquisição da Inglaterra pelos normandos em termos próprios ao feudalismo. O resultado teria sido uma acomodação entre os estrangeiros e os naturais do país, implicando a manutenção da antiga legislação inglesa. Ver *Correio Braziliense*. vol. III, nº 16, setembro 1809, p. 310n.

¹⁴³ Cf. Epstein, James A. *Radical Expression. Political language, ritual, and symbol in England, 1790-1850*. op. cit., p. 27.

¹⁴⁴ Tradução livre para: “The Radical ancient constitution is typically a Saxon one, brought to a sharp close by the Norman conquest and the ascendancy of a Norman aristocracy.” Nattrass, Leonora. *William Cobbett. The Politics of Style*. op. cit., p. 112.

haver sido nomeado herdeiro no testamento do predecessor de Haroldo, Duarte o Confessor, mas vendo que as reiteradas oposições do povo ao seu poder eram uma prova convincente da repugnância com que obedeciam, tirou a máscara; derribou a antiga fábrica da legislação saxônia; exterminou ou expulsou os possuidores das terras, e as repartiu a seus capitães, estabeleceu o completo sistema feudal, e até alterou a linguagem da nação; fazendo adotar nos atos públicos, em lugar do inglês, o seu idioma francês normando.

Desta maneira, posto que o governo feudal se estabeleceu no continente pouco e pouco, na Inglaterra foi introduzido todo de um golpe, à força das armas, e com todas as opressões de um governo usurpado. Dividiu, pois, Guilherme, de sua própria autoridade, o território de Inglaterra em sessenta mil duzentos e quinze feudos militares, cujos possuidores tinham imposta a pena do perdimento de bens se não tomassem as armas ao primeiro sinal que o soberano lhes fizesse, para se unirem ao seu estandarte. Impôs a tirânica lei chamada dos bosques (*Forest laws*), reservando para si o privilégio exclusivo de caçar em toda a Inglaterra. Assumiu o poder de impor tributos. Em uma palavra, concedeu-se a si mesmo todo o poder executivo; e uma autoridade judicial extensíssima, exercitada por um tribunal intitulado *Aula Regis*, em que el rei presidia pessoalmente, e que, recebendo apelações dos tribunais inferiores dos barões, continha em sujeição o maior, assim como o menor dos súditos.¹⁴⁵

Embora esse relato de Hipólito tenha conformidade com a versão difundida pelos radicais ingleses no início do século XIX, o enfoque neste plano de sua narrativa não é o mesmo. Ao discorrer sobre a Inglaterra, como foi mencionado aqui, ele adotou a versão de que a constituição antiga havia sido restaurada pela revolução de 1688-9. Já para os radicais, a constituição saxônia não havia sido restaurada em tempo algum. A passagem transcrita acima é interessante por dois motivos. Em primeiro lugar, ela mostra que *Correio Braziliense* precisava recorrer à conquista normanda, pois este foi o evento central em torno do qual se organizou a versão saxônia do mito, que seu redator corroborava. Como foi visto no primeiro capítulo, esta versão permitia afirmar que as instituições e “liberdades antigas” usufruídas pelos ingleses não seriam puramente insulares, mas sim um legado de todos os “povos do Norte” que invadiram o Império romano. A outra razão é que esta passagem evidencia o manejo de oposições na narrativa de Hipólito. Aqui a violência da conquista e a dissolução abrupta da

¹⁴⁵ “Legalidade do estabelecimento do governo de D. Afonso Henriques e de Guilherme o Conquistador.” *Correio Braziliense*. Vol. III, nº 16, setembro 1809, pp. 309-10.

“legislação saxônia” serviam para estabelecer um acentuado contraste entre a ilegitimidade de Guilherme o Conquistador e a “legalidade” da “eleição” do primeiro rei português, D. Afonso Henriques, como mostra a seguinte transcrição.

As cortes de Lamego, que geralmente se tomam por autênticas nos dão uma descrição da forma da inauguração do primeiro monarca de Portugal e não deixam a menor dúvida sobre a origem de seu poder.

Juntos os três Estados do reino, em Lamego, que foram convocados sem nenhuma permissão do rei de Leão; serviu de orador Lourenço Viegas, e perguntou aos da assembleia se queriam ao conde D. Afonso Henriques por seu rei e todos responderam que sim. Pediu-lhes mais Viegas o seu consentimento sobre a forma de sucessão; e responderam todos, que queriam que lhe sucedessem seus filhos varões, e em falta destes a fêmea que casasse com senhor português. Replicou então Viegas: *Se tal é a vossa vontade dai ao conde as insígnias reais; e os circunstantes responderam que as concediam.* O arcebispo de Braga foi o que entregou a coroa, pondo-a na cabeça a D. Afonso, o qual aceitou esta nomeação, e reconheceu vir-lhe do povo a autoridade legal, nas seguintes palavras: “Bendito seja o Senhor Deus, que sempre me ajudou quando vos livrava de vossos inimigos com esta espada, que sustento para vossa defesa; *Vós me fizestes rei*, e eu devo repartir convosco o trabalho de reger, e governar. Eu sou rei; e façamos leis que mantenham no reino a pública tranquilidade.” Como era possível que D. Afonso reconhecesse mais expressamente a origem de sua autoridade do que dizendo ao povo “Vós me fizestes rei”?¹⁴⁶

Como se pode ver, há frases grifadas no texto e uma delas é reiterada ao final da narrativa: “*Vós me fizestes rei.*” Com estas palavras, segundo Hipólito, o primeiro rei português teria reconhecido “expressamente” que a “origem de sua autoridade” provinha “do povo”. Sabe-se que o relato sobre as cortes de Lamego foi construído no contexto da Restauração portuguesa de 1640, com o intuito de legitimar a ascensão de D. João IV,¹⁴⁷ o que explica por que motivo frei António Brandão, ao escrever esse relato, assinalou uma condição imposta ao primeiro rei, que nem ele nem seus sucessores poderiam violar. Hipólito se referiu a essa condição nos seguintes termos:

¹⁴⁶ “Legalidade do estabelecimento do governo de D. Afonso Henriques e de Guilherme o Conquistador.” *Correio Braziliense*. Vol. III, nº 16, setembro 1809, p. 307. (Os grifos são do autor)

¹⁴⁷ Um comentário interessante sobre esse contexto é de Buescu, Ana Isabel. “Vínculos da memória: Ourique e a fundação do reino.” Ivette Kace Centeno (coord.). *Portugal: Mitos Revisitados*. Lisboa: Salamandra, 1993, pp. 19-23.

É ainda mais notável, neste ato, a condição que o povo pôs a el rei, e que faltando a ela deixaria de ser rei; isto é, no caso de que ele prestasse homenagem a el rei de Leão. Quando Lourenço Viegas fez esta pergunta aos deputados, responderam todos. “*Nós somos livres* e o nosso rei o é como nós; a nosso esforço devemos a nossa liberdade, e se el rei consente em fazer tal *é indigno da vida*, nem reinará entre nós, ou sobre nós, posto que rei seja.” D. Afonso não só aprovou esta declaração, mas a ampliou ainda mais dizendo “que seria indigno de reinar qualquer seu descendente que fizesse coisa semelhante.” Depois destas declarações do rei e dos povos parece evidente: primeiro, que o povo fez a nomeação e que el rei a aceitou, reconhecendo por isso a autoridade da nação; segundo, que ficou reservado o direito de depô-lo a ele, caso prestasse obediência a um rei estrangeiro; e de declarar indigno de reinar qualquer seu descendente que fizesse coisa semelhante. Donde se segue que D. Afonso Henriques teve o melhor título para reinar que é possível ter-se, e que lhe foi conferido com as solenidades necessárias, e com restrições muito úteis.

E deve-se aqui notar que as leis fundamentais, e outras particulares, que se fizeram nas cortes de Lamego são (sic) feitas em nome da nação.¹⁴⁸

As frases grifadas por Hipólito – “*Nós somos livres*” e “*é indigno da vida*” – oferecem um novo patamar de leitura, ao sugerir que um rei português poderia ser condenado à morte por privar os cidadãos da liberdade assegurada pelo contrato de fundação da monarquia, o que de modo algum é insinuado pela narrativa que ele transcreveu, pois ali está escrito apenas que seria “indigno da vida” o rei que “prestasse homenagem ao rei de Leão.” O mais importante, porém, é a ênfase conferida ao poder coercitivo do juramento de coroação, um desenvolvimento teórico de François Hotman e de seus seguidores na França, como foi visto no primeiro capítulo. Era a violação desse juramento e, assim, do pacto estabelecido entre o povo e seu primeiro rei que legitimava a resistência contra as autoridades então no poder, conferindo aos súditos ou cidadãos o direito de “repelir com a força a força injusta”, na célebre frase do Digesto recuperada pela escolástica de Occam e utilizada por conciliaristas e sorbonistas, antes de ser amplamente difundida pelos huguenotes. O primeiro artigo sobre a constituição antiga de Portugal remete a essa máxima, como pode ser observado no texto que segue:

¹⁴⁸ “Legalidade do estabelecimento do governo de D. Afonso Henriques e de Guilherme o Conquistador.” Correio Braziliense. vol. III, nº 16, setembro 1809, pp. 307-08. (Os grifos são do autor)

[...] se o orgulho de alguns homens que comandam alguns poucos soldados lhes faz supor que o poder da força basta para governar, esse engano provém de não refletir que o exercício do poder, quando não tem por objetivo o bem dos que lhe são subordinados não é outra coisa mais do que *o direito do mais forte*, o qual pode, pela mesma razão, ser repellido por uma reação fundada no mesmo princípio [...]¹⁴⁹

É de notar que nesta passagem Hipólito usou o mesmo verbo do Digesto: *repelir*. Seu texto diz que comandar “alguns poucos soldados” dava a certos homens a ilusão de que a força bastava para governar. Seu governo, porém, podia “ser repellido por uma reação fundada no mesmo princípio”. Em outras palavras, a força podia ser repelida pela força. Aqui há uma relação interessante com a epígrafe que introduz esta tese e que contém a seguinte formulação: “[...] a força está da parte da multidão, e só as noções erradas, e prejuízos fomentados pelo mesmo despotismo, é que podem conter em sujeição abjeta essa multidão que possui o poder físico.”¹⁵⁰ Está claro por que o comando de “alguns poucos soldados” conduzia ao engano: a verdadeira força estava com a “multidão.”

I

Ao enfatizar o poder coercitivo do juramento de coroação, os calvinistas franceses pretendiam demonstrar que a monarquia francesa teve em suas origens um caráter integralmente eletivo, como foi visto. Theodore Beza, um dos principais ideólogos huguenotes que seguiram as formulações de Hotman em *Francogália*, chegou a citar o juramento de coroação dos primeiros reis merovíngios, que começava com a

¹⁴⁹ “Paralelo da constituição portuguesa com a inglesa – Introdução”. *Correio Braziliense*. Vol. III, nº 15, agosto 1809, pp. 181-82. (Os grifos são do autor)

¹⁵⁰ *Correio Braziliense*. vol. III, nº 15, agosto 1809, p. 179.

seguinte frase: “Vós me elegestes para governar”,¹⁵¹ termos que são equivalentes a “*Vós me fizestes rei.*” Isso evidentemente não significa que esta frase não estivesse presente no relato original de frei António Brandão. O que se deve observar é que havia uma preocupação especial do *Correio Braziliense* com essa suposta declaração de D. Afonso Henriques, já que ela foi reiterada e também grifada no texto, do mesmo modo como foram assinaladas as frases “*Nós somos livres*”; “*é indigno da vida*”; e ainda “*Se tal é a vossa vontade [dos “deputados” ou membros da assembleia] dai ao conde as insígnias reais.*” É a necessidade de afirmar a eleição do primeiro rei e simultaneamente enfatizar o poder coercitivo do juramento de coroação que apresenta conformidade com os teóricos huguenotes. Voltaremos a este tema.

Contudo, o método de Hotman e as conclusões a que ele chegou em sua pesquisa histórica eram muito vulneráveis. *Francogália* recebeu inúmeras críticas, algumas delas bastante minuciosas. Pareceu assim frustrado o propósito de formular uma teoria da resistência reivindicando apenas o costume e a história da constituição fundamental da França. A solução encontrada por Beza, Philippe Mornay e demais líderes huguenotes foi recorrer ao direito romano e à escolástica dos conciliaristas e sorbonistas, adotando argumentos derivados do direito natural. Essa apropriação “da roupagem ideológica” confeccionada originalmente “por seus inimigos católicos”, nas palavras de Skinner, permitiu aos calvinistas franceses elaborar uma teoria da soberania popular estritamente política e, com isso, apresentar sua exortação à resistência com uma argumentação não sectária, capaz de obter uma base de sustentação mais ampla. Mornay defendeu como justificativa para a resistência legítima a tese do contrato – tipicamente escolástica – entre o rei e os representantes do povo, que Hipólito apresentou aos leitores do *Correio Braziliense*, como acabamos de ver. Em sua *Defesa da liberdade contra os tiranos*, de 1579, Mornay afirmava que todos os homens eram “livres por natureza, nascidos para

¹⁵¹ Cf. Skinner, Quentin. *As Fundações do Pensamento Político Moderno*. op. cit., p. 586.

detestar a servidão”, e que este “privilégio da natureza” nunca poderia ser lícitamente suprimido. Como Locke um século mais tarde, os huguenotes sustentavam que eram direitos naturais e inalienáveis “as propriedades intrínsecas à nossa personalidade”, em especial a vida e a liberdade, sendo estas as propriedades fundamentais que teriam sido detidas por todos os homens numa sociedade natural e pré-política. Dessa forma, para os huguenotes a principal justificativa para a existência de um governo estaria “em sua capacidade de preservar os direitos naturais dos cidadãos, em particular a livre fruição da vida, liberdade e propriedade”, já que teria sido este o objetivo que levou ao surgimento das sociedades políticas. Um panfleto anônimo de autoria huguenote, cujo título era *Discursos políticos*, acrescentava que deveria sempre existir um direito de resistência contra governos que tentassem “escravizar as pessoas.” Defender a liberdade era apenas exigir “o que é seu direito natural.”¹⁵²

Já na Inglaterra, a crítica histórica seria um dos mais poderosos instrumentos disponíveis aos opositores da monarquia inglesa, fundamentando a crítica dos *common lawyers* a Jaime I, já no início de seu reinado, em 1604. A idealização do costume e a crença no precedente histórico alcançariam um patamar ainda mais elevado com a célebre Petition of Right (Petição de Direito) dirigida a Carlos I, em 1628. Corinne Weston relata que os líderes do parlamento alegavam se basear na Magna Carta, com o apoio de mais seis estatutos, mas não reivindicavam do monarca a simples confirmação dessas leis escritas, preferindo incluir na “Petição” a sua própria definição de “liberdades antigas.” Na oportunidade, o porta-voz dos Comuns, John Glanville, se referiu à Magna Carta como um estatuto que “declarava e confirmava as antigas leis e liberdades consuetudinárias da Inglaterra.”¹⁵³ Esse é um aspecto cuja relevância deve ser

¹⁵² Skinner, Quentin. *As Fundações do Pensamento Político Moderno*. op. cit., pp. 590; 597-98.

¹⁵³ Citação extraída da seguinte passagem: “They were relying, he stated, ‘upon the good old statute called Magna Carta, which declares and confirms the ancient common laws of the liberties of England.’” Weston, Corinne C. “England: ancient constitution and common law.” J. H. Burns and Mark Goldie (eds.). *The Cambridge History of Political Thought. 1450-1700*. op. cit., p. 379.

reiterada: mesmo estatutos ou leis escritas célebres como a Magna Carta e a Bill of Rights de 1689 eram entendidos como simples expressão e confirmação do direito consuetudinário. Assim, em 1215, ao reconhecer a Magna Carta, o rei João de Inglaterra teria apenas confirmado leis já antigas e não estabelecido “direito novo”, para usar mais uma vez as palavras de Hipólito citadas no primeiro capítulo.

A distinção entre os desenvolvimentos teóricos nos dois países parece assim muito clara. Pocock explica que de fato havia uma diferença substancial entre França e Inglaterra no que diz respeito aos sistemas de leis então vigentes. A França era um caso complexo, porque a lei Romana ou *Lex Regia* era o único sistema de leis em algumas províncias, enquanto, em outras, havia vários sistemas de direito consuetudinário. A lei Romana tinha forte influência e derivava sua autoridade do comando de imperadores conhecidos, que viveram em tempo histórico igualmente determinado. Ali o recurso a um passado imemorial não poderia ser realizado com o mesmo grau de confiança. Desse modo, os constitucionalistas franceses não podiam sustentar que as leis do país eram costume imemorial, porque não eram de fato: somente uma parte da constituição da França poderia ser atribuída ao costume. Já num país como a Inglaterra, inteiramente governado pelo direito comum, era fácil e natural acreditar que todas as leis tivessem origem no costume imemorial e que este obrigava até mesmo os reis por essa única razão. Era de esperar que algum motivo de maior amplitude ou universalidade fosse utilizado pelos calvinistas na França e o que se viu de fato é que, ao longo do século XVI, o costume, que também ali era entendido como simples uso imemorial, foi se tornando mais e mais uma espécie de derivação do justo direito do povo de estabelecer leis para suprir as suas necessidades. “Assim, uma doutrina da soberania popular – talvez em sua essência de origem Romana – substituiu a mais antiga, puramente medieval em seu apelo a uma lei não prescrita”, ou seja, uma lei que se perdia nas

brumas do tempo, não resultando da prescrição, vontade ou comando de governantes certos em momentos historicamente determinados.¹⁵⁴

Entretanto, ao recorrer aos temas escolásticos do direito natural e do contrato de fundação, os huguenotes não abandonaram totalmente o método histórico que haviam explorado de início, insistindo que o rei também deveria estar sujeito às leis fundadas no costume.¹⁵⁵ É o que se pode ver no *Correio Braziliense*, o que não significa que seu diretor tivesse realizado uma apropriação direta de textos huguenotes. Na série de ensaios sobre a constituição antiga de Portugal, mais precisamente no quarto artigo, intitulado “Das Prerrogativas d’el Rei e poder da Coroa”, há uma passagem que contém elementos importantes no discurso de Hipólito, que serão comentados passo a passo. Esta passagem começa justamente com a associação entre costume e direito natural, como se pode ver abaixo.

O soberano que não observa as leis do direito natural, ou as fundamentais do reino, que são como outras tantas condições com que o povo lhe entregou a coroa, é um tirano e renuncia ao direito que tinha. Assim também o povo, que se aproveitando das circunstâncias, infringe, de qualquer forma que seja, os direitos do soberano é um rebelde, que dá o direito ao soberano de usar de todos os modos possíveis para subjugá-lo. Há quem diga que o povo tem sempre o direito de mostrar a sua opinião e que, sendo esta conhecida a da maioria da nação, deve reconhecer-se como lei suprema, e mesmo o soberano é obrigado a obedecer-lhe, porque os governos foram instituídos a benefício dos povos e não dos que governam; mas se isto assim fosse quem quereria ser rei? Que validade teriam os pactos e ajustes das nações? Se o rei é obrigado a cumprir com o que promete em seu juramento, o povo também o é; a obrigação é mútua. As leis de Lamago foram feitas com a maior solenidade possível; por elas se obrigam o soberano e os povos; só com outras leis publicadas com igual solenidade, e igual concorrência do rei e dos povos, se poderiam derrogar. Tudo o mais é, de uma parte, tirania; da outra, rebelião.¹⁵⁶

¹⁵⁴ Tradução livre para: “[...] and so a doctrine of popular sovereignty – itself perhaps of Roman origin – came to replace the older, purely medieval appeal to ancient unmade law.” Pocock, J. G. A. *The Ancient Constitution and the Feudal Law*. op. cit. pp. 22; 24-25. A citação está na página 25.

¹⁵⁵ Cf. Skinner, Quentin. *As Fundações do Pensamento Político Moderno*. op. cit., p. 600.

¹⁵⁶ “Das Prerrogativas d’el rei e poder da coroa”. *Correio Braziliense*. vol. III, nº 18, novembro 1809, p. 536.

De início, vê-se que o soberano deveria observar as leis do direito natural, sendo igualmente obrigado a respeitar as leis fundamentais do reino, pois estas faziam parte das condições estabelecidas no contrato firmado entre o primeiro rei e os representantes do povo. Subentende-se que esse contrato era renovado pelo juramento de coroação. Assim, de acordo com Hipólito, foi somente porque o soberano se comprometeu a respeitar estas condições que o povo teria concordado em “lhe entregar a coroa”. O caráter das leis fundamentais não foi explicitado aqui, mas não é preciso especular muito para conhecer a sua natureza. Um dos artigos sobre a constituição antiga de Portugal citado no primeiro capítulo mostra que as “câmaras, conselhos, magistrados territoriais e cortes” faziam “essencial parte das leis fundamentais consuetudinárias do Estado.”¹⁵⁷ Em outra passagem, Hipólito respondia “aos partidistas do arbítrio” que “se as leis de Lamego não falaram das cortes é porque esta constituição provém do direito consuetudinário, que tem tanta força de obrigar como o direito expreso.”¹⁵⁸ Portanto, o significado de leis fundamentais aqui é muito claro e opera por meio do conceito de precedente histórico.

Desse modo, o que interessa destacar na primeira frase do texto transcrito acima é justamente a associação entre a doutrina do direito natural e do contrato de fundação – ambas de filiação escolástica – e a supremacia do costume ou direito consuetudinário, doutrina desenvolvida de início pelos calvinistas franceses e mantida em seus escritos, apesar da nova orientação de derivar direitos e liberdades “de um ato original do povo soberano – uma ideia muito diferente, escolástica e civilista em sua origem e não radicada no estudo da lei consuetudinária”, como acrescenta Pocock.¹⁵⁹

¹⁵⁷ “Meios e precauções adotadas em Portugal e em Inglaterra para preservar a constituição do Estado contras os efeitos do poder.” *Correio Braziliense*. vol. IV, nº 20, janeiro 1810, p. 85. (O grifo é meu)

¹⁵⁸ “Comparação das cortes em Portugal com o parlamento em Inglaterra”. *Correio Braziliense*. Vol. III, nº 19, dezembro 1809, p. 631.

¹⁵⁹ Tradução livre da seguinte passagem: “[...] and derived them instead from an original act of the sovereign people – a very different idea, scholastic and civilian in its origin and not rooted in the study of customary law.” Pocock, J. G. A. *The Ancient Constitution and the Feudal Law*. op. cit., p. 20.

No entanto, esse imbricamento entre linhas de pensamento muito distintas podia ser facilmente realizado pelo discurso político britânico no início do século XIX – o que significava associar ao mito da constituição antiga concepções de Locke sobre o direito natural e ideias de autores como Tom Paine, que negava até mesmo a existência de uma constituição inglesa. Epstein revela que, embora o idioma do antigo constitucionalismo fosse predominante entre os radicais ingleses nesse período, não havia em seus escritos uma separação nítida entre uma ideia derivada da crítica histórica e outra baseada na doutrina do direito natural. O que se vê é “uma interdependência estrutural” entre estes dois modos de pensamento: “O apelo à constituição anglo-saxônia, histórico em sua forma, era com frequência um apelo simultâneo a alguma noção de lei natural”, já que se imaginava ou pressupunha “que as liberdades perdidas da Inglaterra anglo-saxônia incorporavam preceitos do direito natural.”¹⁶⁰ O costume imemorial não era tido portanto como algo diverso, mas, ao contrário, equivalente ao direito natural.

Mas após compreender a frase que relaciona “as leis do direito natural” com “as fundamentais do reino,” o leitor encontra uma passagem em que Hipólito discorreu sobre as obrigações mútuas estabelecidas pelo contrato de fundação da monarquia e seu significado é de grande importância. Cabe assim reapresentar o seu argumento: em síntese, o rei que não respeitasse “as leis do direito natural, ou as fundamentais do reino”, era “um tirano” e renunciava “ao direito que tinha”; “assim, também o povo, que se aproveitando das circunstâncias,” infringisse “os direitos do soberano” era “um rebelde.” Logo, “se o rei é obrigado a cumprir com o que promete em seu juramento, o povo também o é; a obrigação é mútua.”

¹⁶⁰ Citações extraídas das seguintes passagens: “There was a structured interdependence between these two modes of reasoning within English political discourse [...]”; “However, the appeal to the Anglo-Saxon constitution, while historical in form, was often a simultaneous appeal to some notion of natural law – the assumption being that the lost liberties of Anglo-Saxon England had embodied notions of original right.” Epstein, James A. *Radical Expression. Political Language, Ritual, and Symbol in England, 1790-1850*. op. cit., p. 21.

Curiosamente, construções similares foram empregadas “por todos os teóricos huguenotes de maior destaque”, como revela Skinner. Referindo-se ao pacto realizado entre o rei e o povo, em sua *Defesa da liberdade contra os tiranos*, Philippe Mornay enfatizou que era tão grande a força desse contrato que “o rei que o transgride deliberadamente pode com razão ser chamado de ‘tirano’, e o povo que não o cumpre pode com razão ser tachado de ‘sedicioso.’” O resultado desse pacto, segundo Mornay, era a constituição de “uma obrigação mútua.” Vê-se que o argumento de Hipólito é exatamente o mesmo e que há palavras idênticas nos dois textos, em especial *obrigação mútua*, expressão que também aparece em outros textos huguenotes como “obrigação mútua e recíproca”, “obrigação recíproca”, “acordo recíproco”, “juramento recíproco” etc. Skinner esclarece que essa análise essencialmente escolástica das origens e caráter das sociedades políticas legítimas também permitiu aos calvinistas franceses “minimizar os receios que ainda pudessem existir quanto à possível natureza anárquica ou subversiva de seu pensamento político.”¹⁶¹ Cabe notar ainda que Hipólito já havia utilizado os termos “mútuas obrigações”, no segundo artigo sobre a constituição antiga de Portugal, como se pode ver a seguir.

Daqui temos que a origem do governo português se acha em um pacto expresso e solene do primeiro rei com o povo, o que estas duas partes contratantes estipularam em seu nome e de seus descendentes, ficando estes ligados àquelas *mútuas obrigações* em tanto quanto a natureza do pacto o permite ou exige.¹⁶²

Entretanto, é preciso prestar atenção aos desenvolvimentos sutis do *Correio Braziliense* sobre este tema e, em particular, da passagem que integra o quarto artigo da série que estamos analisando aqui (ver p. 98 deste capítulo). Apesar de proclamar as obrigações que o povo devia ao rei, Hipólito realizava uma operação muito arriscada

¹⁶¹ Cf. Skinner, Quentin. *As Fundações do Pensamento Político Moderno*. op. cit., pp. 601; 603.

¹⁶² “Legalidade do estabelecimento do governo de D. Afonso Henriques e de Guilherme o Conquistador.” *Correio Braziliense*. vol. III, nº 16, setembro 1809, p. 310. (O grifo é meu)

neste texto. Tendo afirmado que as cortes eram parte essencial das leis fundamentais do reino, instituídas pelo contrato de Lamego, ele declarava que, ao não observar “as leis do direito natural, ou as fundamentais do reino,” o rei se tornava “um tirano”, renunciando “ao direito que tinha” de governar. A conclusão é evidente: o governante português carecia de legitimidade política, já que, entre outras possíveis violações do contrato, não havia convocado as cortes. Hipólito já havia escrito que nem a passagem do tempo nem o “exercício do arbítrio” poderiam conferir autoridade legal a um governante ilegítimo, pois atos arbitrários, por mais que continuamente exercidos, “nunca produzirão direito.” Está claro assim que o povo tinha o direito da resistência legítima, o que implicava a deposição do governante em exercício. Porém, o texto que segue é aparentemente dissonante, mas de grande interesse, pois evidencia um artifício de estilo. Aludindo às obrigações do povo em relação ao rei e chamando de rebeldia atos que violassem “os direitos do soberano”, o que ele estava fazendo na realidade era apresentar ao leitor os argumentos que justificavam o direito de resistência. O público do *Correio Braziliense* agora sabia por que a opinião da “maioridade da nação” devia ser reconhecida como “lei suprema”, à qual “mesmo o soberano” se via “obrigado” a obedecer. Era assim, por uma razão muito simples: “os governos foram instituídos a benefício dos povos e não dos que governam.”

Tratava-se de uma operação sem dúvida engenhosa, mas o encerramento deste artigo parece ainda mais significativo. Nosso autor escreveu que o pacto de Lamego obrigava “o soberano e os povos” e que somente “outras leis publicadas” com “igual concorrência do rei e dos povos” poderiam “derrogar” esse contrato: “Tudo o mais é, de uma parte, tirania; da outra, rebelião.”¹⁶³ Isso significava dizer que, de uma parte, enquanto as leis de Lamego não fossem respeitadas ou não fosse estabelecido um novo

¹⁶³“Das Prerrogativas d’El Rei e poder da Coroa”. *Correio Braziliense*. vol. III, nº 18, novembro 1809, p. 536.

pacto, sob as mesmas condições, o governante de Portugal permanecia um tirano. Já, da outra, o texto indica que a resistência “dos povos” somente seria legítima, caso fosse empreendida por seus representantes eleitos e reunidos para este fim, tal como teria ocorrido em Lamego. Infere-se portanto que a resistência de um indivíduo ou grupo de indivíduos não eleitos pelo povo teria o nome de “rebelião.”

Em síntese, essa é a teoria da soberania popular formulada pelos huguenotes em fins do século XVI, na qual a defesa da resistência era “apenas uma implicação”, como entende Skinner. O contrato entre o soberano e o povo, renovado pelo juramento de coroação, não era concebido como um acordo realizado entre o rei e todos os súditos do reino, mas entendido como um pacto firmado entre o soberano e os representantes do povo, legalmente eleitos. Em *O direito dos magistrados*, Theodore Beza já afirmava, em oposição aos defensores da supremacia régia na França, que negar a liberdade natural como condição fundamental do homem implicava supor o absurdo de que os povos “são criados para seus governantes”, quando era “evidente” que os povos não provinham de seus governantes, sendo “mais antigos do que estes.”¹⁶⁴ Em sua *Defesa*, Mornay reiterou esse argumento, sustentando ainda que o povo somente consentiu em estabelecer um governo “a fim de atender a seus próprios objetivos”. Recorrendo à ideia da supremacia do precedente histórico, mas seguindo mais de perto a escolástica dos conciliaristas e sorbonistas, os teóricos huguenotes defendiam que “o povo criou o rei” por um ato de vontade livre, sendo o “verdadeiro proprietário” da república e exercendo sobre ela o “supremo domínio”. No entanto, esse domínio não deveria ser exercido diretamente pelo povo, mas sim por seus representantes eleitos. Estes recebiam “sua autoridade do povo em conselho público” e não “podiam ser destituídos sem o consentimento dele.”¹⁶⁵

¹⁶⁴ Vê-se neste texto de Beza uma construção semelhante a uma das formulações de Hipólito, justamente na passagem que está na página 98: “[...] os governos foram instituídos a benefício dos povos e não dos que governam.” Das Prerrogativas d’el rei e poder da coroa”. *Correio Braziliense*. vol. III, nº 18, novembro 1809, p. 536.

¹⁶⁵ Cf. Skinner, Quentin. *As Fundações do Pensamento Político Moderno*. op. cit., pp. 596; 601-02.

É interessante lembrar a passagem do *Correio Braziliense* transcrita no primeiro capítulo, em que Hipólito não somente afirmava que “as câmaras, conselhos e cortes” da nação portuguesa “já existiam antes do primeiro rei D. Afonso I”, mas também “que nunca os povos deram seu consentimento” para que essas instituições fossem abolidas.

A teoria desenvolvida pelos huguenotes era essencialmente escolástica, como se pode comprovar pela adesão às teses de Gerson, Almain e Mair, mas eles também mantiveram concepções derivadas de seu apelo original ao costume, recuperando a rede de direitos consuetudinários e instituições existentes na França durante o período medieval. Sua proposta era dividir os magistrados em duas categorias: de um lado, as autoridades locais e senhoriais, entre as quais podiam ser incluídos “duques, marqueses, condes, viscondes, barões e castelões,” além dos “administradores eleitos das cidades”; e, de outro, os representantes eleitos pelo povo para figurar na assembleia dos Três Estados. Esta assembleia, que Beza chamou de “os estados do país”, detinha o poder soberano, por ter sido investida diretamente “por todo o conjunto do povo.” Porém, Mornay adicionou um esclarecimento sobre a sua ideia de soberania popular: “Quando falamos do povo coletivamente, estamos nos referindo aos que recebem a autoridade do povo, ou seja, aos magistrados abaixo do rei” e “à assembleia dos Estados.” Como nota Skinner, a teoria dos huguenotes não consistia “em absoluto, de uma exortação à turba para que se insurgisse contra os seus senhores legítimos.” Aqui se pode mais uma vez constatar a grande semelhança entre o discurso do *Correio Braziliense* e os argumentos de Mornay, em particular. Na epígrafe do primeiro capítulo da tese, encontra-se uma passagem em que Hipólito justificou suas posições da seguinte maneira: “Mas quando assim falo [de um governo popular] entendo o chamamento de cortes [...] Não quero, pois, entender de forma alguma por governo popular a entrega da autoridade suprema nas mãos da população ignorante.”¹⁶⁶ Trata-se do mesmo argumento, assim como é

¹⁶⁶ *Correio Braziliense*. vol. II, nº 9, fevereiro 1809, p. 175.

idêntico o raciocínio sobre as “obrigações mútuas” das “duas partes contratantes.” A questão é qual seria a razão dessa identidade com textos já antigos e de origem huguenote.

Um aspecto que se deve notar é que, a exemplo de outros publicistas de sua época, Hipólito costumava usar escritos até mais antigos do que estes. De todo modo, Skinner chegou a comentar o “grande destaque” que a “ideologia revolucionária” dos calvinistas franceses adquiriu “no contexto ideológico da revolução inglesa durante a década de 1640” e mesmo sua influência o sobre o pensamento dos *common lawyers* ainda antes, na virada do século XVII.¹⁶⁷ As apropriações de textos huguenotes realizadas pelos ingleses durante as guerras civis, somadas à grande onda de imigração francesa que sobreveio à revogação do edito de Nantes, em 1685, ajudariam a explicar a persistência dessas ideias na Inglaterra do início do século XIX. Aqui é preciso levar em conta em particular a proeminência dos exilados franceses no desenvolvimento e refinamento do jornalismo britânico,¹⁶⁸ bem como seu importante comparecimento às lojas maçônicas inglesas, especialmente as de Londres.¹⁶⁹

Simultaneamente, algumas representações presentes no discurso do *Correio Braziliense* indicam grande afinidade com a tradição puritana. Uma das chaves para desvendar essa proximidade é o uso do conceito de patriotismo, tema cujo tratamento é peculiar entre os autores da *Commonwealth*. É justamente a singularidade dessa concepção de patriotismo que permite identificar rastros de uma afiliação com a tradição puritana no jornal de Hipólito. Neste contexto, a marca distintiva do cidadão patriota era a operosidade e seu principal antagonista, a indolência.

II

¹⁶⁷ Skinner, Quentin. *As Fundações do Pensamento Político Moderno*. op. cit., pp. 514; 600; 604.

¹⁶⁸ Hazard, Paul. *A Crise da Consciência Europeia, 1680-1715*. Lisboa: Cosmos, 1948. Também Pallares-Burke, Maria Lúcia Garcia. *The Spectator, O Teatro das Luzes: diálogo e imprensa no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1995.

¹⁶⁹ Cf. Jacob, Margaret C. *Living the Enlightenment: freemasonry and politics in Eighteenth-Century Europe*. op. cit., p. 55.

Ao compor a “Introdução” dos artigos que escreveu sobre a constituição antiga de Portugal, Hipólito afirmou que a empresa “de publicar uma série de ensaios para mostrar a excelência da constituição portuguesa, deve atrair-me o ódio de muitos dos portugueses, e talvez de alguns ingleses, mas a estas considerações se opôs, e venceu, o amor da pátria.”¹⁷⁰ Como se vê, já de início, ele invocava o patriotismo como a única razão de sua dedicação a esse tema. Contudo, se o motivo do amor à pátria é recorrente no *Correio Braziliense*, não são claras as ideias que sustentavam as suas representações. É preciso prestar atenção a detalhes, pois algumas construções aparentemente banais, e mesmo pouco evidentes nos textos de que estamos tratando, na realidade se mostram chaves importantes para desvendar as reais intenções de nosso autor. No segundo artigo da série “Paralelo da constituição portuguesa com a inglesa”, Hipólito inseriu uma nota sobre o suposto discurso de D. Afonso Henriques, em seu juramento de coroação. Esta nota diz o seguinte:

Se fosse preciso uma prova para persuadir aos portugueses do amor que devem aos seus monarcas, este nobre e patriótico sentimento de seu primeiro rei seria mais que suficiente; depois disto pode-se dizer que nenhuma outra nação tem mais motivos de considerar ao seu soberano como pai da pátria!¹⁷¹

No corpo do texto desta página, encontra-se ainda o modo como D. Afonso Henriques teria concluído o seu juramento. Nessa ocasião, o rei teria declarado: “Não queremos que nossos vassallos sejam obrigados a obedecer a rei que não nascesse português, porque eles são nossos vassallos e compatriotas, que, sem auxílio estranho, e

¹⁷⁰ “Paralelo da constituição portuguesa com a inglesa.” *Correio Braziliense*, vol. III, nº 15, agosto 1809, p. 175.

¹⁷¹ “Legalidade do estabelecimento do governo de D. Afonso Henriques e de Guilherme o Conquistador.” *Correio Braziliense*, vol. III, nº 16, setembro 1809, p. 308n.

à custa de seu sangue nos *fizeram seu Rei*.”¹⁷² Vê-se que mais uma vez foi assinalado o fato de que o rei havia sido “feito” pelo povo. Mas tão ou mais importante do que isso é a ideia de que o povo *fez* o primeiro rei à custa de seu próprio sangue, e a relação dessa luta sangrenta com a ideia de um soberano que seria pai de sua pátria.

Em sua recriação da narrativa sobre as cortes de Lamego, Hipólito associou o patriotismo à ideia de uma guerra em nome de algo que não era nem a monarquia nem o Estado, pois estes ainda não existiam. Mas, segundo ele, já existia a “nação” e era esta que detinha a “autoridade”, como mostra uma das passagens sobre a eleição de D. Afonso Henriques, já transcrita neste capítulo. Ali está escrito (ver p. 92) que “o povo fez a nomeação” e “el rei a aceitou, *reconhecendo por isso a autoridade da nação*.”¹⁷³ (É de notar que “povo” e “nação” são termos equivalentes nessa construção.) No quinto artigo da série, “Comparação das cortes em Portugal com o parlamento em Inglaterra,” o motivo do “rei patriota” aparece da seguinte maneira:

Os reis de Portugal, concordando com a nação na promulgação de leis que só tendiam a limitar o poder dos grandes e poderosos, sem excetuar nem o monarca, mostraram que eram portugueses de coração; e que, se um tal rei era o primeiro português por sua alta dignidade, devia ser respeitado como o primeiro cidadão por suas virtudes cívicas, obrando a benefício de seus compatriotas.¹⁷⁴

Em primeiro lugar, chama a atenção o fato de que teria havido reis em Portugal que concordaram “com a nação na promulgação de leis,” cujo intuito era limitar o poder deles mesmos. Porém, a ideia de que os reis deviam *concordar* com as leis votadas pela assembleia de representantes do povo – que Hipólito identificou como a “nação” – nada tem de bizarro: trata-se da doutrina da soberania legislativa do parlamento, estabelecida

¹⁷² “Legalidade do estabelecimento do governo de D. Afonso Henriques e de Guilherme o Conquistador.” *Correio Braziliense*, vol. III, nº 16, setembro 1809, pp. 308-09. (O grifo é do autor)

¹⁷³ O grifo é meu.

¹⁷⁴ “Comparação das cortes em Portugal com o parlamento em Inglaterra,” *Correio Braziliense*. Vol. III, nº 19, dezembro 1809, p. 623.

pela revolução de 1688-9, e que William Blackstone, o célebre jurista Whig do século XVIII, proclamou em *Commentaries on the Laws of England* (1765-9), obra citada por Hipólito em mais de uma oportunidade.

Segundo David Lieberman, a abordagem de Blackstone sobre a soberania do parlamento nesta obra delimitou o campo em que várias discussões importantes seriam travadas mais tarde e ainda no século XIX. Em seus *Commentaries*, Blackstone afirmava que a marca distintiva do “poder soberano” era “fazer leis”, poder que na Grã-Bretanha residia na fórmula *king-in-parliament* – o rei-em-parlamento.¹⁷⁵ Essa fórmula não é livre de ambiguidades, ao contrário, pois o rei está ausente de várias asserções enfáticas dos *Commentaries* sobre a soberania absoluta ou “onipotência” do parlamento. Mesmo o poder supremo inerente ao povo de suprimir ou alterar “o legislativo”, quando este violasse a confiança nele depositada, não parece se referir a uma soberania partilhada com o monarca. Desse modo, a “autoridade soberana e ilimitada do parlamento” – “*parliament’s sovereign and uncontrollable authority*” –¹⁷⁶ entendida segundo a fórmula *king-in-parliament* foi bem compreendida por Hipólito, já que ele encontrou uma excelente tradução para a ideia do rei-em-parlamento: a *concordância* “do rei com a nação na promulgação de leis.” Em outras palavras, era prerrogativa da “nação” fazer leis e o papel do monarca, concordar com elas. Parece haver aqui uma inferência do tópico do “consentimento” dos reis, a que se refere Blackstone na citação de mais de uma página dos *Commentaries* que Hipólito inseriu no terceiro artigo da série sobre a constituição antiga de Portugal: “Consequentemente, em parte nenhuma

¹⁷⁵ Lieberman, David. “The mixed constitution and the common law.” Mark Goldie and Robert Wokler (eds.). *The Cambridge History of Eighteenth-Century Political Thought*. UK: Cambridge University Press, 2006, p. 321.

¹⁷⁶ *Commentaries on the Laws of England, in four books by Sir William Blackstone, the thirteenth edition with the last corrections of author. vol. I, chapter II – Of the Parliament*. London, 1800, p. 161.

pode estar tão bem preservado [o direito de sucessão] como nas duas casas do parlamento, por e com o consentimento do rei reinante.”¹⁷⁷

Contudo, um rei que “devia ser respeitado como o primeiro cidadão por suas virtudes cívicas, obrando a benefício de seus compatriotas”, como afirmou Hipólito, não era uma concepção de Blackstone e, a rigor, nem mesmo Whig. A fonte dessa passagem seguramente é *Idea of a Patriot King*, de Henry St. John Bolingbroke, líder de uma facção Tory radicalizada e criador do *Craftsman*, um dos periódicos que fizeram oposição aos Court Whigs nas primeiras décadas do século XVIII, como foi visto no primeiro capítulo. Em sua obra de 1738, Lorde Bolingbroke imaginava um monarca que governaria sob os preceitos e normas da constituição, figurando um exemplo de virtude e responsabilidade cívica para a nação. Duncan Forbes observa que “muitas vozes” falavam por meio dos escritos de Bolingbroke, notavelmente Locke, Maquiavel e James Harrington. Em *Idea of a Patriot King*, a constituição britânica era entendida como um contrato original entre o rei e o povo, e o “rei patriota” reverenciava essa constituição como “a lei de Deus e do homem”. Mas se endossava a teoria de Locke sobre o direito natural, Bolingbroke também utilizava a história como instrumento de argumentação política, defendendo a constituição saxônia e as liberdades antigas,¹⁷⁸ que, segundo ele, não tinham sido restauradas pela revolução de 1688-9, face à “inexistência de eleições anuais para o parlamento, à persistência de exércitos permanentes e à notável corrupção no poder executivo”, como também observa Leonora Natrass.¹⁷⁹

¹⁷⁷ “Forma de governo em Portugal e Inglaterra.” *Correio Braziliense*, vol. III, nº 16, outubro 1809, p. 382.

¹⁷⁸ Forbes, Duncan. *Hume’s Philosophical Politics*. op. cit., pp. 147; 194-96.

¹⁷⁹ Citação extraída da seguinte passagem : “[...] as frustration led ‘Radical Tories’ and ‘country gentlemen’ to deny that 1689 had re-established the ancient constitution at all, in the absence of annual parliaments, the persistence of standing armies, and the perceived corruption of the executive.” Natrass, Leonora. *William Cobbett. The Politics of Style*. op. cit., p. 24. Ela, no entanto, observa que, ao mesmo tempo, radicais como Richard Price continuavam a entender que a revolução Gloriosa representou uma expressão genuína dos direitos do povo de escolher e – se necessário – depor seus governantes.

Segundo Pocock, Bolingbroke pregou a independência entre o legislativo e o executivo com tal ênfase que por muito pouco não defendeu uma separação entre os poderes de caráter realmente republicano.¹⁸⁰ Assim, uma aliança entre os Old Whigs e os seguidores do *Craftsman* não seria de surpreender. Denominada “patriótica” pelos dois grupos, essa composição legou uma sobrevida razoável à ideia do “rei patriota”, que ganharia nova publicidade ao ser difundida pelos radicais na virada do século XIX.

O mérito de Bolingbroke no que se refere à criação desse conceito parece ter sido o de estabelecer uma associação conveniente entre monarquia e patriotismo, termos que chegaram a ser mutuamente excludentes no mundo britânico. James Epstein revela que a palavra “patriota” não era empregada pelos governistas, que preferiam usar “*loyalist*” a “*patriot*” para definir aqueles que defendiam a Inglaterra durante as guerras napoleônicas e, ainda antes, contra a França revolucionária. Isso porque o segundo termo possuía conotações radicais em demasia. “Havia uma versão radical de patriotismo, que estruturou o vocabulário e o simbolismo do orgulho nacional em torno de ‘mártires da pátria’ como Hampden e Sidney,¹⁸¹ e outras referências libertárias legadas do século XVII.”¹⁸² Ainda no período em que Hipólito publicava o seu jornal em Londres, o vocabulário ali ainda apresentava fortes ressonâncias da *Commonwealth*, quando o termo “patriota” chegou a ser antinômico a “sacerdote”.

Herdeiro dessa tradição e um dos primeiros líderes dos Old Whigs, Robert Molesworth sugestivamente foi o primeiro tradutor e editor de *Francogália*, de Hotman,

¹⁸⁰ Pocock, J. G. A. “Radical criticisms of the Whig Order in the Age between revolutions.” Margaret C. Jacob and James R. Jacob (eds.). *The Origins of Anglo-American Radicalism*. op. cit., pp. 43-44.

¹⁸¹ John Hampden esteve entre os líderes dos Comuns que exerceram papel central na ruptura entre Carlos I e o parlamento, em fins de 1641. Era primo de Oliver Cromwell e comandou tropas de milicianos em várias batalhas importantes durante a primeira guerra civil, sendo ferido mortalmente em 1643. Já Algernon Sidney, autor republicano da *Commonwealth* e membro do partido Whig na Restauração de Carlos II, foi acusado de participar de uma suposta conspiração contra o rei e condenado à morte na forca, em 1683.

¹⁸² Tradução livre para: “There was a radical version of patriotism that structured the vocabulary and symbolism of national pride around such ‘patriotic martyrs’ as Hampden and Sidney and through libertarian references drawn from the seventeenth century.” Epstein, James A. *Radical Expression: political language, ritual, and symbol in England, 1790-1850*. op. cit., p. 25.

em 1711. Mas sua identidade com a tradição calvinista já era de fato patente em *An Account of Denmark*, obra de 1694, na qual escreveu que “a figura do sacerdote dará lugar à do verdadeiro patriota.” (“the character of priest will give place to that of true patriot.”) No artigo *The civil religion of James Harrington*, Mark Goldie esclarece que esta antinomia entre os termos sacerdote e patriota, concebida por Harrington, seguia o entendimento de puritanos da *Commonwealth* de que a revolução de que eram agentes se tratava de um combate para instituir “o sacerdócio de todos os fiéis.” A figura do cidadão “patriota” requeria portanto uma ação política no interior do corpo sagrado de uma comunidade secular e autossuficiente, ou seja, que não delegava os poderes de que estava investida.¹⁸³ Nesta tradição, a ideia de um rei patriota seria na realidade um paradoxo, já que, onde houvesse delegação de autoridade a um único governante, não poderia haver sequer cidadãos que reivindicassem o patriotismo. Pocock entende que a “ideia de um rei patriota” era de fato um “paradoxo consciente”, já que reconhecia a convergência de referentes republicanos e monárquicos na linguagem de uma oposição que usava “uma retórica Tory e radical”, simultaneamente.¹⁸⁴

Aqui entramos no campo das oposições entre “*otium*” e “*negotium*”, mas antes de apresentar essa questão, é de grande importância acrescentar que Calvino se referiu a um magistrado “pai de seu país”, em *Institutas da religião cristã*, obra publicada em 1536. As *Institutas* se referiam aos experimentos sociais radicais empreendidos pelas congregações anabatistas, dissidentes do calvinismo perseguidos pelas autoridades de Genebra. Os anabatistas negavam o ofício de magistrado, ou seja, a existência de governantes ou autoridades que tivessem algum poder sobre a comunidade, pregavam o pacifismo e rejeitavam o conceito legal de processo jurídico. O capítulo das *Institutas* que combate “o erro” de resistir a um magistrado “que verdadeiramente é o que

¹⁸³ Goldie, Mark. “The civil religion of James Harrington.” Anthony Pagden (ed.). *The Languages of Political Theory in Early-Modern Europe*. UK: Cambridge University Press, 1990, pp. 200-03.

¹⁸⁴ Pocock, J. G. A. “Radical criticisms of the Whig Order in the Age between revolutions.” op. cit., p. 44.

chamam, ou seja, pai de seu país” é dedicado ao governo civil e, em termos gerais, defende a teoria da não resistência às autoridades constituídas, que seria mais tarde revista por Calvino.

Um dado significativo é que ele começou seus estudos de teologia como discípulo do sorbonista John Mair e foi estudante de direito na Universidade de Bourges, onde teve como professor o próprio Andrea Alciato, entre 1529 e 1531. Como líder da Igreja reformada, Calvino formulou uma teoria constitucionalista com base na tradição dos Éforos de Esparta, cidadãos eleitos para “moderar o poder” dos reis. Nas *Institutas*, esses cidadãos são descritos como “magistrados do povo, nomeados para restringir a arbitrariedade dos reis”, uma concepção derivada das *Leis* de Cícero, obra em que o filósofo também se referiu aos Tribunus da Plebe, existentes na Roma antiga. Skinner assevera que o resultado dessa união entre o *mos docendi Gallicus* e o pensamento político do protestantismo “foi Calvino ter efetivamente incentivado seus seguidores a procurar os alegados exemplos de autoridades ‘eforais’ na antiga (e normativa, para o estudioso do humanismo jurídico) constituição da França”, impelindo os calvinistas franceses a defender suas conclusões “com argumentos extraídos de fontes jurídicas e históricas.” Com isso, os huguenotes se tornaram aptos para elaborar uma teoria política não sectária, o que seria decisivo para “o desenvolvimento e influência do calvinismo radical por toda a segunda metade do século XVI.”¹⁸⁵

III

É possível se aproximar da ideia de patriotismo veiculada pelos artigos do *Correio Braziliense* ao notar que este termo tende a aparecer em construções em que a

¹⁸⁵ Skinner, Quentin. *As Fundações do Pensamento Político Moderno*. op. cit., pp. 468-70; 505-06; 508.

ideia de liberdade está presente, como na seguinte passagem:

Em tempo de Henrique II, se reviveu o costume, comum a todas as nações descendentes dos godos, do processo por jurados, e no reinado d'el rei João, se estabeleceu a Magna Carta, que lançou sólidos fundamentos à fábrica de liberdade inglesa, prescrevendo mui claramente os modos porque el rei deveria administrar a justiça aos indivíduos. Assim se melhorou gradualmente a forma de governo na Inglaterra.

É, porém, de notar que nem esta magna carta, nem os artigos das cortes de Portugal, que impunham restrições convenientes ao exercício dos poderes majestáticos, estabeleceram métodos legais bem definidos para impedir as transgressões destes regulamentos úteis, falta esta mui considerável e que com o andar do tempo se remediou melhor em Inglaterra do que em Portugal. Mas sempre resultou a ambas as nações um benefício que foi mais evidente pela Magna Carta, porque era mais necessário em Inglaterra, e é que essas máximas sobre os direitos e obrigações dos príncipes, a que a ambição dos que governam perpetuamente se opõem, ficaram por esta maneira reduzidas a verdades reconhecidas por ambas as partes, servindo de fundamento legal para nele estribarem os bons patriotas os seus projetos de melhoramentos políticos.¹⁸⁶

De acordo com Hipólito, portanto, os regulamentos e máximas sobre “os direitos e obrigações dos príncipes”, a exemplo da Magna Carta, serviam de fundamento para que os “bons patriotas” pudessem levar adiante os “seus projetos de melhoramentos políticos”. Vê-se aqui uma relação direta entre liberdade e patriotismo, já que “os melhoramentos políticos” dos patriotas pareciam depender de “restrições convenientes ao exercício dos poderes majestáticos”, às quais “a ambição dos que governam perpetuamente” se opunham. Esta relação já havia sido explicitada no primeiro artigo da série sobre a constituição antiga de Portugal, como segue:

Em Inglaterra, pois, se acha que nesta luta, sacrificando os ingleses, em repetidas ocasiões, o seu sossego e as suas vidas, para não deixar ao partido governante usurpar todo o poder, tem-se conservado ilesa a feliz constituição do reino; entretanto, que, em Portugal, fosse demasiada a habilidade dos que governavam comparada com a ignorância dos povos, desde a introdução da Inquisição; fosse fraqueza e falta de patriotismo nos indivíduos, que antes queriam um repouso de escravos do que os incômodos e perigos necessários para obter uma liberdade bem entendida, como a que seus antepassados

¹⁸⁶ “Forma de governo em Portugal e em Inglaterra”. *Correio Braziliense* Vol. III, outubro 1809, pp.375-76.

possuíram, e agora possuem os ingleses, o certo é que deixaram aniquilar as instituições a que estava inerente a liberdade dos indivíduos e a prosperidade da nação.¹⁸⁷

Aparecem nesta passagem duas formulações que fazem parte do conjunto de máximas às quais David Hume denominou “whiggismo vulgar” (*vulgar whiggism*)¹⁸⁸: a relação necessária entre liberdade política e prosperidade econômica, bem como a oposição clássica entre liberdade e escravidão, nos termos de James Harrington e de outros autores da *Commonwealth*. Ambas foram igualmente reiteradas por Hipólito. A primeira, que conjuga liberdade e prosperidade, chegou a ser utilizada também em sua campanha a favor da substituição da mão-de-obra escrava pelo trabalho imigrante, a partir de 1811.¹⁸⁹

Mas há um terceiro eixo importante: a oposição entre patriotismo e alienação da soberania, uma concepção de puritanos da *Commonwealth*, como já foi mencionado aqui. No texto de Hipólito, “a falta de patriotismo” é conatural ao desejo de obter “um repouso de escravos”. Essa concepção, nitidamente puritana, significava que uma vida de *otium*, consagrada ao lazer e à contemplação, era equivalente à condição de estar em dependência de alguém mais, como foi visto no primeiro capítulo. Sua genealogia aponta para os humanistas cívicos do início do Quatrocentos, que, em forte oposição ao *otium*, enfatizavam o conceito de *negotium*: a dedicação à vida pública e às atividades úteis, no contexto de uma sociedade republicana. “A explícita recusa do ideal aristotélico”, segundo o qual o *otium* constituía “o mais elevado modo de vida”, se tornaria um dos principais valores humanistas difundidos por autores ingleses do século XVI, como observa Skinner: “A discussão do *otium* e do *negotium* quase sempre se resolvia em favor da ideia de se envolver ativamente nos negócios do governo.” Uma

¹⁸⁷ “Paralelo da constituição portuguesa com a inglesa -- Introdução”. *Correio Braziliense*. Vol. III, agosto 1809, p. 177.

¹⁸⁸ Ver Forbes, Duncan. *Hume's Philosophical Politics*. op. cit., pp. 142-49.

¹⁸⁹ “Observações sobre o estado da agricultura e da população do Brasil”. *Correio Braziliense*. Vol. VI, nº 34, março 1811, p. 238.

das razões para isso era a ampla aceitação na Inglaterra da “tese familiar aos humanistas (e, depois, aos puritanos) de que todo conhecimento deve ter algum uso”.¹⁹⁰

Na tradição puritana, o patriota não alienava os poderes de que estava investido como membro de uma comunidade livre. Mas conquistar e preservar a liberdade eram tarefas que, como afirmou Hipólito, exigiam esforço, “incômodos”, coragem para enfrentar “os perigos necessários”, derramamento de sangue. É por isso que, em seu discurso, o escravo “repousa”: essa era a condição dos que não estariam dispostos a trabalhar para vencer as adversidades da vida pública, defendendo uma liberdade que não possuíam e não tinham o interesse de possuir. Em outra passagem desse mesmo artigo, Hipólito maneja com mais clareza a ideia de ócio, repouso ou “criminosa indolência”, em oposição ao “esforço contra a tirania”, como se pode ver a seguir:

Em um ponto, na verdade, devo dar a decidida preferência, senão à constituição, ao menos aos ingleses como nação; e é, que havendo eles recebido de seus antepassados uma constituição livre, livre a tem mantido para a transmitir não só pura, mas ainda melhorada, à sua posteridade; custando-lhes isto, muitas despesas, muito sangue, e muitos incômodos. Ao mesmo tempo que os portugueses, desde que fizeram um bem-sucedido esforço contra a tirania de Felipe II, e seus imediatos sucessores, se entregaram a uma criminosa indolência, deixando ao ministro do dia usurpar os direitos que lhe parecia e menosprezar as instituições antigas, que faziam a glória da nação e serviam de mola real ao patriotismo dos indivíduos.¹⁹¹

Aqui um conjunto de ideias aparentemente não relacionadas entre si encontra resolução. Vê-se por que o *Correio Braziliense* assinalava que os “fundadores da Constituição” *fizeram* o primeiro rei à custa de seu próprio sangue. Com o passar do tempo, porém, o “esforço” de expulsar os muçulmanos e fundar uma nação foi sendo desvalorizado e esquecido: “O mais leve conhecimento da história portuguesa será

¹⁹⁰ Skinner, Quentin. *As Fundações do Pensamento Político Moderno*. op. cit., pp. 129;234; 237. No artigo “Sir Thomas More’s *Utopia* and the language of Renaissance humanism”, Skinner esclarece que o ideal de *negotium*, bem como o vocabulário utilizado para expressar os conceitos da cidadania ativa foram recuperados pelos humanistas florentinos de defensores clássicos da República romana, entre eles, Tito Lívio, Salústio e, especialmente, Cícero. Ver Anthony Pagden (Ed.). *The Languages of Political Theory in Early-Modern Europe*. op. cit., p. 129.

¹⁹¹ *Correio Braziliense*. Vol. III, agosto 1809, p. 176.

bastante para mostrar que o espírito público e até o valor da nação se foram extinguindo à proporção que a ignorância e o despotismo solaparam a liberdade dos portugueses”.¹⁹² Contudo, o povo que, representado em cortes, teria fundado a monarquia e o Estado, permanecia soberano:

A existência destas cortes, que são uma assembleia da nação, representada por seus deputados, ou procuradores, é já de si mesma uma restrição ao exercício dos poderes majestáticos; podendo até alterar a forma de governo; porque se as cortes, elegendo o seu primeiro monarca, puderam estabelecer uma forma de governo, também é claro que a podem revogar e estabelecer outra.¹⁹³

Em síntese, os artigos de Hipólito sobre a constituição antiga de Portugal tinham o objetivo velado ou manifesto de afirmar uma suposta identidade entre as instituições políticas de Portugal e da Inglaterra e, com base nisso, reivindicar a convocação de cortes e a limitação do poder real – “O poder dos reis é limitado e com muitíssima razão o deve ser”.¹⁹⁴ As ideias de legalidade e de “costume antiquíssimo” organizam e conferem legitimidade ao discurso, mas há temas também centrais conduzindo várias passagens: o conceito de mérito; a operosidade; a virtude e o patriotismo. Não há dúvida de que esta série de artigos estava inserida no contexto textual do whiggismo: ao longo da narrativa, o leitor encontra sequências sobre a “correta balança entre os poderes”; a restauração da “excelente fábrica” da legislação inglesa pela revolução de 1688-9; a “necessária liberdade de imprensa” e de manifestação e expressão no parlamento; “as restrições a respeito das forças militares” e o sistema instituído pelo parlamento para a convocação e dissolução do exército [permanente].¹⁹⁵ Contudo, a ênfase radical que poderia passar despercebida em diversas passagens é exposta de modo explícito em fragmentos como este:

¹⁹² *Correio Braziliense* Vol. III, agosto 1809, p.179.

¹⁹³ “Forma de governo em Portugal e na Inglaterra”. *Correio Braziliense*. Vol. III, outubro 1809, p. 374.

¹⁹⁴ *Correio Braziliense*. Vol. IV, janeiro 1810, p. 78.

¹⁹⁵ *Correio Braziliense*. Vol. III, setembro 1809, p. 308n.

As câmaras eram instituições absolutamente populares, constavam de pessoas do povo, eleitas por esse mesmo povo; tinham a seu cargo não só a governança do território a que imediatamente pertenciam; mas as câmaras, e os conselhos, podiam legalmente convocar-se para deliberar sobre os negócios da nação, fazer representações a El rei, ou instruir os seus deputados nas cortes, sobre o modo por que deviam proceder nas importantes discussões que fossem objeto da grande assembleia da nação.¹⁹⁶

Porém, poucas situações nos artigos sobre a “constituição antiga de Portugal” são tão interessantes como a seguinte passagem, já comentada aqui:

O despotismo favorece sempre a ignorância; esta é o único apoio do despotismo, porque a força está da parte da multidão, e só as noções erradas, e prejuízos fomentados pelo mesmo despotismo, é que podem conter em sujeição abjeta essa multidão, que possui o poder físico.¹⁹⁷

Tudo isso conduz à constatação de que nosso autor manejava fontes e linguagens de variadas procedências, por vezes elaborando representações distintas e mesmo contrárias. É verossímil pensar que ele se apropriava de diversos discursos no espaço textual do whiggismo e também fora dele, de acordo com os seus próprios objetivos, mas também condicionado por imperativos que circunscreviam sua escrita em diferentes circunstâncias, de tal forma a adequar os temas preferenciais de sua pedagogia política, de um lado, às interdições com as quais precisava lidar¹⁹⁸ e, de outro, ao perfil da audiência que pretendia alcançar, de modo a não alienar o seu público.

Foi visto que, devido à intervenção do ativismo radical, o mito da constituição antiga ganhou nova simbologia nas primeiras décadas do século XIX. Contudo, esse também foi o momento em que a ideologia da lei antiga e as tradições libertárias que ela

¹⁹⁶ *Correio Braziliense*. Vol. III, setembro 1809, p. 306.

¹⁹⁷ *Correio Braziliense*. Vol. III, agosto 1809, p. 179.

¹⁹⁸ Segundo Mecenaz Dourado, nesse período – de abril -maio de 1809 a março de 1810 –, Hipólito estava negociando com D. Domingos de Sousa Coutinho, ministro de Portugal em Londres, a compra de 500 assinaturas do *Correio Braziliense* pela coroa portuguesa. Ver Dourado, Mecenaz. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*, cit., vol. II, pp. 374-76. Alexandre Mansur Barata acrescenta que uma das exigências de D. Domingos para realizar a transação era que Hipólito se abstivesse “de fazer comentários relativos às Cortes e ao constitucionalismo.” Barata, Alexandre Mansur. *Maçonaria, sociabilidade ilustrada e independência do Brasil, 1790-1822*, Juiz de Fora: Ed. UFJF; São Paulo: Annablume, 2006, p. 157-58.

evocava no mundo britânico serviriam aos ideais de independência acalentados por hispano-americanos, residentes ou não em Londres. Assim, a inserção do *Correio Braziliense* no contexto do antigo constitucionalismo é simultaneamente uma inserção no cenário dos movimentos pela emancipação da América espanhola, como se verá nos capítulos seguintes.

3 – A Conexão de Londres

“A independência da América é um acontecimento necessário, como já muitas vezes temos dito, e que resulta da natureza das coisas; não há forças humanas que o possam impedir.”

Hipólito José da Costa¹⁹⁹

¹⁹⁹ *Correio Braziliense*. vol. VI, nº 33, fevereiro 1811, p. 194.

Em novembro de 1809, as autoridades coloniais de Caracas e de Buenos Aires receberam instruções expressas da Junta Central de Sevilha para exercer estrita vigilância sobre os partidários do general Francisco de Miranda na América meridional. O governo espanhol informava então que havia um número crescente de agentes a serviço de Miranda em território sul-americano e que esta rede possivelmente operava com base no Brasil.²⁰⁰ Sabe-se que isso é em parte correto: Miranda alcançava a Venezuela por meio de possessões inglesas no Caribe, mas só estendia sua influência até o rio da Prata porque seus papéis passavam antes pelo Rio de Janeiro. É também certo que agentes platinos residentes na capital da colônia portuguesa conseguiram fugir à perseguição movida pelos espanhóis, porque contaram com a proteção de Lorde Strangford, ministro britânico junto à corte do príncipe regente.

Muito pouco conhecido, porém, é o papel que Hipólito da Costa teria exercido nessas articulações, embora existam diversos indícios e mesmo evidências apontando nessa direção. Vários textos publicados no *Correio Braziliense* indicam e outras fontes comprovam que ele esteve em contato com agentes de Buenos Aires e foi de fato um dos colaboradores de Miranda em Londres, atuando não apenas como publicista, mas também como intermediário na triangulação Londres – Rio de Janeiro – rio da Prata. Uma dessas fontes é o próprio *Archivo del General Miranda*, uma coleção verdadeiramente impressionante de escritos, em que há oito mensagens de Hipólito. O conteúdo dessas cartas, contudo, é praticamente ignorado e há vários motivos para isso. Um deles é que, em sua maioria, os historiadores que trabalharam com os papéis arquivados pelo general não tinham o periodista luso-brasileiro como objeto de suas investigações. Simultaneamente, vários autores que mencionaram a relação existente entre Hipólito e Miranda utilizaram outras fontes, algumas delas maçônicas.

²⁰⁰ Cf. Racine, Karen. *Francisco de Miranda. A transatlantic life in the Age of Revolution*. DE: Scholarly Resources, 2003, p. 193.

De todo modo, o que parece conter informações inéditas é uma coleção de manuscritos referentes a um amigo de Hipólito – Tristán Nuño Baldez,²⁰¹ que teve participação em diferentes episódios da política de Buenos Aires, incluindo as gestões do grupo de Manuel Belgrano no sentido de reconhecer a princesa Carlota Joaquina como sucessora de Fernando VII, então prisioneiro de Napoleão Bonaparte na cidade francesa de Bayona. Como é bastante conhecido, esse grupo cogitou estabelecer uma monarquia constitucional no rio da Prata, por intermédio da princesa do Brasil.²⁰² Os manuscritos referentes a Tristán Baldez, localizados no Archivo General de la Nación, em Buenos Aires, revelam dados complementares a diversos documentos existentes no Arquivo de Miranda, bem como a artigos publicados nesse período pela imprensa de Buenos Aires e estudos realizados por historiadores que investigaram o carlotismo. Em seu conjunto, essa documentação comprova o que na realidade já podia ser visto – ou entrevisto – nas páginas do *Correio Braziliense*: a adesão de Hipólito aos propósitos do general Miranda e uma conexão certa, embora com objetivos ainda obscuros, com líderes do movimento que instituiu a primeira Junta de governo em Buenos Aires, a 25 de Maio de 1810.

I

Tristán Nuño Baldez era um agente de Buenos Aires que negociava em várias praças do Brasil, especialmente na rota Rio de Janeiro – rio da Prata. Na coleção de manuscritos referentes a Baldez, encontra-se a seguinte correspondência assinada por Hipólito José da Costa.

²⁰¹ Quem mencionou a existência de uma relação entre Hipólito e Tristán Baldez foi Maria Medianeira Padoin in *Federalismo Gaúcho: fronteira platina, direito e revolução*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 2001, p. 30.

²⁰² O projeto de instituir uma monarquia constitucional e independente no rio da Prata, introduzida pela regência de Carlota Joaquina, é comentado por Lynch, John. *Las Revoluciones Hispanoamericanas 1808-1826*. 9ª ed. Barcelona: Ariel, 2004, p. 48. Também Street, John. *Gran Bretaña y la Independencia del Rio de la Plata*. Buenos Aires: Paidós, 1967, pp. 121-23.

Rio de Janeiro = Sr. Tristão Nuno Baldez

Londres, 23 de Nov. de 1808

Meu amigo e Senhor,

Recebi a sua estimada carta de 27 de Mayo, e agradecendo-lhe o favor de suas expressões, só tenho a dizer-lhe que a sua correspondência, e amizade me serão summamente gratas, e como na sua me dizia que estava a partir para o Sul não me alargo mais até saber fixamente o lugar de seu destino, para lhe escrever amplamente.

Fico sendo como devo

Seu condiscípulo am (ilegível) do C.

Hippolyto Joseph da Costa²⁰³

O envelope não apresenta o nome de seu remetente, talvez por se tratar de comunicação sigilosa, mas há dois destinatários. O primeiro é “Tristão Nuno Baldez, em casa do Sr. José Pinto Teixeira, defronte de S. Pedro.” O outro é “Malmgren” e seu endereço, “nº 11 Rua de S. Pedro, Em casa do cônsul da Suécia.” Este último parece se tratar de um segundo destinatário, caso Baldez ou o “Sr. José Pinto Teixeira” não fossem localizados. A relação com o cônsul da Suécia ou com algum diplomata do consulado é inusitada e acena para conexões não cogitadas até aqui, mas o importante é que a Rua de São Pedro era um endereço conhecido de agentes platinos no Rio de Janeiro, como se verá. Entre os manuscritos sobre Baldez existem ainda passaportes ou licenças obtidas pelo comerciante para negociar nas praças da Bahia e do Rio de Janeiro; recibos de compra e venda, um deles assinado em Santos, São Paulo; um passaporte para ir do Rio de Janeiro à capitania do Rio Grande de São Pedro; e outro, de

²⁰³ Archivo General de la Nación. Colección Museo Historico Nacional. Legajos 2 y 3, doc. nº 240.

Montevideu, “para passar a Buenos Aires”. Um documento que traz mais informações foi conferido pela Intendência Geral de Polícia da Corte e revela um dado importante: Baldez era natural de Colonia, a antiga Colônia do Sacramento, como se pode ver na seguinte transcrição:

O Doutor Paulo Fernandes Vianna do Conselho de S. A. R., Cavalleiro Professo na Ordem de Christo, Intendente Geral da Policia da Corte e do Estado do Brazil./ Faço saber que desta Cidade parte para o Rio Grande de São Pedro por caminho de mar, Tristão Nuno Baldes natural de Colônia./E por fe haver legitimado nesta Intendencia como consta do Liv 47 a fol. 71, lhe mandei dar esse passaporte, que lhe servirá para chegar ao lugar de seu destino, ao qual vai por mim assinado. Rio de Janeiro aos 2 de janeiro de 1809.²⁰⁴

Nota-se por esse passaporte que, em janeiro de 1809, o negociante se dirigiu para o Rio Grande, mas, em maio deste mesmo ano, conforme a carta de Hipólito, já estava de volta ao Rio de Janeiro. O fato de que Baldez era natural de Colonia pode sinalizar um relacionamento mais antigo entre ambos, pois indivíduos de origem hispânica não eram incomuns na antiga Colônia do Sacramento: muitas famílias trazidas pelos espanhóis das ilhas Canárias, com o intuito de fundar um núcleo de povoamento em Montevideu, acabaram fugindo para o enclave português a partir dos anos 1730, devido às condições de vida bem mais precárias em território espanhol.²⁰⁵ Casamentos mistos também eram muito comuns. Assim, não é improvável que famílias de origem espanhola, vindas do Sacramento, tivessem se estabelecido no distrito da Vila de Rio Grande, onde os familiares de Hipólito e outros colonos portugueses foram assentados, após a conquista definitiva daquela praça pelos espanhóis, em 1777.²⁰⁶ Por isso, é

²⁰⁴ “Pasaporte a favor de D. Tristan Nuno Baldez”. Archivo General de la Nación. Colección Museo Historico Nacional. Legajos 2 y 3, doc. nº 241.

²⁰⁵ Cf. Silva, Maria Beatriz Nizza da. “Soldados, casais e índios no povoamento da Nova Colônia.” <http://www.instituto-camoes.pt/cvc/bdc/artigos/sacramento.pdf>. (Acesso 06/09/11).

²⁰⁶ Sobre o assentamento dos colonos do Sacramento que chegavam à capitania do Rio Grande, ver Monteiro, Jônatas da Costa Rego. *A dominação espanhola no Rio Grande do Sul. 1763-1777*. Anais do

consistente a informação de que uma família com o sobrenome Silva Baldez tivesse possuído uma propriedade vizinha às terras recebidas pelos pais e tios de Hipólito, no atual município de Capão do Leão, a sudoeste de Pelotas.²⁰⁷ O fato de que Hipólito era fluente em espanhol, mas escreveu para seu amigo em português também sugere que esta poderia ser a língua materna de ambos.

Certo sobre este personagem, porém, é seu envolvimento na política rioplatense. As atas das *Assembleas Constituyentes Argentinas* registram que, nas eleições de 1817, ele se tornou um dos membros do cabildo de Buenos Aires, tendo sido eleito 2º Regidor Alcaide Provincial,²⁰⁸ durante a vigência do Diretório Supremo de Juan Martín de Pueyrredon. Contudo, dez anos antes Baldez já mantinha relações com personagens proeminentes de Buenos Aires e agentes que intermediavam o contato de platinos com o Rio de Janeiro. Seu nome aparece numa longa carta do negociante italiano Felipe Contucci à princesa Carlota Joaquina, publicada recentemente no Brasil por Francisca L. Nogueira de Azevedo. No penúltimo parágrafo dessa carta, datada de Buenos Aires, 16 de junho de 1809, encontra-se a seguinte passagem.

Leva estes papéis Tristán Nuño Valdés, homem que foi testemunha de algumas de nossas conferências, e a quem buscamos pelas circunstâncias que o adornam, e ele está intimamente apegado aos interesses de V. A. Real e aos destes países, que conhece desde tenra idade. Permita-nos V. A. Real que lhe supliquemos se digne escutá-lo. Dentro de poucos dias irá um de nós para pôr-se diante da Real Presença de V. A. Real com toda a nossa autorização: ele informará a V. A. Real de viva voz, e não duvidamos que V.

Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande (1776-1976). Vol. IV. Rio de Janeiro: IHGB/Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, 1979, pp. 337; 340. Também Osório, Helen. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: UFRGS, 2007, p. 94.

²⁰⁷ Conforme registros de concessão de sesmarias localizados no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul por Silva, Arthur Victoria. “Primeiros proprietários de terras no Capão do Leão.” capadoleao.blogspot.com (Acesso 08/09/2011).

²⁰⁸ E. Ravignani. *Assembleas Constituyentes Argentinas*. Ediciones del Instituto de Investigaciones Historicas. Facultad de Filosofia y Letras. Buenos Aires, 1937. Archivo General de la Nación. Tomo I, 6-11-15, p. 169. Também *Gazeta de Buenos Aires*, t. V, 3 de enero de 1818, p. 292.

A. Real se dignará prestar-lhe sua Real Confiança, na firme persuasão de que seus conhecimentos darão a V. A. Real toda a luz necessária para o melhor êxito de nossa justa e santa empresa.²⁰⁹

A “justa e santa empresa” sobre a qual falava Contucci consistia evidentemente em instituir a regência de Carlota Joaquina nas colônias da América espanhola. O contexto desse empreendimento era o vácuo de legitimidade política instaurado pela invasão da Espanha por Napoleão Bonaparte, seguida pela destituição do rei Carlos IV, e de seu herdeiro Fernando VII, irmão de Carlota, que se encontrava preso na cidade francesa de Bayona, juntamente com vários membros da família real, como foi visto.

A participação do amigo de Hipólito nas articulações em favor da regência de Carlota no rio da Prata também pode ser comprovada por outro manuscrito existente no Archivo General de la Nación. Cerca de um mês após Contucci enviar à princesa a correspondência transcrita acima, Baldez recebeu um bilhete assinado pelo “Dor. Rodríguez Peña.” Os termos dessa correspondência são os seguintes: “Mio Estimad Amigo: ha entregado su criado los trecientos de que me hace favor: queda sumamente reconocido.”²¹⁰ O remetente não poderia ser outro se não Saturnino Rodríguez Peña,²¹¹ agente que teve papel central nas negociações da infanta espanhola com lideranças políticas de Buenos Aires. Exilado no Rio de Janeiro, Rodríguez Peña já era célebre por ter facilitado a fuga do general Beresford, um dos oficiais britânicos que comandaram as invasões inglesas no vice-reinado do Rio da Prata, em 1806 e 1807. Sua casa na Rua de

²⁰⁹ Azevedo, Francisca L Nogueira de. *Carlota Joaquina: cartas inéditas*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2008, pp. 193-194. Aqui o sobrenome Baldez aparece como Valdés. A troca do B pelo V, ou vice-versa, era bastante comum em documentos e periódicos do rio da Prata, no início do século XIX, mas em todas as fontes que localizei em Buenos Aires esse nome foi registrado com B, tal como aparece na correspondência de Hipólito.

²¹⁰ Archivo General de la Nación. Colección Museo Historico Nacional. Legajos: 2 y 3, doc. nº 261. A data dessa correspondência é 22 de julho de 1809.

²¹¹ Saturnino Rodríguez Peña assinava “Dor.”, por ser doutor em teologia, conforme Humphreys, R. A. *Liberation in South America. 1806-1827. The career of James Paroissien*. London: University of London, 1952, p. 22.

São Pedro logo se tornaria um ponto de convergência dos expatriados de Buenos Aires,²¹² entre eles Juan Martín de Pueyrredon, negociante e coronel de milícias, pertencente ao grupo que deu sustentação ao vice-rei interino Santiago de Liniers, do qual Rodríguez Peña também fazia parte. Sabe-se que os principais líderes desse grupo eram Manuel Belgrano, Juan José Castelli, Hipólito Vieytes, Antonio Luis Beruti e Nicolás Rodríguez Peña, irmão de Saturnino, todos mais tarde comprometidos com o movimento de 25 de Maio de 1810.

Pueyrredon partira clandestino para o Rio de Janeiro, em meados de 1809, devido à prisão ordenada pelo novo vice-rei vindo da Espanha, Baltazar Hidalgo de Cisneros. Contudo, ele não ficou muito tempo no Brasil, percebendo que sua presença na colônia portuguesa era perigosa. Lorde Strangford, ministro britânico junto à corte do príncipe regente, sugeriu que ele partisse secretamente num barco inglês para Buenos Aires, aonde chegou a 9 de junho de 1810. Mais adiante, em 1816, Pueyrredon estaria entre os delegados que pressionaram pela aprovação da declaração de independência no Congresso Geral de Tucumán, sendo eleito Diretor Supremo das Províncias Unidas do Rio da Prata, em maio daquele ano.²¹³

Não deixa de ser curioso que personagens como Rodríguez Peña e Juan Martín de Pueyrredon se movimentassem no logradouro para o qual Hipólito enviara sua carta a Tristán Baldez, reproduzida acima. Igualmente interessante é a relação de confiança existente entre o amigo de Hipólito e Rodríguez Peña, o que indica alguma proximidade com Pueyrredon, sugerindo que a eleição de Baldez para o cabildo de Buenos Aires, em 1817, poderia ser resultado de uma articulação já antiga.

²¹² Cf. Elissalde, Roberto L. “Nicolás y Saturnino Rodríguez Peña”. Miguel Ángel De Marco e Eduardo Martiré (coords). *Revolución en el Plata. Protagonistas de Mayo de 1810*. Buenos Aires: Academia Nacional de la Historia/Emecé, 2010, p. 459.

²¹³ Cf. Belsunce, César A. García. “Juan Martín de Pueyrredon.” *Revolución en el Plata. Protagonistas de Mayo de 1810*. cit., pp. 423; 426.

II

Os oito volumes dos *Prolegómenos de la Independencia* do *Archivo del General Miranda*, que cobrem os anos de 1806 a 1810, contêm inúmeros documentos que mostram como operava a rede de simpatizantes e agentes a serviço de Miranda em várias localidades do continente americano, incluindo cidades como Nova York, e ainda praças onde se movimentavam as tropas britânicas na península Ibérica. Chama a atenção o fato de que pessoas de língua inglesa também escreviam em francês para Miranda, que respondia ou tomava a iniciativa de se corresponder nesse idioma. Percebe-se claramente que o conteúdo da correspondência em francês era sigiloso, embora esta fosse uma língua bastante conhecida entre pessoas letradas na Inglaterra. Nesse conjunto de documentos, há oito mensagens de Hipólito, três delas em francês e quatro em espanhol, além de um bilhete endereçado a Miranda em seu nome, este em inglês. Mesmo concisa, a correspondência de Hipólito revela as relações de colaboração mantidas pelos dois exilados sul-americanos em Londres, entre 1808 e 1810. A intervenção conjunta em escritos de propaganda política pode ser apreciada nesta carta:

Mon cher Monsieur

J'ai l'honneur de vous envoyer vos papiers, et mes remerciements. Le Times n'a pas voulu inserer le paragraph que je lui ai mandée sur l'affaire de Caracas, sans y faire quelques alterations; pour des raisons que je vous expliquerai; mais j'ai cru q'alors on ne devois pa publier la veritée a demi.

J'aurai l'honneur de vous procurer ausitot que me sera possible.
Jé l'honneur d'etre

Monsieur
Votre tres humble et
tres obeisant sertr.

Como se pode ver, a carta foi escrita em francês, língua que não era a materna nem do remetente nem do destinatário, e tampouco a natural do lugar em que ambos residiam, o que não era propriamente incomum no conjunto dos documentos deixados pelo general Miranda. A mensagem de Hipólito revela que o *Times*, já então um dos principais diários de Londres, não iria publicar na íntegra um parágrafo ou comentário sobre a questão de Caracas que Hipólito havia enviado ao jornal, sem fazer alterações no texto. Está claro que o comentário que se desejava inserir (“*insérer*”) no *Times*, provavelmente como réplica a um artigo já publicado pelo diário, foi escrito por Hipólito. É bastante provável inclusive que os papéis que ele estava devolvendo a Miranda tivessem servido justamente para que construísse o texto que enviou ao jornal. Isso parece certo pelo modo como na época os ingleses ofereciam escritos próprios ou de autores afinados com o seu pensamento político a correligionários e possíveis adeptos de sua causa. Esses empréstimos costumavam servir ao mesmo objetivo: municiar o redator com informações e argumentos para que ele pudesse construir o seu próprio texto sobre um determinado tema, mantendo fidelidade aos objetivos que as duas partes pretendiam alcançar. Em algumas situações, aquele que oferecia textos buscava redirecionar opiniões, mas o objetivo de interferir em impressos que seriam amplamente divulgados estava igualmente presente.

Entretanto, há outro aspecto a ser observado nesse texto: Hipólito preferiu não escrever quais eram os motivos da discordância do *Times*, o que também ilumina a economia das mensagens que ele enviou ao general Miranda. É claro que um dos motivos dessa correspondência ser reduzida em volume e lacônica em seus conteúdos se

²¹⁴ *Archivo del General Miranda*. “Prolegómenos de la Independencia. Negociaciones 1808.” La Habana: Editorial Lex, 1950. Biblioteca do Memorial da América Latina. 90M642. t. 21, p. 367.

refere ao fato de que ambos residiam em Londres, tendo assim inúmeras oportunidades de conversar pessoalmente. Porém, esta carta mostra que não registrar por escrito determinados assuntos era de fato intencional. Ainda assim, Hipólito deixou escapar uma informação de interesse: ele havia pensado que não se deveria publicar “meias verdades.” Outro texto, este em espanhol, mostra uma situação inversa: Miranda podia reescrever ou alterar um texto redigido por Hipólito, como se pode ver abaixo:

Señor General

Le remitto su gazeta, el articulo en question estava ya traducido e impresso.

Junto ba el parrafo que intento publicar sobre la carta de Caracas, vá como tiene de ir al impressor mañana; apunte las alteraciones que desear; e la fecha de la gazeta de Caracas que no me acuerdo della.

Su mui servidor

H. J. DA COSTA
New Inn 20 Oct. 1809²¹⁵

As duas cartas reproduzidas acima esclarecem por que os escritos assinados por Francisco de Miranda são tão semelhantes aos artigos que Hipólito redigiu em seu periódico nesse período. Parece claro que ambos escreviam de comum acordo, utilizando frequentemente as mesmas fontes. Mas o que estava ocorrendo era bem mais do que isso. De um lado, Hipólito chegou a escrever para Miranda um texto que não seria publicado no seu próprio jornal, o *Correio Braziliense*, mas sim no *Times*, o mais bem-sucedido diário comprometido com o governo; e, de outro, o general podia interferir em texto já finalizado, que entraria em gráfica no dia seguinte (“*mañana*”), como resume a frase “aponte as alterações que desejar.” É de perguntar: Quem escrevia

²¹⁵ Ao pé da página, o editor informa que no fôlio seguinte há um breve apontamento em caracteres gregos. *Archivo del General Miranda*. “Prolegómenos de la Independencia. Negociaciones y Diversos, 1809-1810.” Biblioteca do Memorial da América Latina. 90M64 2, t. 23, p. 99.

propaganda política para outra (ou outras pessoas) em Londres, no início do século XIX? Quem (externo aos quadros de um periódico) podia alterar um texto final?

Mas a correspondência de Hipólito também revela informações importantes em outra direção: Miranda utilizava contatos do amigo luso-brasileiro para alcançar agentes de Buenos Aires no Rio de Janeiro, especialmente Saturnino Rodriguez Peña, que se tornara seu colaborador e informante no Brasil. Três cartas – duas em espanhol e uma em francês – informavam ao general que um portador estaria embarcando para o Brasil, incluindo a data e, por vezes, também o último horário disponível para que ele enviasse os seus papéis. Como os três textos são do mesmo teor, a transcrição em sequência cronológica pareceu mais adequada.

Mon cher General

J'ai a vous dire que mon ami partira le lundi au soir ou le mardi matin ainsi vous pouvez preparer vos paquets pour les envoyer.

Je suis
votre
tres humble ser.

H. J. DA COSTA
New Inn Samedi Matin²¹⁶
Señor General

Tenemos um sugeto que parte para Rio de Janeiro por este paquete, e le he hablado para llevar sus pliegos; por tanto sirvase embiarselos antes de la noche, y aunque no este yo ni persona alguna en casa: que se los dexten en el banco de cartas a la puerta que estan seguras.

Soi con todo el respeto
Su mui ver. e ser.

H. J. DA COSTA

²¹⁶ *Archivo del General Miranda*. “Prolegómenos de la Independencia. Documentos. Correspondencia y Negociaciones, 1808-1809”. Biblioteca do Memorial da América Latina. 920M642, t. 22, p. 304. Esta carta não traz a data em que foi escrita, mas, de acordo com a sequência dos fôlios, deve ser dos últimos dias de abril de 1809.

New Inn Martes 9²¹⁷

Mui Señor mio

El sujeto que vá al Rio de Janeiro, parte de aqui jueves proximo; assi sirvase V. Mandar-Me los pliegos que tiene hasta aquel dia á las 12. –

Yo por mui occupado no puedo procurarlo aunque tenia que hablar-le.

Su mui servidor y humilde.

H. J. DA COSTA

New Inn 31 julio 1810²¹⁸

Estas mensagens mostram que os papéis enviados por Miranda à capital da colônia portuguesa podiam ser levados por amigos (“mon ami partira”) ou por pessoas da mais estrita confiança de Hipólito em Londres. Simultaneamente, pelo menos um destinatário do general venezuelano era de nacionalidade portuguesa – o desembargador Antonio Manuel Galvão. Este aparece como um dos contatos do negociante Peter Turnbull, provavelmente também um agente britânico, que levou papéis de Miranda para Buenos Aires e se comunicou com ele a partir do Rio de Janeiro, em fins de 1808.²¹⁹ Um dado interessante: o general encarregou Turnbull de investigar se o Brasil oferecia condições para uma intervenção política. A resposta foi negativa. Entretanto, Rodriguez Peña também contava com pessoas de confiança no Brasil, pois chegou a escrever ao general nos seguintes termos: “Estou extremamente ocupado em assuntos interessantíssimos, de que darei conta a V., como de tudo o mais, que não vai muito mal, por um cavalheiro português, que sairá dentro de seis dias.”²²⁰

O que não se deve perder de vista é o significado político dessas relações.

Mesmo a intermediação de indivíduos de nacionalidade portuguesa merece atenção: por

²¹⁷ Aqui também foi omitida a data, mas, pelo mesmo motivo, pode-se inferir que essa carta é de maio de 1809. *Archivo del General Miranda*. cit., t. 22, p. 342.

²¹⁸ *Archivo del General Miranda*. cit., t. 23, p. 488.

²¹⁹ *Archivo del General Miranda*. cit., t. 22, pp. 120-21.

²²⁰ Tradução livre para: “Estoy sumamente ocupado en asuntos interessantísimos de qe. daré conta á V. [usted], como de todo lo demás, qe. no va muy mal, por un Caballero português, qe. saldrá dentro de seis días.” Essa correspondência é de 16 de agosto de 1809. *Archivo del General Miranda*. cit., t. 23, p. 110.

que essas pessoas ajudariam Francisco de Miranda ou líderes de Buenos Aires (por intermédio de Hipólito ou não)? Pode-se pensar que o envolvimento do desembargador Antonio Galvão com Peter Turnbull estivesse relacionado à maçonaria, e que outros luso-brasileiros ou mesmo portugueses participassem das articulações de Miranda com o rio da Prata, devido ao projeto de Carlota Joaquina. Entre os últimos meses de 1808 e o início de 1809, os papéis do general enviados para o Brasil estavam em parte inseridos nesse contexto. No entanto, a carta de Rodríguez Peña que seria encaminhada a Londres por um “cavalheiro português” é de agosto de 1809, quando o platino já se mostrava extremamente arrependido por ter se envolvido com as pretensões da princesa. É importante reparar ainda que a última carta de Hipólito transcrita acima, de 31 de julho de 1810, não tinha qualquer relação com o carlotismo, pois a essa altura Miranda já havia sido informado sobre os acontecimentos de Maio em Buenos Aires. Logo em seguida, no dia 2 de agosto de 1810, ele explicitaria a nova direção de suas gestões no rio da Prata, usando também para isso o *Correio Braziliense*, como se verá mais adiante.

De todo modo, é seguro inferir que boa parte dos portadores a serviço de Miranda tivesse nacionalidade portuguesa, não apenas porque utilizar ingleses para esse serviço oferecia riscos, mas também porque associações entre Hipólito e luso-brasileiros que negociavam na praça de Londres chegaram a ser documentadas. Em 1811, Hipólito enviou de Londres para Salvador uma “imprensa e duas caixas de tipos.” A encomenda pode não ter alcançado o seu destino: é provável que tenha sido apreendida antes do desembarque, como ordenava a instrução expressa do ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho ao Conde dos Arcos, em ofício datado de 4 de setembro de 1811. O ministro tinha sido informado três meses antes sobre a chegada desta mercadoria por ofício de seu irmão D. Domingos de Sousa Coutinho, então ministro de Portugal em Londres. Em sua carta, D. Domingos afirmava que o objetivo daquela “diligência” de Hipólito era

“publicar obras incendiárias contra o governo de Sua Alteza Real”, o que seria feito “clandestinamente.”²²¹ Mas quem iria publicar essas obras na clandestinidade? Não há como saber, mesmo porque não existe notícia de resposta das autoridades portuguesas da Bahia, após a apreensão (ou não) da carga. Ao fim, há pelo menos uma informação de interesse: a máquina de impressão e as duas caixas de tipos, que vieram da Inglaterra para o Brasil no navio *Americana*, haviam sido fretadas pela firma Barroso, Martins, Dourado & Carvalho. Mecenaz Dourado revelou que um dos sócios desta firma era Domingos José Martins,²²² figura destituída de importância em 1811, mas que se tornaria célebre alguns anos mais tarde como líder da Revolução pernambucana de 1817.

Outro dado relevante nesse contexto é o fato de Hipólito ter fundado em Londres uma loja maçônica que reunia portugueses exilados. Segundo Oliveira Marques, essa loja foi estabelecida em 1810, com o nome Lusitana, estando “devidamente regularizada no quadro da Grande Loja de Inglaterra.”²²³ Carlos Rizzini também se referiu ao estabelecimento da “Lusitana 184”, porém no ano de 1812, acrescentando que essa loja havia sido fundada por Hipólito e Domingos José Martins.²²⁴ A inconsistência entre os dois autores no que diz respeito às datas referentes à fundação da loja pode estar relacionada ao fato de que os regulamentos da “Lusitana 184” somente teriam sido impressos em 1812.²²⁵

Além das mensagens já transcritas aqui, há no Arquivo de Miranda mais duas cartas e um bilhete de Hipólito, este em inglês, informando ao general que não poderia

²²¹ “Documentos diversos sobre a Bahia”. Biblioteca Nacional. Coleção Linhares, Ms – 512 (61) D. 1016.

²²² Ver Dourado, Mecenaz. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1957, t. I, p. 113. Sobre a comunidade de negociantes luso-brasileiros em Londres, ver t. I, pp 157-166.

²²³ Marques, A. H. de Oliveira. *Origens da Maçonaria em Portugal. Volume I. Das Origens ao Triunfo*. Lisboa: Presença, 1990, p. 106.

²²⁴ Rizzini, Carlos. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1957, p. 9.

²²⁵ Cf. *Diccionario Bibliographico Portuguez, Estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e ao Brasil*. Tomo Nono, C – G, Lisboa na Imprensa Nacional, M DCCC LXX., p. 34.

encontrar-se com ele naquele dia.²²⁶ Uma das cartas será retomada oportunamente no capítulo seguinte. A outra é a que segue:

Mon cher General –

Je vous renvoie les extraits que vous m’avez fait l’honneur communiquer, e je vous verrais pour vous dire quelque chose de l’auteur.

Je vous prie de m’envoyer par le porteur le papier que j’ai laissé chez vous; qu’un Mr. a qui je desire servir attend icy chez moi pour le voir; si vous n’avez pas encore tirée une copie je vous en porterai une demain –

Je suis
avec respect
votre sr.

H. J. Da Costa
New Inn 12 Juillet²²⁷

Os motivos dessa carta parecem banais: havia textos que Miranda tinha deixado com Hipólito e que este estava devolvendo, ao mesmo tempo em que solicitava ao general a devolução de papéis que deixara com ele. No entanto, o idioma utilizado é o francês, o que indica que Hipólito queria manter sigilo sobre o assunto, o que é muito curioso, como já foi observado aqui, já que o francês era língua corrente. Porém, esse é um dos aspectos que se deve levar em conta ao analisar a correspondência de Hipólito: três de suas cartas foram escritas em francês e esse idioma só era utilizado nos casos em que de fato havia informações confidenciais: somente ingleses que eram informantes ou conselheiros de Miranda em Londres usavam esse recurso. Aqui Hipólito se diferencia dos peninsulares e hispano-americanos exilados, mas de modo geral suas mensagens seguem o mesmo padrão: os espanhóis que viviam em Londres se caracterizavam pela escrita telegráfica ou de todo modo diminuta e muito pouco clara.

²²⁶ Correspondência datada de 18 de julho de 1809. *Archivo del General Miranda*. t. 22, p. 378.

²²⁷ *Archivo del General Miranda*. cit., t. 22, p. 376. O ano não foi registrado, mas, devido à sequência dos fólhos, é certo que essa carta era de 12 de julho de 1809.

Outro aspecto é que a correspondência arquivada por Miranda não constitui a totalidade das mensagens trocadas entre ele e seus correspondentes, assim como a totalidade do que porventura tivesse sido escrito (tendo sido ou não preservado), não espelharia todo o universo das ações possíveis ou prováveis. Em outras palavras, a vida do general Miranda era bem maior do que seu arquivo permite entrever, o que está claro na documentação deixada por ele e de todo modo parece óbvio. Um dado que se deve observar no que se refere às cartas de Hipólito é a lacuna existente entre as mensagens que informavam sobre a disponibilidade de um portador para o Rio de Janeiro: as duas primeiras são de abril e maio de 1809; a última, de 31 de julho de 1810. É pouco verossímil que o fluxo das correspondências intermediadas por Hipólito tivesse sido interrompido no primeiro semestre de 1809 para ser retomado apenas 15 meses mais tarde, sendo que Miranda e Rodríguez Peña se corresponderam com mais frequência nesse intervalo. Entretanto, até aqui não sabemos por que e de que modo Miranda passou a operar por meio de platinos residentes no Rio de Janeiro.

III

Um dos principais agentes envolvidos no projeto de Carlota Joaquina era o negociante Felipe Contucci, como foi visto de início. Este apareceu no vice-reinado do rio da Prata nos primeiros anos do século XIX. Aproveitando-se da confiança obtida por suas atividades comerciais em Buenos Aires, construiu sólida amizade com Manuel Belgrano, aproximando-se do grupo que também incluía os irmãos Rodríguez Peña. Em 1808, Contucci estabeleceu contatos com D. Rodrigo de Sousa Coutinho, ministro da Guerra e dos Negócios Estrangeiros, no Rio de Janeiro, e também com o almirante Sidney Smith, comandante das forças navais britânicas estacionadas no Brasil. Embora

por motivos de ordem diversa, ambos – o ministro e o almirante – cobiçavam territórios espanhóis no rio da Prata, o último em conluio com Carlota Joaquina.

Trabalhando no Rio de Janeiro e no rio da Prata, simultaneamente, ele conseguiu atrair o grupo de Belgrano para o projeto carlotista, ao mesmo tempo em que sustentava uma suposta lealdade a D. Rodrigo de Sousa Coutinho e a Sidney Smith. Deslizando entre personagens de caráter distinto e propósitos muito diversos, ele também se correspondia com o general Miranda, para quem se mostrava fervoroso adepto de seu projeto político.²²⁸ De acordo com Roberto Etchepareborda, mais do que simples aventureiro, Contucci teria sido um agente a serviço da coroa espanhola, como ele mesmo afirmaria em memorial que dirigiu ao rei Fernando VII, em 1833.²²⁹

Outro agente atraído para o projeto carlotista foi Saturnino Rodríguez Peña, cuja condição de exilado na América portuguesa já foi vista aqui. Um breve comentário sobre a fuga de Beresford, o episódio que o levou a se exilar no Brasil, é importante, pois contribui para esclarecer como ele se tornou informante do general Miranda. Resumindo os acontecimentos de fevereiro de 1807, que resultaram na fuga de Beresford, deve-se mencionar que Rodríguez Peña tinha contato com o general inglês, por ser o encarregado de lhe entregar o soldo e a correspondência no cárcere, após a rendição das forças britânicas em Buenos Aires. Na ocasião, Peña era capitão do regimento de Voluntários Patriotas da União e secretário pessoal de Santiago de Liniers, vice-rei interino do Rio da Prata. Sua atuação no episódio da fuga de Beresford foi

²²⁸ Em correspondência datada de 17 de janeiro de 1810, Miranda se mostrava impaciente e dizia a Contucci que há muito esperava as importantes notícias que ele havia lhe prometido: “[...] y así es necesario apresurar-se en llevar á debido efecto el *Plan* que me decia V. estava yá acordado, *para la Independencia de esas Provincias del Argentino &c.*” Carta de Francisco de Miranda a Felipe Contucci. *Archivo del General Miranda*. cit., t. 23, pp. 271-72. Os grifos são do original.

²²⁹ Disse Contucci em seu memorial a Fernando VII: “Me relacioné oportunamente con los más poderosos enemigos de la buena causa, de acuerdo siempre con el Gobierno; me esforcé por evitar, cuando menos, la Revolución del Río de la Plata que estaba a verificar-se; y logré con mis solos recursos tenerla como suspensa más de año y medio.” Citado por Etchepareborda, Roberto. *Que fué el carlotismo*. Buenos Aires: Plus Ultra, 1972, pp. 40-41.

motivada pela ideia de negociar a entrega pacífica de Buenos Aires à Inglaterra, em troca do reconhecimento da independência do vice-reino. Conheciam esse plano, entre outros, Juan José Castelli, Nicolás Rodríguez Peña, irmão de Saturnino, Hipólito Vieytes e Antonio Luis Beruti,²³⁰ todos pertencentes ao grupo de Manuel Belgrano, que logo tentaria promover a regência de Carlota Joaquina no rio da Prata, com o intuito de estabelecer uma monarquia constitucional em Buenos Aires.²³¹

O plano de negociar a independência com os ingleses, cujas tropas então ocupavam Montevideú, foi denunciado, mas mantido em sigilo pelas autoridades coloniais, com a intenção de descobrir a identidade de todos os envolvidos. Informado do que se passava, e utilizando o cargo de secretário de Liniers que ainda exercia, Rodríguez Peña conseguiu fugir com Beresford para a Banda Oriental, na companhia de um cúmplice, Manuel Aniceto Padilha. Já no início de 1808, este viria a colaborar com Miranda em Londres, participando das negociações do círculo mirandista junto ao ministério britânico, cujo intuito era garantir o apoio da Inglaterra para uma nova expedição à América espanhola. Segundo Karen Racine, nessa ocasião, Manuel Padilha também obteve promessas de transporte e apoio militar para uma expedição libertadora a Buenos Aires.²³²

Três anos antes, devido à posição vacilante dos ingleses, Miranda havia rumado para os Estados Unidos em busca de apoio para uma incursão em território venezuelano, empreendida em 1806, com recursos de negociantes e financistas norte-americanos. A aventura se mostrou frustrada desde o início, por vários motivos, entre eles o reduzido

²³⁰Cf. Elissalde, Roberto L. “Nicolás y Saturnino Rodríguez Penã”. op. cit., p. 456.

²³¹ Ver carta de Dr. Juan José Castelli, D. Antonio Luis Beruti, Hipólito Vieytes, Nicolás Rodríguez Peña e Manuel Belgrano a Carlota Joaquina, datada de Buenos Aires, 20 de setembro de 1808. Azevedo, Francisca L. Nogueira. *Carlota Joaquina: cartas inéditas*. op. cit., pp. 162-168.

²³² Racine, Karen. *Francisco de Miranda*. cit., p. 178.

número de mercenários que ele havia conseguido recrutar na América do Norte.²³³ Desta vez, porém, suas expectativas pareciam se confirmar. Os ingleses não apenas aprovaram o seu projeto, como designaram o general Arthur Wellesley para comandar a nova expedição, cujo contingente, rapidamente mobilizado na Irlanda, era de nove mil homens.²³⁴ Ainda em abril de 1808, Padilha enviou a Wellesley um papel em que registrava uma conversa mantida por ambos, a pedido do próprio general britânico. Nesse papel, o platino solicitava “seis ou sete mil homens” para secundar “nossos esforços” no rio da Prata, sugerindo que as forças britânicas fossem estrategicamente estacionadas na antiga Colônia do Sacramento, cujo domínio seria obtido com facilidade e, talvez, sem nenhuma perda.²³⁵

No entanto, a revolta popular contra a ocupação francesa na Espanha alterou os planos de George Canning, então secretário de Estado das Relações Exteriores – Foreign Office, que, juntamente com Wellesley, teria convencido o gabinete a enviar à península Ibérica o contingente mobilizado para invadir a Venezuela. Mas o que de fato interessa no papel que Padilha dirigiu a Wellesley é que ali ele esclarecia por que motivo havia se separado de Rodríguez Peña quando as tropas inglesas foram evacuadas de Montevideú: “O Doutor Peña dirigiu seus passos para o Rio de Janeiro, para observar o movimento e as mudanças no país; e eu, para esta capital [Londres], com o objetivo de consultar a opinião de nosso compatriota, o general Miranda [...]”²³⁶

²³³ Cf. Rodríguez, Mario. “William Burke” and Francisco de Miranda. *The Word and the Deed in Spanish America's Emancipation*. Lanham/New York: University Press of America, 1994, pp. 16-19.

²³⁴ Cf. Hibbert, Christopher. *Wellington. A personal history*. London: HarperCollins, 1997, pp. 67-68.

²³⁵ *Archivo del General Miranda*. cit., t. 21, p. 131. Este documento também pode ser encontrado em Gallo, Klaus. *Las Invasiones Inglesas*. Colección Historia Argentina. Buenos Aires: Eudeba, 2004, pp. 126-30.

²³⁶ Tradução livre para: “Le Docteur Peña dirigea ses Pas vers Rio de Janeiro pour observer le mouvement et les vicissitudes du Pays; et moi vers cette Capitale afin de prendre avis et conferer avec notre Compatriote le Gen. Miranda [...]” *Archivo del General Miranda*. cit., t. 21, p. 130.

Vê-se que o exílio de Rodríguez Peña no Brasil nada teve de gratuito. Ele havia sido encarregado de observar qual era a situação política na colônia portuguesa e, para isso, já em Montevideu, recebera o adiantamento de um ano de uma pensão solicitada pelo general Whitelocke²³⁷ a Lorde Castlereagh,²³⁸ tendo em vista o sustento de sua esposa e cinco filhos no Rio de Janeiro. Essa pensão se tornaria objeto de várias de suas cartas a Francisco de Miranda, durante o ano de 1809, nas quais solicitava ao general interceder a seu favor e mesmo se tornar seu procurador junto às autoridades inglesas, pois “o Padilha”, que tinha em seu poder uma procuração e instruções para lhe enviar o dinheiro, ainda não havia remetido a ordem para que ele recebesse a pensão concedida por “S. M. B.” (Sua Majestade Britânica).²³⁹ Em nova carta sobre esse assunto, datada de 21 de agosto de 1809, Rodríguez Peña assegurava que, recebendo as “300 libras” anuais da pensão, ele poderia “influir nos espíritos do rio da Prata”, bem como obter outro lugar “nestes domínios.”²⁴⁰ Mas esse não era o único argumento utilizado pelo infortunado platino: ele insistia ainda nas graves dificuldades que enfrentava no Rio de Janeiro, pois tinha família numerosa. Como se pode ver, há uma relação clara entre as precárias condições em que Peña vivia no Brasil e o dinheiro que Baldez havia lhe emprestado – empréstimo que sinaliza uma relação de confiança entre ambos, como foi comentado de início.

Um dos elementos que estreitavam os laços entre hispano-americanos em Londres e no Rio de Janeiro parece ter sido sua filiação à maçonaria. Sabe-se que Rodríguez Peña tinha vivido um tempo nas Antilhas como representante de um charqueador de Buenos Aires.²⁴¹ Dataria provavelmente dessa época o seu contato com

²³⁷ O general Whitelocke foi o comandante da segunda invasão inglesa ao rio da Prata.

²³⁸ Lord Castlereagh era então secretário de Estado da Guerra – *War Office*, cargo que assumiu em abril de 1807.

²³⁹ *Archivo del General Miranda*. cit., t. 23, p. 109.

²⁴⁰ *Archivo del General Miranda*. cit., t. 23, p. 135.

²⁴¹ Cf. Manchester, Martín Mowszowicz. *Tiempo de Invasiones. 1806-1807. Análisis histórico de las invasiones inglesas al río de la Plata*. Montevideu: Ediciones de la Plata, 2008, p. 107.

o círculo de Miranda, que logo fundaria em Londres a loja Gran Reunión Americana. Segundo Antonio Las Heras, em fins de 1797, Peña esteve entre os maçons hispano-americanos que formalizaram uma espécie de petição para uma expedição libertadora à América espanhola, apresentada por Miranda ao ministério britânico.²⁴² O *Correio Braziliense* chegou a comentar essa reunião de “deputados americanos”, ocorrida em Paris,²⁴³ onde o general se encontrava na época.

Mario Rodriguez esclarece que esses “deputados” assinaram um documento com instruções detalhadas para um plano de invasão, cujo objetivo era legitimar as propostas de Miranda junto ao governo da Inglaterra. Assim como em 1790, quando ele elaborou seu primeiro projeto para levar a cabo a independência do “continente Colombiano”, a ideia era estabelecer uma aliança com a Inglaterra e os Estados Unidos para uma ação conjunta, plano que pareceu ideal para Rufus King, então ministro norte-americano em Londres, e forte entusiasta de uma intervenção anglo-americana nos territórios da Espanha.²⁴⁴

Aqui há um fato revelador em várias direções e muito peculiar: o diário de viagem que Hipólito escreveu nos Estados Unidos, ao longo do ano de 1799, mostra que ele foi testemunha da continuidade dessas articulações, àquela altura aparentemente suspensas, já que o plano de Miranda com o gabinete britânico vazou e foi prontamente denunciado nos Estados Unidos pelo partido republicano democrata, liderado por Thomas Jefferson, então próximo ao governo do Diretório e, consequentemente, da

²⁴² Las Heras, Antonio. “Los hombres de la masonería que hicieron la revolución de Mayo”. Ricardo Romero (comp.). *Masonería en la Revolución de Mayo. Influencias en el pensamiento político*. Buenos Aires: CEGRA – Centro de Estudos para la Gran Reunión Americana. Facultad de Ciencias Sociales. Universidad de Buenos Aires, 2010, p. 48.

²⁴³ *Correio Braziliense*. vol. III, nº 16, setembro 1809, p. 284.

²⁴⁴ Em 1790, Miranda trabalhou em conjunto com Thomas Pownall, ex-governador de Massachusetts, elaborando um ambicioso projeto apresentado ao primeiro-ministro britânico William Pitt. Esse projeto já previa a abertura de um canal no Panamá, tendo em vista alcançar o oceano Pacífico, cujo território pertenceria à Grã-Bretanha. Cf. Rodríguez, Mario. “William Burke” and Francisco de Miranda. op. cit., pp. 16-19; 22-23.

Espanha, sua aliada. O conluio da administração federalista de George Washington com o governo britânico tinha como objetivo subtrair aos espanhóis a Flórida e a Louisiana, que seriam integradas ao território norte-americano. Em novembro de 1799, Hipólito esteve por duas vezes com “oficiais espanhóis”, na casa de Robert Liston, ministro britânico em Filadélfia, e um dos principais articuladores da conspiração federalista. Nas duas ocasiões, o viajante luso-brasileiro conversou sobre o manejo da cochonilha com um “almirante espanhol” chamado “Mr. Donald”, evidentemente um codinome, o que insinua a continuidade das atividades de inteligência patrocinadas pela Inglaterra no México, pois era ali que se obtinha o melhor resultado com essa cultura.²⁴⁵

Não há razão para duvidar que Rodriguez Peña tivesse conhecido Miranda já em 1797, como afirma Las Heras. As primeiras cartas trocadas entre ambos de fato indicam uma relação antiga, embora não muito estreita. A partir de março de 1808, o general passou a solicitar a Peña que encaminhasse papéis ao rio da Prata, “com prontidão e segurança.”²⁴⁶ Em setembro desse ano, ele escreveria a Buenos Aires afirmando que Manuel Padilha apresentava conduta estranha e repreensível e que Saturnino Peña lhe parecia um indivíduo de mérito e probidade. Por isso, dali em diante seria ele “o canal” (“el conducto”) para a remessa de “despachos”, documentos e demais correspondências ao rio da Prata.²⁴⁷

A pensão de Peña foi de fato regularizada por Miranda, que entrou em contato com Beresford e outras autoridades inglesas, conseguindo, em maio de 1810, que seu protegido recebesse o pagamento anual de 300 libras diretamente de Lorde Strangford.²⁴⁸ Miranda havia descoberto que Padilha estava embolsando a quantia

²⁴⁵ Buvalovas, Thais. *Hipólito da Costa na Filadélfia. Imprensa, maçonaria e cultura política na viagem de um ilustrado luso-brasileiro aos Estados Unidos. 1798-1800*. São Paulo: Hucitec, 2011, pp. 71-72.

²⁴⁶ *Archivo del General Miranda*. cit., t. 21, p. 331.

²⁴⁷ *Archivo del General Miranda*. cit., t. 21, p. 372. Os destinatários dessa correspondência a Buenos Aires não foram registrados pelo general.

²⁴⁸ *Archivo del General Miranda*. cit., t. 23, p. 417.

devida a Saturnino e se mostrou indignado com os homens de Buenos Aires, por não serem capazes de reconhecer em seu meio “semelhante larápio” (“*ratero* semelhante”).²⁴⁹ As pensões e também os periódicos sustentados pelo Foreign Office constituíram um elemento importante na configuração da rede apontada aqui de início e serão comentados no capítulo seguinte.

IV

A intensa movimentação ocorrida no Rio de Janeiro nesse período pode ser em boa parte creditada às gestões do almirante Sidney Smith, principal articulador do projeto de Carlota Joaquina, cujas pretensões, porém, nunca tiveram o aval de Lorde Strangford.²⁵⁰ O forte embate entre Smith e Strangford resultou na destituição do almirante de seu posto como comandante da armada, já em março de 1809. Embora não caiba discorrer aqui sobre as intrigas urdidas na corte portuguesa, alguns aspectos desse contexto merecem atenção, a começar pela síntese oferecida por Lorde Strangford, em ofício datado de 29 de novembro de 1808.

D. Rodrigo de Sousa me informou recentemente, sob a mais estrita confiança, que Sir Sidney Smith havia se encarregado de dizer a ele que as minhas objeções à partida de Carlota Joaquina para o rio da Prata provinham unicamente de minha devoção à causa dos republicanos espanhóis, e que um tal *Peña* havia lhe informado [a Sidney Smith] que eu mantinha uma correspondência secreta com as lideranças daquele partido em Buenos Aires. Creio que nunca antes uma acusação como essa foi feita por um almirante inglês contra o ministro designado por seu real senhor.”²⁵¹

²⁴⁹ *Archivo del General Miranda*. cit., t. 23, p. 301. O grifo é do original.

²⁵⁰ Cf. Webster, C. K. (ed.). *Britain and the Independence of Latin America. 1812-1830. Select documents from the Foreign Office Archives*. London: Oxford University Press, 1938, vol. I, p. 29.

²⁵¹ “Ofício de Lord Strangford al Ministerio de Relaciones Exteriores da Grã-Bretanha.” *Colección Mayo Documental*. Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras/Instituto de Historia Argentina Emílio Ravagnani, 1962, t. V, p. 21.

As tramas tecidas por Sidney Smith para prejudicar o ministro de seu país não significam que suas acusações fossem necessariamente falsas. Como afirma Francisca Nogueira de Azevedo, Strangford “via na independência das colônias espanholas a melhor solução para os interesses dos ingleses na região.”²⁵² Consistente com seus próprios objetivos, o ministro britânico de fato protegeu platinos no Rio de Janeiro, como Pueyrredon e Rodríguez Peña, cuja extradição era insistentemente solicitada a D. Rodrigo de Sousa Coutinho pelo novo ministro espanhol no Rio de Janeiro, marquês de Casa Irujo. Um dado curioso é que Hipólito conheceu o marquês de Casa Irujo em Filadélfia, em 1799, quando Irujo era ministro da Espanha nos Estados Unidos. Em artigo sobre o “Rio da Prata”, publicado pelo *Correio Braziliense* em julho de 1809, nosso autor afirmava que esse agente diplomático, enquanto esteve nos Estados Unidos, “trabalhou com todas as suas forças por extinguir a revolução que se apontou em Caracas.”²⁵³ Hipólito não forneceu referências sobre essa “revolução”, mas tudo indica que se tratasse da insurreição chamada “Conspiração de Gual e España,” liderada por Manuel Gual e José María España, em 1797, com o intuito de instaurar uma república independente na província da Venezuela.²⁵⁴

Mas em meio ao emaranhado de intrigas que marcaram a corte portuguesa nesse período, chamam a atenção os vários protestos de fidelidade de Rodríguez Peña à coroa britânica, o que não deve ser visto de modo ingênuo, já que ele tinha em mente a pensão que desejava receber. Sua retórica buscava convencer Miranda de que ele havia sido totalmente iludido por Smith, que manejava a situação como se tivesse o apoio do ministério britânico. Em seu relato, as relações com a corte portuguesa também teriam sido obra da má fé do almirante, que havia obtido em seu nome uma pensão do príncipe

²⁵² Azevedo, Francisca L. Nogueira de. *Carlota Joaquina: cartas inéditas*. op. cit., p. 47.

²⁵³ *Correio Braziliense*. vol. III, nº 14, julho 1809, p. 108.

²⁵⁴ Cf. Bohórquez, Carmen. *Miranda y la Emancipación Suramericana*. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2006, p. xxiv.

regente no valor de 500 pesos anuais, sem nenhuma solicitação ou mesmo insinuação de sua parte – dinheiro que ele não “se resolvia” a receber, por “circunstâncias” que explicava em carta anexa ao general Beresford.²⁵⁵ Segundo Peña, era também Smith o responsável pelos impressos que proclamavam os direitos de Carlota Joaquina à coroa da Espanha, e que “precipitadamente se remetiam em resmas às capitais dos vice-reinados.” Com estes papéis, “confundiam e aterravam a nós outros, humildes compatriotas.”²⁵⁶

Alguns desses manifestos foram publicados por Hipólito no *Correio Braziliense*, em dezembro de 1808, época em que a alternativa representada pela infanta ainda ganhava fôlego em Buenos Aires.²⁵⁷ Ocorre que no primeiro número de seu jornal, de junho de 1808, Hipólito havia manifestado opinião contrária ao carlotismo, embora de modo aparentemente ambíguo ou contraditório. No artigo “Pensamentos vagos sobre o Império do Brasil”, ele reconhecia o direito de Carlota Joaquina à sucessão espanhola, mas sugeria que Caracas e Buenos Aires não aceitariam soberanos estrangeiros, o que significava enfrentamento armado para aqueles que cobiçassem os seus territórios. Disse ele então que essa conquista “à força d’armas” não interessava aos habitantes do Brasil, como se pode ver a seguir:

Não entrarei aqui na discussão dos limites que deve ter o Império do Brasil, e até que ponto o príncipe regente poderia com prudência usar dos direitos que tem ao todo das colônias de Espanha. Porém, é evidente que se o governo do Brasil intentasse agora a total conquista de todas as colônias da Espanha, ainda quando tivesse meios de o fazer, seria expor-se a lançar no esquecimento a administração interior dos seus estados do Brasil, que são tão suscetíveis de melhoramento quanto tem sido até agora desatentados.

²⁵⁵ Carta datada do Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1809. *Archivo del General Miranda*. cit., t. 23, p. 136. Sidney Smith escreveu a Castlereagh, em 30 de outubro de 1808, dizendo que havia concedido uma pensão de 300 libras anuais a Rodrigues Peña, o que significa que, ao menos por algum tempo, ele realmente recebeu esse dinheiro. Ver Racine, Karen. *Francisco de Miranda. A transatlantic life in the Age of Revolution*. cit., p. 178.

²⁵⁶ Carta datada do Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1809. *Archivo del General Miranda*. op. cit., t. 23, p. 283.

²⁵⁷ Ver *Correio Braziliense*. vol I, nº 7, dezembro 1808, pp. 544-54.

[...] As vantagens, porém, que o povo do Brasil pode e tem direito de esperar de ter lá [no Brasil] o seu governo seriam nulas, ou ao menos sumamente diminutas, se o soberano empreendesse agora tomar posse à força d'armas de todo o território americano a que tem direito por parte da princesa sua mulher.²⁵⁸

Assim, a mudança de conjuntura representada pela adesão de líderes de Buenos Aires ao projeto carlotista é a explicação mais plausível para que Hipólito viesse a publicar manifestos a favor da infanta espanhola, em dezembro de 1808, portanto seis meses depois de ter redigido as passagens do artigo transcrito acima. Entretanto, em abril de 1810, quando a alternativa representada pela regência de Carlota já havia sido descartada na capital platina, o *Correio Braziliense* publicou outro documento favorável às pretensões da princesa, cujo título era “Proclamação que circulava na América espanhola a favor dos direitos da senhora princesa do Brasil D. Carlota Joaquina.”²⁵⁹ O mais interessante é que esse texto pode ser encontrado no Arquivo de Miranda. O general havia inserido essa “Proclamação” – sem título, porém – entre papéis referentes a janeiro de 1810.²⁶⁰ Também curioso é o fato de que o texto publicado no *Correio Braziliense* só difere do original espanhol arquivado por Miranda nas referências a Buenos Aires. Hipólito substituiu todas as referências a “Buenos Aires” existentes no texto pelo termo “América”.

Ocorre que, coincidentemente, em abril de 1810, *El Colombiano*, periódico que Miranda publicou em Londres, entre 15 de março e 15 de maio daquele ano, saiu com um suplemento cujo único objetivo parece ter sido o de divulgar um “Manifesto da infanta de Espanha Carlota Joaquina de Bourbon”, datado de 19 de agosto de 1808. Além do texto assinado pela princesa, já muito antigo, esse suplemento trazia breves

²⁵⁸ *Correio Braziliense*. vol. I, nº 1, pp. 64- 65.

²⁵⁹ Ver *Correio Braziliense*. vol. IV, nº 23, abril 1810, pp. 366-375.

²⁶⁰ *Archivo del General Miranda*. t. 23, pp. 304-12.

notícias de jornais ingleses e norte-americanos que não justificavam de modo algum o esforço daquela publicação.²⁶¹

O que se deve perguntar é por que motivo o *Correio Braziliense* teria saído naquele mesmo mês de abril de 1810 com a tradução de um documento arquivado por Miranda, sendo que os dois textos publicados naquele momento – a “Proclamação”, no *Correio*, e o “Manifesto”, no *El Colombiano* – eram diferentes, mas evidenciavam o mesmo propósito: legitimar a regência de Carlota, que, no entanto, àquela altura, já não encontrava adeptos na capital platina. É certo que Hipólito e Miranda tinham em mira algum alvo hoje obscuro, mas que se pode de algum modo entrever pela substituição dos termos “Buenos Aires” por “América” no *Correio Braziliense*. Não seria esta a única situação em que o jornal de Hipólito publicaria um documento já arquivado por Miranda, como se verá no capítulo seguinte, mas o que se deve notar nos movimentos de nosso autor em direção ao carlotismo é justamente isso: o *Correio Braziliense* é consistente com os propósitos dos “Amigos de Buenos Aires”, como Peña definira o seu grupo, e especialmente com as manobras políticas do próprio Miranda, de tal forma que agora parece claro por que motivo se discorreu tanto sobre esse cenário.

Mas no contexto dos papéis que “se remetiam em resmas às capitais dos vice-reinados”, e que ecoaram no *Correio Braziliense* em dezembro de 1808, como foi visto, Carlota e Sidney Smith decidiram enviar a Buenos Aires um agente britânico chamado James Paroissien. Este havia chegado a Montevideu com o disfarce de negociante e, de lá, seguido para o Rio de Janeiro, em companhia de Rodríguez Peña. O agente britânico partiu munido de circulares que exortavam os americanos a proclamar a regência da infanta espanhola no rio da Prata, com a ajuda e a proteção da Inglaterra. Em sua bagagem, ele também levava cartas pessoais para amigos de Rodríguez Peña e para seu

²⁶¹ *El Colombiano*. Ed. Fac-similar. Caracas: Publicaciones de la Secretaria General de la Decima Conferencia Interamericana, 1952, Suplemento al N° III. Londres, 15 de abril de 1810, pp. 39-42.

irmão, Nicolás. No entanto, Paroissien foi denunciado às autoridades espanholas pela própria princesa, sendo preso em Montevideu, em meados de novembro de 1808.²⁶²

Aqui há um aspecto que se deve destacar, embora de início pareça óbvio: vários agentes de nacionalidade britânica atuavam sob o disfarce de negociantes no percurso entre o Rio de Janeiro e o rio da Prata, fato que outros documentos do Arquivo de Miranda também mostram, mas a intervenção desses agentes podia se dar em linha com os objetivos do War Office, cujo titular era Castlereagh, e não sob as ordens de George Canning, do Foreign Office. Ambos eram arqui-inimigos: Canning chegou até mesmo a intimar seu desafeto para um duelo em Londres, que de fato ocorreu, como o *Correio Braziliense* oportunamente informou aos seus leitores.²⁶³ O interesse desses fatos para este trabalho é evidentemente mostrar que o cenário era altamente complexo e instável, mesmo no que diz respeito à política (ou talvez mais apropriadamente políticas) do ministério britânico, sendo necessário levar em conta todas essas variáveis ao buscar compreender as motivações de Hipólito da Costa.

Mas no fim de toda essa história relacionada ao projeto carlotista, Rodríguez Peña foi exposto às autoridades da Espanha, perdeu a proteção de Sidney Smith e agora se mostrava muito arrependido desse mau passo, assegurando a Miranda estar então “*absolutamente disposto a seguir inteiramente o verdadeiro caminho.*”²⁶⁴ A intenção óbvia de Peña era sublinhar sua fidelidade ao general, mas não se deve perder de vista o “verdadeiro caminho”, porque ele irá reaparecer no contexto de uma sucessão de artigos que defendiam a independência da América espanhola, publicados em inglês, português e espanhol, entre 1809 e 1811, tema que será comentado no capítulo seguinte.

²⁶² Cf. Humphreys, R.A. *Liberation in South America*. cit., pp. 27-32. Também Azevedo, Francisca L. Nogueira de. *Carlota Joaquina: cartas inéditas*. op. cit., pp. 49-50.

²⁶³ *Correio Braziliense*. vol. III, nº 18, outubro 1809, pp. 429-31.

²⁶⁴ Tradução livre para: “[...] *me creará absolutamente. dispuesto á seguir én todo el verdadero camino.*” *Archivo del General Miranda*. t. 23, p. 282. Os grifos são do original.

No que se refere a Rodríguez Peña, apesar das condições adversas em que ele se encontrava no Rio de Janeiro, o mais provável é que não estivesse falseando suas reais intenções, pois antes de ser arregimentado por Sidney Smith, teria protagonizado um feito “glorioso” e “memorável”, como Miranda definira a tentativa de negociar com os ingleses a independência do rio da Prata. O general havia comentado esse episódio de modo bastante eloquente, em carta que enviou ao Cabildo de Caracas, datada de 24 de julho de 1808. Disse ele que, naquela ocasião, não apenas se repeliu a “odiosa tentativa” de invasão, como se ofereceu “paz e amizade ao inimigo, sob a honrosa condição de uma sólida e *livre independencia*. Feito tão glorioso como memorável nos anais do Novo Mundo.”²⁶⁵ Essa carta era mais uma das remessas que Miranda passou a enviar aos cabildos dos principais centros da América espanhola, depois de cancelada a expedição do general Wellesley, e o conteúdo dessas remessas não diferia muito do que se pode ver na transcrição acima. Curiosamente, porém, seus “despachos” ao rio da Prata eram muito mais frequentes e o relacionamento com os “Amigos de Buenos Aires”, bem mais estreito.

Contudo, Peña não retornou ao seu país logo após o estabelecimento da Junta de Maio, permanecendo ainda alguns meses no Brasil, sob a proteção de Lorde Strangford, que diluía as pressões do ministro espanhol para obter sua extradição junto à corte do príncipe regente. É por isso que uma das cartas de Hipólito a Miranda informando sobre a disponibilidade de um portador para a capital da colônia foi datada de 31 de julho de 1810: a essa altura, o contato com o rio da Prata ainda passava pelo Rio de Janeiro.

Mas se as cartas de Hipólito a Miranda mostram que ambos trabalharam juntos entre 1808 e 1810, uma correspondência do próprio general a Felipe Contucci, datada

²⁶⁵ Citações extraídas da seguinte passagem: “[...] sino que repeliendo con heroico esfuerzo tan odiosa tentativa, ofrecieron al mismo tiempo paz y amistad al enemigo; baxo la honrosa condicion de uma solida y *libre independencia*. Hecho tan glorioso, como memorable en los anales del Nuevo Mundo.” Os grifos são do original. *Archivo del General Miranda*. t. 21, p. 323.

de 2 de agosto de 1810, não somente explicita e reitera essa conjugação de esforços, como também revela como o *Correio Braziliense* podia ser utilizado para a difusão de ideias na América espanhola. É o que mostra a seguinte passagem:

Meu senhor: recebi faz alguns dias, pelas mãos do contra-almirante Sir Sidney Smith, a sua carta de 22 de agosto de 1809 – Junto com o documento que a acompanha etc.

Estas novas ideias me parecem tão estranhas como opostas às suas cartas anteriores; e ainda às minhas opiniões sobre a América – De modo que, se vocês, ao invés de seguir a opinião pública pela *independência e liberdade* desses povos, passam agora a seguir a opinião particular de diferentes partidos, a querer governar esses países segundo o interesse de cada *facção*, o resultado será sempre desastroso para eles, e para os que foram enganados. A província da Venezuela acaba de dar a vocês, me parece, um grande exemplo de patriotismo, de prudência, e de política: – Se vocês a seguirem; com a limitação e reserva que são necessárias às circunstâncias desses países; creio que farão muito melhor do que se envolver em projetos perigosos, para a introdução de estrangeiros e novos soberanos nessas províncias.

No nº 26 do *Correio Braziliense*, vocês poderão encontrar documentos autênticos e detalhes sobre os eventos memoráveis ocorridos em 19 de abril último, na província de Caracas.

Os números em anexo do *El Colombiano* também informam sobre as notícias da Europa que podem interessar às nossas Américas. – Leiam-nos com atenção, e extraíam deles o benefício que eu, sincera e cordialmente, desejo para esses belos e até agora maltratados países.²⁶⁶

Antes de comentar esse documento, deve-se apresentar o seu contexto: como está claro logo de início, esta carta é resposta a uma outra, escrita por Felipe Contucci, cerca de um ano antes. Causa alguma perplexidade o fato de que Miranda estava respondendo a uma comunicação cuja mensagem naturalmente teria sido ultrapassada pelos acontecimentos. Contudo, a correspondência do negociante italiano versava sobre o projeto de Carlota Joaquina e este ainda não havia desaparecido do cenário político. Embora descartada pelo movimento de Maio em Buenos Aires, a regência da infanta mantinha adeptos na Banda Oriental, onde a conjuntura era bastante conflitiva em meados de 1810. Em Montevideu, de acordo com Alan Manchester, as autoridades

²⁶⁶ *Archivo del General Miranda*. t. 23, p. 489. Os grifos são do original.

coloniais espanholas viam nesse projeto a única forma possível de permanecer no poder.²⁶⁷ Assim, a resposta de Miranda não era desprovida de sentido político.

Em síntese, a correspondência de Contucci dizia que ele havia encontrado (ao que parece, em Buenos Aires) um “grande partido favorável à independência absoluta, apoiado pelas pessoas de maior distinção nesses reinos.” Porém, essas pessoas, embora concordassem que era importante e necessário tornar a América independente “de toda a dominação europeia”, não se dispunham a aceitar “ideias de constituição democrática.” Isso porque, pensando no que era necessário para isso e tendo visto que lhes faltava tudo, concluíram que seriam infelizes ao tentar seguir por esse caminho. Dessa forma, decidiram realizar “a independência da América espanhola” por meio de “uma forma monárquica, ajustada e conveniente.” E para isso, contavam com a princesa Carlota Joaquina: “Perdida a Espanha chamaremos à senhora infanta para estabelecer o governo e seremos felizes, e os povos governados por uma pessoa da família à qual cabe a sucessão ao trono serão igualmente felizes.”²⁶⁸

É importante prestar atenção ao fato de que Miranda utilizava com muita frequência a expressão “independência absoluta” em seus escritos, seguramente porque as palavras independência e emancipação tinham se tornado ambíguas nesse contexto. Como há muito já afirmava Halperin Donghi, não há segurança de que o termo independência tivesse o mesmo significado para todos os que o empregavam.²⁶⁹ É evidente assim que Contucci manejava esse vocabulário – “independência absoluta”; “independência de toda a dominação europeia” – para conquistar a simpatia do general, pois esperava que este “trabalhasse” junto ao gabinete britânico em “analogia” com as

²⁶⁷ Manchester, Alan K. *Proeminência Inglesa no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973, p. 117. Sobre a associação de Contucci com os realistas da Banda Oriental, ver também Etchepareborda, Roberto. *Que fué el Carlotismo*. op. cit., pp. 41-42.

²⁶⁸ *Archivo del General Miranda*. t. 23, p. 303.

²⁶⁹ Donghi, T. Halperin. *História Argentina. De la revolución de independencia a la confederación rosista*. Buenos Aires: Paidós, 1972, p. 43.

“nossas ideias.” Estas, porém, não agradaram nem um pouco a Miranda, que as chamou de “novas” e “opostas” às que o missivista sempre emitira em “suas cartas anteriores.” A estas ideias “novas”, o general respondeu com o exemplo de Caracas, recomendando que os partidários de Contucci lessem com atenção o nº 26 do *Correio Braziliense*, onde poderiam encontrar documentos “autênticos” (ou seja, não adulterados, o que poderia ser comum no periodismo da época, já que o próprio *Correio* chegou a oferecer um exemplo disso, como foi visto) e “detalhes sobre os eventos memoráveis ocorridos em 19 de abril último.”

Parece estranho que Miranda tenha indicado o jornal de Hipólito em primeiro lugar e só depois tenha falado sobre o seu próprio periódico, *El Colombiano*, que ele publicava quinzenalmente em Londres. A razão é que *El Colombiano* foi descontinuado em maio de 1810, devido a pressões do governo espanhol, que exigiu a extradição de Miranda ao ministério britânico caso ele continuasse a publicar esse jornal. Assim, não houve tempo para que os eventos de 19 de abril alcançassem o seu último número, de 15 de maio de 1810. Outro motivo é que o *Colombiano* era um empreendimento bem mais modesto, saindo em média com apenas 16 páginas, embora em duas colunas. Já o *Correio Braziliense* tinha condições de destinar um espaço bem maior a acontecimentos que Hipólito considerava de interesse para o seu público. Este estava localizado no Brasil, como ele mesmo afirmou na apresentação do primeiro número de seu jornal²⁷⁰ e reiterou em diversas ocasiões. Assim, não deixa de ser curioso que, no nº 26, de julho de 1810, Hipólito tenha consumido nada menos do que 34 páginas de seu periódico com documentos e reflexões sobre a nova situação política da Venezuela, de um total de 126, o que representa 25% dos conteúdos publicados pelo *Correio* naquele mês.²⁷¹

²⁷⁰ *Correio Braziliense*. vol. I, nº 1, junho de 1808, p. 4.

²⁷¹ *Correio Braziliense*. vol. V, nº 26, julho 1810, pp. 78-111; 118-19.

Este é um aspecto que se deve assinalar: os manifestos, proclamações, discursos, resoluções, relatos e demais documentos vindos da América espanhola ocupavam inúmeras páginas do *Correio Braziliense*, porque isso era do estrito interesse de seu editor. A carta a Felipe Contucci transcrita acima mostra claramente que nesse período o *Correio Braziliense* estava em absoluta sintonia com os projetos do general Miranda. Ele se referiu primeiramente ao jornal de Hipólito e, só depois, ao seu próprio periódico como fontes de ensinamentos importantes a serem aplicados no rio da Prata. Assim, não há como não ver que a colaboração entre os dois exilados sul-americanos em Londres era de caráter político e estava relacionada a objetivos que ambos pretendiam alcançar.

Mas a essa altura as notícias sobre a instalação de uma Junta provisória em Caracas já tinham chegado diretamente a Londres, através da missão diplomática de Simón Bolívar, Luiz López Méndez e Andrés Bello, cuja primeira reunião com Miranda ocorrera no dia 19 de julho de 1810, em sua residência de Grafton Street. Segundo Salcedo-Bastardo, logo os três entrariam em contato com “periodistas como Hipólito da Costa”, a quem foram apresentados pelo general. Também por intermédio de Miranda, os enviados da Venezuela conheceram Matías de Irigoyen, representante da Junta de Buenos Aires, que chegara a Londres no dia 6 de agosto. Ao reportar os acontecimentos de sua missão para as novas autoridades de Caracas, os três se mostraram muito otimistas com a recepção de sua causa na Inglaterra. No início de outubro, depois que o Conselho de Regência de Cádiz decretou o bloqueio das costas da Venezuela, López Méndez e Bello escreveram: “O *Morning Chronicle*, o registro semanal de Bell, o registro político de Cobbett, o *Examiner*, o *Morning Herald*, o *Correio Braziliense*, *El Español* e muitos outros diários e periódicos tomaram a nossa defesa [...]”²⁷²

²⁷² Salcedo-Bastardo, J. L. “Bello y los ‘simposiums’ de Grafton Street.” *Bello y Londres. Segundo Congreso del Bicentenario*. Caracas: Fundación La Casa de Bello, 1980, t. I, pp. 434-35.

É curioso que, nessa lista de impressos escrita por Méndez e Bello, o *Correio Braziliense* estivesse acompanhado não só por *The Morning Chronicle*, principal diário identificado com o partido Whig, mas igualmente por célebres veículos do radicalismo em Londres como o *Weekly Political Register*, de William Cobbett, *The Morning Herald*, *The Examiner* e *Bell's Weekly Messenger*. Esse fato chama a atenção, devido às similaridades existentes entre o discurso dos radicais e os textos publicados no *Correio Braziliense* também no que se refere à abordagem de outros temas, alguns deles já comentados no segundo capítulo. Cabe notar que as relações de identidade evidenciadas pelo discurso também são confirmadas por dados provenientes de relacionamentos pessoais. Um deles é a profícua associação entre Francisco de Miranda e os filósofos utilitaristas James Mill e Jeremy Bentham. Os dois últimos pertenciam ao grupo dos chamados “radicais de Westminster”²⁷³ e defendiam que os governos só deveriam fazer o que fosse útil ao povo. Trabalhando com o círculo de colaboradores mais próximos de Miranda, Bentham e Mill participaram ativamente da propaganda pela independência das colônias hispano-americanas, publicando vários textos na imprensa de Londres. Mill também escreveu artigos para o *Edinburgh Review*, o mais prestigiado periódico britânico desse período, identificado com Holland House e a chamada Montanha, facção formada em 1807 e que reunia os elementos de perfil mais radical no interior do partido Whig.²⁷⁴

Outro dado que deve ser levado em conta é a longa e calorosa amizade existente entre o duque de Sussex, filho do rei George III e protetor de Hipólito em Londres, e Thomas William Coke, membro da Montanha, com laços sociais estreitos junto ao núcleo dirigente da facção, e fortemente comprometido com o ativismo reformista.

²⁷³ A adesão de Jeremy Bentham aos radicais de Westminster é tema desenvolvido por Roberts, Michael. *The Whig Party. 1807-1812*. New York: Barnes & Noble, 1965, pp. 259-65.

²⁷⁴ Cf. Rapp, Dean. “The Left-Wing Whigs: Whitbread, the Mountain and Reform, 1809-1815.” *The Journal of British Studies*, vol. 21, nº2, (Spring 1982), p. 66.

Sussex costumava visitar sua propriedade em Norfolk, Holkham Hall, passando ali alguns meses todos os anos. Em Holkham Hall, o duque conversava com intelectuais como Robert Owen e ativistas radicais como Joseph Hume.²⁷⁵

A Montanha, liderada por Samuel Whitbread – citado no *Correio Braziliense* como “célebre orador no parlamento” e “protetor dos portugueses” que viviam em Londres – ²⁷⁶, mantinha articulações com grupos radicais dentro e fora do parlamento e estas incluíam ativistas como John e Leigh Hunt, do *Examiner*, e William Cobbet, do *Political Register*,²⁷⁷ apenas para citar militantes da imprensa periódica que aparecem na relação de Méndez e Bello. Contudo, a conexão que se pode estabelecer de imediato nessa lista é com o mensário *El Español*, também publicado em Londres pelo peninsular exilado José María Blanco White.

²⁷⁵ Ver Gillen, Mollie. *Royal Duke. Augustus Frederick, Duke of Sussex (1773-1843)*. London: Sidgwick & Jackson, 1976, pp. 170-72.

²⁷⁶ *Correio Braziliense*. vol. XIV, fevereiro 1815, pp. 271-72; março 1815, pp. 402.

²⁷⁷ Sobre as associações entre a Montanha e ativistas radicais, também Roberts, Michael. *Whig Party. 1807-1812*. cit., pp. 235-95.

4 – O Verdadeiro Caminho

“Sendo também nós aquela nação, que comprou a sua liberdade, e independência com estes jornais políticos, seremos agora a única, que se há de achar sem estes socorros, necessários a um estado independente o qual poderá algum dia rivalizar, pela sua situação local, em que a natureza pôs o vasto Império do Brasil, às primeiras potências do mundo?”²⁷⁸

Hipólito José da Costa

²⁷⁸ *Correio Braziliense*. vol. I, nº 1, junho 1808, p. 4.

Ao apresentar um artigo traduzido do *Correio Braziliense*, em 22 de agosto de 1811, a *Gazeta de Buenos Aires* ofereceu involuntariamente aos seus leitores um indício das articulações então existentes na imprensa estrangeira de Londres. Disse na ocasião a *Gazeta* que “o editor do *Correio Braziliense* é um americano português que escreve hoje em Londres com igual crédito e aceitação de que gozam os respectivos editores do *El Español* e do *Ambigú*, o reverendo Blanco e Mr. Peltier.”²⁷⁹

O jornal de Hipólito aparece assim ao lado do mensário *El Español*, de Blanco White, e do periódico de Jean-Gabriel Peltier, o francês *L'Ambigu*. Os empreendimentos de Blanco White e de Peltier estavam de fato relacionados: ambos eram projetos do Foreign Office, sustentados pelo ministério britânico, o último deles de 1803 a 1818. O alto valor das subvenções do governo ao *L'Ambigu* chegou a ser motivo de discussões no parlamento. Em abril de 1816, parlamentares do partido Whig questionaram a necessidade de manter o periódico de Peltier, que, segundo eles, poderia ter sido de alguma utilidade durante a guerra contra a França, mas já não oferecia serventia alguma para a nação.²⁸⁰ A essa altura, *El Español* já havia sido descontinuado, pois circulou apenas entre 1810 e 1814. Nesse caso, o Foreign Office comprava 100 exemplares e persuadia negociantes ingleses que comerciavam com a América espanhola a adquirir

²⁷⁹ “El editor del *Correo Brasiliense* es un americano portugues, que escribe hoy en Londres por este periódico com igual credito y aceptacion, á la que gozan *El Español*, y el *Ambigú*, sus respectivos editores, el canonigo Blanco, y Mr. Peltier”. *Gazeta de Buenos Aires*. t. I, nº 63, 22 de agosto de 1811, p. 897.

²⁸⁰ *The Parliamentary Debates from the year 1803 to the present time. Vol. XXXIV comprising the period from the Twenty-Sixth Day of April to the Second Day of July, 1816*. London, publishing under the superintendence of T. C. Hansard, 1816, pp. 101-102.

outros 500, para distribuição gratuita no continente americano.²⁸¹ O jornal de Blanco White foi publicado até a expulsão dos franceses da península Ibérica, quando o ministério concedeu a seu editor uma pensão de 250 libras por ano.²⁸² Em sua autobiografia, o reverendo sevilhano afirmou que havia publicado esse jornal por tempo considerável sem nenhuma ajuda do governo da Inglaterra, mas que, mais tarde, o Foreign Office passou a comprar certo número de exemplares, embora ele não se lembrasse da quantidade de assinaturas que ficavam a cargo da secretaria das Relações Exteriores.²⁸³ No entanto, já no epílogo do primeiro tomo de seu periódico, publicado em setembro de 1810, ele se viu obrigado a “protestar” contra acusações difundidas na Espanha de que era “um escritor deste governo” (Inglaterra), declarando que “em nada” se sentia inclinado a “seguir suas opiniões”.²⁸⁴

Os jornais de Blanco e de Peltier se encontravam na gráfica de um padre francês chamado René Juigné,²⁸⁵ que também imprimia *El Colombiano*, este um periódico redigido por vários colaboradores do general Miranda em Londres.²⁸⁶ Juigné publicou ainda *Miranda y la Emancipación Suramericana*, obra de José María Antepara.²⁸⁷ *El Colombiano* foi uma iniciativa isolada de Miranda e circulou durante dois meses apenas, de 15 de março a 15 de maio de 1810, como já foi mencionado aqui. Era um

²⁸¹ Cf. Brading, David A. *Orbe Indiano. De la monarquía católica a la república criolla. 1492-1867*. op. cit., p. 586.

²⁸² Cf. Sanders, Lloyd. *The Holland House Circle*. 2nd ed., London: Benjamin Blom, 1969, cit., p. 326.

²⁸³ Joseph Blanco White. *The Life of the Rev. Joseph Blanco White written by himself with portions of his correspondence, edited by John Hamilton Thom., in three volumes*. London, 1845, vol. I, p. 188.

²⁸⁴ Citações extraídas da seguinte passagem: “Habiendo entendido que algunos me creen escritor de este gobierno, protesto que en nada me creo ligado a seguir sus opiniones y que no obstante que las respeto, como debo, he escrito varias veces creyendo no ir conforme a ellas [...]” *El Español*. “Conclusion del Primer Tomo.” Vol. I, nº VI, setembro 1810, p. 488.

²⁸⁵ Cf. Murphy, Martin. *Blanco White. Self-banished Spaniard*. op. cit., p. 220 (n.18).

²⁸⁶ Segundo Carmem Bohórquez, foram colaboradores do *El Colombiano* o secretário de Miranda, Tomás Molini, o filósofo James Mill, José María Antepara, o republicano espanhol Manuel Cortés Campomanes e os mexicanos José Francisco Fagoaga Villaurrutia, segundo marquês de Apartado, seu irmão Francisco e seu primo Wenceslau de Villaurrutia. Bohórquez, Carmem. *Miranda y la Emancipación Suramericana*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 2006, p. xiv.

²⁸⁷ *Miranda y la Emancipación Suramericana. Documentos, históricos y explicativos, que muestran los proyectos que están en curso y los esfuerzos hechos por el general Miranda durante los últimos veinticinco años para la consecución de este objetivo, por J. M. Antepara, natural de Guayaquil*. Londres, impresso por R. Juigné, 1810.

impresso pouco ambicioso – saía quinzenalmente com apenas oito páginas em duas colunas – e desagradou bastante ao ministério britânico, já que, a essa altura, o governo da Inglaterra era aliado dos espanhóis na guerra travada contra Napoleão Bonaparte na península Ibérica. As autoridades espanholas exigiram a extradição de seu desafeto, caso o jornal tivesse continuidade, de tal forma que *El Colombiano* teve apenas cinco números e um suplemento.²⁸⁸ Contudo, Miranda e seu secretário Tomás Molini recebiam pensões do Foreign Office,²⁸⁹ o que significa que seu periódico muito provavelmente estava incluído no âmbito das atividades sustentadas pelo ministério britânico.

Não há evidências de que Hipólito tenha sido pensionista da secretaria das Relações Exteriores em algum período de seu exílio na Inglaterra ou que tenha recebido subsídios do governo para publicar o seu jornal, mas há um trânsito bastante curioso de conteúdos entre o *Correio Braziliense*, *El Español* e *El Colombiano*. Não apenas ideias e argumentos, mas textos, em síntese ou na íntegra, podiam migrar de um veículo para outro. Eventualmente, o percurso era mais longo e havia mais de uma mediação: artigos de jornais britânicos traduzidos na Inglaterra para o português ou o espanhol podiam terminar sua carreira em publicações do rio da Prata.

Esse é o caso do artigo extraído do *Correio Braziliense* pela *Gazeta de Buenos Aires*, em que o editor rio-platense elogiava o “português americano”, que então escrevia em Londres com “crédito e aceitação”. O original do artigo em questão havia sido publicado em julho de 1809, no prestigiado *Edinburgh Review*. O autor era o filósofo escocês James Mill, um dos principais colaboradores de Miranda nesse período, como foi visto. Dois meses depois, Hipólito redigiu uma espécie de resenha deste artigo

²⁸⁸ Racine, Karen. *Francisco de Miranda. A transatlantic life in the Age of Revolution*. op. cit., p. 199.

²⁸⁹ No arquivo de Miranda, há várias referências às pensões de Miranda e de seu secretário Tomás Molini. *Archivo del General Miranda*. t. 22, pp. 112;142; t. 23, pp 126-27; 445; 463, entre outras.

para o *Correio Braziliense*. Finalmente, uma síntese do texto de Hipólito seria publicada pela *Gazeta de Buenos Aires*, em agosto de 1811. Assim, conteúdos originalmente presentes no *Review* foram descartados, mas há passagens importantes comuns aos três periódicos, como o seguinte fragmento, extraído do *Correio Braziliense*:

Entretanto, eles [os hispano-americanos] têm o exemplo da América setentrional para guiá-los; e mui possivelmente aquele exemplo os guiará bem. O rumo que têm de seguir é também tão plano, que duas ou três cabeças, debaixo da poderosa influência das boas intenções, seriam o bastante para que se não desviassem do *verdadero camino*.²⁹⁰

A expressão “verdadero caminho” já havia sido utilizada por Saturnino Rodríguez Peña, agente de Miranda no Rio de Janeiro, como foi visto no terceiro capítulo. Ao compor essa ideia, em carta enviada a Londres, datada de 28 de agosto de 1809, Rodríguez Peña estava se penitenciando por ter se envolvido com o projeto de Carlota Joaquina e protestava a sua mais absoluta lealdade ao general e aos seus propósitos, sustentando que, dali em diante, estava disposto a seguir “*inteiramente o verdadero camino*.”²⁹¹ Como mostra a transcrição acima, no mês seguinte – setembro de 1809 – o “verdadero caminho” também estaria presente no *Correio Braziliense*. Dois anos mais tarde, seria replicado pela *Gazeta de Buenos Aires*, como se pode ver abaixo:

Entretanto, tienen tambien las Colonias el exemplo de la América septentrional , que puede guiarlas en la empresa, y no hay dificultad en que las guie bien. El rumbo que deben seguir es tambien tan facil, y llano, que dos ó tres buenas cabezas, baxo la poderosa influencia de las buenas

²⁹⁰ “Historia Geographica, Natural, e Civil do Chili por D. Ignacio Molina.” *Correio Braziliense*. vol. III, nº 16, setembro 1809, pp. 293-94. O grifo é meu.

²⁹¹ *Archivo del General Miranda*. t. 23, p. 282. Os grifos são do original.

intenciones que las acompañen, serán bastantes para dirigir, y consumir la obra, sin desviar-se del *verdadero camino*.²⁹²

Não há dúvida de que o “verdadeiro caminho” era o caminho da “independência absoluta”, outra expressão muito cara a Miranda, não apenas porque a íntegra do texto evidencia esse aspecto, mas também porque “o exemplo da América setentrional” é aqui identificado com o “rumo” que as colônias hispano-americanas deveriam seguir ou com a “obra” que precisavam realizar. Este exemplo guiaria os colonos em sua “empresa” e os guiaria “bem” ou sem “dificuldade”. Contudo, o artigo original de James Mill revela que Hipólito introduziu um elemento novo no texto: justamente a palavra “verdadeiro”, no que foi acompanhado pelo editor da *Gazeta de Buenos Aires*. A passagem original do *Edinburgh Review* é a seguinte:

Yet they have the example of North America to guide them; and, very possibly, that example might guide them right. The course, too, they would have to steer, is so very plain, that two or three good heads, under the strong influence of good intention, would be sufficient to retain them in the *salutary track*.²⁹³

Parece claro que “*salutary*” (saudável) não conota o mesmo que “*true*” ou “*real*”. Essa dissonância talvez esteja relacionada ao fato de que, em Londres, não seria conveniente associar “o exemplo da América Norte” a um caminho “verdadeiro”, mesmo porque, em 1809, as relações entre a Inglaterra e os Estados Unidos eram de franca hostilidade, conjuntura que se arrastaria por mais três anos, quando houve a

²⁹² *Gazeta de Buenos Aires*. t. I, nº 64, 29 de agosto de 1811, p. 912. O grifo é meu. Este artigo, traduzido do *Correio Braziliense*, foi publicado em quatro números da *Gazeta*, nos meses de agosto e setembro de 1811. *Gazeta de Buenos Aires*. Vol. II, nº 63, 22 agosto 1811, pp. 688-92; nº 64, 29 agosto 1811, pp. 701-04; *Gazeta Extraordinária*, 10 setembro 1811, pp. 734-36; nº 66, 12 setembro 1811, pp. 746-748.

²⁹³ “The Geographical, Natural, and Civil History of Chili, by Abbé Don J. Ignatius Molina.” *The Edinburgh Review*, nº XXVIII, July 1809, p. 349. O grifo é meu. Essa passagem não foi traduzida, porque foi transcrita aqui a tradução do *Correio Braziliense*.

declaração de guerra do presidente James Madison. James Mill chegou a comentar com Miranda que uma ou duas passagens de seu artigo tinham sido suavizadas.²⁹⁴ Assim, a frase que se referia a um caminho verdadeiro pode ter sido uma delas. O fato de que essa ideia não está presente no *Edinburgh Review*, mas aparece no *Correio Braziliense*, com toda a carga afetiva que na Inglaterra envolvia a palavra “verdade”, já é bastante significativo, pois a tradução de Hipólito não era propriamente fiel ao seu original e ainda agregava um termo que seguramente pertencia ao vocabulário de Miranda. Mais importante, porém, é o fato de que a identificação da América espanhola com o exemplo oferecido pelos Estados Unidos foi uma construção veiculada em três idiomas para audiências bastante distintas, no Reino Unido, no Brasil e no rio da Prata. No caso do *Correio Braziliense*, há uma reiteração, inclusive: o “exemplo dos Estados Unidos da América setentrional” voltaria a aparecer nesta passagem:

No México, tem a guerra civil tomado uma face mui decidida, [...] mas quaisquer que sejam os resultados parciais desta ou daquela ação, quando se considera o grande número de habitantes americanos que pode tomar armas contra os europeus ali residentes, e quando se considera o exemplo dos Estados Unidos da América setentrional, não se pode hesitar um momento em concluir sobre o resultado final da contenda.²⁹⁵

Ocorre que este artigo do *Correio Braziliense* também foi reproduzido pela *Gazeta de Buenos Aires* com o seguinte título: “Noticias y reflexiones generales sobre los actuales acontecimientos de las Américas, extratadas del número 33 del *Correo Brasiliense* del mês de febrero de este año”.²⁹⁶ O texto de Hipólito transcrito acima foi traduzido pela *Gazeta* do seguinte modo:

²⁹⁴ *Archivo del General Miranda*. t. 23, p. 53.

²⁹⁵ *Correio Braziliense*. vol. VI, nº 33, fevereiro 1811, p. 195.

²⁹⁶ “Noticias y reflexiones generales sobre los actuales acontecimientos de las Américas, extratadas del número 33 del *Correo Brasiliense* del mes de febrero de este año.” *Gazeta de Buenos Aires*, t. II, nº 67, 19 setiembre 1811, pp. 756-58.

Em Mexico, la guerra civil ha tomado un aspecto muy decidido: pero qualesquiera que sean los resultados parciales de una, u otra accion, quando se considera el gran número de habitantes americanos, que puede tomar las armas contra los europeos que allí residen, y quando se calcula tambien, como debe ser, sobre la influencia del exemplo de los Estados Unidos de la América Septentrional, no puede dudarse un momento de qual haya de ser la conclusion, y resultado final de la contenda.

Tudo isso mostra não apenas a coesão existente no interior do círculo mirandista, mas também sua articulação com o grupo que instituiu a primeira Junta Provisória em Buenos Aires, em 25 de maio de 1810. Outro aspecto interessante é que, embora o *Edinburgh Review* circulasse no rio da Prata e a tradução de artigos da imprensa britânica fosse corrente em Buenos Aires,²⁹⁷ o texto de James Mill foi extraído do jornal de Hipólito, e não da revista de Edimburgo, o que de fato revela uma lógica de rede.

Portanto, a penetração e razoável influência de nosso autor em Buenos Aires estavam longe de ser mera coincidência, o que a documentação transcrita no terceiro capítulo já mostra de modo muito claro. Um aspecto que deve ser levado em conta e que contribui para a legibilidade dessa documentação é que a *Gazeta de Buenos Aires* era de fato um veículo oficial do movimento de Maio. Segundo João Paulo G. Pimenta, esse periódico era “um prolongamento direto do novo governo” e sua “clara finalidade política” consistia em “fornecer uma base ideológica ao movimento e difundi-la entre as sociedades hispano-americanas do vice-reino.”²⁹⁸

Vê-se desse modo que a inserção de Hipólito no círculo mirandista e sua intermediação nos contatos de Miranda com Rodríguez Peña é consistente com a

²⁹⁷ Cf. Dávila, Beatriz. “The Río de la Plata and Anglo-American political and social models, 1810-1827.” Bernard Bailyn and Patricia L. Denault (eds.). *Soundings in Atlantic History: latent structures and intellectual currents, 1500-1830*. Cambridge: Harvard University Press, 2009, pp. 386-87.

²⁹⁸ Pimenta, João Paulo G. *Estado e Nação no Fim dos Impérios Ibéricos no Prata: 1808-1828*. op. cit., pp. 79-80.

intervenção do *Correio Braziliense* no contexto do periodismo de Buenos Aires nesse período. Aqui cabe um esclarecimento: ao falar sobre os “Amigos de Buenos Aires” em suas cartas ao general Miranda, Rodríguez Peña estava obviamente se referindo ao seu próprio círculo político, que não necessariamente incluía todos os líderes dos chamados “homens de Maio” ou mesmo o seu protagonista mais notável, Mariano Moreno, secretário da primeira Junta e redator da *Gazeta de Buenos Aires*, falecido em 1811, quando empreendia uma viagem a Londres, em companhia de seu irmão Manuel e de Tomás Guido.²⁹⁹

I

J. R. Dinwiddy chama a atenção para o fato de que dois grupos provocaram forte impacto na cena intelectual de Londres no início do século XIX, sendo que ambos estavam simultaneamente interessados na península Ibérica e no mundo hispano-americano. Um deles era o chamado círculo Benthamita, em que o próprio Jeremy Bentham e James Mill figuravam como as principais lideranças. O outro, de filiação Whig e configuração bem mais ampla e difusa, organizava-se em torno de Holland House e do *Edinburgh Review*.³⁰⁰ Entre esses dois grupos, havia vários pontos de contato e um deles era personificado justamente por James Mill, que começou a contribuir para o *Review* em 1808 e muito provavelmente se relacionava com o editor Francis Jeffrey desde os bancos da Universidade de Edimburgo. Outros *reviewers* muito

²⁹⁹ Sobre a atuação política de Mariano Moreno, ver José Luis Romero y Luis Alberto Romero. *Pensamiento Político de la Emancipación. (1790-1825)*. vol. I. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 2ª ed. 1985; Reys Abadie, Washington. *Artigas y el Federalismo en el Río de la Plata*. 2ª ed. Buenos Aires: Hyspamérica, 1986; Manuel Moreno. *Vida y Memorias de Mariano Moreno*. Buenos Aires: Universitaria, 1968.

³⁰⁰ Dinwiddy, J. R. “Liberal and Benthamite Circles in London, 1810-1829.” *Andres Bello. The London Years*. John Lynch (Ed.). UK: Richmond Publishing, 1982, p. 119.

próximos de Holland House, como Sidney Smith, Francis Horner e Henry Brougham, também mantinham relações amigáveis com o amigo de Miranda.³⁰¹

Mas outra conexão importante entre Holland House e o círculo Benthamita era o jornal *El Español*, que exerceu particular influência entre as comunidades letradas do rio da Prata³⁰² e ao qual a *Gazeta de Buenos Aires* também se referiu na passagem que compõe a abertura desse capítulo. Blanco White era protegido por Lorde Holland, a quem conheceu ainda na Espanha, em 1809, e seu periódico divergia das posições que orientavam os colaboradores de Miranda, como logo se verá. Contudo, havia alguma identidade entre *El Español* e *El Colombiano* e esta não se resumia aos serviços prestados pelo gráfico René Juigné. Blanco cedeu a Miranda vários documentos oficiais que trouxera da Espanha, para que fossem publicados também no *El Colombiano*³⁰³, e seu jornal recebeu ainda várias contribuições de Jeremy Bentham e de James Mill. Mais importante é que nos dois últimos números do *El Colombiano*, de 1º de maio e 15 de maio de 1810, Miranda reproduziu extratos das “Reflexiones generales sobre la revolución de España”, artigo de fundo do primeiro número do *El Español*, lançado em 30 de abril de 1810. Muito provavelmente eram estes “os números em anexo do *El Colombiano*”,³⁰⁴ que o general enviaria a Felipe Contucci, juntamente com o exemplar de julho de 1810 do *Correio Braziliense*, como foi visto.

Em síntese, as “Reflexiones” carregavam graves acusações contra a Regência de Cádiz e a Junta Central de Sevilha (a essa altura já dissolvida), defendendo que apenas uma “verdadeira revolução” poderia libertar a Espanha. O artigo completava essa ideia

³⁰¹ Clive, John. *Scotch Reviewers. The Edinburgh Review, 1802-1815*. Cambridge: Harvard University Press, 1957, p. 94.

³⁰² Cf. Dávila, Beatriz. “The Rio de la Plata and Anglo-American Political and Social Models, 1810-1827.” Bernard Bailyn and Patricia L. Denault (eds.). *Soundings in Atlantic History*. op. cit., p. 387.

³⁰³ Cf. Rodríguez, Mario. *William Burke and Francisco de Miranda: the Word and the deed in Spanish America's emancipation*. op. cit., p. 266. Outros autores também atestam que Miranda e Blanco foram amigos nessa época. Ver Berruezo de León, María Teresa. *La Lucha de Hispanoamérica por su Independencia en Inglaterra*. op. cit., p. 100; Racine, Karen. *Francisco de Miranda. A transatlantic life in the Age of Revolution*. op. cit., p. 230.

³⁰⁴ *Archivo del General Miranda*, t. 23, p. 489.

afirmando que os espanhóis deveriam desterrar tudo o que tivesse semelhança com “o seu antigo governo”, como se pode ver no último parágrafo do texto, transcrito a seguir:

Espanhóis, jamais se purifica uma grande massa, sem uma fermentação violenta: a mais suave e saudável é a que, em corpos políticos, ocasionam as luzes. Comecem por dar o mais livre curso a estas: Deixem que todos pensem, todos falem, todos escrevam, e não empreguem outra força que não a do convencimento. Desterrem tudo o que se pareça com o seu antigo governo. Se o ardor de uma revolução os atemoriza, se suas preocupações os fazem temer a simples ideia de liberdade, creiam que estão destinados a ser perpetuamente escravos.”³⁰⁵

Note-se, de início, a presteza do *El Colombiano* em replicar essa mensagem, à qual Miranda poderia ter tido acesso ainda antes do lançamento do jornal de Blanco. As “Reflexiones” serviam perfeitamente à propaganda do libertador venezuelano, devido à situação de ilegitimidade e absoluto descrédito em que lançavam o governo espanhol e, por este mesmo motivo, foram objeto de grande controvérsia em Cádiz, chegando a atemorizar as autoridades do Foreign Office, que prontamente entraram em contato com o ministro inglês Charles Vaughan para que agisse na Espanha de modo a amortecer a reação de seus aliados.³⁰⁶

Uma breve apreciação dos principais temas desenvolvidos por Blanco White nesse artigo mostra que há dois eixos centrais em seu discurso: a defesa da liberdade de imprensa e a necessidade urgente de convocar as cortes ou “um congresso legítimo da

³⁰⁵ Tradução livre para: “Españoles, jamás se purifica una grande masa sin una fermentación violenta: la más suave y saludable es la que en cuerpos políticos ocasionan las luces. Empezad por dar el mas libre curso á estas: Dexad que todos piensen, todos hablen, todos escriban, y no empleéis otra fuerza que la del convencimiento. Desterrad todo lo que se parezca á vuestro antiguo gobierno. Si el ardor de una revolución os atemoriza, si las preocupaciones os ponen miedo con la idea de la libertad misma, creed que estáis destinados a ser perpetuamente esclavos.” *El Español*. Vol I, n.º 1, 30 de Abril de 1810, pp. 5-29. A citação está na página 27. Também *El Colombiano*. n.º 4, Londres, 1.º de Mayo de 1810, pp. 52-6; n.º 5, Londres, 15 de Mayo de 1810, pp. 68-79. Esta citação está no n.º 5 do jornal de Miranda, página 79.

³⁰⁶ Cf. Murphy, Martin. *Blanco White. Self-banished spaniard*. op. cit., pp. 65-66. Também Blanco White, J. M. *Conversaciones Americanas y otros escritos políticos sobre España y sus Indias*. Manuel Moreno Alonso (ed.). Madrid: Instituto de Cooperación Iberoamericana, Ediciones de Cultura Hispánica, 1993, pp. 31; 33-36.

nação.” Em oposição – ao criticar o processo de constituição das Juntas provinciais e também da Junta Central, bem como as medidas adotadas por seu governo –, o texto maneja tópicos como ignorância, inépcia, apadrinhamento, corrupção, tirania e má fé. Com muito poucas variações, esse tipo de acusação esteve muito presente no *Correio Braziliense*, em artigos que criticavam a administração de Portugal e do Brasil. Hipólito chegou a compor passagens semelhantes ao último parágrafo das “Reflexiones”, como esta, em que o governo português mantinha os sinais trocados:

Os remédios que pretendem os do governo dar a estes males são que se calem todos, que ninguém fale, que não se escreva; nada de gazetas nem jornais periódicos que façam observações sobre a conduta dos homens públicos. [...] Conservam a imprensa escrava em Portugal e no Brasil para que ninguém de viva voz, ou por escrito, se atreva a dizer nada dos semideuses que governam.³⁰⁷

Deve-se notar que o termo “escravidão”, empregado em oposição à “ideia de liberdade” pública, tal como se vê no texto de Blanco White e também neste artigo de Hipólito, era uma construção típica dos autores da *Commonwealth*, o que já foi comentado no segundo capítulo. Essa formulação evidencia relações com o whiggismo ou com vertentes mais radicais do pensamento político britânico, mas no caso do *El Español*, não há dúvidas quanto à sua procedência. O jornal de Blanco tinha uma particularidade: era sustentado pelo Foreign Office, mas sua linha editorial ficava a cargo de Lorde Holland, que conduzia as atividades de agitação e propaganda do partido Whig e, eventualmente, podia até mesmo escrever impressos de campanha, juntamente com o erudito escocês John Allen, seu bibliotecário e secretário pessoal, que vivia em Holland House e que também foi colaborador do *El Español* e do *Edinburgh Review*.³⁰⁸

³⁰⁷ *Correio Braziliense*. vol. VI, nº 36, maio 1811, p. 572.

³⁰⁸ Ver Lord Holland. *The Whig Party during my Time*. vol. II. London, 1854, pp. 227-28; _____. *Further Memoirs of the Whig Party*. cit. pp. 388-89; Aspinall, Arthur. *Lord Brougham and the Whig Party*. op. cit., p. 36; The Earl of Ilchester. *The Home of the Hollands. 1605-1820*. London: John Murray, 1937, p. 286; Dinwiddy, J. R. “Liberal and Benthamite Circles in London, 1810-1829.” *Andres Bello. The London*

Um acordo entre o gabinete Tory e uma das lideranças de maior projeção da oposição Whig para o lançamento de um jornal espanhol poderia causar estranheza, mas, ao longo de 1810, os foxistas e mesmo líderes da Montanha buscaram um perfil mais conciliador, com o intuito de compor o novo gabinete que logo seria formado com a ascensão do príncipe de Gales à regência do Reino Unido, o que de fato ocorreria em 1811, mas sem que os Whigs conseguissem obter o seu intento. Assim, um ano antes, era factível uma associação contingente e que interessasse às duas partes, já que ambas, a essa altura, partilhavam a mesma política, como explicou Murphy: “Lorde Holland queria um meio de disseminar suas ideias sobre o futuro da Espanha e o Foreign Office, um jornal em espanhol que interpretasse a política britânica para a Espanha e a América espanhola.” Essa associação singular entre governo e oposição não foi livre de atritos, mas parece ter sido um dos motivos da diferenciação do *El Español* e de sua larga penetração na América espanhola: de um lado, Blanco era financiado pela secretaria das Relações Exteriores e tinha acesso aos informes do ministério; e, de outro, contava com a orientação experiente e as informações privilegiadas fornecidas pelo *grandee* do partido Whig, também obtidas por meio da correspondência privada que Holland House mantinha com os espanhóis.³⁰⁹ As cartas de Holland a Jovellanos mostram que, enquanto ele esteve na Espanha, entre 1808 e 1809, boletins diários com as últimas notícias da guerra na península Ibérica chegavam às suas mãos, embora os dados que lhe eram repassados prontamente pela Junta Central e pelo ministério da Guerra espanhol fossem muitas vezes adulterados, de acordo com García-Sala.³¹⁰

Blanco White não era favorável à independência da América espanhola, embora tomasse o partido dos colonos americanos em suas reivindicações por liberdade e igualdade de direitos. Seu jornal pretendia uma configuração política em que a Espanha

Years. John Lynch (Ed.). op. cit., p. 120.

³⁰⁹ Cf. Murphy, Martin. *Blanco White. Self-banished spaniard*. op. cit., pp. 65-6.

³¹⁰ *Cartas de Jovellanos y Lord Vassal Holland*. Julio Somoza García-Sala (ed.). vol. I, op. cit., p. 28.

e seus domínios estivessem unidos por meio de um regime de “soberania mista”, ou monarquia constitucional, que garantisse às colônias os mesmos direitos, bem como representação proporcional nas cortes, significando uma emancipação dos territórios americanos, sem que houvesse ruptura com a metrópole europeia. Essa concepção também pode ser encontrada em artigos do *Correio Braziliense* que defendiam a integridade e a unidade da monarquia portuguesa. Contudo, cabe lembrar que a proposta sustentada por Hipólito como alternativa desejável para o mundo luso-brasileiro, não era aceita por ele mesmo no que se referia às colônias hispano-americanas.

El Español também possuía um formato semelhante ao do *Correio Braziliense*, mas, além de documentos e editoriais comentando os principais fatos políticos do mês, o jornal publicava um bom número de contribuições de outros autores. Um deles era Frei Servando Teresa de Mier, natural do México, que chegou a Londres em 1811 e residiu ali até 1816. Nesse período, além das contribuições para o periódico de Blanco White, ele também escreveu a sua *História de la Revolución de Nueva España*,³¹¹ um relato da insurgência liderada por Miguel Hidalgo no México, entre 1810 e 1811, escrito com base em material fornecido pelo *El Español* e também por hispano-americanos presentes às cortes de Cádiz, às quais Mier havia comparecido. Curiosamente, há nessa obra a citação de um documento do ministério britânico que teria sido impresso pelo *Correio Braziliense* e “reimpresso no *Español* em seu número de setembro de 1812.”³¹² De fato, o número 6 do *El Español* dá conta de que esse documento havia sido extraído do *Correio*, o que parece inusitado, levando em conta que o jornal de Blanco tinha acesso aos informes do Foreign Office e esta era uma documentação particularmente

³¹¹ *História de la revolución de Nueva España, antiguamente Anáhuac, o verdadero origen y causas de ella com la relación de sus progresos hasta el presente año de 1813*. Escribíala Dn. José Guerra, em la imprenta de Guillermo Glindon, Londres, 1813.

³¹² “Los imprimió el *Correio Braziliense* en su numero LI, y reimprimió el *Español* en el suyo de setiembre 1812.” *História de la revolución de Nueva España*. op. cit. p. 703.

importante: tratava-se da proposta que o governo britânico apresentou às cortes da Espanha, tendo em vista a conciliação da metrópole com suas colônias da América.³¹³

Blanco e Mier se tornaram grandes amigos, embora suas ideias sobre o futuro da América espanhola fossem divergentes. Ao contrário do primeiro, que pregava a conciliação entre peninsulares e americanos, o segundo defendia a ruptura e a total independência entre as duas partes, embora isso não impedisse que ele expressasse os seus pontos de vista no *El Español*. Foi inclusive por intermédio de Blanco que Mier obteve uma pequena pensão do ministério, que possibilitou sua contribuição à causa dos colonos hispano-americanos em Londres. Em 1815, também por solicitação de Blanco, Lady Holland teria conseguido uma subvenção do gabinete para Andrés Bello, que estava vivendo com grande dificuldade, tendo mulher e filhos na Inglaterra.³¹⁴ Mas bem antes disso, Bello chegou a manter relações bastante estreitas com James Mill e Jeremy Bentham, a quem conhecera por intermédio de Miranda, o que também mostra que, independentemente de suas posições políticas ou vínculos de dependência pessoal, exilados de nacionalidade espanhola estavam em contato e se ajudavam mutuamente em Londres. Bentham remunerou Bello pela tradução dos esboços de um código constitucional, uma lei de imprensa e um código civil que ele havia preparado por solicitação de Miranda e que o general levaria para Caracas, em dezembro de 1810.³¹⁵

Entretanto, as relações de ordem material com o Foreign Office não eram livres de pressões, como mostra um registro do Arquivo de Miranda, datado de 22 de abril de 1809. Esta anotação diz respeito a uma conversação que ele havia mantido com Lorde Castlereagh, titular do War Office. Castlereagh teria dito a Miranda que “*ellos* (los

³¹³ “Bases de Conciliacion que los comisionados ingleses propusieron á las cortes para la pacificacion de las colonias españolas; segun el nº LI del *Correio Braziliense*”. *El Español*, vol. I, nº 6, setembro 1812, pp. 392-93.

³¹⁴ Cf. Brading, David. *Orbe Indiano*. cit., pp. 635-36; Murphy, Martin. *Blanco White*. cit., pp. 98; 108.

³¹⁵ Schwartz, Pedro. “La correspondencia Iberica de Jeremy Bentham.” *Bello y Londres*. Segundo Congreso del Bicentenario. Tomo I. Caracas: Fundacion la Casa de Bello, 1980, p. 227.

ministros) *no estavam mui contentos, de que yo mantuviese tanta Correspondencia com las Provincias de la America-meridional – recibiendo al mismo tiempo una Renta considerable de este Gobierno?*”³¹⁶ Parece claro que o general estaria recebendo uma “renda considerável” do gabinete britânico justamente para ficar calado. Ao menos, foi isso que Castlereagh teria insinuado a Miranda nesse contato pessoal. O mesmo tipo de situação pode ser constatada na seguinte passagem de uma obra de Servando de Mier, que também se refere a Hipólito e foi publicada na Filadélfia, em 1821:

A liberdade que se permite na Inglaterra se reduz a poder falar e escrever o que não seja libelo. Contudo, quando eu estava em Londres, meu amigo Da Costa, autor do *Correio Braziliense*, assim que revelou algo das manobras do governo inglês no Brasil, foi chamado ao ministério e recriminado como ingrato ao asilo que a Inglaterra lhe oferecia. Eu mesmo, escrevendo ali minha *História de la revolución de Nueva España*, me vi na necessidade de anglicanizar minhas ideias.³¹⁷

III

A história de Blanco White com o Foreign Office começou em 1809, ainda na Espanha, justamente quando ele conheceu Lorde Holland, que havia realizado uma viagem à península Ibérica, no contexto da aliança selada entre o ministério britânico e os espanhóis que lutavam contra Napoleão na península Ibérica. Movendo-se no teatro da guerra, entre Sevilha, Cádiz e outras cidades espanholas, Holland buscou direcionar o rumo dos acontecimentos políticos e definir uma agenda constitucional para a Espanha, usando as ferramentas do whiggismo, o que sua correspondência com Gaspar

³¹⁶ *Archivo del General Miranda*. T. 22, p. 302. Os grifos são do original.

³¹⁷ “La libertad que se permite en Inglaterra se reduce á poder hablar y escribir lo que no sea libelo. Pero con todo, estando yo en Lóndres, apénas mi amigo Dacosta, autor del *Correo Brasiliense*, sindicó algo los manejos del gobierno ingles en el Brasil, quando fué llamado del ministerio, y reconvenido como ingrato al asilo que se le daba en Inglaterra. Yo mismo, escrebiendo mi Historia de la revolucion de Nueva-España, me vi en la necesidad de anglicanizar mis ideas.” *Memória Político-instructiva, enviada desde Filadelfia em agosto de 1821, á los Gefes Independientes del Anáhuac, llamado por los españoles Nueva-España*. Impresa en Filadelfia, 1821, p. 50.

Melchor de Jovellanos, então membro da Junta Central de Sevilha, também comprova. Sabe-se que o magnata de Holland House ficara impressionado com a figura intelectual e as habilidades de Blanco como redator. Nessa época, o clérigo sevilhano era um dos editores do *Semanário Patriótico*, periódico de grande prestígio que Manuel Quintana publicou por breve período em Madri, mas que logo transferiu para Sevilha, devido à segunda ocupação francesa da capital espanhola.

Talvez não por acaso, o *Correio Braziliense* elogiou o *Semanário Patriótico* em duas oportunidades. Na primeira delas, Hipólito relatava que o periódico de Quintana havia publicado um “elaborado artigo” sobre a situação da Espanha, em que se apontavam “os males políticos do Estado, o que indubitavelmente é o primeiro passo para a cura, o conhecer e confessar que a enfermidade existe.”³¹⁸ Dois meses depois, nosso autor protestava contra as restrições à liberdade de imprensa impostas pela Junta Central, atacando a proibição do “*Semanário Patriótico*, o melhor periódico que se imprimia em Sevilha.”³¹⁹ A proibição do *Semanário* foi um dos motivos que levaram Blanco White a decidir abandonar a Espanha para viver na Inglaterra. Essa decisão foi evidentemente influenciada por Lorde Holland, que havia se aproximado de Blanco por intermédio de Jovellanos. De acordo com Manoel Alonso, a amizade do clérigo com “os Holland” de fato teve início ainda em Sevilha.³²⁰

As cartas que Holland enviou de Cádiz ou de outras localidades da Espanha para seu amigo asturiano já demonstravam uma atenção especial em relação ao editor do *Semanário*. Em maio de 1809, ele solicitou a Jovellanos que emprestasse a Blanco um livro que estava lhe enviando, juntamente com outros textos: eram as *Cartas de Peter Plymley*, obra que fornecia informações sobre o “estado de nossos partidos, e ainda dos

³¹⁸ *Correio Braziliense*. Vol. III, nº 15, agosto 1809, pp. 230-31.

³¹⁹ *Correio Braziliense*. Vol. IV, nº 17, outubro 1809, p. 428.

³²⁰ Blanco White, J. M. *Conversaciones Americanas y otros escritos políticos sobre España y sus Indias*. Manuel Moreno Alonso (ed.). cit., p. 30.

princípios de nossa Constituição, tanto ou mais que qualquer outro livro.” Nessa carta, ele dizia ao amigo que poderia emprestar a obra “a Blanco, o editor do *Semanário*”, porque:

me parece que, além de interessar-lhe, seria muito útil que aqueles que escrevem nesse excelente periódico se inteirassem das coisas da Inglaterra, e fossem saboreando o modo de tratar assuntos de Constituição na Inglaterra, que, sem orgulho nacional, posso dizer que é sobejamente mais sábio do que o que se usava na França.³²¹

Poucos dias depois, ele recomendou nova leitura a Blanco na carta em que saudava Jovellanos pelo decreto de convocação das cortes, assinado em 22 de Maio de 1809. Nesta correspondência, em que pretendia interferir na organização do sistema de representação e definir as bases do sufrágio na Espanha, o herdeiro de Charles James Fox também dizia que William Blackstone, o célebre jurista Whig do século XVIII,³²² “poderia ser muito útil aos editores do *Semanario*, aos quais ensinará um modo muito sábio e *não francês* de tratar assuntos de liberdade e Constituição”.³²³

Contudo, ao contrário do que esse quadro levaria a supor, em sua autobiografia, Blanco White afirmou que, ao decidir abandonar a Espanha, chegou a acalentar a ideia romântica de tocar violino em algum teatro de Londres. Seu texto buscava convencer o

³²¹ Tradução livre para: “Si Vm. no tiene ocio para leerlo, pude Vm. prestarlo á Blanco, el editor del *Semanario*, porque me parece que además de interesarle, sería muy útil que los que escriben en ese excelente periódico, se enterasen de las cosas de Inglaterra, y se fuesen saboreando con el modo de tratar asuntos de Constitucion en Inglaterra, que, sin vanidad nacional, puedo decir es harto más sabio que el que se usaba en Francia.” [H- XXVI] Carta de Lorde Holland, datada de Cádiz, 21 de Maio de 1809. *Cartas de Jovellanos y Lord Vassal Holland sobre la guerra de la Independencia. (1808-1811)*. op. cit., vol. I, p. 187.

³²² Holland seguramente se referia ao clássico de William Blackstone, *Commentaries on the Laws of England*, obra citada por Hipólito no *Correio Braziliense* em várias passagens, uma delas comentada no segundo capítulo. Ver vol. III, pp. 379; 381-82; vol. V, p. 404; vol. VI, p. 584; vol. XXII, p. 95.

³²³ Citações extraídas da seguinte passagem: “Me dije alguno, que su amigo Saavedra tiene un Blackstone, y pareciéndome que esa lectura podía ser muy útil á los editores del *Semanario* á quienes enseñará un modo muy sabio y *no francés* de tratar asuntos de libertad y Constitución, me he atrevido á decir á Blanco (que lee inglés como yo) que tal vez se lo prestará Don Francisco Saavedra, que por cierto tiene muy poco tiempo para divertirse (en) leyendo.” Carta de Holland, de Cádiz, mas sem data, possivelmente de 25 de maio de 1809, segundo o editor. *Cartas de Jovellanos y Lord Vassal Holland sobre la guerra de la Independencia (1808-1811)*. cit., vol. I, p. 201. (O grifo é do original.)

leitor de que seu primeiro contato com o Foreign Office teria ocorrido por meio de Richard Wellesley, filho do secretário das Relações Exteriores, de quem ficara amigo na Espanha. A ideia de Blanco, ao procurar o marquês de Wellesley, teria sido, segundo ele mesmo, simplesmente conseguir algum emprego que garantisse a sua sobrevivência em Londres. Assim, a publicação do *El Español* poderia ser resultado de mera casualidade, como se pode ver nesta passagem:

Minhas melhores esperanças de conseguir um modo de vida decente na Inglaterra estavam relacionadas à minha amizade com Richard Wellesley, com quem eu havia estado frequentemente na Espanha. Pensei que, por seu intermédio, poderia encontrar algum tipo de emprego no Foreign Office. Mas apesar de suas boas intenções, parece que ele tinha pouca influência sobre seu pai, Lord Wellesley. Tudo o que consegui de Mr. Wellesley foi o conselho de publicar um jornal espanhol e sua apresentação ao livreiro francês Dulau como pessoa que poderia me ajudar nesse projeto.³²⁴

Autobiografias tendem a ser pouco confiáveis, mas essa passagem chega a ser completamente inverossímil. Para um intelectual estrangeiro que buscava uma atividade remunerada em Londres, poucas relações poderiam ser tão úteis como a amizade dos Holland, que seguramente teriam bem mais a oferecer que um simples contato com o Foreign Office. O certo nessa história é que menos de duas semanas após desembarcar no sul da Inglaterra, Blanco foi recebido para um jantar em sua homenagem em Holland House. Segundo Martin Murphy, teria sido talvez nessa ocasião, em 16 de março de 1810, que se discutiu pela primeira vez a ideia de publicar um jornal espanhol em Londres.³²⁵

³²⁴ Tradução livre para: “My main hope of being put in the way of getting a decent livelihood in England was connected in my mind with the acquaintance of Mr. Richard Wellesley, whom I had frequently met in Spain. I thought that by his means I might obtain some employment in the Foreign Office. But whatever his good wishes might be, it seems to me that he possessed little influence with his father Lord Wellesley. All that I derived from Mr. Wellesley was the advice to set up a Spanish Journal, and his introducing me to the French bookseller Dulau, as one who was likely to assist me in bringing about that object.” Joseph Blanco White. *The Life of the Rev. Joseph Blanco White written by himself*. cit., p. 180.

³²⁵ Murphy, Martin. *Blanco White. Self-banished Spaniard*. op. cit., p. 63.

A influência do whiggismo sobre o pensamento político expresso no *El Español* é muito clara. É interessante observar como o discurso das cartas enviadas a Jovellanos aparece já nas “Reflexiones generales sobre la revolución de España”, o artigo de fundo do primeiro número do jornal. Na passagem das “Reflexiones” já transcrita aqui há uma construção bastante semelhante a uma formulação de Holland, encontrada na seguinte correspondência a seu amigo asturiano:

Quanto aos alvoroços do povo, Vossa Mercê sabe que não os receio, como fazem muitos. Mais cuidado tenho com as providências que tomam os governos para estorvá-los, e que muitas vezes só fazem produzi-los, e ainda mais vezes, justificá-los. Deixe que falem, que escrevam e, sobretudo, que saibam o que faz, o que diz, o que pensa o seu governo, e o que pensam os indivíduos que o compõem, porque posto que o governo *é seu* [do povo], e as coisas que se tratam aí, *suas*, me parece que tem o direito de conhecê-las.³²⁶

A frase que aparece nas “Reflexiones”, como foi visto, é: “Deixem que todos pensem, todos falem, todos escrevam.” Como esse artigo provocou grande desconcerto entre as autoridades do Foreign Office, chegou-se a pensar em algum tipo de revisão ou censura prévia, mais isso não se mostrou necessário, pois o próprio Holland decidiu moderar a linguagem do jornal, passando a influenciar seu editor nessa direção.

III

³²⁶ Tradução livre para: “Cuanto á los alborotos del pueblo, Vm. [Vuestra Merced] sabe que no los recelo, como hacen muchos. Más cuidado tengo de las providencias que toman (los) Gobiernos para estorbarlos, y que muchas veces suelen producirlos, y aún más veces, justificarlos. Deje Vm. que hablen, que escriban, y más que todo, que sepan lo que hace, lo que dice, y lo que piensa su Gobierno, y lo que piensan los individuos que lo componen; porque puesto que el Gobierno *es suyo*, y las cosas que se traten ahí, *suyas*, me parece á mí que tengan derecho de conocerlas. Carta de Holland, datada de Jérez, 9 de abril de 1809. *Cartas de Jovellanos y Lord Vassal Holland sobre la guerra de la Independencia (1808-1811)*. cit., vol. I, p. 127. Os grifos são do original.

A relação entre *El Español* e *El Colombiano* também é evidenciada pela presença de colaboradores de Miranda no jornal de Blanco, o mais importante deles Jeremy Bentham. Segundo Beatriz Dávila, durante os primeiros anos da década de 1810, o principal veículo para a difusão das teorias de Bentham foi *El Español*.³²⁷ Blanco resenhou algumas obras do filósofo utilitarista, entre elas *Tactique des Assemblées Législatives*, escrita para a Assembléia Nacional da França, em 1790, e publicou ainda seu projeto sobre liberdade de imprensa, concebido para a Venezuela, por solicitação de Miranda.³²⁸ Em setembro de 1810, *El Español* saiu com um novo artigo de Bentham sobre a questão parlamentar, com o título “Modo de proceder en la Cámara de los Comunes de Inglaterra.”³²⁹

Mas *El Español* era apenas um dos veículos em que se pode constatar a presença de colaboradores de Miranda. O volumoso conjunto de textos que defendiam a independência das colônias hispano-americanas sob a orientação do libertador não pode ser mensurado em sua totalidade. De acordo com Berruezo de León, é impossível saber quantos artigos, notícias, notas e comentários foram gerados pela propaganda do círculo mirandista na imprensa de Londres.³³⁰ Contudo, entre os textos mais significativos publicados nesse período encontram-se os dois artigos que James Mill publicou no *Edinburgh Review*, um deles já comentado aqui. Em janeiro de 1809, o filósofo escocês resenhou a *Carta* de Juan Pablo Viscardo y Gusmán, *Lettre aux Espagnols américains, par un de leurs compatriotes*,³³¹ e, seis meses depois, em julho desse mesmo ano, voltou ao *Review* com a resenha de *Geographical, Biographical, Natural, and Civil History of*

³²⁷ Dávila, Beatriz. “The Río de la Plata and Anglo-American Political and Social Models, 1810-1827.” Bernard Bailyn and Patricia L. Denault (eds.). *Soundings in Atlantic History*. op. cit., p. 390.

³²⁸ *El Español*. Vol. I, septiembre 1810, pp. 430-37; vol. II, janero 1811, pp. 329-34.

³²⁹ *El Español*. Vol I, septiembre 1810, pp. 411-29

³³⁰ Berruezo de León, Maria Teresa. *La Lucha de Hispanoamerica por su Independencia en Inglaterra*. op. cit. p. 67.

³³¹ *Edinburgh Review or Critical Journal*. n° XXVI, January 1809, pp. 277-311.

Chili, do jesuíta Juan Ignacio Molina,³³² o artigo já citado neste capítulo. Seguramente não por acaso, o primeiro texto de Mill, que versava sobre a *Carta* de Gusmán, também foi publicado no *Correio Braziliense*, em três números consecutivos, nos meses de abril, maio e junho de 1809. Ao introduzir esse texto, Hipólito fez uma breve apresentação dos temas abordados, cujo segundo parágrafo mostra uma situação no mínimo inusitada, como se pode ver abaixo:

O autor da obra [Gusmán] tinha em vista a separação das colônias europeias na América, acontecimento que todos os políticos têm previsto há muitos anos, e que se tem já começado a pôr em prática, primeiro nos Estados Unidos, e depois no Brasil. A separação destas duas diferentes porções de colônias de suas metrópoles europeias teve motivos e causas, na aparência, mui diversas, mas na realidade foram as mesmas, porque a independência dos habitantes do mundo é consequência necessária da sua situação local, e a causa próxima, que a acelera, ou desenvolve, é cousa meramente accidental.³³³

Nesta passagem, Hipólito se referia à “situação local” do continente americano, expressão que ele já havia utilizado no primeiro número de seu periódico, referindo-se ao papel determinante da geografia na configuração política das sociedades humanas,³³⁴ ideia que fazia parte do arsenal de argumentos manejados pelo círculo de Miranda, e que já estava presente na obra de Gusmán, bem como em textos de outros autores antes dele. Porém, de acordo com esta passagem do *Correio Braziliense*, o Brasil já *estava separado* de Portugal, assim como os Estados Unidos tinham se separado da Inglaterra. A separação destas duas “diferentes porções de colônias de suas metrópoles europeias” teria como motivo central, na opinião de Hipólito, a “situação local”, *geográfica*, de ambas. Desse modo, o Brasil era representado como Estado livre e soberano, a exemplo

³³² *Edinburgh Review*. nº XXVIII, July 1809, pp. 333-53.

³³³ *Correio Braziliense*. Vol. II, abril 1809, pp. 349-50.

³³⁴ Neste texto de apresentação do primeiro número do *Correio Braziliense*, Hipólito falava sobre a “situação local, em que a natureza pôs o vasto Império do Brasil.” Ver a epígrafe deste capítulo e também o editorial de lançamento do *Correio Braziliense*. vol. I, nº 1, junho 1808, p. 4.

dos Estados Unidos. É de perguntar o que Hipólito pretendia com essa formulação, própria ao estilo dos publicistas do partido Whig, que com muita frequência adotavam como realidade objetiva dos fatos o que era apenas uma ideia que eles pretendiam que viesse a se realizar ou projeto que lhes interessava defender.

Desse modo, a passagem transcrita acima, que introduz o artigo de James Mill no *Correio Braziliense* parece mais importante do que o próprio texto do *Edinburgh Review*, que Hipólito publicou praticamente na íntegra. O artigo é longo e envolve vários aspectos da campanha emancipacionista de Miranda, incluindo o aparato jurídico e institucional a ser estabelecido nas colônias hispano-americanas após a independência. O mais importante a observar é que vários exemplares desse número do *Review* foram enviados por Miranda a Nova York, e que o artigo de Mill foi publicado na íntegra por um jornal norte-americano,³³⁵ ao passo que alcançava a América portuguesa e também colônias da Espanha por meio do *Correio Braziliense*.

Miranda costumava remeter papéis e panfletos a Nova York, com o intuito de promover sua publicação nos Estados Unidos. O curioso nisso é que uma de suas cartas, datada de fevereiro de 1810, solicitava a um amigo norte-americano que garantisse a publicação, em jornais nova-iorquinos, de um discurso dirigido aos habitantes da América do Sul.³³⁶ A ideia de alcançar Nova York para falar a sul-americanos parece inusitada, mas é evidente que o principal objetivo desse discurso era mobilizar a opinião pública norte-americana, pois seguramente se tratava de um texto de grande impacto ou força retórica. Entretanto, também era possível chegar ao Caribe e ao rio da Prata passando antes pelos Estados Unidos. A imprensa de Buenos Aires costumava comentar notícias vindas da América do Norte, expressando entusiasmo quando jornais como o *Baltimore Register* ou a *Aurora* da Filadélfia condenavam firmemente a decisão de seu

³³⁵ *Archivo del General Miranda*. t. 23, pp. 117-120.

³³⁶ *Archivo del General Miranda*. t. 23, pp. 334-36.

governo de não oferecer apoio aberto à emancipação das colônias da Espanha. Entre os periódicos norte-americanos citados pela *Gazeta de Buenos Aires*, existem referências a dois jornais de Nova York: o *Daily Advertiser* e o *Evening Post*, além de vários outros impressos provenientes da Filadélfia, Boston, Washington, Baltimore e mesmo New Hampshire.

Contudo, o número de comentários sobre periódicos britânicos na imprensa de Buenos Aires é bem maior e um dos que mais contribuíram para o debate intelectual no rio da Prata foi o *Edinburgh Review*, segundo Beatriz D'ávila.³³⁷ Entre 1808 e 1810, o *Review* se destacou pela defesa da independência ou “separação total” da América espanhola, para usar uma expressão utilizada pelos seus editores. No entanto, em 1810, o jornal recuou em suas posições e passou a proclamar a necessidade de conciliação entre a metrópole europeia e seus colonos na América, o que era consistente com o novo posicionamento de Holland House.

A guinada na linha editorial do *Review* foi apresentada em abril de 1810, na resenha da obra *Essai politique sur le Royame de la Nouvelle Espagne*, de Alexandre Von Humboldt.³³⁸ É de notar que esse artigo saiu justamente no mês em que foi lançado o *El Español*, sinalizando a nova política de Lorde Holland para a América espanhola, que no fundamental coincidia com as diretrizes do ministério britânico. Hipólito iria criticar os termos desse artigo sobre a obra de Humboldt dois meses depois, afirmando que os redatores da revista de Edimburgo eram vítimas de “alucinação” ou “desvios de razão”, por sustentarem que os países da América espanhola não eram mais considerados colônias, como resultado de dois decretos de 1809 e de uma proclamação assinada pela Junta de Sevilha, em 1º de janeiro de 1810. De acordo com Hipólito, essas medidas do governo espanhol “eram nugatórias e de nenhum efeito,” fato que o próprio

³³⁷ Cf. Dávila, Beatriz. “The Río de la Plata and Anglo-american Social Models.” cit., pp. 386-87.

³³⁸ *Edinburgh Review*. n° XXXI, April 1810, pp. 62-102.

marquês de Wellesley, então secretário do Foreign Office, tinha como certo. Assim, tomavam “os revisores por estabelecido um fato que ninguém admite, e que nem a Espanha mesmo, ainda que fossem sinceros os sentimentos da citada proclamação, poderia realizar.”³³⁹ É interessante prestar atenção a esta passagem do *Correio Braziliense* em que os editores do *Review* tomavam “por estabelecido um fato que ninguém admite,” já que nosso autor manejava muito bem esse artifício, como se pode ver na introdução que ele compôs para um dos artigos de James Mill, comentada acima. Nesse texto introdutório, tudo se passava como se o Brasil, a exemplo dos Estados Unidos, também tivesse se tornado independente de sua metrópole europeia.

Já neste último artigo, Hipólito combatia a posição do *Review* e de Holland House, observando “a obstinação com que se trata de defender um sistema cujo engano cada dia se faz mais manifesto”. Aqui ele também manejava uma das ideias centrais da propaganda de Miranda em Londres: o argumento de que a independência da América espanhola era do estrito interesse da Inglaterra, e que a negligência do governo britânico em relação aos colonos hispano-americanos poderia ter resultados catastróficos. É o que se pode ver na seguinte passagem:

[...] nada poderia salvar a América espanhola dos horrores de uma anarquia em que ela vai se precipitar, se não preparar-lhe de antemão uma forma de governo; e ninguém tinha nem mais meios de o fazer, nem mais interesse de o pôr em prática do que a Grã-Bretanha.³⁴⁰

Sinalizando a publicação desse artigo no *Correio Braziliense*, há no arquivo de Miranda uma mensagem enviada por Hipólito nos seguintes termos:

Mui señor mio

³³⁹ *Correio Braziliense*. Vol. IV, nº 25, junho 1810, p. 614.

³⁴⁰ *Correio Braziliense*. Vol. IV, nº 25, junho 1810, pp. 614-15.

Desearia deberle el favor de enbiar-me, por el portador, el Nro. del Review que me ha prometido, porque quiero decir dos palabras sobre esso.

Su mui servidor.

H. J. DA COSTA
New Inn,
20 Junio 1810.³⁴¹

O artigo de Hipólito que combatia as novas posições do *Review* conclamava os espanhóis da Europa a reconhecer a inutilidade de seu esforço bélico contra as colônias americanas, já que não havia “forças humanas” que pudessem impedir a “independência da América.” Assim, o governo da Espanha deveria favorecer esse “acontecimento necessário” e não lutar contra ele. Neste texto, o *Correio Braziliense* também se referia à América do Norte, alertando que “a esta noção errada deveu Inglaterra o perder as suas colônias, que hoje formam os Estados Unidos.”³⁴²

IV

Um escrito de Jovellanos arquivado por Miranda entre papéis de 1809³⁴³ seria publicado no *Correio Braziliense* e também no *El Español* em meados de 1810. O texto de Jovellanos é datado de Aranjuez, 7 de outubro de 1808, e desenvolve críticas ao processo de formação e aos procedimentos adotados pela Junta Central, da qual havia sido um dos membros mais ilustres. Hipólito publicou esse documento em junho de 1810 e Blanco, em três números do *El Español*, em julho, agosto e setembro desse

³⁴¹ *Archivo del General Miranda*. t. 23, p. 442.

³⁴² *Correio Braziliense*. vol. IV, nº 25, junho 1810, p. 615.

³⁴³ *Archivo del General Miranda*. t. 23, pp. 30-49.

ano.³⁴⁴ Assim, os dois periódicos estavam divulgando um texto bastante ultrapassado pelos acontecimentos, pois, a essa altura, a Junta Central já tinha sido dissolvida e substituída pela Regência, que, por sua vez, havia decretado a convocação das cortes. Estas se reuniram em 24 de setembro de 1810. Blanco explicou a seus leitores que a publicação desse escrito de Jovellanos devia-se à intenção de reunir em seu periódico todos os documentos que ele pudesse encontrar sobre a “revolução espanhola”, notando ainda que a celebridade do autor chamaria a atenção de “não poucos.”³⁴⁵ Isso significa que ele se viu obrigado a justificar ao seu público o porquê de estar reproduzindo um texto tão antigo nas páginas de seu jornal.

O documento de Jovellanos foi assim publicado quase simultaneamente por dois jornais que circulavam na América espanhola – e importante – quase dois anos depois de ter sido escrito. Entretanto, há um detalhe interessante que remete especialmente à relação entre Hipólito e Miranda e que diz respeito à titulação utilizada pelos dois periódicos. O título de Hipólito é: *“Opinião e protesto de D. Melchor de Jovellanos, membro da suprema Junta Central de Espanha, sobre os procedimentos e instituições da mesma Junta.”*³⁴⁶ Este título é semelhante ao que pode ser encontrado no Arquivo de Miranda: *“Opinion U Protest de Jovellanos sobre los procedimientos y formacion de la Junta Suprema de Gobierno, que se ynstituio en Aranjuez el mês de Octubre 1808”*. Já Blanco White parece ter reproduzido o título utilizado pelo próprio Jovellanos, ou formulado algo muito próximo do original, pois sua versão guardava identidade com o tipo de titulação utilizada na época para documentos oficiais: “Dictamen del Exmo Señor Don Gaspar Melchor de Jovellanos, presentado á la Junta Central en 7 de Octubre

³⁴⁴ “Dictamen del Exmo Señor Don Gaspar Melchor de Jovellanos, presentado á la Junta Central en 7 de Octubre de 1808.” *El Español*. t. I, nº. IV, julio 1810, pp. 305-19; nº V, agosto 1810, pp. 348-57; vol. VI, septiembre 1810, pp. 438-44.

³⁴⁵ *El Español*. t. I, nº. IV, julio 1810, p. 305.

³⁴⁶ *Correio Braziliense*. vol. IV, nº 23, junho 1810, pp. 375-94.

de 1808.”³⁴⁷ O fato de que esse artigo havia sido arquivado por Miranda quase um ano antes sugere que nesse momento ele e Holland (ou mesmo o Foreign Office) tiveram algum objetivo comum, pois os dois jornais saíram com o mesmo documento, sem nenhuma outra justificativa plausível. Vê-se também que Miranda repassou esse texto a Hipólito, porque um dos dois concebeu a idéia de “Opinião e Protesto”, sendo bem mais verossímil que tenha sido o primeiro, já que o texto de Jovellanos foi arquivado por Miranda entre várias correspondências datadas de agosto de 1809.

Como se pode constatar, a propaganda por meio da imprensa periódica era considerada estratégica na política de Londres, o que pode ser comprovado pela grande quantidade de veículos que carregavam ideias e formulações muito semelhantes ou mesmo idênticas e, bem mais do que isso, pela reprodução dos mesmos textos em periódicos diferentes, que podiam utilizar vários idiomas como suporte linguístico. Esse é um traço muito específico e de rara concretude, que permite identificar associações e filiações políticas com elevado grau de confiabilidade.

Deve-se observar ainda que existe uma questão de fundo nesses escritos: a constituição, extensão ou adequação dos mecanismos institucionais referentes à representação parlamentar. Um amplo espectro de concepções políticas interfere nesse contexto, no qual o *Correio Braziliense* também encontra inserção. Já no primeiro número de *El Español*, de abril de 1810, há uma contribuição de grande interesse: Blanco White publicou uma “Carta sobre la antigua costumbre de convocar las Cortes de Castilla para resolver los negocios graves del reyno”, cuja autoria era de Francisco Martínez Mariana, um discípulo de Jovellanos.³⁴⁸ Em 1808, Marina havia publicado o

³⁴⁷ *El Español*. T. I, nº IV, julio 1810, pp. 305-19; nº V, agosto 1810, pp. 348-57; nº VI, septiembre 1810, pp. 438-44.

³⁴⁸ Cf. Suanzes, Joaquín Varela. “Un precursor de la monarquía parlamentaria: Blanco White y ‘El Español’ (1810-1814).” *Revista de Estudios Políticos (Nueva Época)*. Nº 79. Enero-Marzo 1993, pp. 103; 106.

Ensayo histórico-crítico sobre la antigua legislacion y principales cuerpos legales de los reynos de León y Castilla,³⁴⁹ obra enviada a Holland por Manuel Quintana e também recomendada a ele por seu amigo asturiano.³⁵⁰ Segundo Brading, este trabalho de Martinez Marina aprofundou o estudo preliminar que Jovellanos havia realizado sobre a legislação medieval da Espanha, em que o pensador asturiano reivindicava o precedente histórico de exemplo britânico.³⁵¹

Contudo, o estudo de Martinez Marina apresenta uma concepção contrária à doutrina do antigo constitucionalismo que se desenvolveu na Inglaterra. De início, o “*Ensayo histórico-crítico*” mostra consistência com a ideia de uma constituição saxônia ao elogiar as instituições políticas dos visigodos, em que as medidas da coroa deviam ser aprovadas por uma assembleia de nobres e prelados. Porém, o texto se dissocia completamente da doutrina da constituição antiga, a partir do momento em que atribuiu a fundação dessa constituição medieval à iniciativa de Alfonso, o Sábio, rei de Castela no século XIII. Segundo o discípulo de Jovellanos, esse rei teria fundado a constituição espanhola, convocando às cortes não somente nobres e prelados, mas também os representantes das cidades.³⁵²

Esse é um discurso sobre o mito contrário ao mito em si, pois a constituição antiga não contemplava leis escritas e ainda menos a ideia de que um rei pudesse ter

³⁴⁹ *Ensayo histórico-crítico sobre la antigua legislacion y principales cuerpos legales de los reynos de Leon y Castilla, especialmente el Código de D. Alonso el Sábio, conocido con el nombre De Las Siete Partidas*. Por el doctor Francisco Martinez Marina, canónigo de la Real Iglesia de San Isidro, académico de número y bibliotecário de la Real Academia de la História. Madrid MDCCCVIII. En la imprenta de la hija de D. Joaquin Ibarra.

³⁵⁰ Carta de Jovellanos a Lord Holland, remetida em 2 de novembro de 1808 para um portador em Aranjuez. *Cartas de Jovellanos a Lord Vassal Holland*. Julio Somoza García-Sala (ed.). op. cit., pp. 92-3.

³⁵¹ Brading, David A. *Orbe Indiano. De la monarquía católica a la república criolla. 1492-1867*. op. cit., p. 582 e seguintes.

³⁵² *Ensayo histórico-crítico sobre la antigua legislacion y principales cuerpos legales de los reynos de Leon y Castilla, especialmente el Código de D. Alonso el Sábio, conocido con el nombre De Las Siete Partidas*. Por el doctor Francisco Martinez Marina, canónigo de la Real Iglesia de San Isidro, académico de número y bibliotecário de la Real Academia de la História. Madrid MDCCCVIII. En la imprenta de la hija de D. Joaquin Ibarra.

fundado a constituição. Todas as variantes do mito na Inglaterra, mesmo as que também divergiam em relação à conquista normanda, partiam da existência imemorial das leis fundamentais e de todas as instituições inglesas, incluindo o próprio parlamento, como foi visto nos dois primeiros capítulos desta tese. Assim, a ideia de que o Código do rei Alfonso, conhecido como Lei das Sete Partidas, constituía a constituição antiga da Espanha parece ter sido resultado de um pensamento distinto que, sob a influência de ideias britânicas, no início do século XIX, assumiu a mesma nomenclatura. Existe ainda a possibilidade de que esse pensamento fosse talvez resultado de uma inadequação ou deslocamento realizado pelos espanhóis, ao se apropriarem de uma ideologia que não encontrava referências no passado histórico e no imaginário da península Ibérica. As cartas trocadas entre Holland e Jovellanos parecem mostrar que ambos se referiam ao mesmo nome tratando de coisas diversas, ou seja, a constituição antiga de um não era a constituição antiga do outro. Curiosamente, porém, o *Correio Braziliense* não realiza esse deslocamento, mostrando consistência com o mito da antiga constituição saxônia. Como foi visto, o jornal de Hipólito inclusive apresenta conformidade com os teóricos da jurisprudência humanista francesa que desenvolveram o chamado método histórico, de tal forma que seu discurso – e de modo bastante dissonante face aos autores hispânicos – também incorpora a teoria política dos pensadores huguenotes.

Já os autores de nacionalidade espanhola, ao discursar sobre a constituição antiga, mostram claramente uma mescla de duas tradições distintas e o principal representante desse pensamento é o próprio Jovellanos. Seus escritos foram compostos na Espanha, mas inspiravam-se em larga medida na longa amizade e também na estreita convivência intelectual com Holland e John Allen e, por meio deles, com os autores que formavam o *corpus* do whiggismo. Outra versão da constituição antiga, que resulta dessa mescla, é a formulação de Servando Mier, que pressupunha um antigo pacto

firmado entre a coroa e os primeiros povoadores da América espanhola. Esta versão foi parcialmente inspirada na variante formulada pelos colonos norte-americanos durante a guerra de independência, sendo citada por Simón Bolívar, em sua “Carta de Jamaica”:

El emperador Carlos V formo un pacto con los descubridores, conquistadores y pobladores de América que, como dice Guerra, es nuestro contrato social. Los reyes de España convinieron solemnemente con ellos que lo ejecutasen por su cuenta y riesgo, prohibiendoseles hacerlo a costa de la real hacienda, y por esta razón se les concedia que fuesen señores de la tierra, que organizarasen la administración y ejerciesen la judicatura en apelación; con otras muchas exenciones y privilegios que sería prologo detallar. El rey se comprometió a no enajenar jamas las provincias americanas, como que a él no tocaba otra jurisdicción que la del alto dominio, siendo una especie de propiedad feudal la que allí tenían los conquistadores para sí y sus descendientes. Al mismo tiempo existen leyes expresas que favorecen casi exclusivamente a los naturales del país, originarios de España, en cuanto a los empleos civiles, eclesiásticos y de rentas. Por manera que con una violación manifiesta de las leyes y de los pactos subsistentes, se han visto despojar aquellos naturales de la autoridad constitucional que les daba su código.³⁵³

Pode-se perceber, a esta altura, que a propaganda que, a partir de Londres, impulsionava a luta pela libertação da Espanha, então sob o domínio de Napoleão, bem como a difusão de ideias de independência na América espanhola era indissociável da concepção de um novo projeto de governo que pudesse ser instituído em substituição ao Antigo Regime. Porém, o novo governo que seria viável implantar, contando com o auxílio da Inglaterra, não teria legitimidade, e assim longevidade, se não estivesse lastreado em práticas políticas já conhecidas nas colônias da América ou, ao menos, nas instituições existentes ou que um dia existiram na península Ibérica. Desse modo, o contexto em que se defendia a independência da América espanhola na capital britânica era o mesmo em que se discutia a antiga legislação ou o que os espanhóis – peninsulares

³⁵³ Bolívar cita Mier com o sobrenome “Guerra”, de Frey Servando Teresa de Mier Noriega y Guerra. “Carta de Jamaica. Contestacion de un americano meridional a un caballero de esta isla [Henry Cullen]. Kensington, 6 de setiembre de 1815.” *Ideas en Torno de Latinoamérica*. Vol. I. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1986.

e americanos – passaram a entender por “constituição antiga” da Espanha. Deve-se levar em conta ainda que era nesse contexto que a liberdade de imprensa, a tolerância religiosa e a emancipação da escravidão encontravam o seu lugar, embora estes temas pudessem estar desvinculados e receber tratamento distinto, o que novos estudos poderiam equacionar de modo adequado.

É portanto nesse cenário que o *Correio Braziliense* e seu solitário autor – o único a empregar a língua portuguesa como suporte – estão inseridos. Hipólito intervém nesse contexto não apenas por meio dos artigos em que defende a independência da América espanhola. É central observar que ele busca inserir a América portuguesa no interior desse quadro e que essa tentativa é justamente evidenciada pela série de artigos sobre a Constituição antiga de Portugal, publicadas entre 1809 e 1810. Resta perguntar por que motivo o periodista luso-brasileiro transitava com tanta liberdade em cenários textuais tão alheios à sua formação e às suas origens.

Conclusão

Com raras exceções, o esforço de contextualizar o *Correio Braziliense* costuma ser realizado no âmbito exclusivo das relações entre Portugal e os centros hegemônicos de sua colônia na América.³⁵⁴ Desse modo, também é usual que o discurso de seu editor encontre inserção no quadro das elites coloniais, de um lado, e nas linhagens do reformismo ilustrado português, de outro. Muito pouca atenção é conferida à sua condição de exilado e às circunstâncias em que ele publicava o seu periódico na Inglaterra do início do século XIX. Em particular, praticamente não se considera o contexto em que este jornal estava inserido, ou seja, as ideias e os escritos com os quais dialogava em Londres.

É provável que a importância deste cenário não seja levada em conta, porque a história do homem que nele se move na realidade é muito pouco conhecida, o que é natural, considerando a escassa e sinuosa documentação disponível sobre ele em língua portuguesa. Contudo, ao prestar atenção às referências existentes nessa documentação, o pesquisador pode observar um aspecto de grande interesse. Com frequência, o nome Hipólito José da Costa aparece associado a situações obscuras, fatos não esclarecidos ou sem explicação convincente, o que parece indicar uma zona de sombra envolvendo os passos deste personagem. Outra marca curiosa dos documentos de algum modo alusivos ao editor do *Correio Braziliense* é que indivíduos implicados em devassas, conspirações ou rebeliões podem mencionar o seu nome de passagem, ou ser associados a ele pelas autoridades policiais, ou mesmo integrar o universo de suas relações pessoais em

³⁵⁴ Entre estas exceções, cabe mencionar o trabalho de Isabel Lustosa já citado aqui e o estudo de João Paulo G. Pimenta, também citado, que desloca esse eixo, ao inserir o *Correio Braziliense* no contexto dos periódicos publicados no rio da Prata, em particular em Buenos Aires, a partir de 1810. Este é um dos cenários textuais em que o *Correio Braziliense* esteve presente de fato, como também foi comentado ao longo desta tese. Ver Pimenta, João Paulo G. *Estado e Nação no Fim dos Impérios Ibéricos no Prata: 1808-1828*.

Assim, nesse universo em que muito pouco parece certo, muitas peculiaridades do discurso de Hipólito ainda não foram investigadas e as inventivas sobre uma suposta “constituição antiga” de Portugal encontram-se entre os aspectos negligenciados até aqui. No entanto, o conjunto de informações que se pode acessar por meio dos artigos que versam sobre este tema não é de modo algum irrelevante. Ao situar o discurso de Hipólito no contexto dos escritos que evoluíram em torno do mito da constituição antiga, pode-se identificar as principais tradições com as quais ele dialogava em seu periódico, bem como discernir que esses artigos constituem na realidade uma espécie de microcosmo do *Correio Braziliense*. É por intermédio das tramas lendárias narradas por nosso autor que elementos muito significativos de seu discurso, particularmente entre os anos de 1808 e 1812, tornam-se perceptíveis, revelando filiações antes insuspeitadas e mesmo surpreendentes.

Deve-se observar que há uma dupla operação na “fala” de Hipólito sobre a constituição antiga. A primeira, uma tradução ou apropriação de um idioma político construído em outro contexto linguístico. A segunda, uma reinvenção de tradições e lendas que permeavam o passado histórico da nação portuguesa. Não há dúvida de que o modelo para essa recriação era o antigo constitucionalismo britânico, movimento que ganhou impulso ao longo do século XVII, sendo propagado na virada do XVIII por um novo grupo de intelectuais, agitadores e publicistas autodenominados “Old” Whigs (ou “True”, “Independent”, “Honest” ou “Real” Whigs).³⁵⁶ Ao longo da primeira metade do século XIX, os radicais britânicos continuariam a reivindicar a constituição antiga

³⁵⁵ Alguns documentos mostram essa relação, especialmente “Provas contra o réu Hipólito José da Costa e outros” e “Documentos sobre o réu Hipólito José da Costa”. Biblioteca do Arquivo do IHGB, Lata 21, doc. 2. Também “Documentos diversos sobre a Bahia”. Biblioteca Nacional. Coleção Linhares, Ms – 512 (61) D. 1016. A título de exemplo, ver ainda um documento anexo ao estudo de Andréa Slemian, *Vida Política em Tempo de Crise: Rio de Janeiro (1808-1824)*. São Paulo: Hucitec, 2004, pp. 230-31.

³⁵⁶ Cf. Pocock, J. G. A. “Radical criticism of the Whig order in the Age between Revolutions”. Margaret C. Jacob and James R. Jacob (eds.). op. cit., 1991, p. 37.

em sua versão saxônia: um código consuetudinário que teria sido instituído na Inglaterra com a invasão dos saxões, durante os séculos V e VI da Era Comum. Uma das versões da constituição saxônia identificava a lei antiga com todos os povos germanos que haviam se estabelecido nos antigos domínios do Império Romano. Desse modo, esse corpo de leis e instituições, incluindo o próprio parlamento, não seria puramente insular em suas origens, mas um patrimônio comum a todos os territórios do oeste da Europa, o que também contemplava a península Ibérica. Essa é a versão adotada por Hipólito no *Correio Braziliense*, mesmo porque é essa variante do mito saxônio que permitiu a ele realizar uma associação entre o “privilegio” dos comuns na Inglaterra e os direitos dos “comuneiros” entre os antigos portugueses.

O tema da constituição antiga também encontra significado no processo de emancipação das colônias hispano-americanas, sendo discutido em escritos diversos, desde os textos assinados por Jovellanos e Martínez Marina às contribuições de James Mill para o *Edinburgh Review* e às formulações de frei Servando Teresa de Mier, sendo que todas essas concepções ecoaram de algum modo no jornal *El Español*, de Blanco White. Desse modo, é também por meio dessa contextualização que as relações de Hipólito com revolucionários da América espanhola apresentam consistência. Ao que parece, seu relacionamento com o general Francisco de Miranda, bastante conhecido pelos historiadores e comentaristas que focalizaram o *Correio Braziliense*, não foi devidamente problematizado até aqui por carecer de inteligibilidade, política ou não. Seguramente havia uma identidade maçônica entre ambos, comentada há muito pelos biógrafos de Hipólito, bem como convergências de ponto vista, mas a inserção de nosso autor no círculo mirandista pode ter sido movida por motivos bem mais prosaicos. Foi comentado ao longo deste trabalho que indivíduos exilados em Londres – peninsulares, como Blanco White e Manuel Cortés Campomanes, ou hispano-americanos – estavam

frequentemente em contato e se ajudavam mutuamente, ao largo de suas posições políticas ou vínculos de dependência pessoal.

A capital britânica era então o centro de articulação de uma extensa e intrincada rede de relacionamentos pessoais, forjados por laços de parentesco, vínculos de origem (escocesa, irlandesa ou anglo-irlandesa), tradições religiosas, fidelidades maçônicas. Tais conexões favoreciam a aproximação entre indivíduos de diferentes filiações políticas, particularmente entre partidos, facções ou grupos de oposição à coroa. Entre estes grupos, dois círculos tiveram forte impacto na cena intelectual de Londres nesse período: o Benthamita, em que figuravam filósofos utilitaristas e os chamados “radicais de Westminster”; e Holland House, grupo de filiação Whig, mas bem mais amplo e difuso, incluindo o círculo de intelectuais escoceses que publicava o *Edinburgh Review*. Relacionando-se fortemente com um destes grupos, ou com ambos, vários defensores da causa hispano-americana contribuíram para forjar a surpreendente identidade existente na rede de escritos identificada por essa pesquisa.

Os impressos publicados em Londres constituíam também uma das vias por meio das quais os diferentes centros da América espanhola, separados por grandes distâncias, podiam estar em contato e dialogar entre si, do mesmo modo como possibilitavam aos habitantes do Brasil ter acesso aos acontecimentos do continente sul-americano e vice-versa, pois o *Correio Braziliense* também podia sinalizar os desígnios da corte portuguesa para homens do rio da Prata, como indicam alguns documentos citados neste trabalho.

Como foi visto, estes impressos não apenas enunciavam o mesmo discurso, como chegavam a reproduzir os mesmos textos em diferentes idiomas e para públicos muito distintos. Os manuscritos pesquisados em Buenos Aires e várias fontes impressas comprovam o que a observação desse cenário textual já permitia afirmar: a estreita

associação de Hipólito com o general Miranda – o que significa identidade de objetivos, e sua articulação com “os Amigos de Buenos Aires”, como Saturnino Rodriguez Peña identificava o seu grupo de correligionários: estes haviam apostado na regência de Carlota Joaquina e, descartada essa alternativa, estariam entre os líderes do movimento de Maio de 1810. O que é importante destacar em relação à movimentação de Hipólito em direção ao rio da Prata é que essa intervenção não era consistente com os objetivos da coroa portuguesa no Rio de Janeiro. Entre outros indícios e evidências, demonstram isso: a sua intermediação nos contatos de Miranda com o Brasil; a relação direta com Tristán Nuño Baldez, agente então comprometido com o grupo que estaria entre as lideranças do movimento de Maio; a publicação no *Correio Braziliense* de textos arquivados por Miranda, um deles de nexos hoje obscuro; a insistente defesa da independência da América espanhola, consistente com as posições defendidas pelo general venezuelano; a recorrência ao exemplo dos Estados Unidos e a pregação a favor do “verdadeiro caminho”, que também ecoaram na *Gazeta de Buenos Aires*; bem como as palavras do general José Artigas que, em 1811, agradeciam retoricamente e responsabilizavam Hipólito da Costa por sua reconciliação com as lideranças da capital platina. Outros sinais nessa direção podem ser encontrados nos textos do *Correio Braziliense*, alguns deles comentados ao longo desta tese.

A historiografia sobre os processos de emancipação das colônias hispano-americanas chegou a investigar o sentido dos variados escritos que reivindicaram a constituição antiga da Espanha. Contudo, a inserção do *Correio Braziliense* nesse contexto ainda não havia sido identificada ou devidamente apreciada. Igualmente significativa, mas também praticamente desconhecida, é a filiação de Hipólito a um corpo de ideias configurado em larga medida pela experiência da não conformidade religiosa, puritana ou dissidente do puritanismo no mundo anglo-americano. Em várias

passagens, seu jornal evidencia a utilização de linguagens provenientes dessas tradições, bem como formulações apropriadas de teóricos huguenotes, como foi visto aqui. Parece evidente que o *Correio Braziliense* estava inserido num contexto bem mais amplo do que à primeira vista se poderia imaginar. Tratava-se de um cenário textual configurado pelas teorias políticas filiadas ao calvinismo (ou provenientes dele) não apenas na Inglaterra e nos Estados Unidos, mas em várias partes da Europa.³⁵⁷

É seguro afirmar assim que as representações de fundo manejadas por Hipólito em seu periódico não encontravam referências no universo mental da sociedade portuguesa ou luso-brasileira. No âmbito da propaganda e da pedagogia política o que se vê de fato é a inserção de nosso autor num espaço em que expressões do whiggismo dialogavam com vertentes mais radicais do pensamento político britânico e – como também foi visto – todas eram herdeiras de tradições muito pouco acolhidas ou mesmo ausentes em Portugal. Desse modo, esta tese identifica e articula elementos que sugerem a existência de outro personagem e de uma outra história, que ainda aguarda novos esforços para ser contada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Fontes Manuscritas

1.1. *Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*

“Provas contra o réu Hipólito José da Costa e outros” e “Documentos sobre o réu Hipólito José da Costa”. Biblioteca do Arquivo do IHGB. Maço de manuscritos digitalizados, com 86 imagens. Lata 21, doc. 2.

1.2. *Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*

³⁵⁷ Há um estudo recente e bastante interessante que mapeia os caminhos percorridos pelas ideias dissidentes do calvinismo na Europa. Beiler, Rosalind J. “Dissenting religious communication networks and European migration, 1660-1710.” Bernard Baylin and Patricia L. Denault. *Soundings in Atlantic History*. op. cit., pp. 210-36. Sobre este tema, ver ainda Jacob, Margaret C. *The Radical Enlightenment. Pantheists, freemasons and republicans*. 2nd Louisiana: Cornerstone, 2006, em especial pp. 112-182; — *Living the Enlightenment: freemasonry and politics in Eighteenth-Century Europe*. op. cit, pp. 143-78.

Coleção Linhares

“Documentos diversos sobre a Bahia.” 04/09/1811. 2 doc. 2p. Ms – 512 (61) D. 1016;

1.3. *Archivo General de la Nación* (Buenos Aires)

“Documentos sobre D. Tristán Nuno Baldez”. Colección Museo Historico Nacional. Legajos 2 y 3. Manuscritos originais docs. n.ºs 205; 209; 210; 223; 231; 240; 241; 261; 278; 280; 282, contendo:

“Carta de Hipólito José da Costa ao Sr. Tristão Nuno Baldez. Londres, 23 de Nov. de 1808;”

“Carta del Marquez de Casa Irujo a D. Balthasar Hidalgo de Cisneros. Rio de Janeiro, 4 de junio de 1810”;

“Licencia para pasar a Buenos Ayres. Montevideo, 21 de febrero de 1810”;

“Recibo de Dor. Rodriguez Peña. Rio de Janeiro, 22 de julio de 1809”;

“Recibo de Motta Felipe Fº a D. Tristán Nuno Baldez. Rio de Janeiro, 5 de marzo de 1808”;

“Recibo de Tristán Nuno Baldez referente ao Sr. Tenº Corº José Antonio Vieira Carvalho. Santos, 18 de (rasgado)”;

“Pasaporte a favor de D. Tristan Nuno Baldez. Rio de Janeiro, 12 de julio de 1808”;

“Pasaporte a favor de D. Tristan Nuno Baldez. Rio de Janeiro, 2 de enero de 1809”;

“Pasaporte a favor de Tristan Nuno Baldez. Bahia, 30 de septiembre de 1806”.

2. Fontes Impressas

2. 1. *Obras de Hipólito da Costa*

COSTA, Hipólito José da. *Narrativa da Perseguição*. Porto Alegre: UFRGS, 1981.

“DIÁRIO da minha viagem para Philadelphia” e “Copiador das Cartas de Officio”, enviadas dos Estados Unidos para autoridades portuguesas em Lisboa. Manuscritos. Biblioteca e Arquivo Público de Evora. Cx VI, 1-12.

“ESBOÇO para a História dos Artífices Dionisiacos.” João Nery Guimarães (org.). *Obras Maçônicas de Hipólito José da Costa*. Brasília: Grande Oriente do Brasil, 2000.

2. 2. *Periódicos*

Correio Braziliense ou Armazém Literário (1808-1822). Ed fac-similar. Albetto Dines e Isabel Lustosa (eds.). São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Brasília: DF: *Correio Brasiliense*, 2000-2002.

El Colombiano. Reproducción facsimilar. Caracas: Publicaciones de la Secretaria General de la Decima Conferencia Interamericana, 1952.

El Español. Por D. J. Blanco White. (1810-1814). Nueva Edición. Londres, en la Imprenta de C. Wood. 1812. Biblioteca Nacional de Buenos Aires.

Gaceta de Buenos Aires. (1810-1821). Reimpresión facsimilar. Junta de Historia y Numismática Americana. Buenos Aires, 1910-1911. Academia Nacional de la Historia.

The Edinburgh Review or Critical Journal. British Library of Political and Economic Science.

2. 3. *Library of London Freemasons' Hall*

“A PORTRAIT of Hippolyto Joseph da Costa.” GBR 199/P 10/4/95.
ILLUSTRATIONS of Masonry by William Preston, past master of the Lodge of Antiquity, acting by immemorial constitution. The Eleventh Edition with considerable Additions. London, 1804.

2. 4. *Archivo General de la Nación (Buenos Aires)*

COLECCIÓN *Mayo Documental*. Facultad de Filosofía y Letras/ Instituto de Historia Argentina “Doctor Emilio Ravignani.” Buenos Aires, 1962.

RAVIGNANI, E. *Asambleas Constituyentes Argentinas*. Instituto de Investigaciones Historicas/Facultad de Filosofía y Letras. Buenos Aires, 1937.

2. 5. *Biblioteca do Memorial da América Latina (São Paulo)*

ARCHIVO *del General Miranda. Prolegómenos de la Independencia.* La Habana, 1950.

“CARTA de Jamaica. Contestación de un americano meridional a un caballero de esta isla [Henry Cullen]. Simón Bolívar, Kingston, 6 de setiembre de 1815.” *Ideas en Torno de Latinoamérica*. vol. I. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1986.

3. **Obras de época**

COMMENTARIES on the Laws of England, in four books by Sir William Blackstone, the thirteenth edition with the last corrections of author. London, 1800, vol. I.

ENGLISH Newspapers. Chapters in the History of Journalism by Henry Richard Fox Bourne in two volumes. London, 1887.

ENSAYO histórico-crítico sobre la antigua legislacion y principales cuerpos legales de los reynos de Leon y Castilla, especialmente el Código de D. Alonso el Sábio, conocido con el nombre De Las Siete Partidas. Por el doctor Francisco Martinez Marina, canónigo de la Real Iglesia de San Isidro, académico de número y bibliotecario de la Real Academia de la Historia. Madrid MDCCCVIII. En la imprenta de la hija de D. Joaquin Ibarra.

FURTHER Memoirs of the Whig Party 1807-1821, with some miscellaneous reminiscences by Henry Richard Vassal, third Lord Holland, edited by Lord Stavordale with portraits. London, John Murray, 1905.

HISTORIA de la Revolucion de Nueva España, antiguamente Anáhuac, verdadero origen y causas de ella con la relacion de sus progresos hasta el presente año de 1813 por Don José Guerra. Londres, en la imprenta de Guillermo Glindon, 1813.

MEMOIRS of The Whig Party during my Time by Henry Richard Vassal Fox, Third Lord Holland, edited by his son, Henry Edward Lord Holland. London, 1852.

MEMÓRIA Político-instructiva, enviada desde Filadelfia em agosto de 1821, á los Gefes Independientes del Anáhuac, llamado por los españoles Nueva-España. Impresa en Filadelfia, 1821.

SOUTH American Emancipation, Documents, Historical and Explanatory, shewing the Designs which have been in progress, and the Exertions made by General Miranda for the Attainment of that Object during the last twentyfive years, by J. M. Antepara, a native of Guayaquil. London, R. Juigné, 1810.

THE HOLLAND House Diaries, 1831-1840. The Diary of Henry Richard Vassall Fox, third Lord Holland, with extracts from the diary of Dr. John Allen, edited with introductory essay and notes by Abraham D. Kriegel. London, 1977.

THE LIFE of the Rev. Joseph Blanco White written by himself with portions of his correspondence, edited by John Hamilton Thom., in three volumes. London, 1845.

THE PARLIAMENTARY Debates from the year 1803 to the present time. Vol. XXXIV comprising the period from the Twenty-Sixth Day of April to the Second Day of July, 1816. London, publishing under the superintendence of T. C. Hansard, 1816.

4. Livros

ABADIE REYS, Washington. *Artigas y el federalismo en el Río de la Plata.* Montevideo: Editores de la Banda Oriental, 1992.

ASPINALL, Arthur. *Lord Brougham and the Whig Party.* UK: Nonsuch, 2005.

_____. *Politics and the Press. c. 1780 -1850.* London: Home & Van Thal, 1949.

AZEVEDO, Francisca L Nogueira de. *Carlota Joaquina: cartas inéditas.* 2ª ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2008.

BAILYN, Bernard. *American Constitutionalism: Atlantic Dimensions.* London: Institute of United States Studies, 2002.

_____. *As Origens Ideológicas da Revolução Americana.* São Paulo: EDUSC, 2003.

BARATA, Alexandre Mansur. *Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada e Independência do Brasil (1790-1822).* Juiz de Fora: UFJF/São Paulo: Annablume, 2006.

BARKER, Hannah. *Newspapers, Politics and English Society, 1695-1885.* UK: Pearson Education Limited, 2000.

BARMAN, Roderick J. *Brazil. The Forging of a Nation. 1798 – 1852.* CA: Stanford University Press, 1988.

BEILER, Rosalind J. “Dissenting religious communication networks and European migration, 1660-1710.” Bernard Baylin and Patricia L. Denault (Eds.). *Soundings in Atlantic History: latent structures and intellectual currents, 1500-1830.* Cambridge: Harvard University Press, 2009.

BELSUNCE, César A. García. “Juan Martín de Pueyrredon.” Miguel Ángel De Marco y Eduardo Matiré (coords.). *Revolución en el Plata. Protagonistas de Mayo de 1810.* Buenos Aires: Academia Nacional de la Historia/Emecé, 2010.

BLACK, Antony. *El Pensamiento Político en Europa, 1250-1450.* UK: Cambridge University Press, 1996.

_____. “The Conciliar Movement”. J. H. Burns (Ed.). *The Cambridge History of Medieval political Thought, c. 350-c.1450.* UK: Cambridge University Press, 1988.

BLANCO WHITE, J. M. *Conversaciones Americanas y otros escritos políticos sobre España y sus Indias.* Manuel Moreno Alonso (ed.). Madrid: Instituto de Cooperación Iberoamericana, Ediciones de Cultura Hispánica, 1993.

BRADING, David A. *Orbe Indiano. De la monarquía católica a la república criolla. 1492-1867.* México: Fondo de Cultura Económica, 1991.

BROWNING, Reed. *Political and Constitutional Ideas of the Court Whigs.* Louisiana State University Press, 1982.

BULLOCK, Steven C. *Revolutionary Brotherhood: freemasonry and the transformation of the American Social Order, 1730-1840.* NC: University of North Carolina Press, 1996.

- BUSHNELL, David. "A independência da América do Sul espanhola." Leslie Bethell (org.). *História da América Latina: Da Independência a 1870*. Vol. III. São Paulo: Edusp, 2004.
- BUVALOVAS, Thais. *Hipólito da Costa na Filadélfia. Imprensa, maçonaria e cultura política na viagem de um ilustrado luso-brasileiro aos Estados Unidos. 1798-1800*. São Paulo: Hucitec, 2011.
- CAMERON, James K. "The Conciliarism of John Mair". Diana Wood (Ed.). *The Church and Sovereignty, c. 590-1918*. UK: The Ecclesiastical History Society/Basil Blackwell, 1991, pp. 434-35.
- CENTENO, Yvette Kace (coord.). *Portugal: Mitos Revisitados*. Lisboa: Salamandra, 1993.
- CLIVE, John. *Scotch Reviewers. The Edinburgh Review, 1802-1815*. Cambridge: Harvard University Press, 1957.
- COLLBURN, H. Trevor. *The Lamp of Experience. Whig History and the Intellectual Origins of the American Revolution*. New York: Norton Library, 1974.
- D'ÁVILO, Beatriz. "The Río de la Plata and Anglo-American Political and Social Models. 1810-1827." Bernard Bailyn and Patricia L. Denault (Eds.). *Soundings in Atlantic History: latent structures and intellectual currents, 1500-1830*. Cambridge: Harvard University Press, 2009.
- DAVIS, J. C. *Utopia and the Ideal Society. A Study of English Utopian Writing, 1516-1700*. UK: Cambridge University Press, 1981.
- DIAS, Graça e J. S. da Silva. *Os Primórdios da Maçonaria em Portugal*. 2ª ed. 2 vols. 2 tomos. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986.
- DINWIDDY, J. R. "Liberal and Benthamite Circles in London, 1810-1829." John Lynch. (Ed.). *Andre Bello. The London Years*. London: Richmond: 1982.
- DOURADO, Mecenas. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. 2 tomos. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1957.
- ELISSALDE, Roberto L. "Nicolás y Saturnino Rodríguez Peña". Miguel Ángel De Marco e Eduardo Martiré (coords). *Revolución en el Plata. Protagonistas de Mayo de 1810*. Buenos Aires: Academia Nacional de la Historia/Emecé, 2010.
- EPSTEIN, James A. *Radical Expression. Political language, ritual, and symbol in England, 1790 – 1850*. UK: Oxford University Press, 1994.
- ETCHEPAREBORDA, Roberto. *Que fué el carlotismo*. Buenos Aires: Plus Ultra, 1972.
- FONER, Eric. *Tom Paine and Revolutionary America*. New York: Oxford University Press, 1977.
- FORBES, Duncan. *Hume's Philosophical Politics*. UK: Cambridge University Press, 1985.
- GALLO, Klaus. *Las Invasiones Inglesas*. Colección Historia Argentina. Buenos Aires: Eudeba, 2004.
- GARCÍA-SALA, Juilo Somoza (ed.). *Cartas de Jovellanos y Lord Vassal Holland sobre la guerra de la Independencia. (1808-1811)*. 2 vols. Madrid: Imprenta de los Hijos de Gómez Fuentenebro, 1911.
- GILLEN, Mollie. *Royal Duke. Augustus Frederick, Duke of Sussex (1773-1843)*. London: Sidgwick & Jackson, 1976.
- GOLDIE, Mark. "The civil religion of James Harrington." Anthony Pagden (Ed.). *The Languages of Political Theory in Early-Modern Europe*. UK: Cambridge University Press, 1990.
- GONZÁLEZ, José Miguel Caso. *Jovellanos*. María Teresa Caso (ed.). Barcelona: Ariel, 1998.

- GRAFTON, Anthony. "Humanism and political theory." J. H. Burns and Mark Goldie (Eds.). *The Cambridge History of Political Thought. 1450-1700*. UK: Cambridge University Press, 1991.
- GREENBERG, Janelle. *The Radical Face of the Ancient Constitution. St. Edward's "Laws" in Early Modern political thought*. UK: Cambridge University Press, 2006.
- GUIMARÃES, João Nery (org.). *Obras Maçônicas de Hipólito José da Costa*. Brasília: Grande Oriente do Brasil, nº 004, 2000.
- HALPERIN DONGHI, Tulio. *História Argentina. De la revolución de independencia a la confederación rosista*. vol. 3. Buenos Aires: Paidós, 1972.
- HARLAND-JACOBS, Jessica L. *Builders of Empire: Freemasonry and British Imperialism, 1717-1927*. NC: University of North Carolina Press, 2007.
- HAZARD, Paul. *A Crise da Consciência Europeia, 1680-1715*. Lisboa: Cosmos, 1948.
- HESPANHA, António Manuel. *As Vésperas do Leviathan. Instituições e poder político. Portugal – séc. XVII*. Coimbra: Almedina, 1994.
- HIBBERT, Christopher. *Wellington. A Personal History*. London: HarperCollins, 1997.
- HILL, Christopher. *O Eleito de Deus. Oliver Cromwell e a revolução inglesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- _____. *O Mundo de Ponta-cabeça. Ideias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- _____. *Puritanism and Revolution. Studies in Interpretation of the English Revolution of the 17th Century*. Harmondsworth: Penguin Books, 1986.
- HILTON, Boyd. *A Mad, Bad & Dangerous People? England 1783-1846*. UK: Oxford University Press, 2006.
- HUMPHREYS, R. A. *Liberation in South America. 1806-1827. The career of James Paroissien*. London: University of London, 1952.
- JACOB, Margaret C. *Living the Enlightenment: freemasonry and politics in Eighteenth-Century Europe*. New York: Oxford: Oxford University Press, 1991.
- _____. *The Radical Enlightenment. Pantheists, freemasons and republicans*. 2nd Louisiana: Cornerstone, 2006.
- _____. and JACOB, James R. (Eds.) *The Origins of Anglo-American Radicalism*. London: Humanities Press International, 1991.
- JACOBSON, David L. (ed.). *The English Libertarian Heritage. From the writings of John Trenchard and Thomas Gordon in The Independent Whig and Cato's Letters*. New York: Bobbs-Merrill Co, 1965.
- JANCSÓ, Itsván. (org.). *Independência: História e Historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005.
- _____; SLEMIAN, Andréa. "Um caso de patriotismo imperial". Alberto Dines e Isabel Lustosa (eds.). *Hipólito José da Costa e o Correio Braziliense*. Vol. XXX, t. 1, Estudos. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002
- JOVELLANOS, Gaspar Melchor de. *Escritos Políticos y Filosóficos*. Buenos Aires: Hyspamerica/Orbis, 1982.
- _____. *Obras Completas. Tomo V. Correspondencia. 4.º (Octubre, 1808 – 1811)*. José Miguel Caso González (ed.). Oviedo: Instituto Feijoo de Estudios del Siglo XVIII, 1990.
- KANTAROWICZ, Ernst H. *Os Dois Corpos do Rei: um estudo sobre teologia política medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- KRETZMANN, Norman et alli (eds.) *The Cambridge History of Later Medieval Philosophy from the Rediscovery of Aristotle to the Desintegration of Scholasticism, 1100-1600*. UK: Cambridge University Press, 1982.

LAS HERAS, Antonio. “Los hombres de la masonería que hicieron la revolución de Mayo”. Ricardo Romero (comp.). *Masonería en la Revolución de Mayo. Influencias en el pensamiento político*. Buenos Aires: CEGRA – Centro de Estudos para la Gran Reunión Americana. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2010.

BERRUEZO DE LEÓN, María Teresa. *La Lucha de Hispanoamérica por su Independencia en Inglaterra. 1800-1830*. Madrid: Ediciones de Cultura Hispánica, 1989.

LIEBERMAN, David. “The mixed constitution and the common law.” Mark Goldie and Robert Wokler (Eds.). *The Cambridge History of Eighteenth-Century Political Thought*. UK: Cambridge University Press, 2006.

LIMA, Oliveira. *O Movimento da Independência. O Império Brasileiro (1821-1889)*. 2ª ed. São Paulo: Melhoramentos, s/d.

LIMA SOBRINHO, Barbosa (org.). *Antologia do Correio Braziliense*. Rio de Janeiro: Cátedra, 1977.

_____. *Hipólito da Costa, Pioneiro da Independência do Brasil*. Brasília: Fundação Assis Chateaubriand, 1996.

LLOYD, Howell A. “Constitutionalism.” J. H. Burns and Mark Goldie (eds.). *The Cambridge History of Political Thought. 1450-1700*. UK: Cambridge University Press, 1991.

LOCKE, John. *Segundo Tratado sobre o Governo*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

LUSCOMBE, D. E. “The state of nature and the origin of the state”. Kretzmann, Norman et alli (eds.) *The Cambridge History of Later Medieval Philosophy from the Rediscovery of Aristotle to the Desintegration of Scholasticism, 1100-1600*. UK: Cambridge University Press, 1982.

LUSTOSA, Isabel. “Correio Braziliense (1808-1822): a imprensa brasileira nasceu inglesa e liberal”. Eliana de Freitas Dutra e Jean-Yves Mollier (orgs.). *Política, Nação e Edição. O lugar dos impressos na construção da vida política no Brasil, Europa e Américas nos Séculos XVIII – XX*. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. “His Royal Highness e Mr. da Costa”. Alberto Dines e Isabel Lustosa (eds.). *Hipólito José da Costa e o Correio Braziliense*. Vol. XXX, t. 1, Estudos. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

LYNCH, John (Ed.). *Andres Bello. The London Years*. London: Richmond, 1982.

_____. *Las Revoluciones Hispanoamericanas, 1808-1826*. 9ª ed. Barcelona: Ariel, 1983.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A Utopia do Poderoso Império. Portugal e Brasil: Bastidores da Política. 1798-1822*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

MANCHESTER, Alan K. *Preeminência Inglesa no Brasil*. São Paulo: Braziliense, 1973.

MANCHESTER, Martín Mowszowicz. *Tiempo de Invasiones. 1806-1807. Análisis histórico de las invasiones inglesas al río de la Plata*. Montevideo: Ediciones de la Plata, 2008.

MAQUIAVEL. *O Príncipe*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

MANUEL Moreno. *Vida y Memorias de Mariano Moreno*. Buenos Aires: Editorial Universitaria, 1968.

MARQUES, A.H. de Oliveira. *História da Maçonaria em Portugal. Das Origens ao Triunfo*. Vol. I. Lisboa: Presença, 1990.

MENDONÇA, Marcos Carneiro (ed.). *D. João VI e o Império do Brasil: a Independência e a Missão Rio Maior*. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, 1984.

MITCHELL, Austin. *The Whigs in Opposition. 1815-1830*. UK: Oxford University Press, 1967.

- MITCHELL, Leslie. *The Whig World. 1760 - 1837*. UK: Cambridge University Press, 2005.
- _____. *Holland House*. London: Duckworth, 1980.
- MITCHELL L. G. *Charles James Fox and the Disintegration of the Whig Party. 1782-1794*. UK: Oxford University Press, 1971.
- MONTEIRO, Jônathas da Costa Rego. *A Dominação Espanhola no Rio Grande do Sul. 1763-1777*. Anais do Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande (1776-1976). Vol. IV. Rio de Janeiro: IHGB/Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, 1979.
- MURPHY, Martin. *Blanco White. Self-banished Spaniard*. New Haven: Yale University Press, 1989.
- NASH, Gary B. "Artisans and politics in Eighteenth-Century Philadelphia." Margaret C. Jacob and James R. Jacob. *The Origins of Anglo-American Radicalism*. London: Humanities Press International, 1991.
- NATRASS, Leonora. *William Cobbett. The Politics of Style*. UK: Cambridge University Press, 1995.
- NENNER, Howard. "The later Stuart Age." J. G. A. Pocock; Gordon J. Schochet; Lois G. Schwoerer. (Eds.). *The Varieties of British Political Thought 1500-1800*. UK: Cambridge University Press, 1996.
- NUNEZ, Jorge. "Diego Paroissien." Miguel Ángel De Marco y Eduardo Martiré (coords.). *Revolución em la Plata. Protagonistas de Mayo de 1810*. Buenos Aires: Academia Nacional de la Historia/Emecé, 2010.
- OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: UFRGS, 2007.
- PADOIN, Maria Medianeira. *Federalismo Gaúcho. Fronteira Platina, Direito e Revolução*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 2001.
- PAGDEN, Anthony (Ed.) *the Languages of Political Theory in Early-Modern Europe*. UK: Cambridge University Press, 1987.
- PALLARES-BURKE, Maria Lúcia G. The Spectator. *O Teatro das Luzes. Diálogo e imprensa no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1995.
- PASLEY, Jeffrey L. "The Tyranny of Printers": newspaper politics in the early American republic. Virginia: University of Virginia Press, 2001.
- PATTERSON, Annabel. *Nobody's perfect. A New Whig Interpretation of History*. New Haven: Yale University Press, 2002.
- PEREIRA, José Esteves. *O Pensamento Político em Portugal no Século XVIII. António Ribeiro dos Santos*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.
- PICOLLO, Helga Iracema Landgraf. "O processo de independência numa região fronteira: o Rio Grande de São Pedro entre duas formações históricas." István Jancsó (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec: FAPESP, 2005.
- PIMENTA, João Paulo G. *Estado e Nação no fim dos Impérios Ibéricos no Prata (1808-1828)*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 2006.
- PLOWRIGHT, John. *Regency England. The Age of Lord Liverpool*. London, Routledge, 1996.
- POCOCK, J. G. A. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Edusp, 2003.
- _____. "Radical criticisms of the Whig Order in the Age between Revolutions." Margaret C. Jacob and James R. Jacob. (Eds.). *The Origins of Anglo-American Radicalism*. London: Humanities Press International, 1991.
- _____. *The Ancient Constitution and the Feudal Law. English Historical Thought in the Seventeenth Century. A Reissue with a Retrospect*. UK: Cambridge University Press, 1987.

- _____. *The Maquiavellian Moment: Florentine political thought and the Atlantic Republican tradition*. Princeton: Princeton University Press, 2003.
- RACINE, Karen. *Francisco de Miranda. A Transatlantic Life in the Age of Revolution*. Delaware: Scholarly Resources, 2003.
- REID, John Phillip. "The jurisprudence of liberty: the Ancient Constitution in the legal historiography of the Seventeenth and Eighteenth Centuries." Ellis Sandoz (ed.). *The Roots of Liberty: Magna Carta, Ancient Constitution, and the Anglo-american Tradition of Rule of Law*. Indianapolis: Liberty Fund, 2008.
- RIZZINI, Carlos. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1957.
- ROBBINS, Caroline. *The Eighteenth-Century Commonwealthman. Studies in the transmission, development, and circumstance of English liberal thought from the Restoration of Charles II until the war with the Thirteen Colonies*. Indiana/Mass: Liberty Fund/Harvard University Press, 1987.
- ROBERTS, Michael. *The Whig Party. 1807-1812*. New York: Barnes & Nobel, 1965.
- RODRÍGUEZ, Mario. "William Burke" and Francisco de Miranda. *The Word and the Deed in Spanish America's Emancipation*. Lanham: New York: University Press of America, 1994.
- RODRÍGUEZ O., Jaime E. *La Independencia de la América Española*. México: FCE/Colmex/FHA, 2005.
- ROMERO, José Luiz y ROMERO, Luis Alberto. *Pensamiento Político de la Emancipación. (1790-1825)*. 2 Tomos. 2ª ed. Caracas: Ayacucho, 1985.
- SALCEDO-BASTARDO, J. L. "Bello y los 'simposiums' de Grafton Street." *Bello y Londres. Segundo Congreso del Bicentenario*. Vol. 2. Caracas: Fundación La Casa de Bello, 1980.
- SANDERS, Lloyd. *The Holland House Circles*. London: Benjamin Blo., 1969.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.). "União sem sujeição". *Hipólito José da Costa e o Correio Braziliense*. Alberto Dines e Isabel Lustosa (eds.). Vol. XXX, t. 1, Estudos. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- SKINNER, Quentin. *As Fundações do Pensamento Político Moderno*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- _____. *Liberdade antes do Liberalismo*. São Paulo: UNESP, 1999.
- _____. *Maquiavel*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- SLEMIAN, Andréa. *Vida Política em Tempo de Crise: Rio de Janeiro (1808-1824)*. São Paulo: Hucitec, 2004.
- _____. PIMENTA, João Paulo G (eds). *A Corte e o Mundo. Uma história do ano em que a família real portuguesa chegou ao Brasil*. São Paulo: Alameda, 2008.
- SMITH, E. A. *Whig Principles and Party Politics. 1748 – 1833*. UK: Manchester University Press, 1975;
- SMITH, Jeffery A. *Franklin & Bache. Envisioning the Enlightened Republic*. New York: Oxford University Press, 1990.
- _____. *Printers and Press Freedom. The ideology of early American journalism*. New York: Oxford University Press, 1988.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- STOETZER, O. Carlos. *Las Raíces Escolásticas de la Emancipación de la América Española*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1982.
- STREET, John. *Artigas and the Emancipation of Uruguay*. UK: Cambridge University Press, 1959.
- _____. *Gran Bretaña y la Independencia del Río de la Plata*. Buenos Aires: Paidós, 1967.

- TAGG, James. *Benjamin Franklin Bache and the Philadelphia Aurora*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1991.
- THE EARL OF ILCHESTER. *Chronicles of Holland House. 1820-1900*. London: John Murray, 1937.
- _____. *The Home of the Hollands. 1605-1820*. London: John Murray, 1937.
- TREASURE, G. R. R. *Who's who in History. Vol. 5: England. 1789-1837*. Oxford: Basil Blackwell, 1974.
- WEBSTER, C. K. (Ed.). *Britain and the Independence of Latin America. 1812-1830. Select documents from the Foreign Office Archives*. Two volumes. London: Oxford University Press, 1938.
- WESTON, Corinne C. "England: ancient constitution and common law." J. H. Burns and Mark Goldie (eds.). *The Cambridge History of Political Thought. 1450-1700*. UK: Cambridge University Press, 1991.
- WINSTANLEY, Gerrard. *The Law of Freedom and other writings*. Christopher Hill (Ed.). Harmondsworth: Pelican Books, 1973.
- WOOD, Diana (Ed.). *The Church and Sovereignty, c. 590-1918*. UK: The Ecclesiastical History Society/Basil Blackwell, 1991.
- XAVIER, Ângela Barreto e HESPANHA, António Manuel. "A representação da sociedade e do poder." António Manuel Hespanha (coord.), José Mattoso (dir.). *História de Portugal. O Antigo Regime (1620-1807)*. Vol. IV. Lisboa: Estampa, 1998.

4. Artigos

- ALBIERI, Sara. "David Hume. Filósofo e historiador." *Mediações. Revista de Ciências Sociais*. Vol. 9, -nº 2/2004.
- ALONSO, Clara Álvarez. "Instrumentalización y utilidad de un mito constitucional: la 'English Ancient Constitution' de Coke a Bolingbroke." *Fundamentos*, nº 6, 2010, pp. 203-268.
- ALONSO, Manuel Moreno. "Lord Holland y los orígenes del liberalismo español." *Revista de Estudios Políticos (Nueva Epoca)*, nº 36, Noviembre-Diciembre, 1983.
- ASQUITH, Ivon. "Advertising and the press in the Late Eighteenth and Early Nineteenth Centuries: James Perry and *The Morning Chronicle*, 1790-1821." *The Historical Journal*, vol. 18, nº 4, (Dec., 1975), pp. 703-724.
- BULLOCK, Steven C. "The Revolutionary Transformation of American Freemasonry, 1752-1792." *The William and Mary Quarterly*, 3rd Ser., vol. 47, nº 3, (Jul., 1990).
- CHIARAMONTE, José Carlos. "The 'Ancient Constitution' after Independence (1808-1852)." *Hispanic American Historical Review*, 90: 3. August 2010.
- CLAEYS, Gregory. "Whigs, Liberals, and Radicals." *The Historical Journal*, vol. 33, nº 3 (Sep., 1990), pp. 737-745.
- DIAS, José Sebastião da Silva. "Pombalismo e teoria política." *Cultura, História e Filosofia*. vol. I, 1982, pp. 45-114.
- HARLAND-JACOBS, Jessica. "'Hands across the Sea': the masonic network, British Imperialism and the North Atlantic World." *Geographical Review*, vol. 89, nº 2, (Apr., 1999), pp. 237-253.
- RAPOSO, Eva Rodrigues Ferreira Guilherme. "Francisco Suarez, Último medieval, primeiro moderno: a idéia exemplar". *Cauriencia*, Vol. V (2010).
- RAPP, Dean. "The Left-Wing Whigs: Whitbread, the Mountain and Reform, 1809-1815." *The Journal of British Studies*, vol. 21, nº 2 (Spring, 1982), pp. 35-66.

ROMANO, Orlando. “A difusão do pensamento de Luis de Molina na primeira metade do século XVII.” *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias*, vol. I -1982. Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica/ Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, pp. 261-287.

SUANZES, Joaquín Varela. “Un precursor de la monarquía parlamentaria: Blanco White y ‘El Español’ (1810-1814).” *Revista de Estudios Políticos (Nueva Época)*. Nº 79. Enero-Marzo 1993, pp. 101-120.

WASSON, Ellis Archer. “The Whigs and the Press, 1800-1850”. *Parliamentary History*. Edinburgh University Press, Vol. 25, Part 1, 2006, pp. 68-87.

5. Sítios na Internet

HOTMAN, François. *Franco-Gallia or An Account of the Ancient Free State of France, and Most Other Parts of Europe, Before the Loss of Their Liberties*. E-book disponível no site do The Project Gutenberg http://www.gutenberg.org/files/17894/17894-h/17894-h.htm#CHAP_XXI

PORTUGAL – Dicionário histórico, corográfico, heráldico, biográfico, bibliográfico, Numismático e Artístico. Edição eletrônica, 2006. www.arqnet.pt/dicionário .

SILVA, Arthur Victoria. “Primeiros proprietários de terras no Capão do Leão.” www.capaodoleao.blogspot.com (Acesso 08/09/2011).

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. “Soldados, casais e índios no povoamento da Nova Colônia.” www.instituto-camoes.pt/cvc/bdc/artigos/sacramento.pdf .(Acesso 06/09/11).